

ALMIRO LUNA XAVIER

**HISTÓRIA LOCAL E IDENTIDADE: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CIDADANIA  
A PARTIR DA COMUNIDADE DE ANNA FLORÊNCIA, PONTE NOVA (MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção de título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da  
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

X3h  
2018  
Xavier, Almiro Luna, 1978-  
História local e identidade : educação patrimonial e cidadania a partir da comunidade de Anna Florência, Ponte Nova (MG) / Almiro Luna Xavier. - Viçosa, MG, 2018.  
ix, 260 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Jonas Marçal de Queiroz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 192-201.

1. Anna Florência (Ponte Nova, MG) - História. 2. Cultura.  
3. Memória coletiva. 4. Identidade social. 5. Patrimônio cultural -  
Estudo e ensino. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de  
História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural,  
Paisagens e Cidadania. II. Título.


CDD 22. ed. 918.151

ALMIRO LUNA XAVIER

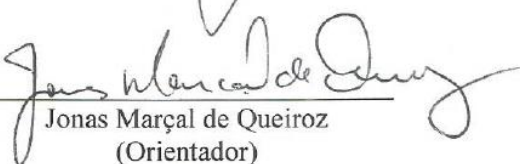
**HISTÓRIA LOCAL E IDENTIDADE: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CIDADANIA  
A PARTIR DA COMUNIDADE DE ANNA FLORÊNCIA, PONTE NOVA (MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção de título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 5 de julho de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Leonardo Civale

  
\_\_\_\_\_  
Luiz Gustavo Santos Cota

  
\_\_\_\_\_  
Jonas Marçal de Queiroz  
(Orientador)

## AGRADECIMENTOS

Pretensiosos aqueles que, portando em si aptidões para criar e refletir, negam a existência de um ser superior, sendo a vida e a forma como se organiza testemunho disso.

Enganam-se aqueles que, em sendo seres sociais, ignoram a verdade dessa condição e necessidade humana, portando-se como ilhas.

Enganam-se aqueles que, em esperando transformações externas ao mundo, não percebem se encontrar no desvendar e na transformação interna a si mesmos a resposta para tudo mais.

Dessa forma,

Sob convicções pessoais, agradeço a Deus.

Em seguida, agradeço aos meus pais, pelo seu acréscimo pessoal ao que sou.

Agradeço ainda, aos professores e amigos, de ontem e de hoje. Pessoas especiais, que, em aceitando e propagando aquela capacidade reflexiva e criativa, contribuíram e contribuem para a formação de muitos, inclusive a minha.

Dentre esses seres especiais agradeço a alguns, mais próximos no tempo e que direta ou indiretamente, contribuíram para esse trabalho. Aos professores Karla Denise Martins Leonardo Civale, Luiz Lima Vailati, Patrícia Vargas Lopes de Araújo, Vanessa Lana, Wagner Barbosa Batella, e, em especial ao meu orientador, Jonas Marçal de Queiroz. Agradeço ainda ao amigo Luiz Gustavo Santos Cota. O nosso muito obrigado a todos pela generosidade.

Agradeço aos colegas de curso. Foi muito bom a convivência com vocês.

Agradeço aos alunos, professores, equipe pedagógica da E.M. Dr. Luiz Augusto.

Agradeço em fim, a toda a comunidade de Anna Florência, em Ponte Nova (MG), por terem me aberto as portas e permitido colocar-me à disposição de vocês, contribuindo para o meu aprimoramento pessoal, enquanto profissional e enquanto ser humano.

Esse trabalho está inserido em um projeto que não se encerra nele mesmo. Ambiciona continuidade, dialeticamente equilibrando permanências e transformações para o bem comum.

## ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS .....	v
LISTA DE FIGURAS .....	vi
LISTA DE TABELAS .....	vii
LISTA DE GRÁFICOS .....	vii
RESUMO .....	viii
ABSTRACT .....	ix
INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I .....	25
CAPÍTULO 1 .....	26
PONTE NOVA, UM NOME SUGESTIVO .....	26
1.1 De que uma cidade e uma sociedade se formam? .....	36
1.2 O início de uma saga interiorana .....	43
1.3 Formação e perpetuação de um <i>status quo</i> .....	53
CAPÍTULO 2 .....	64
O PODER PERSUASIVO DA PALAVRA .....	64
2.1 As narrativas, a retórica, o discurso .....	65
2.1.1 Oralidade: revisitar, expurgar, redescobrir .....	77
2.2 A questão da retórica e do símbolo: instrumentos de poder e resistência .....	89
2.3 O desvendar de um mecanismo de dominação .....	96
CAPÍTULO 3 .....	104
A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE PODER .....	104
3.1 Os meandros da Memória .....	106
3.2 Memórias em conflito .....	109
3.3 A Memória como instrumento de perpetuação .....	111
3.3.1 Em busca de redenção .....	119
3.3.2 A cultura se nutre do compartilhamento .....	122
PARTE II .....	129
CAPÍTULO 4 .....	130
MEMORIAL: REGISTRO DO RESTABELECIMENTO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS .....	130
4.1 Da Memória à História: transculturalidade e reflexão social .....	148

4.2 A prática de Educação Patrimonial baseada na história e cultura locais .....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	185
FONTES DOCUMENTAIS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	192
1. Fontes Documentais .....	192
1.1 Legislação .....	192
1.2 Fontes Impressas .....	192
1.3 Memorialistas .....	193
1.4 Sonoras .....	194
1.5 Mapas e Gráficos .....	194
1.6 Eletrônicos .....	195
1.7 Entrevistas .....	195
2. Referências Bibliográficas .....	195
2.1 Dissertações e Teses .....	195
2.2 Artigos, capítulos de livros e livros .....	196
ANEXOS .....	202
ANEXO I – Lista de Patrimônio Inventariado ou Tombado de Ponte Nova .....	202
ANEXO II – Bens inventariados na localidade de Anna Florência .....	208
ANEXO III – Projeto “Construindo saberes, trocando memórias, formando cidadãos”.	236
ANEXO IV – Letra da Canção do “Boi Laranja” .....	245
ANEXO V – Legislação Pertinente .....	248
ANEXO VI – Imagens .....	256
ANEXO VII – Orientações para elaboração do currículo intertranscultural .....	260

## LISTA DE SIGLAS

ALEPON: Academia de Letras de Ponte Nova.

CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas.

COPLACAN: Cooperativa Regional dos Cortadores de Cana de Minas Gerais.

ELC: Estatuto da Lavoura Canavieira.

ETR: Estatuto do Trabalhador Rural.

FUNRURAL: Fundo de Assistência do Trabalhador Rural.

IAA: Instituto do Açúcar e do Alcool.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS: Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

IEPHA: Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados.

LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

OPEP: Organização dos Produtores de Petróleo.

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais.

PDME: Plano Decenal Municipal de Educação.

PIB: Produto Interno Bruto.

PIP: Plano de Intervenção Pedagógica.

PNE: Plano Nacional de Educação.

PPP: Projeto Político Pedagógico.

SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural.

SNE: Sistema Nacional de Educação.

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta.

TJ-MG: Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b>	Figura 1: Mapa Mesorregião MG, Microrregião Zona da Mata, Ponte Nova .....	1
<b>Figura 2:</b>	Mapa de seções pelo Plano de Inventário – Ponte Nova .....	7
<b>Figura 3:</b>	D. Anna Florência Martins Rabello .....	44
<b>Figura 4:</b>	Usina Anna Florência – década de 1940 .....	45
<b>Figura 5:</b>	Estrada de Ferro da Usina Anna Florência .....	46
<b>Figura 6:</b>	Vagão utilizado para transporte de álcool, décadas de 1970 e 1980 ....	46
<b>Figura 7:</b>	Porcentagem de médias e grandes propriedades considerando o total de imóveis rurais nos municípios da Zona da Mata em 1995/1996 .....	56
<b>Figura 8:</b>	Porcentagem da área ocupada por médias e grandes propriedades considerando superfície total nos municípios da Zona da Mata em 1995/1996 .....	57
<b>Figura 9:</b>	Mapa do território de Ponte Nova em 1876 .....	59
<b>Figura 10:</b>	Usina Anna Florência (um ano antes do centenário) .....	79
<b>Figura 11:</b>	Usina Anna Florência – remanescentes materiais .....	79
<b>Figura 12:</b>	Jardim estilo francês – Usina Anna Florência – década de 1940 .....	101
<b>Figura 13:</b>	Medalhão comemorativo pelo centenário da Usina .....	112
<b>Figura 14:</b>	Comemorações pelo Centenário da Usina Anna Florência .....	112
<b>Figuras</b>	Periódico JATIFLOR – Comemorações pelo Centenário da Usina	113,
<b>15, 16, 17:</b>	Anna Florência, 1983 .....	114
<b>Figura 18:</b>	Boi Laranja – Confeccionando o personagem .....	135
<b>Figura 19:</b>	Boi Laranja – Apresentação e reverência à comunidade .....	135
<b>Figura 20:</b>	Boi Laranja – Exposição de fotos antigas da usina, no dia da festa ....	135
<b>Figura 21:</b>	Boi Laranja – Reportagem Folha de Ponte Nova .....	136
<b>Figura 22:</b>	Cartaz e foto 6ª Jornada Mineira Patrimonial – Ponte Nova .....	137
<b>Figura 23:</b>	Palestras / Oficina de causos e memórias .....	138
<b>Figura 24:</b>	Oficina de memórias e saberes manuais - Sr. Geraldo Penha Gomes (mestre balaieiro morador de Anna Florência) .....	140
<b>Figura 25:</b>	Mostra Cultural / Danças: indígena; afro; Reisado e Boi Laranja .....	146
<b>Figura 26:</b>	Mostra Cultural – 11 de outubro de 2017 / Peça teatral .....	147
<b>Figura 27:</b>	Oficinas de Memórias e Saberes Manuais (bordadeiras/tecelãs) .....	165

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b>	Dados territoriais e demográficos .....	2
<b>Tabela 2:</b>	População total, por gênero, rural/urbana .....	2

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b>	Participação dos setores econômicos no produto interno bruto municipal .....	3
<b>Gráfico 2:</b>	Distribuição das cinco principais atividades pecuárias do município .	4
<b>Gráfico 3:</b>	Distribuição dos nove principais cultivos agrícolas do município .....	4

## RESUMO

XAVIER, Almiro Luna, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2018. **História Local e Identidade: Educação Patrimonial e Cidadania a partir da comunidade de Anna Florência, Ponte Nova (MG)**. Orientador: Jonas Marçal de Queiroz.

Com essa pesquisa, procuramos desenvolver um diálogo reflexivo, imerso em um meio sociocultural. Uma percepção mais apurada de seu desenvolvimento tempo/espacial quanto às disputas aí inseridas. Os instrumentos narrativos provenientes da retórica, discurso, memória e simbolismos serviram de apoio ao entendimento e contextualização histórico-cultural do objeto: um meio social aparentemente circunscrito, a comunidade surgida a partir das colônias de trabalhadores da Usina de Açúcar Anna Florência, Ponte Nova (MG). Modelo reduzido de um complexo sistema social. Uma dinâmica capaz de contribuir para a compreensão em escala ampliada de como uma cultura se forma, acomodando inovações e permanências. Equilíbrio e concepções mais favoráveis a alguns, mas articulados como se compartilhados por toda a sociedade. Da reflexão quanto a tais mecanismos, surge a proposta de instrumentalização da história local com ênfase em seus “referenciais culturais”, sob diretrizes da metodologia de trabalho da Educação Patrimonial. Ação conduzida no coletivo a se refletir na visão individual sobre si mesmo e sua inserção no meio social. A Educação contribuindo para o restabelecimento de manifestações culturais no cotidiano das pessoas, incluindo a proposta de revolução no Currículo Escolar mediante uma concepção intertranscultural.

## ABSTRACT

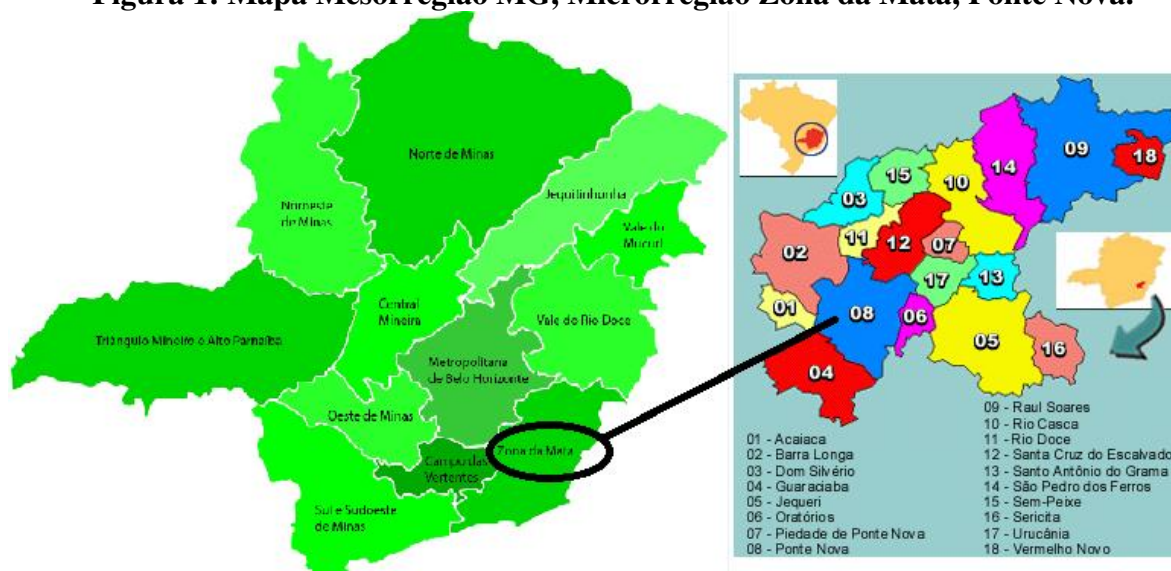
XAVIER, Almiro Luna, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2018. **Local history and identity: patrimonial education and citizenship from the community of Anna Florência, Ponte Nova (MG)**. Advisor: Jonas Marçal de Queiroz.

With this research, we seek to develop a reflexive dialogue, immersed in a sociocultural environment. A more accurate perception of its time / space development as to the disputes therein. The narrative instruments derived from rhetoric, discourse, memory and symbolism served to support the historical and cultural understanding and contextualization of the object: an apparently circumscribed social environment, the community emerged from the colonies of workers of sugar industry Anna Florência, Ponte Nova (MG). A reduced model of a complex social system. A dynamic capable of contributing to a broader understanding of how a culture forms, accommodating innovations and permanencies. Equilibrium and conceptions more favorable to some, but articulated as if shared by the whole society. From the reflection on such mechanisms, the proposal of instrumentalization of the local history and its "cultural references" appears, under guidelines of the work methodology of Heritage Education. Action taken in the collective to be reflected in the individual vision about himself and his insertion in the social environment. The education contributing for the reestablishment of cultural manifestations in people's daily lives, including the proposal of revolution in the School Curriculum through an inter-cultural conception.

## INTRODUÇÃO

Ponte Nova é uma cidade localizada na Zona da Mata Norte de Minas Gerais. Com seus vales acidentados, formados por morros arredondados, em sua maioria constituídos de latossolo.<sup>1</sup> O clima é tropical de altitude, quente e úmido, possibilitando a existência de Mata Atlântica distante do litoral. Conta com um dos principais afluentes do Rio Doce como sua principal fonte d'água: o Rio Piranga. A própria conceituação de Zona da Mata, como quaisquer conceituações geopolíticas, nasce de relações de poder e demarcações territoriais determinantes de concepções específicas sobre as demais, ainda que mais antigas, como as indígenas. Toponímias também seguem essa lógica.

**Figura 1: Mapa Mesorregião MG, Microrregião Zona da Mata, Ponte Nova.**



Fonte: PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Ponte Nova**. Belo Horizonte: Rede Cidades, 2015, p. 29.

A história de conquista da Zona da Mata Mineira se constituiu da sobreposição de distintas populações humanas, passando por indígenas de várias etnias até a chegada do conquistador europeu, que por sua vez introduziu um terceiro elemento, de origem africana. Em especial a partir do século XVIII, ampliou-se a ocupação territorial para além da região aurífera, forçando maior contato e mistura interétnica. Tratando-se da região de Ponte Nova essa ocupação foi consolidada por volta de 1750.

<sup>1</sup> Solos constituídos predominantemente por material mineral, especialmente óxido de ferro, daí a coloração vermelha.

Em 1770 Ponte Nova se constituiu de forma canônica, com a construção de uma capela. Tornou-se Freguesia em 1832. Nesse mesmo ano, foi elevada de Curato para Paróquia. Em 1857 tornou-se vila, mediante Lei provincial nº 827. Quatro anos depois, em 1861, transformou-se em município, legalmente instalado em 1863. A então condição de Termo caracterizava-a como marco fronteiro. Algo interessante, pois apesar de oficialmente compor essa região a qual se convencionou denominar de Zona da Mata, sua ligação com a área central da província (Ouro Preto, Mariana) ou mais ao norte se fazia determinante, se comparado à porção sul da Zona da Mata.

Em 30 de outubro de 1866, a Lei provincial nº 1.300 lhe conferiu a condição de cidade, denominando-se Ponte Nova. E, em 1880, tornou-se sede da Comarca do Rio Turvo (Lei nº 2.273). Temos a considerar que essa trajetória político-administrativa oficial, iniciada em 1750, pouco revela de seus tramites executórios, muito menos do seu contexto. Notamos que, por vezes, em regiões de novos povoamentos, há uma ausência descritiva a respeito dos encadeamentos, contatos e interações humanas. No surgimento dos vilarejos, evoluindo até se tornarem cidades, impactos socioespaciais ocorriam. A cada geração e mescla étnico-cultural novas visões de mundo certamente iam surgindo, mas pouco ou nenhuma pista deixavam das tramas sociais geradoras dessas mudanças de visão e de comportamentos.

Tratando o presente como efeito desses desdobramentos, podemos ambicionar deduções plausíveis de consideração. Conhecer um pouco da realidade socioeconômica atual se faz necessário:

**Tabela 1: Dados territoriais e demográficos.**

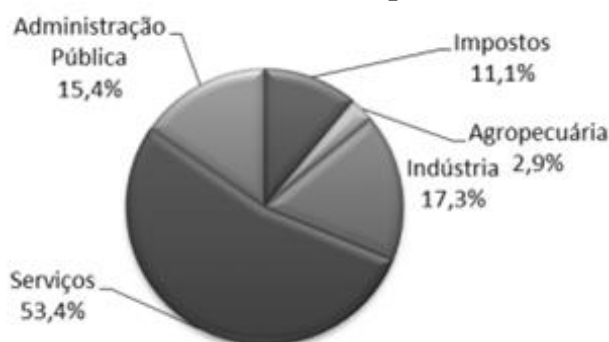
<b>Área</b> 471,21 km <sup>2</sup>	<b>IDHM 2010</b> 0,717	<b>Faixa do IDHM</b> Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	<b>População</b> <b>(Censo 2010)</b> 57.390 hab.
<b>Densidade demográfica</b> 121,73 hab/km <sup>2</sup>	<b>Ano de instalação</b> 1857	<b>Microrregião</b> Ponte Nova	<b>Mesorregião</b> Zona da Mata

**Tabela 2: População total, por gênero, rural/urbana.**

População	População (1991)	% do total (1991)	População (2000)	% do total (2000)	População (2010)	% do total (2010)
População total	52.216	100,00	55.303	100,00	57.390	100,00
Homens	25.117	48,10	26.535	47,98	27.495	47,91
Mulheres	27.099	51,90	28.768	52,02	29.895	52,09
Urbana	43.382	83,08	48.997	88,60	51.185	89,19
Rural	8.834	16,92	6.306	11,40	6.205	10,81

Fonte: PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Decenal Municipal de Educação.** Ponte Nova: Prefeitura Municipal, 2015, p. 60-80.

**Gráfico 1: Participação dos setores econômicos no produto interno bruto municipal.**



Fonte: PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Decenal Municipal de Educação**. Ponte Nova: Prefeitura Municipal, 2015, p. 60-80.

A indústria em destaque no gráfico diz respeito à agroindústria, com primórdios no século XIX, como a cana-de-açúcar, e que hoje engloba o setor de carnes e laticínios. Contudo, já no século XVIII é possível perceber a base vocacional dessa região para a produção de gêneros alimentícios para além da subsistência. A ligação com a região mineradora suscitava o interesse comercial de itens que ali se demandasse.

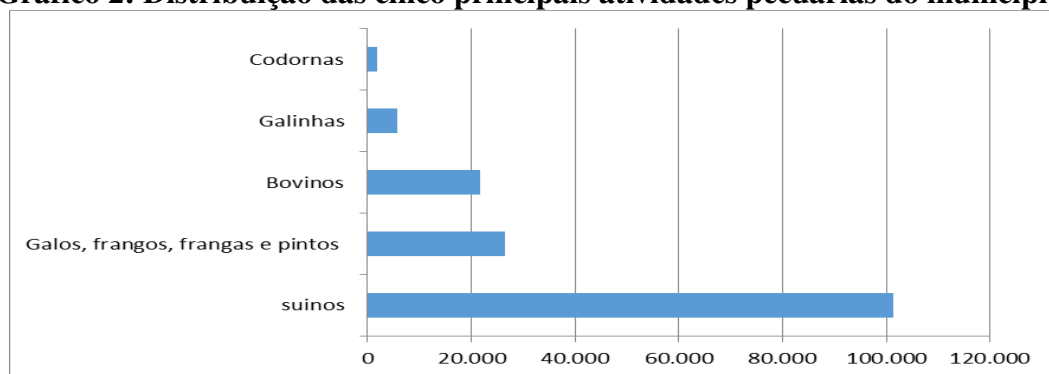
Chama atenção a relevante parcela ocupada pela administração pública na economia, em termos empregatícios. Possivelmente esse fato exerça um peso social considerável, porém, ainda pouco compreendido. Essa exiguidade de entendimento quanto aspectos socioculturais, espaciais e políticos formadores parece uma continuidade daquela oficialidade obscura a qual mencionamos. Em contrapartida a esse peso público, a informalização e empreendedorismo teriam sido uma saída encontrada pelos setores sociais, ávidos de se estabelecer para além da alçada pública ou simplesmente objetivando garantir sustento.

Aspectos econômicos do Município evidenciam uma busca por autonomia representada pelo setor de serviços. Contudo, esse movimento liberal, muito em virtude da vocação comercial, pode ter convergido para um não aperfeiçoamento das instituições públicas. O desinteresse na participação popular decisória seria uma faceta da obscuridade histórica. O vazio teria sido ocupado por parte da classe média urbana emergente, que alçou a patamares de um poder antes restrito a grandes produtores rurais. Essa nova classe agia de forma liberal, mas tanto quanto fosse de seu interesse flertava com a administração pública se isso lhe favorecesse. Por sua vez, essa administração se tornava permeável a essa ação se também lhe fosse interessante. A oficialidade refletia a centralização das decisões.

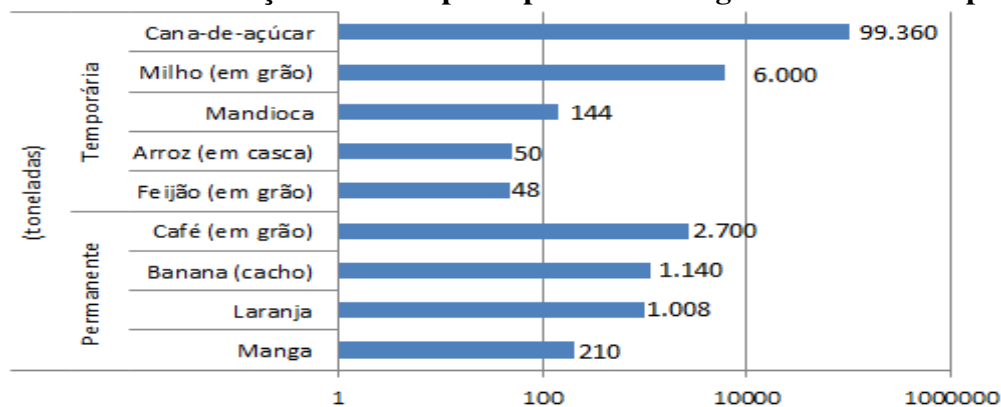
O setor de serviços teria surgido suscitado pelo setor agroindustrial, orbitando-o, mas foi adquirindo autonomia. Para o ano 2000, o grau de urbanização figurava entre os mais

elevados da Zona da Mata (entre 81 e 99%).<sup>2</sup> Isso pode ser um reflexo do crescimento dos serviços e da diversificação econômica, até mesmo o setor agroindustrial se modificou (gráficos 2 e 3 expressam isso, destaque para a suinocultura). Seria uma retomada do crescimento após o recuo canavieiro, nos anos de 1980. Ainda assim, na agricultura, o cultivo da cana-de-açúcar supera os demais. A urbanização e grande diferença entre a população urbana e rural podem ser efeitos de um passado latifundiário, e, especialmente agroindustrial, a partir do século XIX, diferenciando o município de outras áreas do Norte da Zona da Mata.

**Gráfico 2: Distribuição das cinco principais atividades pecuárias do município.**



**Gráfico 3: Distribuição dos nove principais cultivos agrícolas do município.**



Fonte: PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Decenal Municipal de Educação**. Ponte Nova: Prefeitura Municipal, 2015, p. 60-80.

<sup>2</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2008, p. 50-52. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-7CUF2D/disserta\\_o\\_de\\_mestrado\\_patricio\\_2008.pdf;sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-7CUF2D/disserta_o_de_mestrado_patricio_2008.pdf;sequence=1)> Acesso: 23 jul. 2018.

Se por um lado se nota a força adquirida pelo setor de serviços, por outro, não se nega que o setor agroindustrial ainda se coloca como vigoroso pilar da economia local, evoluindo de um passado agropastoril paulatinamente inclinado à industrialização comercial em larga escala. Houve uma diversificação de atividades e uma dinamização regional, ampliando e fortalecendo uma camada média social.

Outro dado relevante é a superioridade numérica feminina (Tabela 2, p. 2). Ainda assim, o patriarcalismo marcava sobremaneira um sistema econômico e social restritivos, apoiado na figura masculina e em relações de subserviência fortemente hierarquizadas. Traços a se refletirem na Cultura. Patriarcalismo e Cultura podem ser termos demasiado abrangentes, porém, sua utilização é tolerável enquanto recurso analítico complementar para a investigação de replicamentos comportamentais que possam ter atravessado décadas. Se antes as divisões e mecanismos de controle eram mais claros, hoje não desapareceram. Tornaram-se mais sutis possibilitando a continuidade de padrões valorativos e políticos herdados daquele passado.

Em 2011, quando de nossa primeira participação como Conselheiro Municipal de Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova, tomamos parte nas discussões do Plano Plurianual Municipal.<sup>3</sup> Previa-se audiências públicas, sendo uma delas realizada na localidade denominada Anna Florência, bairro afastado (8km) da cidade. Em virtude disso, pela primeira vez tomamos contato direto com essa realidade proveniente do passado rural da cidade, origem dos aspectos vistos nos parágrafos anteriores. Naquele momento nos víamos impelidos por uma ação que para nós parecia vital: a participação popular nas discussões e decisões públicas. Foi em meio a essa atividade que fomos convidados a participar das reuniões de elaboração do Plano Plurianual.

Percebermos que muito se conhecia da história urbana da cidade, mas pouco da história rural. Uma incongruência, para uma cidade formada a partir de grandes propriedades rurais (Sesmarias)<sup>4</sup> e que chegou a possuir 7 usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar, com vastos canaviais a abastecê-las. A cultura regional em muito se influenciou das relações desiguais aí estabelecidas e pouco se sabe a respeito disso.

---

<sup>3</sup> A elaboração do Plano Plurianual – PPA é pressuposta no art. 165 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Sob regulamentação do Decreto Federal nº 2.829, de 1998, trata-se de um plano de médio prazo (4 anos), no qual se incluem diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pela esfera de Poder Executivo que o elaborou. Nele devem estar previstas ações nas diversas áreas: Educação, Cultura, Saúde, Desenvolvimento econômico etc.

<sup>4</sup> O sistema legal de concessão de terras por sesmarias advém do medievo Ibérico. Em Portugal serviu para contenção do êxodo rural e consolidar os domínios nacionais. No Brasil assumiu uma conotação distinta, dada a amplitude territorial e reduzida demografia. Os objetivos principais eram: facilitar o controle administrativo por parte da Coroa; ampliar arrecadação de impostos; e incentivar o povoamento. Ver: CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Op. Cit., p. 65.

Em 1883 se divulgou a realização de um empreendimento, iniciado em 1885, que marcou a economia e o modo de vida na cidade de Ponte Nova e região. Membros de uma antiga família aristocrática da cidade, os Martins, fundaram a primeira usina de açúcar de Minas Gerais, a Usina Anna Florência.

No século XVIII e início do XIX, praticamente todas as fazendas da região possuíam engenhos rudimentares para extração do caldo de cana. Engenhos, inicialmente em madeira, depois metal, fossem movidos por animais, roda d'água, ou mesmo força humana (escravos negros). Com o tempo, usinas substituíram os engenhos. Isso foi facilitado pela contínua manutenção de ligações de um grupo local com o Rio de Janeiro, onde se instalou, em 1877, na cidade de Campos, a primeira usina das Américas (Quiçamã).<sup>5</sup>

A territorialização, muito antes do surgimento de usinas, ocasionou uma mescla cultural (índios, negros, brancos), estabelecendo-se espaços artificiais de convívio forçado. A aceleração das atividades de trabalho, tanto no que tange às novas formas de produção quanto nos incrementos sociais que isso representou, seriam decisivos para a conformação local.

Novas influências culturais se uniram àquela mescla preexistente. Pessoas de diversas origens (Campos – RJ; Pernambuco; Alagoas; italianos; libaneses, dentre outros) buscando oportunidades influiriam naquela localidade. Em Anna Florência, as vilas de operários da antiga usina de açúcar, que por mais de 100 anos (1883-1989) ali existiu, originando um bairro (1997), refletiam essa diversidade sociocultural, bem como as mazelas sociais a se ampliar para a cidade.

Nas vilas principais, com o tempo mais casas surgiram. Na época da usina, residiam ali cerca de 1.590 pessoas. Em 2017, havia por volta de 450 casas e 2.400 habitantes, do total de 57.390 existentes em Ponte Nova (IBGE-2010). Durante a audiência pública realizada na comunidade Anna Florência, citada anteriormente, os moradores expuseram aos membros da Comissão do Plano Plurianual seu anseio por ver restabelecida uma coesão social que alegam um dia ter existido e que teria se enfraquecido.

Atribuía essa coesão ao modo de vida que seus antepassados, e depois eles, constituíram em torno das atividades da usina, no que se incluíam diversas manifestações culturais. Indicavam talvez que o enfraquecimento da memória e das práticas culturais teria gerado uma cisão social. Sendo outro ponto mencionado, a ausência de incentivo público.

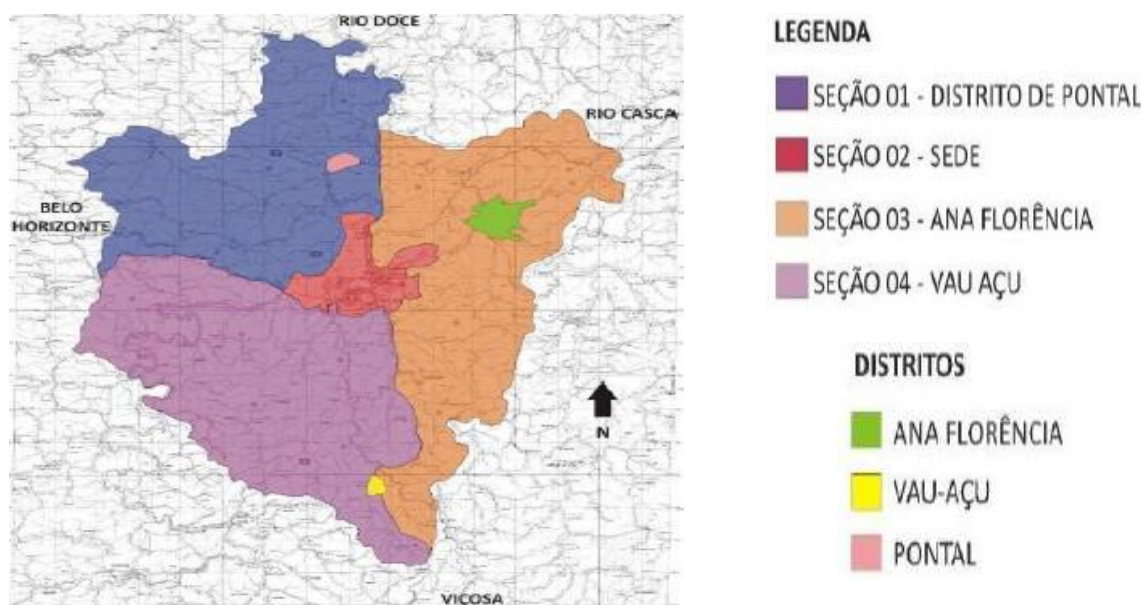
---

<sup>5</sup> CARVALHO, Jarbas Sertório de. **Aspectos da Indústria Açucareira no Município de Ponte Nova (MG)**. Memória apresentada ao Congresso de História, comemorativa do 4º Centenário da Fundação da cidade de São Paulo. Ponte Nova (MG): Instituto Pontenovense de História, 1954, p. 29-34.

Observamos que considerável parcela da mão de obra ali disponível hoje, se encontra absorvida por indústrias próximas: Laticínios Porto Alegre; Bartofil Distribuidora; Frigorífico Saudali; Fábricas de Doces; Usina de açúcar e álcool Jatiboca (Urucânia – MG).<sup>6</sup>

Consideramos muito curiosa aquela fala. Questionávamo-nos o que os impedia de terem perpetuado tais manifestações. Só algum tempo depois percebemos que a resposta pudesse se encontrar na forma de organização sociocultural em virtude não apenas da usina, a uma primeira vista, mas resguardando traços de formação e constituição da sociedade localizados a um espaço temporal ainda mais remoto e mais amplo do que se fazia parecer.

**Figura 2: Mapa de seções pelo Plano de Inventário – Ponte Nova.**



Fonte: PONTE NOVA. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (MG). **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Ponte Nova**. Belo Horizonte: Rede Cidades, 2015, p. 25.

Uma intenção de ampliar o entendimento sobre a sociedade atual motivaria a persistência de alguns poucos indivíduos em despertar o interesse da cidade para suas referências culturais mais antigas, que veem se perdendo. A história local de Anna Florência

<sup>6</sup> No passado (1876) o território de Ponte Nova, compreendia localidades que hoje são cidades não somente localizadas na microrregião da qual vem a ser sede, como também fora dela. Por volta de vinte e cinco localidades, dentre elas Urucânia, que se emancipa em 1960, mas continua a fazer parte dessa Microrregião. Dada a proximidade, mesmo após o encerramento da atividade industrial da Usina Anna Florência, sua vertente agrícola (canaviais e trabalhadores ligados ao corte da cana) teria sido mantida sob administração da Usina Jatiboca, grupo proveniente da história da primeira usina e que por muito tempo se encontrava a frente de ambas, formando um monopólio regional. Sobre essa amplitude territorial, ver: Figura 9, p. 59.

se confunde com a consolidação da economia regional, o que finalmente lhe rendeu atenção junto ao Plano de Inventário<sup>7</sup> realizado pelo município (figura 2).

Em 2015, outro fator se somou ao nosso objetivo de utilizar a história daquela localidade como ponto de apoio a uma reflexão social coletiva, servindo ao presente. Naquele período fizemos parte da comissão encarregada de rever e atualizar o Plano Decenal Municipal de Educação (PDME).<sup>8</sup>

Pela análise dos dados, relevantes avanços puderam ser percebidos. Contudo, detectou-se também problemas que avançavam do Ensino Fundamental ao Ensino Médio: o elevado percentual da população com 15 anos ou mais sem os anos iniciais do Ensino Fundamental concluídos,<sup>9</sup> ocasionando efeito cascata com aumento da Taxa de Analfabetismo Funcional; Taxa de Distorção idade-série etc.

Suspeitávamos que esses dados talvez sinalizassem um desinteresse dos alunos para com o ensino formal, supostamente pouco vinculado às suas realidades, menos ainda disposto

---

<sup>7</sup> Desde 1995, o IEPHA emite normas para distribuição e uso de recursos provenientes do denominado ICMS Patrimônio Cultural: atributos a serem comprovados mediante ações desenvolvidas em favor da identificação, proteção, promoção e valorização do patrimônio cultural. A partir de 2003, a elaboração de Planos de Inventário passa a ser uma exigência do IEPHA para melhoria na pontuação que determina os recursos distribuídos. Trata-se de documentação consubstanciada, com localização, descrições características (históricas e culturais) ligadas aos bens listados. Surpreendente é que Ponte Nova se apresenta como um dos pioneiros em Minas com relação à legislação pertinente em âmbito municipal, sob parâmetro do artigo 216 da Constituição Federal. Sua primeira lei referente a tais condutas é anterior às diretrizes oficiais do IEPHA. Trata-se da Lei Municipal 1.582, de 1990, estabelecendo a Proteção do Patrimônio Cultural e autorização para criação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova. O início do processo de inventariamento data de 2007. Ponte Nova chegou a receber recursos do ICMS, mas sua aplicação e prestação de contas não se faziam a contento, prejudicando seu aprimoramento e avanço. Isso se agravava por ausência de transparência, decisões centralizadoras e não se oportunizar a discussão e participação popular. O desconhecimento ou pouco interesse de agentes executivos e legislativos para com essa temática é perceptível dada a descontinuidade e pouco apreço pelas ações necessárias a uma efetiva política patrimonial como promotora de desenvolvimento social a partir da cultura local. Somente a partir de 2009, um trabalho mais significativo teria início, mediante empenho de alguns servidores. Todavia, interesses políticos e insuficiência de recursos materiais e humanos, podem ainda se apresentar como empecilhos à execução um bom trabalho.

<sup>8</sup> A elaboração e aplicação de Planos Decenais de Educação provêm de terminação legal, cabendo aos municípios providências cabíveis para sua observância. Explicando um pouco mais temos: a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 214, que deverá ser elaborado um Plano de Educação decenal definidor de “diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades”. A elaboração de Plano Nacional de Educação (PNE) e de Plano Decenal Municipal de Educação é exigida por força do que dispõe a Emenda Constitucional nº 59, de 11/11/2009. Por sua vez, a Lei nº 13.005, de 25/6/2014 (artigo 8º), determina que todos os Municípios deverão adequar ou elaborar os seus planos até um ano após a sua entrada em vigor. Já no nível estadual, a Constituição Mineira afirma que o Plano Estadual de Educação deve visar à articulação, à integração do Poder Público e à sua adaptação ao Plano Nacional. Atuando neste sentido, a Lei Estadual nº 19.481/2011 aprovou o Plano Decenal de Educação do Estado (PDDE) para o decênio 2011-2020, nele também definindo diretrizes para a elaboração dos Planos Decenais Municipais de Educação (PDME). Dessa forma justifica-se o processo de elaboração do PDME naquele período de 2015.

<sup>9</sup> PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Decenal Municipal de Educação**. Ponte Nova: Prefeitura Municipal, 2015, p. 121.

a incluí-los ativamente nas decisões afeitas ao ensino-aprendizagem. Em casos similares a este, um diagnóstico é necessário, iniciando-se pelo histórico sociocultural como suporte para listar possíveis causas e determinar elementos e ações auxiliares à solução.

Em 2016, se fez oportuno ingressarmos em um Programa de Pós-Graduação *Scrito Sensu* – Mestrado em Patrimônio Cultural e Natural, Paisagens e Cidadania. Havíamos recentemente reintegrado o quadro de Conselheiros do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova e com os novos conhecimentos poderíamos exercer com maior propriedade a referida função. No decorrer do curso de Mestrado, percebemos na Educação Patrimonial um potencial promissor para oferecermos uma resposta àquelas problemáticas sociais sentidas em nossa trajetória profissional acima descrita.

A comunidade do bairro Anna Florência veio à nossa mente. Serviria de laboratório para o desenvolvimento de uma nova visão educacional, comprometida e alinhada com o social, por meio do desvendar de remotos mecanismos culturais que ainda podem se encontrar atuantes. O Patrimônio Cultural oficializado pelo Plano de Inventário Municipal serviria para iniciar um processo de autoanálise social, no que se inclui a sua forma de elaboração e possível perpetuação de práticas excludentes.

A verticalidade fomenta a hierarquização e o condicionamento dos indivíduos a formas desestimulantes de viver. A escola reflete a sociedade que a produz e o desinteresse dos alunos pode sinalizar um desinteresse do sujeito comum por uma sociedade que não estimula a sua participação decisória, em uma gradual formação cidadã. O fracasso da escola, refletido em improdutividade qualitativa e evasão, pode advir das formas de socialização cultural historicamente construídas. Apesar do discurso atual, favorável às diferenças, na prática se percebe a contradição:

Neste sentido, privilegiam estratégias educacionais de “compensação” das deficiências culturais dos alunos. Pode-se dizer que esse paradigma reconhece a diversidade cultural mas hierarquiza as diferentes culturas, considerando a relação entre elas de superior a inferior. Desvaloriza determinadas culturas e suas especificidades e reduz o papel da educação a uma função de compensação cultural que termina por negar a diferença.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e Cultura (s): uma aproximação. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, agosto, 2002, p. 133. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v23n79/10852.pdf>> Acesso: 12 jul. 2018.

Assim, surge este estudo, almejando suscitar entre as pessoas uma discussão e uma reflexão a respeito de suas condições de existência. Porque o legado cultural somente se constituirá como tal e se justificará ao se efetivar por meio de uma escolha coletiva e lúcida, por um real sentimento de participação e pertença.<sup>11</sup>

Um método auto educacional, dispondo a Educação Patrimonial como suporte, poderia desenvolver habilidades de busca, análise, crítica e construção autônoma de referenciais próprios, partindo-se da compreensão histórica de seu contexto. Poderia conduzir à percepção quanto a não necessidade de tutela para se realizar algo que pode ser feito pelo próprio esforço comunitário. “Bens patrimoniais têm valores cognitivos, [...]”<sup>12</sup> e potencial introdutório ao entendimento e prática da cidadania.

Apesar do inventariamento patrimonial representar um avanço, ao ser produzido sem ampla participação popular, perdemos a chance não só de incentivar a cidadania como também de deflagrar uma transformação social a partir do autoconhecimento da sociedade. O inventário patrimonial ocorrido em Anna Florência, 2014/2015, não foi diferente dos demais. Acreditamos que a própria forma de organização do sistema nos conduz ao equívoco.

O fator ICMS-Patrimônio Cultural, parece muitas vezes suplantar o fator sociocultural. O inventariamento normalmente é produzido por equipes terceirizadas, provenientes de um processo licitatório, no qual empresas, distantes da realidade em que atuarão, reservam curto prazo para a realização de tão minucioso e relevante trabalho.

Em sua atividade produtiva, essas empresas se baseiam no que se apresenta à mão enquanto suporte de informação e conhecimento sobre as realidades tratadas. E, muitas vezes, isso acaba por privilegiar expressões materiais (edificações, documentos etc.) provenientes da visão de mundo de uma parcela social muito reduzida. Não se realiza uma pesquisa aprofundada na qual sejam incluídas outras visões sobre a sociedade, por exemplo, provenientes das camadas sociais historicamente excluídas. Isso repercute na qualidade interpretativa desses inventários. Um viés antropológico, etnográfico, seria de grande valor.

Acreditamos no potencial interpretativo dos significados envoltos às manifestações culturais e concebemos que a cultura pode se colocar como recurso de poder ou resistência. Porém, muito mais que isso, consideramos pertinente a investigação de expressões populares,

---

<sup>11</sup> MIRANDA, Marcos Paulo de; et al. (Org.). **Mestres e Conselheiros**: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 82.

<sup>12</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, literatura e cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 34, p. 406, 2012.

oralidade e memórias como forma de abrangência e aprofundamento dos Inventários Culturais Patrimoniais, para além da materialidade, para além do mero registro. Uma vez que poderia ocasionar uma melhor compreensão do contexto de formação da sociedade, o modo como se organiza e se reproduz.

Uma ampla e sistêmica reflexão pode ser mobilizada, utilizando-se as escolas como ambientes permanentes dessa discussão. Chamando as comunidades a tomar parte na patrimonialização, dessa forma contribuindo para ampliar a possibilidade de uma inserção no cotidiano. Conservação mediante um comprometimento coletivo.

Nesse sentido nossas ambições se convergem para uma visão e uma abordagem mais profunda quanto às manifestações culturais de um povo. Não somente com relação aos seus mecanismos estruturais formativos, mas, sobretudo, as potencialidades que possa oferecer.

Muitos trataram da temática folclórica focando na narrativa de um mito originário, como no caso do Bumba Meu Boi. Particularmente vemos nisso um equívoco. Por exemplo o Boi Laranja de Anna Florência o “auto”<sup>13</sup> parece jamais ter sido encenado. Seu significado parece se encontrar na rebeldia e na socialização, como o baluarte maior de uma congregação de seres que no passado foram mais unidos, e que atualmente resolveram invocar o Boi, há muito inativo, na tentativa de reencontrar uma sociabilidade perdida, pois parecem carecer da proximidade humana que antes havia e que o mundo moderno tende a dissipar.

Reduzir essa manifestação cultural a um “auto” repetitivo é limitar a criatividade e autenticidade de um povo que se utiliza desses momentos para expressar sentimentos e pensamentos obstaculizados em outras esferas da vida. Sentimentos e pensamentos que se modificam. Naturalmente se modificam também as manifestações daí provenientes e os sentidos a elas atribuídos. A mensagem maior que devemos abstrair do “auto” é a de que o “bumba-meu-boi reflete a situação de confronto hierarquizado que se estabelece na estrutura social brasileira, resumindo o conflito humildes *versus* poderosos, parece representar, ainda, um esforço do homem para resolver as contradições que encontra na vida”.<sup>14</sup> Uma figuração:

---

<sup>13</sup> Trata-se do enredo primordial de uma história. Em relação ao Bumba Meu Boi: a história do boi morto por Pai Francisco para satisfazer o desejo de uma grávida, Catirina. A partir dali toda uma busca por meios capazes de ressuscitar o boi preferido do fazendeiro. Um pajelança resolve a questão e o festejo começa, celebrando o feito. FURLANETTO, Beatriz Helena. **O Bumba-meu-boi do Maranhão: território de encontros e representações sociais.** R. RA'E GA. n° 20. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 108. Disponível em: <file:///C:/Users/administrativo/Downloads/20615-74058-1-PB.pdf.> Acesso: 5 jun. 2018.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 110.

[...] um sistema de valores, ideias e práticas com as funções de estabelecer uma ordem – que possibilita às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo – e tornar possível a comunicação entre os membros de uma comunidade – fornecendo-lhes um código para classificar os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.<sup>15</sup>

Sua função talvez fosse canalizar frustrações e revoltas, transformando veneno em antídoto: a alegria. Curioso perceber que o Boi Laranja ocorria em pleno período mais tenso e exaustivo do ano, o da colheita da cana-de-açúcar. Talvez o Bumba meu boi de Anna Florência fosse ainda mais antigo, pois não acreditamos haver coincidência ter sido fortemente presente em um local imerso em multiplicidade cultural (indígena, negra, imigrante...). Ressaltando-se que além da população fixa, populações sazonais acompanhavam os períodos de colheita. Culturas e costumes que se intercambiavam.

De modo que tradição não deve ser entendida como repetição do ato, mas como perpetuação dinâmica das condições para uma ação, que pode se modificar no seu arquétipo, ou mesmo nos sentidos que lhe estão envoltos, resguardando, no entanto, o que é fundamental enquanto expressão cultural popular: a comunhão. Aliás, se encontra aí um dos mais relevantes critérios referentes ao registro de tradições imateriais: garantir sua continuidade sem imobilizá-la. Pois, a inércia seria sua destruição. Sendo assim não faz sentido insistir em narrativas de origem como o mais importante.<sup>16</sup> Seu conhecimento é útil enquanto repertório de referências e compreensão da multiplicidade baseada nos contextos sócio históricos.

O escritor e estudioso Mario de Andrade<sup>17</sup> foi um dos primeiros a valorizar devidamente as manifestações populares como representações da cultura brasileira, a exemplo dos bumbas meus bois. Considerava importante sua simbologia e estética.

Mas, nos anos de 1950,<sup>18</sup> noções equivocadas de alguns estudiosos do folclore, a pretexto de preservação cultural, privilegiariam uma posição prejudicial à renovação própria da cultura. Acreditavam que preservar significava manter a expressividade congelada na

---

<sup>15</sup> FURLANETTO, Beatriz Helena. Op. Cit., p. 109.

<sup>16</sup> COLARES, Camila; ADEODATO, João Maurício. **A obras de Sílvia Romero no desenvolvimento da nação como paradigma:** da dicotomia entre o positivismo e a metafísica à adoção de evolucionismo Spenceriano na transição Republicana. Paraíba: UFPB, 2011, p. 72-74. Disponível em: <file:///C:/Users/administrativo/Downloads/9833-21623-1-PB.pdf> Acesso: 5 jun. 2018.

<sup>17</sup> CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Tema e variantes do mito:** sobre a morte e ressurreição do Boi. MANA 12(1), 2006, p. 71. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a03v12n1>> Acesso: 6 jun. 2018.

<sup>18</sup> SOUZA MARTINS, Carolina Christiane de Souza. **Política e Cultura nas Histórias do Bumba-meu-boi:** São Luís do Maranhão – século XX. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015, p. 37. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1880.pdf>> Acesso: 12 jun.2018.

forma como foi encontrada quando do seu registro por esses pesquisadores, como se isso fosse possível ou o melhor a se proceder.

A cultura não é estática. Comporta transformações e acompanha as mudanças sociais, por isso estudá-la é uma boa estratégia para tentar responder aos nossos questionamentos. Essa fluidez deve ser compreendida quando do reconhecimento de manifestações culturais, que podem se modificar, desaparecer ou ressurgir, conforme a vontade popular, e nem por isso deixam de ser menos autênticas por não guardarem fortes ligações com uma suposta origem.

Afinal, o que confere valor cultural a algo é a força de evocação emocional envolvida e sua vinculação com o cotidiano das pessoas. A verdade de uma expressão é o que importa, a mensagem transmitida, não uma dita pureza apregoada por um folclorismo equivocado. Ainda mais com relação ao Bumba meu Boi, representatividade máxima de uma mistura, e, como tal, deve ser renovada e atualizada por cada geração para não morrer como muitas vezes ocorre. A exemplo do Boi Laranja, que desapareceu, mas ressurgiu agora.

A expressividade popular pode guardar mais significados do que aparenta. Conotar uma narrativa metaforizada da própria vida de indivíduos imersos em um meio social. Estaria intrinsecamente ligada às condições existenciais, por vezes difíceis. Daí abstrairmos seu potencial cognitivo, conforme sugere Carlo Ginzburg sobre as narrativas,<sup>19</sup> ao recomendar que vejamos os testemunhos ao modo de Walter Benjamin: contrariamente às intenções originais. Algumas dessas expressões podem não ser apenas folguedos, mas codificações, às vezes inconscientes, de algo inaudito. Observa-se que o que se mostra como testemunho deve ser sabatinado às avessas, e, o que não se declara como tal, pode ser um testemunho.

Acontece que, em se tratando de cultura, concebemos a existência simultânea de intenções perceptíveis (direcionadas ao individual e/ou coletivo) e de elementos implícitos (tácitas normas de condutas). Estes últimos, pela sedimentação, não raras vezes, parecem incontestáveis, intransponíveis; ou, se há percepção, mesmo que espaça, sobreviver ainda é uma prioridade a determinar um simulacro ou a conformação. Dessa forma, sistemas culturais podem corroborar para a marginalização e estratificação social.

Interessa-nos entender como se procede esse mecanismo de sedimentação, permitindo a sobrevivência de costumes socioculturais por várias gerações. Atuando como obstáculos à consciência e autonomia. Para o nosso objeto, temos as memórias em torno de

---

<sup>19</sup> GINZBURG, Carlo. **Relações de Força** – história, retórica, prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 43.

uma usina de açúcar onde havia uma fazenda escravocrata, conduzida aparentemente sob um modelo patriarcal, cuja família detentora teria supostamente perpetuado no trato com os empregados da usina uma forma velada de controle. As relações humanas constituídas da fazenda à usina compuseram um microcosmos revelador do modelo de sociedade de então.

José Sérgio L. Lopes, analisando casos semelhantes em sua obra **O Vapor do Diabo**,<sup>20</sup> afirma que ao residirem no mesmo local de trabalho, sob dependência dos usineiros, muitos dos trabalhadores da indústria do açúcar pareciam submetidos a um constante controle, que alcançava até seu tempo livre.

Um controle interno potencializado por fatores externos (sociais, políticos, econômicos e/ou circunstanciais), um exemplo seria a mão de obra excedente. Ser demitido significava também ser despejado, favorecendo a submissão. Parecia que viver em um ambiente assim catalisava mazelas que pudessem se encontrar diluídas culturalmente na sociedade, mas, que por aquelas condições, se faziam mais incisivas.

No difícil contexto social formado entorno de uma atividade usineira acreditamos que a cultura efetuasse singular função. Dessa forma, analisar aquele período a partir das memórias, ainda detectáveis entre alguns residentes da antiga vila operária da Usina Anna Florência, pode ser útil ao presente.

Saberes formais e informais, articulando memória, cultura e história a serem reexaminados, como atividades sociais construídas e investidas de noções subjetivas de mundo. Um valioso saber a constituir o corpo de um projeto educacional instigador, concebendo que a construção da história local se efetue a nível do que cada comunidade estabeleça como importante para si, seu próprio legado.

Importante é saber identificar quais são as referências culturais presentes na história e cotidiano de um grupo, transmitidas a gerações. Refletir sobre as formas de concepção dos seres humanos sobre si mesmos, o meio e sua ação neste. Inventariar os produtos dessas manifestações (tangíveis e/ou intangíveis), cruzando diversos conhecimentos, em ações de Educação Patrimonial, oferece uma importante ferramenta de avanço na relação ensino/aprendizagem, dotando-a de elementos mais atrativos<sup>21</sup> aos alunos. A proposta é

---

<sup>20</sup>O processo de beneficiamento do caldo de cana no período da safra libera nas usinas um intermitente vapor que em virtude do árduo trabalho proveniente de todo o processo ligado ao cultivo da cana até esse momento de produção e escoamento seria simbolicamente associado a um vapor infernal. Ver: LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 188.

<sup>21</sup> SANTOS, Júlio César Furtado dos. **Aprendizagem Significativa**. Modalidades de aprendizagem e o papel do professor. Porto Alegre: Mediação, 2008, p. 33.

estabelecer uma relação orgânica com a cultura mediante estreito e ininterrupto contato entre educação formal e não-formal. Promover a valorização da Educação Intercultural.

A perspectiva apresentada por Sônia Regina Rampim Florêncio se mostra pertinente. Em inúmeros trabalhos ela indica caminhos, dentre eles, o inventariamento não-oficial, como instrumento de democratização e aperfeiçoamento da ação cidadã: “considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio cultural”.<sup>22</sup> Que melhor maneira de fazer isso se não começando pela escola? Professores, alunos e moradores próximos interagindo e constituindo uma rede horizontal de descoberta, produção e transmissão de conhecimento.

A ação patrimonial, especialmente em seu viés educacional, é incipiente em nosso país. E, quando ocorre, deparamo-nos com descontinuidade e equívocos. Ainda não se criou o hábito em nossas escolas de utilizar os elementos identificáveis como patrimoniais para estímulo de pesquisas e estudos a se desdobrarem em inúmeras atividades e conhecimentos propícios à dinamização do ambiente escolar e das ações ali desenvolvidas.

A nossa Carta Magna,<sup>23</sup> afinada com as recomendações a respeito dos elementos de valor patrimonial apregoadas pela UNESCO, desencadeou o surgimento de toda uma legislação e formação de instrumentos legais, chancelando um movimento iniciado na década de 1930, do qual resultou a criação de órgãos especializados, como o IPHAN. Esses direcionamentos serviram de base para que o Plano Nacional de Educação (PNE) indicasse a importância da pluralidade e diversidade cultural junto aos chamados “Temas Transversais”:

[...] essa disposição indicava a inserção do debate acerca do patrimônio nas salas de aula, abordando-o como fontes documentais que sustentavam a “produção do conhecimento sobre o passado”, passíveis de elucidar o sentido dos monumentos e das efemeridades celebrados no presente.<sup>24</sup>

Tomando a igualdade de direitos como um pressuposto, o que se entende por Educação em meio à diversidade, pode se valer das discussões concernentes ao Patrimônio Cultural para introduzir o problema de desigualdades construídas socialmente, de modo a

---

<sup>22</sup> FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial**: Inventários participativos - manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Brasília (DF): IPHAN, 2016, p. 5.

<sup>23</sup> BRASIL. **Constituição (1988)**. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II – Da Cultura, artigos 215 e 216, p. 139-140.

<sup>24</sup> PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural**: Consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009, p.102.

efetivar o que a lei já apregoa, mas que na prática é negado, seja pela hipo/insuficiência pedagógica, seja pelo cerceamento de condições preparatórias à participação e decisão.

Muitas das práticas educacionais em nosso país se encontram defasadas. Os profissionais da Educação poderiam conceber que a sua própria valorização depende das mudanças nessas práticas. Discutir criticamente os currículos escolares, concebendo-os como produtos depositários e reprodutores de um dado modelo social, é um começo. Apresentando-se como uma ferramenta moldável, serviu ao controle, mas, também pode servir à emancipação. A escola pode e deve iniciar uma revisão dos preceitos sociais de forma interna, por uma problematização curricular, a fluir para e pelo meio externo.

Dessa forma, a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deve ser precedida de um diagnóstico contextual. Compreender a fundo a realidade na qual se encontra inserida a escola, envolver as comunidades nesse diagnóstico e discussões subsequentes para uma construção democrática e conjunta desse projeto, é a conduta apropriada. Acreditamos que um dos papéis sociais da escola é desestabilizar paradigmas, estimular o pensamento e encontrar formas plausíveis de ação, no que se inclui o seu Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), de modo a contribuir para uma transformação social em favor da maioria.

Os currículos escolares guardam intenções. Podem refletir disputas travadas socialmente, e, por conseguinte, a visão de mundo dos que se impõem e tentam submeter os demais. São, portanto, objeto de poder, carregados de teor político/ideológico a transparecer anseios, que não devem refletir apenas um grupo, mas o diálogo em busca do bem comum.

Estabelecer um currículo que, em uma realidade tão diversa como a brasileira, ofereça uma base comum sem negligenciar essa diversidade, contemplando particularidades regionais e locais, é um desafio. Essa discussão nos lembra em muito daquelas tratadas em meio ao Patrimônio Cultural, transitando ao mesmo tempo pelo geral e o particular.

Mas, de uma coisa não temos dúvida: garantir a todos o direito à identidade pressupõe a valorização de um passado visto como uma construção, proveniente da contribuição de muitos personagens, igualmente valiosos em suas manifestações. Tal percepção, uma vez suscitada, inspirará a nos portarmos pela égide da pluralidade em nosso próprio tempo, pois não é de outra forma, apenas nos fazem crer que não.

Na elaboração curricular a contextualização e a interdisciplinaridade devem ser a chave mestra de orientação. Uma compreensão mais ampla da realidade advém da habilidade de cruzar diversas áreas do saber. Os professores não podem permanecer restritos às suas

áreas e nem compartimentar os diversos saberes. Insistir nessa concepção é subtrair da escola seu potencial criativo.

Até este momento, a interdisciplinaridade não transpôs a fase do mero discurso, de modo a se efetivar e amadurecer a um patamar seguinte: a diluição de fronteiras disciplinares com a adoção da transdisciplinaridade, quando as disciplinas terão seus conteúdos alinhados e interagindo para um objetivo comum em um projeto orgânico. Falamos aqui da integração em busca de uma unidade interpretativa.

A nosso ver, os conteúdos curriculares devem ser trados de forma integrada por meio de projetos que vão gradualmente avançando, se ampliando e se moldando, conforme avaliações formativas, participativas e processuais. O diagnóstico e a avaliação, nesse sentido, voltam-se mais ao aspecto qualitativo, frisando a realidade e necessidades do aluno e sua comunidade como ponto de partida, determinando as escolhas e estratégias pedagógicas a serem instituídas pela escola com a participação e envolvimento dessas comunidades. Mais do que isso, permitem detectarmos saberes prévios diluídos nesse contexto que, em sendo de conhecimento dos alunos, podem ser explorados pelos professores buscando agregá-los.

Considerar os contextos socioculturais formados historicamente é uma forma de aproximação da escola para com a sociedade em que atua, tornando o processo ensino-aprendizagem mais inteligível, atraente e significativo aos educandos. Os currículos devem ser interativos e focar no desenvolvimento de capacidades de análise contextual, suas problemáticas e desafios, bem como habilidades de elaboração e aplicação de soluções.

Porém, ao nos utilizarmos de relações socioculturais como suporte educacional é preciso conceber que descrevê-las ou discutir sobre elas não é o bastante. Precisamos de reflexão crítica, seguida de ação comprometida. Para o início dessa tarefa, buscamos reunir documentação impressa, contrapondo-a com relatos orais dos moradores da localidade.

Quanto a essas fontes queríamos verificar no que se cruzavam ou refutavam. Além disso, propor discussões aos moradores e alunos da escola ali existente, expondo nossas impressões e solicitando que desenvolvessem suas próprias percepções e conclusões. Também as oficinas realizadas auxiliaram nesse propósito, dinamizando corpos e mentes, simultaneamente problematizando e gerando respostas, advindas da diversidade cultural.

Mais à frente esclareceremos sobre as oficinas integradas, de modo a concretizar um projeto, cujo transcorrer foi acompanhado por educadores e equipe pedagógica da escola (puderam opinar, sugerir e aderir às atividades elementos do calendário e currículo escolar, de

forma a também serem refletidos em conjunto), sendo alvo de avaliação formativa simultânea. Isso tornaria possível ajustes para adaptação do projeto a demandas detectadas.

Empenhamo-nos para que as oficinas constituíssem parte dessa ação, com propósito a transmissão dos saberes manuais (cestaria com bambu etc.), detidos por alguns indivíduos (antigos moradores), aos mais jovens. Oportunizou-se, sobretudo, que as memórias em torno desses saberes fossem apreendidas. Importante foi ressaltar nesses momentos que muitas dessas manifestações culturais dependem de uma interação sustentável com o meio ambiente. Por exemplo, a cestaria em bambu taquara (quase extinto na região), depende da manutenção das matas, dessa forma garantindo-se também os significados envolvidos a esse saber.

Por sua vez, com as oficinas de história, causos e memórias (palestras, discussões, contadores de histórias) visamos promover a troca de conhecimentos sobre a história local entre moradores mais antigos e os alunos. Buscou-se revisitar e examinar essa história para um uso educacional. É crucial valorizar o contato social e estimular a sensibilidade através da alteridade, construindo suas próprias formas de perceber e sentir o mundo ao seu redor a partir da percepção de outras formas distintas ou semelhantes à sua, num processo constante de criação e recriação de si mesmo, pautado pela solidariedade.

Essa responsabilidade intergeracional advém da concepção de sermos seres históricos, influenciados pelo tempo e realidade presente, porém, em conexão com o legado de gerações passadas, recepcionado de forma crítica. A análise e produção textual que desenvolvemos se pautou por esse viés e conduziu a formulação da estrutura que agora apresentamos:

Entre Introdução e Considerações Finais, na discussão sobre a trajetória e resultados dessa pesquisa dispomos quatro capítulos. Nosso **Quadro Conceitual/Metodológico** (Anexo IV: letra “e”) se vê esmiuçado principalmente nos três primeiros capítulos. Da contextualização histórico-espacial, os elementos de conformação de uma dada sociedade, aos desafios com os quais se depara. A relação entre conceitos de Poder e Cultura, Cultura e Memória, Memória e Identidade, História e Memória. Em especial com o objetivo de desvendar a forma como a Memória auxilia na perpetuação Cultural, no que isso tem de fatores positivos e negativos. Bem como a forma como todo esse arsenal de conhecimento pode ser instrumentalizado enquanto Educação Patrimônio, dispondo o Patrimônio Cultural a serviço do desenvolvimento social por meio da Educação.

O capítulo 1 – “Ponte Nova, um nome sugestivo”, serviu para contextualização e entendimento espaço/tempo, do geral ao particular de uma sociedade que, longe de ser insular, realizou intercâmbios culturais, determinantes para a configuração da história local.

Quisemos compreender os motivadores (econômicos, sociais, políticos...) a impulsionar a formação dos agrupamentos humanos, manifestando-se aí relações de poder dadas e perpetuadas culturalmente. Em nossas reflexões entrelaçamos criticamente a esse caso particular o que alguns autores têm a contribuir para o entendimento de transformações sociais e suas repercussões nas diversas esferas a compor um meio social: Ângelo Alves Carrara,<sup>25</sup> Camila Pelinsari Silva,<sup>26</sup> Alexandre M. Cunha,<sup>27</sup> Maria O. Leite da Silva Dias,<sup>28</sup> Paul Claval,<sup>29</sup> Fernando G. Lamas<sup>30</sup> ...

Nessa primeira parte procuramos expor uma dinâmica histórica que teve a atuação de um Estado conservador como catalizador para a implantação de novas estruturas, porém, ainda se utilizando de instrumentos anteriores de controle. Também iniciamos explicações auxiliares às discussões que se desdobrarão nos demais capítulos quanto à história e memória pretensamente oficiais,<sup>31</sup> resguardando em si intentos muito específicos. Uma literatura local nos serviu para percepção de como se procedeu mentalmente a formação de um “jeito de ser” e de uma história oficial circunscrita, podendo a oralidade manifestar outras versões.

À luz dessa conformação social trabalhamos com um conceito de cultura como prática dinâmica de expressividade, no qual a passividade dos subjugados pode ser apenas

---

<sup>25</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estrutura Agrária e Capitalismo**: contribuição para estudos de ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (século XVIII a XIX). Departamento de História. Núcleo de História. Econômica e Demográfica. Série *ESTUDOS* - 2. Mariana: UFOP, 1999, p. 27.

<sup>26</sup> SILVA, Camila Pelinsari. **Estruturas fundiárias e agrárias numa área de fronteiras**: Ponte Nova, 1855-1888. 2013. 221f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora (MG): 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2013/03/disserta%C3%A7%C3%A3o-Camila-Pelinsari.pdf>> Acesso: 16 dez. 2017.

<sup>27</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da Capitania à Província** - políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. 2007. 334. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007, p.21. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007\\_CUNHA\\_Alexandre\\_Mendes-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_CUNHA_Alexandre_Mendes-S.pdf). Acesso: 17 jan. 2017.

<sup>28</sup> DIAS, Maria O. Leite da Silva. **A interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 28.

<sup>29</sup> CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Trad. de Luiz F. Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. 3ª ed. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2007, p. 61.

<sup>30</sup> LAMAS, Fernando G.; et. al. **A Zona da Mata Mineira**: subsídios para uma historiografia. *Jornal Eletrônico da Faculdade de Economia do Vianna Júnior*, v. único, p. 12, 2003. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_fernando\\_lamas\\_luiz\\_fernando\\_saraiva\\_rita\\_almico\\_-a-zona-da-mata-mineira-subsidios-para-uma-historiografia.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_fernando_lamas_luiz_fernando_saraiva_rita_almico_-a-zona-da-mata-mineira-subsidios-para-uma-historiografia.pdf)> Acesso: 18 dez. 2017.

<sup>31</sup> Autores como; Antônio Brant Ribeiro Filho; Ângelo Vieira Martins; Manoel Ignácio Machado de Magalhães; produções da Alepon; Informativo COPLACAN e da imprensa local.

aparente.<sup>32</sup> Quanto a essa questão ligada à expressividade consideramos pertinente tratarmos de identidade, examinada por Zygmunt Bauman,<sup>33</sup> referente a rivalidades e conflitos, às vezes tácitos, na busca por afirmação. Importante se faz a superação das desconfianças entre os indivíduos e grupos para que a diversidade e diferenças prevaleçam e convivam em harmonia.

No capítulo 2 – “O poder persuasivo da palavra”, almejamos analisar criticamente e desvendar quais e como foram utilizados os instrumentos de embate social, sua manipulação fosse como coerção ou resistência. Esses instrumentos podem ter servido a ambos os lados, porém, de forma mais incisiva por seletos grupos, resultando na continuidade ou restabelecimento de antigos traços culturais, mesmo sob distintas conjunturas.

Analisou-se o discurso narrativo, o uso retórico e ideológico em uma literatura local; em jornais de produção e circulação interna à agroindústria usineira; dentre outras fontes (escritas<sup>34</sup> e orais<sup>35</sup>), para perceber os significados socioculturais difundidos que nos propiciaram melhor compreensão do porquê das ações ocorridas desta e não daquela maneira. Sua repercussão na sociedade. Fizemo-nos valer de uma indicação proposta por Carlo Ginzburg<sup>36</sup> quanto a esmiuçar as entrelinhas, o que está simultaneamente dentro e fora do texto ou oralidade, motivações e impulsos às vezes inconscientes, pois culturalmente colocados. O despertar dos indivíduos para esses mecanismos é motor de mudanças.

Foi nessa perspectiva que trouxemos conceitos tratados por autores como Jacques Le Goff (a intencionalidade),<sup>37</sup> Edward Palmer Thompson (mutualidade entre classes), Pierre Bourdieu (simbolismo) e Aletta Biersack (diálogo estrutura/evento).<sup>38</sup> Auxiliaram-nos a compreender melhor a funcionalidade estrutural de elementos, reproduzidos no tempo, a justificar certos modelos de relação social, algumas vezes responsáveis por desigualdades.

No capítulo 3 – “A Memória como instrumento de Poder”, autores como Maurice Halbwachs,<sup>39</sup> Michael Pollak<sup>40</sup> e Paul Ricoeur<sup>41</sup> foram utilizados conceitualmente para tratar

---

<sup>32</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural** - entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Memória e Sociedade. Difel – Difusão editorial, 2002, p. 209.

<sup>33</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 41

<sup>34</sup> Autores como: Ana Luiza Fernandes de Oliveira Dias; Ludovina da Conceição A. R. Pires; Maria Sylvia Salles Coelho; Nancy Brandão Viana.

<sup>35</sup> Entrevista com ex-funcionários da Usina Anna Florência e conhecedores da história local.

<sup>36</sup> GINZBURG, Carlo. Op. Cit., p. 42.

<sup>37</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira e outros. 3ª ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994, p. 476-477.

<sup>38</sup> BIERSACK, Aletta. Saber local, história local. Geertz e além. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 108.

<sup>39</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2005, p. 30.

<sup>40</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, p. 4.

<sup>41</sup> RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. O discurso e o excesso de significado. Lisboa: edições 70, 1976, p. 15.

da questão concernente à memória (individual e coletiva) sob distintas abordagens, em seus mecanismos e possíveis interações. Tais abordagens serviram para melhor entendimento quanto a uma dialética determinante ao meio social. Porém, sentimos que algo ainda faltava.

Conforme a sedimentação cultural pode se encontrar presente na questão comportamental e normativa, surge daí nossa necessidade de ouvir outras versões, que não as oficiais. Servimo-nos das orientações de Marieta de M. Ferreira e Janaína Amado,<sup>42</sup> sem nos descuidar da intencionalidade e subjetividade obliquas às memórias. A fala daquelas pessoas, com as quais tratamos na formulação de fontes orais, interessou-nos para além de uma trama particular. Motivava-nos esclarecer melhor a dinâmica de um sistema, amparando simultaneamente visões distintas, interagindo no conjunto social.

Pierre Nora<sup>43</sup> foi para nós um exemplo da ambiguidade com a qual estaríamos lidando. Teríamos que nos conduzir com cautela pois, para que o projeto pudesse gerar entusiasmo e interação dos alunos e comunidade, seria preciso despertar uma aproximação para com suas referências culturais, de modo que eles mesmos as identificassem com tal. Pretendendo com essa invocação afetiva, reter atenção e dotar o processo cognitivo de uma autoaprendizagem, indo da aproximação subjetiva ao afastamento analítico. Tínhamos em mente a proposta de Tzvetan Todorov: a exemplaridade,<sup>44</sup> revestindo-se a memória de valioso potencial de reflexão e autocrítica social a partir da percepção dos enlaces culturais.

A modernidade trouxe comodidades tecnológicas, mas também distúrbios na forma de relacionamento do ser humano consigo mesmo e seu meio. David Lowenthal<sup>45</sup> expõe uma noção de identidade, necessariamente ligada ao passado, pois de suas bases não se pode prescindir. Todavia, é uma identidade por projeto,<sup>46</sup> ou seja, sistematizada e consciente dos mecanismos que a envolvem e conduzem, de modo a dosar sua atividade em prol do coletivo, mas, sensível ao indivíduo. Caso contrário, nutrimos fenômenos como a valorização cega dos chamados “bens patrimoniais”, conforme se depreende junto à Françoise Choay.<sup>47</sup>

---

<sup>42</sup> AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 121.

<sup>43</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo (10), dez, 1993, p. 12.

<sup>44</sup> TODOROV, Tzvetan. **Abusos da memória**. Espanha: Ariela, 1995, p. 17.

<sup>45</sup> LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História. São Paulo, nº 17, nov., 1998, p. 83.

<sup>46</sup> CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 24.

<sup>47</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006, p. 206-212.

Buscamos então a ideia de “Enraizamento” defendida por Simone Weil,<sup>48</sup> quanto à necessidade de se valer do passado para fortalecimento e sentido no presente. Mantendo-se a emoção sob controle, de modo a não turvar a mente. É preciso uma aproximação entre sujeitos representantes de gerações distintas para uma troca profícua de potenciais a se concretizarem no convívio social, estreitado sob a égide educacional. Para tanto nutrimo-nos dos estudos de Ecléa Bosi,<sup>49</sup> embasando nosso intento de enxertias culturais, valorizando o conhecimento dos mais velhos, em contato com os jovens.

O capítulo 4 – “Memorial: registro do restabelecimento de manifestações culturais”, apresenta-se como a parte II de nosso texto. Enquanto nos capítulos anteriores, substanciando o processo teórico inerente à Parte I, tratamos das pesquisas, análises e reflexões críticas desenvolvidas em nossa trajetória, a Parte II visa a uma aplicabilidade daquilo que percebemos ser mais viável enquanto resposta à problematização anteriormente efetuada.

Nessa segunda parte discutimos aspectos inerentes às atuais práticas de patrimonialização, oferecendo uma alternativa que visa se opor à sua unilateralidade estéril. Nesse sentido, mais que um registro Memorial, representado não apenas por essa parte final, mas pelo conjunto documental a caracterizar esse trabalho, pretendíamos proporcionar uma dinâmica social que conduzisse as pessoas à auto percepção enquanto sujeitos históricos. O exercício da crítica sobre o passado e o presente, dispondo as manifestações culturais imateriais, que por ocasiões, expressam-se materialmente, como suporte a isso. A começar pela Educação, repensar os currículos escolares em uma proposta intertranscultural, concebendo que a Cultura não é estática e que as diversas culturas interagem e se interinfluenciam em um processo de necessário arejamento e fortalecimento.<sup>50</sup>

Mais do que nunca na história humana a globalização propicia o multiculturalismo e o hibridismo cultural. Algo iniciado quando diferentes grupos humanos deixam a África, há milhões de anos, encontrando uns com os outros pelo caminho. Algo acirrado pelas grandes navegações, a partir do século XV e intensificado frente as relações extremamente dinâmicas que a comunicação e tecnologia oferecem na atualidade. Temos de lidar com as oportunidades, mas também com os problemas que isso possa ocasionar.

---

<sup>48</sup> WEIL, Simone. **O Enraizamento**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru (SP): EDUSC, 2001, p. 50.

<sup>49</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade** – Lembranças de Velhos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994, p. 426.

<sup>50</sup> PADILHA, Paulo Roberto. **Currículo Intertranscultural**: por uma escola curiosa, prazerosa e aprendente. 2003. 347f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: 2003, p. 251. Disponível em: <[http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/123456789/59/5/FPF\\_PTPF\\_17\\_0030.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/123456789/59/5/FPF_PTPF_17_0030.pdf)> Acesso: 9 jul. 2018.

Uma ação participativa, motivadora de discussões a respeito da forma como a sociedade se viu organizada, do passado até os dias atuais, e, em como, por meio da Educação Patrimonial, tratada na parte diversificada dos currículos escolares (interdisciplinar e transdisciplinar), acreditamos dispor a relevante temática da cultura e seus referenciais a serviço da promoção dos Direitos Humanos, sobretudo no que tange à formação e maturação da prática cidadã. Muitos são os desafios e a solução para eles deve surgir no conjunto social.

As discussões em torno do âmbito de formação e desenvolvimento histórico das sociedades, mais especificamente, à imaterialidade cultural que se formou e determinou a materialidade e as maneiras de agir, do ser humano consigo mesmo e com o meio, devem ser o cerne de um Memorial que prive pelo caráter antropológico como incremento de uma compreensão histórica, capaz de auxiliar para a melhor compreensão das sociedades atuais.

Visando a efetivação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, apoiamos-nos nas experiências de autores como: Sônia Rampim Florêncio,<sup>51</sup> Sandra C. Pelegrini,<sup>52</sup> Evelina Grunberg,<sup>53</sup> dentre outros, para elaboração da proposta de restabelecimento de manifestações culturais articulando escola e comunidades adjacentes. A execução do projeto: “Construindo saberes, trocando memórias, formando cidadãos” junto à comunidade de Anna Florência mostrou ser viável e bem-vinda a absorção da temática cultural pelo ensino formal.

Almeja-se disseminar a educação por projetos, sob aporte do patrimônio cultural como espinha dorsal de outras temáticas: Ética; Direitos Humanos; Diversidade Étnico Cultural... Direciona-se a construção do conhecimento sob novo ângulo, norteado pelas necessidades sociais e pelo desenvolvimento de aptidões dos alunos para a problematização e solução de desafios enfrentados pela comunidade em que vive. Sua autonomia e independência mental devem ser incentivadas, sem prejuízo ao respeito mútuo.

O professor passa a ser um facilitador e articulador. A pesquisa, o questionamento, a crítica transformadora em prol do coletivo são o foco. A partir da sua própria cultura, percebida e analisada, o aluno poderá atingir uma ampliação perceptiva quanto a realidades distintas ou não à sua, sob a virtude da diversidade, e sem obnubilação da consciência.

As oficinas previstas pelo projeto foram flexíveis quanto a mudanças no cronograma, referente às necessidades dos interlocutores, os que transmitiram e receberam

---

<sup>51</sup> FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial: Inventários participativos**. Op. Cit., p. 5.

<sup>52</sup> PELEGRINI, Sandra C. A. Op. Cit., p. 102.

<sup>53</sup> GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília - DF: IPHAN, 2007, p. 6.

mutuamente as mensagens. Observações, sugestões, avaliações de resultados e adaptações ocorreram para a coerência e eficácia da proposta subordinada à horizontalidade das ações. A atenção à pluralidade e às demandas locais nos direcionaram.

Para abordagem inicial, programou-se três palestras com especialistas da área educacional, histórica e patrimonial. Essas palestras serviram de preparação teórica para alunos e professores sobre os temas a serem abordados, embasando e interagindo com as práticas que viriam a seguir ou mesmo concomitantes.

Dinâmicas e discussões efetivamente ocorreram, dispondo alunos de forma central ao estimular a sua percepção quanto à interligação da temática com suas vidas. O objetivo era levá-los a se identificarem, invocando elementos que lhes fossem familiares. Analogias são sempre muito didáticas. Uma Educação que se propõe significativa considera o sujeito como ponto de partida, caminho e chegada. Os temas das três palestras foram sequencialmente: Inventário Patrimonial - Usina Anna Florência; O que é Patrimônio Cultural?; Memória, História e Cultura na Usina Anna Florência.

Por sua vez, tanto as oficinas de causos, memórias e história, como as oficinas de saberes manuais, foram direcionadas a aproximar antigos residentes do bairro e os jovens, visando proporcionar o contato e possibilitar condições à transmissão desses saberes surgidos das vivências e impressões daqueles indivíduos no seu convívio social.

Consideramos memória como um processo que pode ter em certos suportes um facilitador. Alguns objetos que guardamos têm essa função, por isso nos são caros, indiferente do valor econômico. Quem não exercita a capacidade da lembrança articulada com o novo tem mais dificuldade em evoluir. Memórias precisam ser avivadas e compartilhadas.

Sejam boas ou ruins as memórias sempre detêm um propósito: nos trazer conforto emocional ou nos impedir de cometer os mesmos erros do passado. Para lembrar um bom artifício é efetuar associações, atribuir características significativas para quem lembra. As lembranças mais duradouras são as sinestésicas. Nas oficinas procuramos nos guiar por esse pensamento como também por outro: memória e esquecimento não se opõem, se completam.

Planejamos o restabelecimento dessas memórias propiciando que as mesmas e os saberes a elas associados pudessem circular novamente, mas não de maneira acrítica. Primeiramente os sujeitos foram conduzidos a uma reaproximação com esse passado, para em seguida, suscitarmos uma análise crítica sobre seus meandros. É preciso construir alicerces capazes de sustentar reflexões e discussões, que por sua vez, conduzam à solvência da vida.

# **PARTE I**

# CAPÍTULO 1

## PONTE NOVA, UM NOME SUGESTIVO

Em busca da compreensão das pessoas, no tempo/espaço, somos motivados a tentar elucidar suas formas de pensar, manifestas nas ações e marcas deixadas ao redor, em sua trajetória existencial. Ao tratar do ser humano e sua mente social, digamos assim, devemos buscar em seus vestígios a imaterialidade até certo ponto “alcançável” por meio da materialidade. Pelo menos assim se procede cientificamente.

Foi sugerido<sup>54</sup> que a compreensão da dinâmica de dominação e transformação coletiva do espaço e da paisagem é fundamental para o entendimento da conformação sócio econômica e política das sociedades. Cremos nisso como um dos vieses auxiliares à nossa análise da cultura, memória e relações sociais, bem como das manifestações disso em termos de Patrimônio Cultural. A experiência social do tempo é dinâmica e comporta inúmeras temporalidades. Isso repercute na conformação das memórias e disputa de forças.

A configuração e caracterização dos núcleos citadinos nos dizem muito sobre isso. A algumas cidades coube nomeá-las pelo santo do dia (tradição cristã), outras aludem a acidentes e formações topográficas. A Ponte Nova coube esse nome em decorrência da sua principal função na segunda metade século XVIII: posto avançado e travessia, exercida no período de rancharia, local de pernoite e passagem a outras regiões, mas onde se estabeleceram, em incerto momento da história,<sup>55</sup> precários casebres de taipa e sapê. Provavelmente alguns encarregados ficavam para cultivo de roças (milho, mandioca etc.), à espera dos viajantes. Eram pontos de apoio e descanso antes de continuar viagem.

Para travessia do rio ao qual denominaram Piranga (vermelho, em língua indígena)<sup>56</sup>, principal afluente do Rio Doce, teriam criado uma pinguela, vez por outra arrastada pela força

---

<sup>54</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da Capitania à Província** - políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. Op. Cit., p. 21.

<sup>55</sup> Em escritos deixados por Manoel I. Machado de Magalhães, descendente de Manoel Ignácio de Mello e Souza (Governador das Minas entre 1831 e 1835, Barão do Pontal), menciona-se que teria sido encontrado em uma localidade próxima ao que hoje é Ponte Nova, denominada “Villela”, um cruzeiro de madeira de Braúna com a data 1747 entalhada, constituindo-se esta talvez a mais antiga sesmaria de Ponte Nova. Supõe-se, portanto, uma dominação territorial ainda mais antiga, entre 1745 e 1747. Ver: MAGALHÃES, Manoel Ignácio Machado de. **História de Ponte Nova até dezembro de 1922**. Ponte Nova: [s.n.], [19--], p. 20.

<sup>56</sup> Em processos de ressignificação do espaço mediante a sobreposição de ocupação por povos distintos, frequentemente a toponímia surge de forma a constituir fator identitário e de domínio de quem conceitua e nomeia. O nomeado provavelmente possui uma autodeterminação distinta daquela que se registra na história

das águas. O local foi sendo cada vez mais requisitado por encurtar viagens. Acredita-se que por volta de 1758, já teria sido construída pequena ponte (de madeira). Devido às cheias do rio, reparos ou mesmo reconstrução eram constantes.

A insistência nessa manutenção denota a importância estratégica que aquele lugar ia adquirindo e a certeza de que a mera transição passou à permanência. Pontes não eram tão comuns naquele período. Era difícil construí-las e mantê-las. Quando o Padre João do Monte Medeiros<sup>57</sup> chegou, em 1768, para tomar posse de uma sesmaria, os pioneiros colonos, instalados próximo à ponte, já reconheciam o lugar pelo nome referente à passagem sobre o rio. A denominação “São Sebastião e Almas de Ponte Nova” foi mais uma formalização, cujo representante da igreja estabeleceu, assim como capela, construída em 1770, e cemitério, em terras por ele doadas ao povoado. Estava constituída a personalidade canônica. Posteriormente, político-administrativa.<sup>58</sup> Por esse motivo, mesmo não tendo sido o primeiro a se fixar naquele local, esse padre é considerado o fundador. Tornou oficial a ocupação.

Bem antes desse período, aventureiros como Sebastião Fernandes Tourinho e Antônio Dias Adorno,<sup>59</sup> atingiram a bacia do Rio Doce, ainda no século XVI (1572, o primeiro e 1574, o segundo) e os sertões do Guarapiranga<sup>60</sup> um pouco mais tarde, caso do sertanista Antônio Rodrigues Arzão que, dentre outros, porém desconhecidos, fuscaram ouro nessa região (vales dos rios Xopotó e Casca - afluentes do Piranga), de povoação mais antiga na Zona da Mata Mineira.<sup>61</sup> Vinham também à captura de índios, os reais desbravadores.

---

oficial dos dominadores. Assim, Puri (Telikong; Paqui), Botocudo (Aimoré; Aimbirés; Aimborés; Tapuia) são nomes conferidos por outros, ou seja, não como eles se auto identificavam. Piranga, Lycopemba, Ubirarema, Acayaca, Caraybas, foram alguns nomes de origem Tupi utilizados pelo colonizador para denominação toponímia em Ponte Nova, sendo que alguns também foram em dado momento substituídos pelos nomes dos próprios dominadores. Contudo, mesmo nessa escassa tentativa de memorialização da figura indígena, considerando a atribuição arbitrária do nome, se fez equivocadamente pelo fato de os indígenas prevalentes na região de Ponte Nova serem provenientes do tronco linguístico Macro-jê e não Tupi, conforme a maioria desses nomes de referência indígena. Remanescentes indígenas do Vale do Rio Doce, como os Krenak ou Borun Watu (Povo do Rio Doce), do mesmo tronco dos Puris, (Macro-jê), até hoje denominam esse rio de Watu. Desse modo conferir nome às coisas também pode se apresentar como instrumento de dominação espacial e cultural. Ver: **INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL** – Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>> Acesso: 3 maio 2017.

<sup>57</sup> RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Ponte Nova, 1770 a 1920 - 150 anos de história**. Viçosa (MG): 1993, p. 33.

<sup>58</sup> Em 1832, Ponte Nova é elevada à categoria de Freguesia – era então Presidente da Província de Minas Gerais o português Manoel Ignácio de Mello e Souza, o Barão do Pontal, proprietário da Fazenda do Pontal em Ponte Nova; em 1857 é transformada legalmente (Lei Provincial nº 827) em Vila de Ponte Nova, sendo oficialmente instalada em 1863 e transformada em cidade no ano de 1866 (Lei nº 1300). Entre 1873 e 1890, foi sede da Comarca do Rio Turvo (Lei 2273).

<sup>59</sup> RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **O canto do Piranga - um rio muitas histórias**. Ponte Nova (MG): D&M Gráfica Editora, 2008, p. 32.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 27. Guarapiranga: ave inicialmente descrita como a “Ibis rubra Spix”, mas que na verdade seria a “Piranga flava saira, Spix”, ave vermelho-carmim.

<sup>61</sup> Ponte Nova, por sua vez, está localizada mais ao norte da Zona da Mata Mineira.

Exploradores portugueses e paulistas, ou mesmo advindos de outras regiões da colônia, transitavam por toda região das Minas em busca de lavras auríferas e índios para escravizar. Fosse qual fosse o motivo, de ponto de apoio a viajantes ou local de garimpo, muitos desses locais seriam origem de inúmeras povoações, aos poucos responsáveis por ampliar a conquista do território mineiro para além do Ribeirão do Carmo e do Tijuco.

Os colonizadores sentiram a necessidade de demarcar territórios, fosse para afastar a cobiça e legitimar a posse ante demais nações europeias, fosse para exercer domínio sobre populações nativas e territórios até então ocupados apenas por elas. Para justificar a apropriação, geralmente conduzida pela violência e iniquidade, muitos foram os artifícios. O domínio se inicia pela atribuição arbitrária de nomenclaturas, toponímias e caracterizações (ver notas 56 e 144) distintas das autodeterminações dos povos locais. A conceituação faz parte da dominação: as fronteiras materiais são primeiramente concebidas na mente

Para os colonizadores, a Zona da Mata Mineira ainda se colocava como obstáculo. Muralha verde que, em sua preconcepção e estreiteza, a concebiam, incluindo os índios, como elemento a se extirpar ou domar em seu proveito. Os índios que se defendessem eram tidos como ferozes e irremediavelmente incivilizados. Foram vítimas de um genocídio, se não pelas doenças, por guerras injustas ou outros subterfúgios igualmente motivados pela intolerância e “progresso”. “De forma geral, o índio significava mais que ameaça, ele guardava o potencial de se rebelar e quando, atingido ou impedido de viver à sua maneira, não se curvava passivamente nem a catequese, nem a presença do colonizador no seu ambiente”.<sup>62</sup>

No início do século XIX, o indígena Botocudo ainda era, na visão da administração colonial, o principal entrave à colonização do médio vale do rio Doce. Mas, os grupos que se atreveram resistir ao aldeamento, ao trabalho não pago nas fazendas, ao projeto de pilhagem e à ocupação de suas terras foram massacrados, especialmente a partir de 1808 quando o Príncipe Dom João VI declarou uma “guerra ofensiva” aos Botocudos, a cargo da então criada Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce. Seis divisões militares, com mais ou menos 600 homens, e vários quartéis foram implantados [...] para sustentar o embate [...].<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> RIBEIRO, Núbia Braga. Violência Administrativa e Liberdade usurpada dos índios nos sertões do ouro. In: **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 1, n° 2, ago./dez. 2009, p. 7. Disponível em: <[www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)> Acesso: 18 jul. 2018.

<sup>63</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Op. Cit., p. 138.

Aos indígenas menos afeitos a guerrilhas ou que não conseguissem fugir, eram levados à escravização ou à catequese, o que na prática se confundia. Sob pretexto de civilizar e/ou salvar almas consideradas passíveis à conversão, tentava-se subjugar-los e aculturá-los, afetando-se seus referenciais constituinte de identidade e memória. Mesmo assim resistiam, resguardando elementos culturais que chegaram até nós: “o contato interétnico fez com que os povos indígenas passassem por uma reelaboração cultural no processo de incorporação deles à vida social da colônia”.<sup>64</sup> Mais tarde se veria a substituição do cativo indígena pelo negro, cujo desterro, assim como a desterritorialização indígena, contribuiu para o seu condicionamento. Sobreposições humanas e culturais se delineariam.

O processo de integração dos indígenas ao modo de vida dos colonizadores utilizava estratégias que iam desde fazer guerra utilizando as rivalidades intertribais até promover casamentos entre índios e brancos, fazendo misturas interétnicas, forçando aos indígenas à sedentarização.<sup>65</sup>

Inicialmente a legitimidade da espoliação se apoiou em argumentos civilizacionais dispostos em termos inferior X superior. Depois, o tempo e o costume se encarregaram de sedimentar as ideias em hábitos dotados de automatismo e de aparência natural a que chamam características (“jeito de ser”): culturas são formadas desta forma. Aquelas que estiveram permeadas pela violência mediante traços de alegada superioridade de uns sobre os outros dificilmente dispersam a desigualdade de seu desenvolvimento histórico.

A apropriação da terra, da liberdade, e até mesmo da vida do outro são mecanismo desse processo, do qual a distribuição de sesmarias era apenas a oficialização e a intensificação de uma intenção de controle. Populações de índios Coroados, Puris, Botocudos, dentre outros, foram sendo obrigadas a migrar de uma área a outra (desterro) à medida da aproximação do colonizador. Cedo ou tarde um confronto mais direto seria inevitável. Essas populações indígenas, em sua maioria pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, foram se refugiando nas áreas centrais da Zona da Mata. Essa região, especialmente ao norte, não estava distante de Mariana e o avançar econômico determinaria que uma profusão humana buscasse suplantá-la. Sobre isso Fernando Lamas afirma:

---

<sup>64</sup> RIBEIRO, Núbia Braga. Op. Cit., p. 17.

<sup>65</sup> SILVA, Thiago Henrique Mota. Guido Thomaz Marlière e os índios Botocudo nos sertões do Leste (1818-1824). In: **Revista de C. Humanas**, v. 10, nº 2, jul./dez. 2010, p. 367. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol10/artigo1evol10-2.pdf>> Acesso: 22 jul. 2018.

A chegada do colonizador (europeu ou não) a uma área até então dominada pelos indígenas provocou transformações profundas nas relações sociais. Se por um lado, os indígenas locais [...] já vinham mantendo relações esporádicas com as áreas mineradoras (tanto pacíficas quanto turbulentas), por outro lado ainda não tinham presenciado uma penetração com objetivos colonizadores tão explícitos. [...] inclusão do indígena no universo sociocultural europeu e conseqüentemente de aculturação dos povos indígenas. Apesar dos objetivos humanitários, respaldados pela visão iluminista do Diretório Pombalino, o choque foi inevitável. O padre Manoel de Jesus Maria, [...], mencionou os prejuízos dos indígenas com as constantes doações de sesmarias em suas terras.<sup>66</sup>

Até a descoberta das riquezas minerais das Minas, esses sertões (denominação dada pelo colonizador europeu a regiões que ainda não dominava), eram habitados apenas por autóctones. Os primeiros habitantes dessas terras passaram a ser alvo de uma conduta ambígua praticada pelo Estado e Igreja, que ora condenavam ora estimulavam a submissão do nativo ao cativo. Ao não se admitir sua humanidade equiparável à do europeu, também a posse das terras onde sempre viveu lhe era negada. Era interesse da Coroa ampliar a arrecadação tributária, isso significava que quanto mais terras produzindo, mais tributos. Diante disso a omissão referente à opressão indígena se fazia tão nociva quanto a ação direta de domínio. A contradição permitia que na prática a escravidão e a violência fossem utilizadas no trato com os índios.

Sob o véu da administração dos índios se escondia o intuito de se apropriarem deles nos mais diferentes trabalhos, além de aliviar o peso da escravidão explícita, com a ideia de administrá-los, as terras dos sertões das riquezas ficavam livres para serem conquistadas. A política indigenista escamoteou nos planos de catequese as contradições da prática realmente vivida com uma legislação instável, a política exercida desnuda a fragilidade e ausência de cumprimento das normas legais de todos os lados.<sup>67</sup>

O domínio sobre os territórios se motivava pela cobiça. Os caminhos regulares surgiam. Vez por outra algum expedicionário, particular ou oficialmente, adentrava a procura de algo lucrativo. Quando acontecia de encontrar, muitos outros aventureiros eram atraídos.

---

<sup>66</sup> LAMAS, Fernando. Os indígenas de Minas Gerais: guerra, conquista da terra, colonização e deslocamentos. In: **Projeto História**, São Paulo, nº 44, jun. 2012, p. 233. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/9939/9822>> Acesso: 22 jul. 2018.

<sup>67</sup> RIBEIRO, Núbia Braga. Op. Cit., p. 24.

Alguns apenas iam e vinham, outros constituíam núcleos de povoação permanente.<sup>68</sup> E, em torno daqueles, cujo objetivo era a riqueza direta proveniente dos metais e pedras preciosas, havia aqueles que vinham por motivos de riquezas e interesses adjacentes. Religiosos, comerciantes, escravos africanos, forros, administradores e demais representantes oficiais da coroa, salteadores, e tantos outros personagens que formariam um caldo cultural peculiar.

Atenções voltadas a uma só atividade, por ímpeto econômico, levariam ao descuido com aspectos pragmáticos como a alimentação. No início tudo vinha de fora (seja de além-mar, seja de outras províncias da colônia), mas a distância e insuficiência ante o avanço populacional ocasionaram escassez alimentar. Aos poucos a necessidade fez com que a visão de uma Zona da Mata perigosa e intransponível fosse sendo substituída: de fronteira, foi sendo vista como território a se dominar e ocupar em razão da fertilidade de seus solos.

O movimento migratório para as áreas de fronteira da Capitania de Minas, vale do rio Piranga/Doce (Termo de Mariana) e Comarca do Rio das Mortes, pode ser explicado pelas características geográficas favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária nos dois espaços. A este fator somam-se ainda o elevado número de posses lançadas nas áreas não povoadas, o declínio da mineração devido à redução do volume de ouro em pó disponível e a necessidade de sobrevivência de populações marginais na sociedade colonial.<sup>69</sup>

A fome e o temor de ocorrerem motins foram motivadores para afrouxar a ordem real quanto às restrições para a área mineradora, onde não se podiam realizar cultivos que desviassem do objetivo principal. A partir daquele momento áreas periféricas poderiam ser exploradas para cultivos. A busca por terras mais férteis, propícias a atividades agropastoris, se inseria em uma nova conduta de estabilização de mercado e abastecimento. Desde o século XVIII<sup>70</sup> Sesmarias<sup>71</sup> foram estabelecidas. Sua ampliação esteve ligada não apenas ao

---

<sup>68</sup> Sobre isso ver Anexo VI: a- Mapa de Povoamento Zona da Mata Norte.

<sup>69</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Op. Cit., p. 153-154.

<sup>70</sup> SILVA, Flávio Marcus da. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 28., 2004, Diamantina (MG). *Anais...* Diamantina (MG): SEM, 2004, p.103-104. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/SILVA.PDF>> Acesso: 17 jan. 2017.

<sup>71</sup> Grandes extensões de terra concedidas pela coroa portuguesa àqueles indivíduos que fossem dotados de recursos e/ou contassem com prestígio junto à corte a ponto de haver, por vezes, acúmulo de sesmarias em mãos de um único donatário, e nem sempre serem devidamente exploradas como instruída a respectiva lei. A intenção do Estado Português não era distribuir terras a todos, mas formar um sistema social hierárquico do tipo europeu, que garantisse o povoamento e o controle administrativo da Colônia. Em Minas somaram 7.985. Na região de Ponte Nova, foram concedidas a partir de 1755, por volta de 90 dessas propriedades. Ver: RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Ponte Nova, 1770 a 1920 - 150 anos de história.** Op. Cit., p. 20-21.

abastecimento, mas à arrecadação de impostos. Devemos imaginar que haveria o interesse em se compensar as perdas na captação de impostos em um setor que decaía (a mineração) mediante a ampliação de outro que se erguia (a agropastoril). Isso é o que teria acontecido na economia mineira que ia se tornando mais complexa comportando mineração, agro pastoreio e comércio. Para os nativos seria desastroso: seu modo de vida se desintegrava.

A ocupação da terra indígena é uma questão fundamentalmente grave para aqueles povos, pois, como eles não conhecem a lógica privada da terra estabelecida pela cultura ocidental, a terra significa mais do que uma mercadoria. [...]. A terra para os povos indígenas é entendida como um pré-requisito natural de si mesmo, um prolongamento de seu próprio corpo [...]<sup>72</sup>

Diferente dos europeus, os índios não viam sentido no acúmulo. Para os colonos, o domínio sobre a terra era uma alternativa cada vez mais requisitada frente ao paulatino declínio da mineração, seguindo do simultâneo e gradual crescimento do agro pastoreio voltado ao mercado interno, em levas populacionais a se espalhar por todo o território das Minas. Minas Gerais manter-se-ia, durante todo o século XVIII e até 1888, como o principal destino de uma mão de obra escrava advinda de outras províncias,<sup>73</sup> ou seja, houve uma perenidade econômica pós-mineração.

Ponte Nova, dentre outras cidades, deve sua evolução a essa conjuntura, ligada à produção rural voltada ao consumo e comércio interno às Minas. A partir da cana-de-açúcar, produzia-se água ardente, rapadura, açúcar mascavo. Outros produtos cultivados eram: o milho, o feijão, a mandioca, o arroz, e, mais tarde, o café. Posteriormente, com a chegada da família real portuguesa, em 1808, a ligação com o Rio de Janeiro ficaria estabelecida por necessidades de seu abastecimento. As atenções e mudanças ocasionadas, para o nosso caso, ligam-se ao envio dos filhos das elites econômicas locais para estudos na corte. Determinar-se-ia mudanças quando esses indivíduos retornavam com novas ideias e hábitos.

O delinear de uma história econômica não é nosso foco. Contudo, se almejamos perceber o que do passado teria influenciado o presente, não se pode prescindir de vislumbrar as diversas faces da sociedade. Ainda mais em um momento e realidade no qual a estrutura fundiária se colocava como base dessa sociedade. Ao admitirmos a diversidade como

---

<sup>72</sup> LAMAS, Fernando. Os indígenas de Minas Gerais: guerra, conquista da terra, colonização e deslocamentos. In: **Projeto História**. Op. Cit., p. 239.

<sup>73</sup> LAMAS, Fernando G.; et. al. **A Zona da Mata Mineira**: subsídios para uma historiografia. Op. Cit., p. 12.

parâmetro da formação nacional brasileira, imprescindível é a investigação relativizada e regionalizada de uma configuração mais complexa do que se poderia imaginar.

Entender como a Zona da Mata Mineira galgou de sua própria forma à modernização, desde seu desenvolvimento a partir dos séculos XVIII e XIX, pode contribuir para maior compreensão em relação à heterogeneidade da formação brasileira. Inserida num cenário de estabelecimento de mercado interno, tanto quanto a demandas das Minas como quanto a demandas advindas do Rio de Janeiro, porém, sob dinâmicas que nem mesmo a essa região podem ser consideradas uniformes, a Zona da Mata surgirá como área de suporte.

Gradualmente, a partir da segunda metade do século XVIII e século XIX, principalmente, despontou como grande produtora de café. A dominação dessa área enquanto importante via de passagem entre Minas e Rio impulsionar-se-ia pela abertura do denominado “Caminho Novo” (1703).<sup>74</sup> Tropeiros atravessavam-no, levando e trazendo mercadorias.

Os pontos de apoio a essa trajetória foram aos poucos se estabelecendo como povoados. Algumas áreas da Zona da Mata, mais ao norte e leste, distantes do referido caminho, continuavam sendo vistas por viajantes como despovoadas talvez por uma interpretação errônea e por não considerar a estrutura agrária latifundiária que então se estabelecia ali. Sobre isso Patrício A. S. Carneiro diz o seguinte:

Uma das explicações para a afirmação da ausência de povoamento na Mata durante o século XVIII e da sua inexpressividade nas primeiras décadas do XIX decorre, [...], da generalização e da má interpretação dos relatos de viajantes, os quais passaram, quase todos, pelo trajeto do Caminho Novo (sul da Mata).<sup>75</sup>

Mais tarde (século XIX), as ferrovias consolidariam esse domínio. Nas mentes era sinal de progresso e rompimento do isolamento. Transportavam pessoas e gêneros alimentícios, sendo esse tipo de produção sua maior vocação desde seus primórdios. Especialmente em sua parte sudoeste, a produção cafeeira reinava. Ao Norte, dado o clima quente, o cultivo dessa planta ocorria em menor escala e concomitante ao de cana-de-açúcar,

---

<sup>74</sup> VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, nº 1, p. 26, jan/mar, 1958.

<sup>75</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Op. Cit., p. 79-80.

outras lavouras e pecuária. Havia sim uma clara diferenciação intrarregional, inclusive no que tange ao escravismo, pois o cultivo de café carece de maiores cuidados e mão de obra.<sup>76</sup>

Quando do declínio regional do café, por volta da década de 1920, na região de Ponte Nova e seus arredores, por exemplo, o impacto teria sido amenizado pela inclinação a se dedicar também a outros produtos como o açúcar. Essa atividade já teria, no final do século XIX, amenizado em parte outro impacto: ao fim da escravidão, uma parcela dos libertos teria permanecido nas fazendas produtoras de cana em virtude das usinas, já estabelecidas.

Em Ponte Nova, os Vieira Martins suscitaram a abertura de vias de acesso e pontilhões de ferro (1911). Estabelecimentos de fundições, mecânicas, comércios e serviços surgiram e se ampliaram. Hábitos e costumes aos poucos se transformavam e o meio urbano refletia anseios de modernidade segundo ditames específicos. Novas necessidades e o trânsito de pessoas influenciavam mudanças. Em 1913, chega a energia elétrica.

Figuras políticas locais, tais como o Senador Antônio Martins Ferreira da Silva, que em 1910 assume vice-presidência do estado mineiro, determinavam o modelo de progresso. Ruas e avenidas foram abertas. A cidade crescia sob uma aparente hegemonia político-social que buscou se impor até por volta dos anos de 1920.

De região meramente complementar, a Zona da Mata aos poucos desenvolveu dinâmica própria.<sup>77</sup> Sua economia e finanças, intrinsecamente dependente da área mineradora e do Rio de Janeiro, passava por mudanças no final do século XIX e início do XX. Tais mudanças geraram um mercado consumidor local mais vigoroso, propiciando a acumulação de capitais. O caso ponte-novense exemplifica isso quando da instalação de instituições financeiras como o Banco de Crédito Real, em 1912,<sup>78</sup> mediante influência dos Vieira Martins; o Banco Hipotecário, 1919; o Banco Pelotense, em 1927; o Banco Mineiro de Produção, em 1936.<sup>79</sup>

Quando se menciona regionalização, devemos entender também que conceitos são definições ideológicas surgidas conforme necessidades e momentos históricos da sociedade que os elabora. E mais do que isso: a aceitação do caráter provisório dos conceitos como instrumentos de compreensão da “realidade”, e, porque não de poder, surge da admissão

---

<sup>76</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estrutura Agrária e Capitalismo**: contribuição para estudos de ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (século XVIII a XIX). Op. Cit., 1999, p. 27.

<sup>77</sup> LAMAS, Fernando G.; et. al. **A Zona da Mata Mineira**: subsídios para uma historiografia. Op. Cit., p. 13-18.

<sup>78</sup> RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Ponte Nova, 1770 a 1920** - 150 anos de história. Op. Cit., p. 155.

<sup>79</sup> PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Ponte Nova**. Belo Horizonte: Memória e Arquitetura, 2009, p. 91.

quanto a essa realidade ser produto de uma mera convenção momentânea, pois cada geração adotará sua própria visão sobre si mesma e sobre o passado como realidade não apreensível simplesmente em si, mas em tudo que sabemos sobre ela posteriormente.

Desse modo, a concepção da Zona da Mata Mineira como região inóspita, e, posteriormente, de avanço agropastoril tardio, de certo marcaria sua trajetória, sobretudo, a área mais ao norte. Rompantes civilizatórios fixando ideais de progresso parecem ter determinado um rol memorial que a cada geração seria moldado convenientemente por seletos grupos. Descrever os outros posicionamentos é um desafio.

A caracterização de uma região, portanto, subordina-se tanto a aspectos físico-político-geográficos, quanto a aspectos oriundos de concepção mental, ou ainda, aos modos de dominação e produção material<sup>80</sup> a que é submetida. Entender a forma diversificada como se procedeu o domínio e o desenvolvimento da Zona da Mata Mineira oferece oportuna discussão quanto a conquista e desenvolvimento nacional transcorrida de uma forma bem mais diferenciada do que se possa conceber, adaptando-se culturalmente a contextos locais.

Delineando-se uma nova visão afeita a essa heterogeneidade surgiu a proposição inicial de três regiões distintas para Zona da Mata Mineira: Sul, Centro e Norte. Uma proposta apoiada, por exemplo, pelo professor Ângelo Alves Carrara, que vai além, propondo o estabelecimento das regiões de Minas nos séculos XVIII e XIX considerando uma dupla abordagem, composta de: uma face tangível, substancialmente representada pelas variáveis econômicas; e, uma face intangível, a alma, representada pela “herança imaterial”. A base para tal caracterização advém de “algo tradicional na História Agrária: o processo histórico de ocupação e de uso do solo”, que na região da Zona da Mata foi poliforme.<sup>81</sup>

O homem se desenvolve, avança e se adapta culturalmente e não apenas biologicamente. Ele apreende e modifica o espaço a seu redor. Os produtos culturais são consequência da interação entre os seres humanos e o ambiente que os rodeiam. De forma que a Cultura, tratada como percepção e interação desses seres e o meio que os cerca, é determinante a se considerar em termos de análise da conceituação de regiões. Ou seja, nessa conceituação também estão presentes fatores intangíveis como a Cultura.

---

<sup>80</sup> LAMAS, Fernando; et.al. **A Zona da Mata Mineira**: subsídios para uma historiografia. Op. Cit., p. 5.

<sup>81</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira. In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. (Org.). **A estrada real e a transferência da corte portuguesa**: programa RUMYS, projeto Estrada Real. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/MCT)-CNPq-CYTED, 2009, p. 60.

Trata-se de uma questão territorialidade, marcada por implicações tanto de natureza material como imaterial. Tendo em mente que essas duas dimensões se veem inevitavelmente integradas, temos mais propriedade para analisar processos de domínio e disputa pelo espaço. Disputas travadas entre povos nativos ou destes com o colonizador secundário (europeus). Para cada um desses personagens a territorialidade será tratada de uma forma:

Para o Estado exercer o poder, foi imprescindível a existência de súditos e de um território onde atuou. Enquanto os povos indígenas se agregavam pela cultura e o território era o espaço da terra onde organizavam a vida da coletividade, os colonizadores se agregavam no território pela ânsia de riqueza, era a mesma terra com outra conotação, como espaço da promoção da vida em sociedade e de aquisição de *status*. O poder se consumou pela disputa do território e viria acompanhado do uso da violência para obter a terra ocupada por povos indígenas.<sup>82</sup>

No fluir de nosso texto o leitor perceberá um misto de mudanças e permanências a constituir de forma aparentemente contraditória a natureza humana. Entretanto, é possivelmente dessa maneira que não somente a sociedade como a mente individual busca contemplar as transformações e digerir novas dinâmicas em meio a estruturas tradicionais mais confortáveis, pois familiares. Até que as novidades se tornem também familiares ao serem compreendidas, assimiladas ou contraditadas com o auxílio daquilo que já se conhece.

### **1.1 De que uma cidade e uma sociedade se formam?**

A constituição dos aglomerados humanos sofre ações externas e reagem internamente por sua própria dinâmica cultural, disso resultam as diversidades regionais. Reinterpretações de influências externas são determinadas por especificidades de cada realidade local. Um fenômeno próprio da difusão de culturas, ocorrendo um escrutínio do que será absorvido, do que permanecerá e do que desaparecerá com o tempo.

Em virtude disso podem surgir combinações impensáveis ao contexto de origem de uma ideia que se propaga e que não é simplesmente transplantada, mas reinterpretada.

---

<sup>82</sup> RIBEIRO, Núbia Braga. Op. Cit., p. 11.

Contudo, a contradição parece nutrir esse sistema, constituindo inusitadas respostas aos desafios cotidianos.

A tentativa de criar uma certa lógica e sentido existencial em meio à contradição terminaria por contribuir para a própria dinâmica da sociedade. A configuração sociocultural pode se fazer por aglutinações<sup>83</sup> de aspectos aparentemente superados a outros que vão sendo integrados ao cotidiano.<sup>84</sup>

Há transformações culturais, entretanto, alguns elementos modificam sua forma e mantém o conteúdo, perdurando em tempos ulteriores. Talvez a incoerência seja inerente à sociedade humana e a formação de uma cidade reflita materialmente as suas disparidades sociais características. Dessa forma, concebe-se que:

A cultura é uma criação coletiva e renovada dos homens. Ela molda os indivíduos e define os contextos da vida social que são, ao mesmo tempo, os meios de organizar e dominar o espaço. Ela institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos. As identidades coletivas que daí resultam limitam as marcas exteriores e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir [...].<sup>85</sup>

A originalidade é a característica maior como resultado da mestiçagem racial e cultural. A sinuosidade presente na formação fragmentária brasileira se observa por uma não linearidade de sua trajetória histórica, que ora transpassa, ora retorna a aspectos aparentemente esgotados de sua personalidade, que na verdade comporta toda essa complexidade com a naturalidade de quem é simultaneamente simples e contraditório. A indefinição é própria dos seres em constante mutação dada a sua natureza múltipla e fluida. Um pensador que teria percebido as peculiaridades dessa personalidade brasileira é Silvio Romero.<sup>86</sup>

Talvez por compreender esse aspecto cultural, ele pareça sugerir haver na mestiçagem uma oportunidade e aglutinação de aptidões humanas. Estudioso da Cultura

---

<sup>83</sup> Trata-se de manutenção de antigas relações mesmo em novos contextos sociais. PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** (Colônia). 21ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 19.

<sup>84</sup> Uma verdade para os costumes que se reflete até mesmo na arquitetura, a exemplo do estilo eclético, marcadamente representativo em Ponte Nova. Em meio ao colonial, eclético, art-nouveau, neoclássico, gótico, art-decô e moderno, a cada época pode-se perceber as mudanças sociais que permeavam a sociedade, repercutindo na matéria edificada, na literatura, na música, dança e hábitos cotidianos. As entrelinhas desse conjunto têm muito a revelar. A cidade é um livro. É preciso desenvolver sensibilidade e crítica para ler e refletir. Ver: PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Ponte Nova**. Belo Horizonte: Memória e Arquitetura, 2009.

<sup>85</sup> CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Op. Cit., p. 61.

<sup>86</sup> COLARES, Camila; ADEODATO, João Maurício. Op. Cit., p. 45.

Brasileira indicava estar mais atraído em atingir o cerne filosófico de caracterização elementar constituinte da nação brasileira, como a miscigenação, que propriamente se deter a efeitos imediatos ou desdobramentos sócio-políticos relacionados a tais fenômenos.

Ou seja, entendia que aspectos motivacionais e processuais de constituição dos fenômenos ofereciam mais propriedade de auxiliar na sua compreensão do que os efeitos que pudessem ocasionar. Sua concepção converge com nossa perspectiva de elementos culturais que atravessam eras e continuam atuando em contextos históricos diferentes graças à introjeção de fatores que vão se modificando na aparência, mas mantendo o seu cerne.

Os costumes, os hábitos, o folclore etc. podem expressar esse diálogo entre mudanças e permanências de relações sociais. Seu desaparecimento ou surgimento da mesma forma podem ser indícios de estruturas que se movem e são evocadas mediante demandas sociais, como um arsenal que desaparece ou é acionado conforme necessidades sentidas por cada geração e grupos sociais ante desafios que se apresentem em seu cotidiano. Tendo isso em mente, a partir desse momento analisemos uma trajetória.

No Brasil do final do século XIX, início do século XX ser moderno significava mimetizar a Europa. Pelo menos era o pensamento de grande parcela da classe abastada, cuja ação buscava subjugar outras formas de pensar. Para ser aceito nos altos círculos sociais era preciso ir para além do ter, era preciso parecer (muitas vezes só se sabia da real condição financeira de uma pessoa quando de sua morte). Títulos e propriedades não eram suficientes.

Na sociedade da aparência, galgar ao prestígio social carecia de instrumentos tais como boa oratória, retórica apurada e influência. Fosse na arquitetura, nos modos e predileções, no vestuário, na eloquência ou na escrita, tudo deveria expressar uma visão de superioridade daqueles que se consideravam a escol. Uma questão de status social.

Esse ideário se disseminou chegando ao interior, em alguns lugares mais notadamente, a partir da corte carioca, sendo porta de entrada e propagação de modelos e ideias surgidas além-mar.

As famílias interioranas mineiras dotadas de condições econômicas mantinham seus rebentos inicialmente em Seminários e Colégios internos, sob administração de religiosos, como os localizados em Mariana e Caraça. Posteriormente os enviavam para estudos no Rio de Janeiro, ou exterior. Formando preferencialmente em Medicina ou Direito.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> O anseio por status social auto afirmativo ainda hoje parece motivar certa parcela da sociedade ponte-novense, suscitando um meio social desequilibrado, propenso às desigualdades. Interesses particulares objetivam suplantar interesses coletivos. Não há um consenso no que seja melhor para todos ou para a maioria em virtude do

Ao regressarem, muitos daqueles indivíduos, agregavam-se também à atuação política para a manutenção e ampliação de prestígio, ou, em razão da política, a formação se restringisse ao um adorno de parede.<sup>88</sup>

O nosso caso em particular tratará de uma localidade nascida da ação de indivíduos cuja formação<sup>89</sup> foi um suporte social à sua ação política e econômica, exercendo influência mediante empreendimento agroindustrial que capitalizava o campo.

Uma inclinação a combinar ou atuar em diversos setores em simultâneo ao comércio, parece ter caracterizado uma certa parcela da aristocracia econômica brasileira que, sem deter titulações reais de nobreza, visava poder e prestígio por outras formas.

Porém, mesmo querendo copiar costumes europeus, essa classe também terminava por ressignificá-los. Diferia da europeia típica em aspectos de ação pois, ligada mais ao comércio e menos a titulações, naturalmente impelia seus praticantes a um apoio mútuo, visando parcerias, alianças e enlacs que atendessem a interesses comuns de manutenção de uma ordem a favorecê-los em seus negócios. Ainda que divergências políticas existissem nas disputas por supremacia a níveis locais, a seguridade de sua posição social os unia.

Ao se aprofundar o estudo do predomínio social do comerciante e da íntima interdependência entre interesses rurais, administrativos, comerciais, temos um quadro mais claro dos mecanismos de defesa e coesão do elitismo que era característica fundamental da sociedade do Brasil Colonial.<sup>90</sup>

Objetivava-se obter influência econômica e política regionalmente e externamente por meio de atividade agro comercial. Em especial, para os primeiros instantes, ligações

---

individualismo, apoiado no caráter econômico, se mostrar voraz. Sente-se algo de errado, mas sem uma memória plural e autocrítica a percepção se vê enfraquecida.

<sup>88</sup> A trajetória dos Martins e seus aliados é emblemática nesse sentido. Assim como outras famílias locais (os Gonçalves Torres; os Costa Camargo; os Monte Medeiros; os Sette Câmara; os Lanna; os Drumond; os Marinho; os Soares...), buscaram exercer direta ou indiretamente atuação na Assembleia Provincial e Nacional. A incontestabilidade de seu poder local, muito advinha da manutenção dessas relações políticas e econômicas externas. Ver: RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Lavoura e Riqueza, voto e poder**: uma contribuição para o estudo da história política na Zona da Mata Mineira. Ponte Nova (MG): Sociedade Pró-Memória, 1996.

<sup>89</sup> Francisco e José Vieira Martins se formaram em Medicina, mas preferiram exercer o empresariado agroindustrial, aliado a posições políticas na administração local (Vereador) e fortalecimento de influência por meio de parentes, compadres e amigos junto à esfera da administração provincial e Congresso Nacional. Ângelo Vieira Martins se formou em Direito. Posteriormente, tornou-se Juiz da Comarca. Enquanto os dois primeiros fortaleciam a influência familiar pelo viés econômico e político, o terceiro, o fazia por meio de prestígio jurídico. Atualmente o Fórum de Ponte Nova leva seu nome, enquanto aos outros, duas das principais avenidas do centro econômico da cidade os vislumbram. Ver: Ibidem.

<sup>90</sup> DIAS, Maria O. Leite da Silva. Op. Cit., p. 28.

comerciais regionais pareciam se nutrir de prestígio que cada grupo conseguisse estabelecer junto à Assembleia Provincial e à sociedade carioca.

Os contatos firmados, bem como a aura de progresso e requinte, em tese auxiliariam no estabelecimento e/ou ampliação de influência e poder a nível local. Fortalecer a corte e nutri-la representava nutrir a si mesmo. Interesses econômicos e políticos caminhavam juntos e moviam tais anseios: “A luta entre facções locais levaria fatalmente à procura de um apoio mais sólido no poder central”.<sup>91</sup>

Terminados os estudos, esses personagens retornavam às suas cidades impregnados dos valores correntes nos núcleos por onde passaram. Sua ação político-econômica a nível local se conduzia por costumes e ideias segundo sua concepção de modernidade e progresso. Isso podia ser intencional ou meramente ressonância de hábitos introjetados.

Partimos do pressuposto quanto a uma pressão exercida por essas influências externas, trazidas por agentes internos. Contudo, se há uma pressão, há um contraponto que a caracteriza como tal. Dessa forma, admitimos que a resistência a ela fizesse parte do enredo. Sabemos que a participação popular decisória é algo que ainda hoje lutamos para alcançar.

Não ser envolvido em algum grau pelos efeitos disso seria improvável. Com o tempo algumas coisas permaneciam, outras caíam em desuso conforme a vontade coletiva, novas lógicas e exigências sociais. A atual aparência do que se denomina “núcleo histórico de Ponte Nova” é um caleidoscópio arquitetônico a expressar tais disputas. O ecletismo, mas também o elitismo, sinalizam a miscelânea de interesses dos quais a participação popular se via ínfima.

Quanto à acumulação material, muitas vezes seu teor ultrapassou o sentido e a manifestação econômica. Era preciso obter, manter e expandir o controle e o poder, cujo fator monetário era um, mas não o único instrumento nessa sociedade elitista. Arranjos e manobras sociais, políticas e até matrimoniais fizeram parte do processo de ascensão e tentativa de manutenção das aristocracias locais enquanto tal. Não eram incomuns matrimônios com primos para o não desmembramento de terras e a manutenção de fortunas nas famílias. O caso dos fundadores da Usina Anna Florência é um exemplo.

A exaltação do povo no Brasil parece ter sido sempre um engodo. Fosse no período imperial ou neste que se diz republicano. Durante o segundo reinado, liberais e conservadores se alternavam no poder enquanto mera prática política que visava atender aos interesses da aristocracia rural e escravista. O modelo centralizador que se estabeleceu mesmo depois de

---

<sup>91</sup> DIAS, Maria O. Leite da Silva. Op. Cit., p. 32.

proclamada a República impedia a participação popular. As conciliações políticas ocorriam, muitas vezes, para evitar levantes que ameaçassem essa ordem oligárquica.

Em Ponte Nova, no final do império e início do período republicano, via-se refletida tal conduta: dois grupos se revezavam no poder, os “Capivaras” e os “Antas”. Mesmo no interior dessas agremiações as inclinações se moviam circunstancialmente. Apesar de conservadores, ou talvez em virtude disso, os “Antas” trataram de se adaptar,<sup>92</sup> em torno do Partido Republicano Mineiro, conduzindo um liberalismo na prática mais econômico que político. Daí a concepção de que pouca coisa mudaria referente à representatividade popular.

Na imprensa local<sup>93</sup> ambos se faziam ouvir, proliferando ideias e contendas, das quais o povo, geralmente era deixado à parte. Em alcançando o poder local, liberais não agiriam de forma muito distinta de seus rivais quanto a subterfúgios para perpetuação. Parecia apenas uma questão de nomenclatura a diferenciar uns e outros. Não muito diferente do que vemos hoje.

Utilizando-se de prosa, verso, crônica e memória escrita buscavam na narrativa meios de se colocar em cena, não só política, mas culturalmente. Por meio da repetição e sedimentação de costumes visavam induzir à formação de um alegado “jeito de ser ponte-novense”, ligado a terra e seus morros, à sinuosidade do rio Piranga, a uma vida simultaneamente bucólica e em busca de modernidade e progresso, sob sua conceituação.

O advento da ferrovia<sup>94</sup> somou-se a esse intuito, fortalecendo a afinidade preexistente de um grupo local para com a capital federal e seus deslumbres. Mas esse “jeito de ser” seria representativo da maioria? Ou a auto premiação por uma disputa travada injustamente? Isso nos parece similar às formas unilaterais de patrimonialização.

A despeito disso, a cultura proveniente do povo seguia seu curso como fosse possível. Passava por transformações. Escolhas próprias e originais eram realizadas, assim

---

<sup>92</sup> **A história da Literatura em Ponte Nova**. Academia de Letras, Ciências e Artes de Ponte Nova (ALEPON). Ponte Nova (MG), 2013, p. 60.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 48. A imprensa local – com início em 1886 (jornal **Rio Doce**) – conferia espaço a literatos, escritores, políticos. Sendo o período mais prolífero entre 1900 e 1960, no qual circularam cerca de 33 periódicos. Um dos principais jornais era o “Jornal do Povo” (1930-1980), que em 1950 implementa o projeto de um Suplemento Literário, ocupando mais da metade das páginas do periódico com obras de literatos locais, de Minas a até de fora, em especial do Rio.

<sup>94</sup> Com a inauguração do prolongamento da Estrada de Ferro Leopoldina Railway, em 1886, por Dom Pedro II, o açúcar produzido ampliou exponencialmente sua produção em virtude da ampliação do seu alcance de distribuição. Em épocas distintas e/ou simultâneas em variando segundo fatores externos (flutuação do mercado, incentivos fiscais...) e fatores internos (administrativos, produtivos ...) foram instaladas em Ponte Nova sete usinas de açúcar e/ou álcool. Confirmando uma tradição advinda dos antigos engenhos que praticamente todas as fazendas possuíam antes da instalação de usinas. Ver: RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Ponte Nova, 1770 a 1920 - 150 anos de história**. Op. Cit., p. 108-119.

como na memória. O cancionista não desistia. Muito menos o poeta. A dança seguia junto. Auxiliava-os a resistir. Mas, a alegria das serestas desaparecia. Mesmo destino do Reisado, do Bumba meu Boi, do Congado de “Dona Quininha”. As tradições do povo iam se perdendo a cada morte de um ancião.

Poucos membros das gerações seguintes vez por outra retomavam algo. A exemplo do compositor e musicista Nelson Ângelo Cavalcanti Martins. Este, numa reminiscência de sua infância na Fazenda do Engenho (Ponte Nova), produziu uma música mais tarde gravada por Milton Nascimento,<sup>95</sup> trazendo o seguinte título: “Fazenda”.<sup>96</sup>

Assim, a cultura que se inspirava no povo ou feita pelo povo se resguarda na lembrança. Prova de que a memória tem a oferecer relevante objeto de estudo e potencial para aproximação com o passado e entre gerações. Apesar da presença de outras referências, algo daquela originalidade resistia. João Bosco Mucci, outro compositor com raízes em Ponte Nova, em uma entrevista,<sup>97</sup> ao ser perguntado se Clementina de Jesus o havia influenciado, disse que antes disso já havia tido estreito contato com os negros de Ponte Nova. Aquilo marcara sua infância e formação, mas somente se dera conta disso ao ser despertado por Clementina quanto a essas raízes culturais implícitas em si, mas esquecidas até então.

Recordava-se o cantor sobre a velha negra que o criara e por meio da qual presenciara gestual, palavras, costumes e religiosidade provenientes daquela “cultura dos canaviais, [que] era dos africanos, dos operários, dos trabalhadores braçais, que tinha uma relação com a cultura do povo, que a cana vem dessa cultura. [...] E eles tinham as congadas [...]”.<sup>98</sup> Seus batuques e cantos ecoando pela cidade aos domingos, marcaram fundo sua memória, mesmo antes de conviver com os negros do Rio de Janeiro e sua musicalidade, quando, por exemplo, gravara um samba como “Bala com Bala”, junto a Elis Regina.

Perceber e reconhecer de onde advém nossas referências culturais ou mesmo ampliá-las e propagá-las é forma não só de consolidar identidade – entendida como a ação de admitir escolhas/condições e se posicionar ante si mesmo e os demais, mas de resguardar a Cultura em sua pluralidade. Oscilando, entre direitos individuais e coletivos, ao tratarmos de

---

<sup>95</sup> MARTINS, Nelson A. Cavalcanti. Fazenda. In: Nascimento, Milton. **Geraes**. Belo Horizonte: EMI-Odeon, 1976. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 1 (2’40’’).

<sup>96</sup> **A história da Literatura em Ponte Nova**. Academia de Letras, Ciências e Artes de Ponte Nova (ALEPON). Ponte Nova (MG), 2013, p. 38.

<sup>97</sup> MUCCI, João Bosco. **Buteco do Edu**. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2007. Entrevista concedida a Eduardo Goldenberg. Disponível em: <<http://butecodoedu.blogspot.com.br/2007/03/entrevista-joo-bosco.html>> Acesso: 15 jun. 2017.

<sup>98</sup> **A história da Literatura em Ponte Nova**. Op. Cit., p. 39.

identidade, lida-se com ambiguidades. Ter identidade predispõe aceitação alheia na busca por também ser aceito. Isso nos fez recordar uma questão colocada por Zygmunt Bauman:

[...] como conviver juntos com um mínimo de rivalidade e conflito, enquanto mantém inabalada a liberdade de escolha e a autoafirmação.  
[...] Como alcançar a unidade da (apesar da?) diferença e como preservar a diferença na (apesar da?) unidade.<sup>99</sup>

## 1.2 O início de uma saga interiorana

Poder-se-ia atribuir o advento da cana-de-açúcar até essa região ao Padre João do Monte de Medeiros (1768). Este adveio de São Caetano de Mariana, portando Carta da Sesmaria próxima ao Ribeirão Tavoassu (Vau-Açu), onde hoje existe a Fazenda de Santa Helena.<sup>100</sup> Contudo, há indícios de que na Sesmaria de Quebra-Canoas (divisa entre Ponte Nova e Barra Longa), em 1740, já se cultivasse a cana-de-açúcar. Em Quebra-Canoas a família Martins teria sua origem, ali viveram os pais da Sra. Anna Florência, que ali nasceu.

Essa história é apenas um exemplo de como se procedeu a dominação de boa parte do território mineiro ligada ao estabelecimento de propriedades rurais, sesmarias comumente chamadas de fazendas. A Zona da Mata parece ter sido uma região na qual a iniciativa das sesmarias não se desvirtuou muito da nucleação permanente que objetivava.<sup>101</sup> Não raras vezes, vários membros de uma mesma família recebiam títulos de sesmarias para incentivar e facilitar a conquista em regiões ainda pouco exploradas pelo colonizador. Mas isso também caracterizava uma concentração de terras e a formação de aristocracias locais.

Assim se procedeu com o mencionado padre, precedido pelos irmãos, Miguel Antônio do M. Medeiros (sesmaria no Sertão da Piranga, Fazenda Vargem Alegre), Capitão Sebastião do M. M. da Costa Camargo (sesmaria do Córrego das Almas), e, acompanhando o padre estavam sua mãe, Maria da Costa Camargo (sesmaria próxima ao Córrego Santa Rita), e sua irmã, Catharina do Monte (sesmaria próxima ao Ribeirão Mata-Cães).

Essas propriedades fomentaram produção agrícola e pecuária. Devido às distâncias, objetivavam produzir muito do que precisavam. O excedente, que buscavam sempre ampliar,

---

<sup>99</sup> BAUMAN, Zygmunt. Op. Cit., p. 48.

<sup>100</sup> RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Ponte Nova, 1770 a 1920** - 150 anos de história. Op. Cit., p. 25-36.

<sup>101</sup> O interesse da coroa portuguesa era consolidar o sistema latifundiário, extensivo, que seria viabilizado pelo escravismo e monocultura voltada a produtos de elevado valor comercial e tributário, como a cana-de-açúcar.

era comercializado a nível local e na região mineradora por meio de tropeiros. A instalação de moinhos e engenhos contribuiria para isso. A atividade empreendedora que inauguraram, em certos casos, atravessaria séculos e gerações, aglutinando características marcadas pelo período de conquista territorial a novas necessidades e exigências de adaptação.

As terras onde foi instalada, em 1883, a extinta usina de açúcar Anna Florência, antes constituíam uma das antigas sesmarias concedidas a partir de 1758,<sup>102</sup> conforme motivação de regularidade no abastecimento interno, para manutenção da mineração que em virtude disso alçou seu êxito. Secundariamente ampliava-se territórios à maneira extensiva.<sup>103</sup>

Adquirida, em 1861, do seu donatário, Sebastião Marques (da freguesia de Camargos, Mariana), pelo major José Vieira de Souza Rabello, incluía 300 alqueires de terras (banhadas pelo Ribeirão Oratório e Córrego São Vicente), sede, engenho e utensílio para moagem de cana para açúcar e aguardente, paiol, moinho, cevas, senzalas etc. Em 3 de agosto de 1863, José Vieira morreu deixando a fazenda à sua esposa, a austera Dona Anna Florência Rabello (figura 3) e quatro filhos pequenos, três deles (Francisco, José e Ângelo Vieira Martins) os futuros fundadores da Usina Anna Florência, homenagem à mãe.

**Figura 3: D. Anna Florência Martins Rabello.**

\* 4 de maio de 1825. † 10 de setembro de 1881.



Fonte: De Anna Florência... A família Soares Martins. **Informativo JATIFLOR**, Ano VII, nº 2, Urucânia (MG), junho/outubro, 1983, p. 6. (Arquivo da Usina Jatiboca).

<sup>102</sup> Desde 1710 já se concediam sesmarias na província das Minas. Porém, na Zona da Mata, especialmente a leste, somente na segunda metade do século XVIII seriam permitidas, pois, devido a potencialidade de acesso ao litoral por essa área, era conveniente para a Coroa que a barreira natural de matas fechadas habitadas por índios, que cada vez mais a elas recorriam como refúgio ao avanço colonizador, se mantivesse para contenção de possíveis contrabandos de ouro em seu período de abundância. Quando da escassez aurífera, a nova conjuntura se encarregaria de mudanças com relação aos olhares voltados para a Zona da Mata. Ver: CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Op. Cit., p. 70-82.

<sup>103</sup> A imensidão territorial fazia com que assim que se esgotasse os recursos de uma área se passasse a outra sem preocupações em aperfeiçoamento das técnicas agrícolas para além da queima e roçado.

Dois anos após a morte de Anna Florência (em 1881), seus filhos constituíram a firma: Vieira Martins & Cia, formalizando a criação da primeira usina de açúcar em escala industrial de Minas Gerais (figura 4 – fogo, fumaça e exaustão faziam parte desse mundo). Em 1886 produziam também café. Com o tempo, foi sendo ampliada e atualizada. No período da segunda guerra mundial, devido ao desabastecimento de petróleo, passaram a produzir álcool combustível para suprir os caminhões e demais veículos utilizados pela agroindústria (Anexo VI: b- Usina Anna Florência – década de 1940. Destilaria de álcool).

**Figura 4: Usina Anna Florência – década de 1940.**



Fonte: Acervo pessoal Sr. Itamar Motta Mayrink. Ponte Nova.

Os fundadores da usina (Anexo VI: c- Fundadores da Usina Anna Florência) nutriam ambições não apenas locais, buscando estabelecer estreito relacionamento com a esfera política e econômica regional, provincial e até central (Rio de Janeiro), consolidando redes de influência. Seu poder econômico crescia ampliando suas terras e ação política. Fundaram sua própria firma ferroviária – Companhia de Estrada Ferro e Indústria de Minas, S.A. (figuras 5 e 6), concessão estadual: Lei nº 518 de 6 de setembro de 1910, prolongando a estrada de ferro Leopoldina até o interior da usina e dali para seus principais fornecedores de cana em outras localidades, como Jequeri (MG). Sendo por isso, responsável, em parte, pelo crescimento, e, decorrente emancipação de vários distritos.

**Figura 5: Estrada de Ferro da Usina Anna Florência.**



Linha da Usina Anna Florência  
A Estação de Anna Florência foi inaugurada em 1913, na linha Caratinga, da E.F. Leopoldina.



Fonte: Acervo da E.M. Dr. Luiz Augusto. Anna Florência, Ponte Nova.

**Figura 6: Vagão utilizado para transporte de álcool, décadas de 1970 e 1980.**



Fonte: Acervo da E.M. Dr. Luiz Augusto. Anna Florência, Ponte Nova.

Interesses públicos e particulares pareciam convergir para ampliação da malha ferroviária. Na Zona da Mata Norte anseios por incrementar e beneficiar o escoamento da produção aliavam-se ao ideário civilizatório.<sup>104</sup> Enquanto as antigas regiões produtoras cediam seus cafezais para as pastagens ou mantinham lavouras decadentes, Ubá, Muriaé, Ponte Nova, Rio Novo e Eugenópolis surgiam como importantes municípios produtores.<sup>105</sup>

Em se tratando da produção canieira um conjunto de fatores econômicos, políticos e contextuais favorecia essa parte da Mata. Assim, a predileção pelo cultivo da cana ocorria não só pelas condições ambientais favoráveis (solo e clima), mas também pela flexibilidade de destinação da matéria-prima, conforme podemos constatar pela figura anterior. A criação do Proálcool, em 1975, alavancaria o setor.

Entender como se portava certa classe dominante local auxilia no entendimento quanto às formas de poder praticadas. Em se tratando dos V. Martins, determinante seria a vividez de D. Anna Florência, como a ela se reportavam – fosse por sua austeridade, posição e posses, ou ainda, em virtude de tácitas normas sociais.

<sup>104</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estrutura Agrária e Capitalismo**: contribuição para estudos de ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (século XVIII a XIX). Op. Cit., p. 60.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 62.

Diante de uma propriedade, colheitas, escravos e dívidas para administrar ela decidiu antecipar o envio dos três filhos homens a estudos em colégios internos, como era o costume das famílias ricas.<sup>106</sup> Às meninas era destinado preparo para o lar e a família, assim a única filha, Francisca, permanece junto à mãe. Não é nosso foco, mas essa conduta de uma mulher e mãe, que, como outras de seu tempo,<sup>107</sup> se veem impelidas, circunstancialmente, a assumir funções destinadas aos homens, demonstra que ao fazê-lo chancela costumes patriarcais de seu tempo. O comportamento distinto conferido aos filhos devido ao gênero indicava não haver contestação ou conflito para com o meio social.<sup>108</sup>

Se a proposta é um retorno ao passado e um desvelar das memórias quanto às suas amarras culturais, de forma a servir de material para a História, não se pode eximir de invocar aspectos que compuseram aquela trama. Afastar anacronismos e mistificação de personagens, a exemplo da que se criou na tradição oral a respeito dessa senhora quanto a uma benevolência para com seus cativos. Na verdade, alinhada com seu tempo e visão de mundo de sua classe econômica. Movia-se segundo seus anseios e reagia conforme os instrumentos disponíveis para preponderância sua, de seus descendentes e do seu modo de vida. Analisemos a concepção exposta em um livro de memórias no qual a introjeção daqueles valores parece ter criado obstáculos ao estranhamento:

Anna Florência era assim, firme e enérgica, porém bondosa e caridosa ao extremo. Os escravos das fazendas vizinhas, de seus parentes, constantemente procuravam-na, pedindo-lhe que os comprassem, pois sabiam o tratamento humano que lhes seria dispensado. Muitos de seus escravos permaneceram em Oratórios de Baixo, após a Abolição, tornando-se trabalhadores assalariados.<sup>109</sup>

---

<sup>106</sup> Em 1871 os dois filhos mais velhos, Francisco e José V. Martins são enviados para um colégio em Congonhas do Campo; entre 1872-1873, o filho mais novo, Ângelo, estudou no colégio do Caraça, enquanto Francisco e José foram para o Colégio Victório, Rio de Janeiro; em 1874 foi a vez de Ângelo. Os dois primeiros se formaram em Medicina. Ângelo V. Martins se formou em Direito. Ver: **Apontamentos para a história da Uzina Anna Florência, pelo sócio Ângelo Vieira Martins, Juiz de Direito, aposentado e único sobrevivente dos sócios fundadores**. Ponte Nova (MG): Gráfica Gutemberg, março, 1938, p. 2-3.

<sup>107</sup> VALENTE, Priscila Firmiano. Viúvas: família, sucessão e propriedade na Freguesia de Guarapiranga, 1830/1858. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 10., 2014, Juiz de Fora. **Anais do XIX Encontro Regional de História**: Profissão historiador. Juiz de Fora: ANPUH-MG, 2014, p. 6. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2016/02/CD-Rom-Priscilla-Firmiano-Valente-Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso: 6 jan. 2017.

<sup>108</sup> SOUZA, Nayara de Oliveira. **Sobre Memória e História**: D. Joaquina do Pompéu entre o passado e o presente – Pompéu/MG (1990-2015). 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG: 2016, p. 33-34. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/10019/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso: 20 abril 2017.

<sup>109</sup> COELHO, Maria Sylvania Salles. **Guardai na Memória**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1984, p. 14.

Sua fama de mulher religiosa e caridosa não rompe a lógica do sistema, pois seguia mantendo o cativo.<sup>110</sup> Era possível que quando fosse procurada por esses escravos, se naquele momento pudesse comprá-los, não havendo oposição de seus donos, assim procedesse, dado que o comércio marítimo de escravos era cada vez mais dificultado. Ainda que se admita a permanência ilegal do tráfico até meados de 1860, em virtude da não observância da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850.<sup>111</sup> Mais comum se tornava o comércio interno de escravos, especialmente quando um ciclo econômico dava lugar a outro. No presente caso, depreende-se que uma oligarquia parental existia e negros permaneceram alocados mesmo após libertos, dada uma conjuntura regional.

D. Anna Florência apenas devia se conduzir com astúcia, ante sua condição de mulher e viúva. O cativo mais eficiente não é o que aprisiona o corpo, mas a mente das pessoas. Por exemplo, por meio da gratidão e fidelidade em razão de favores e benefícios concedidos. Donos de escravos poderiam dispensar chicote e tronco, sem abrir mão de um controle psicológico, auxiliado por fatores externos. Cogitamos que esse astucioso modelo teria sido replicado na usina e talvez possa orientar relações sociais ainda hoje.

Os descendentes da Sra. Anna Florência: seu filho Ângelo V. Martins e a memorialista Maia Sylvia S. Coelho, demonstram um comprazimento para com a antepassada. Mas sim, plausível se apresenta que houvesse diferentes formas no trato para com os escravos. Em algumas propriedades as punições físicas eram mais severas e recorrentes que em outras. Essa seria a razão das fugas.

A relação entre senhores e escravos era tensa. O temor dos senhores estimularia demonstrações de força para manutenção da obediência dos escravos, também por considerá-los propriedade da qual detinham o direito de resguardar, conforme a organização

---

<sup>110</sup> Consta, no **Arquivo Público Mineiro** / Seção Provincial (1390). Classificação de escravos do município de Ponte Nova: 1874-1875, p. 134-135, um nº de 8.434 escravos. Lavouras de café exigem menos braços que as de cana, de modo que ao sul da Zona da Mata o número de cativos era maior que ao norte. Também porque a ampliação das lavouras de cana se procedeu em maior escala pós-Abolição. Ver: CARRARA, Ângelo Alves. Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira. In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. (Org.). **A estrada real e a transferência da corte portuguesa**: programa RUMYS, projeto Estrada Real. Op. Cit., p. 56-57.

<sup>111</sup> CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012, p. 35. Estimativas mencionadas por esse autor indicam que entre o século XVI e 1850, um número superior a 4,8 milhões de africanos escravizados teriam chegado ao Brasil. Mesmo com a lei proibitiva ao tráfico, de 1850, ainda entraram ilegalmente nesse território por volta de 6.800 cativos. Na década de 1850, a maior parte do trânsito de cativos, de origem interna ou de traficados de origem externa, direcionava-se a atender as monoculturas do sudeste.

socioeconômica de então. Talvez o medo estivesse presente em ambos os lados e motivasse a ação violenta dos senhores ante as reações ao cativo, que por sua vez, se faziam justas ao considerarmos a visão dos subjugados.

Em nossas pesquisas, buscamos acesso ao Inventário realizado por tempo da morte do marido de Anna Florência, o Major José Vieira de Souza Rabello. Seu filho, Ângelo V. Martins, menciona<sup>112</sup> a delicada situação econômica da família naquele instante. Almejando se reerguer, dificilmente estariam dispostos a se desfazer da mão de obra escrava.

[...], procedeu-se ao inventário dos bens do seu espólio, no qual, além das benfeitorias, escravos, bens móveis e semoventes, foram escriptos 300 alqueires de terras de sesmaria, minha mãe, [...] depois de verificar que pelas rendas [...], não conseguiria saldar o passivo do espólio, no prazo que desejava, [...], tomou a deliberação de alienar [...] 50 alqueires, da sesmaria do Pião, [...] nenhuma falta fazia à cultura de então: de canna-de-assucar, milho e outros cereaes [...].<sup>113</sup>

Esperávamos ter mais informações sobre os escravos de Anna Florência, mas o referente espólio apenas faz menção a eles, nem mesmo os quantifica. Contudo, o cultivo das lavouras e serviços rurais exigiria número relevante.<sup>114</sup> Então, solicitarmos junto ao Fórum de Ponte Nova acesso aos documentos do período para pesquisa, deparamo-nos com uma impraticabilidade funcional. Centenas de caixas, sem identificação, catalogação ou qualquer tratamento. Soubemos que na semana seguinte à nossa busca, por Determinação do Conselho Nacional de Justiça, todo o acervo seria transferido para a Gerência de Arquivos (GARq) - Belo Horizonte, ficando sob a tutela do TJ-MG, sem previsão de tratamento.

Recorremos, então, ao silogismo. Essa Senhora, auxiliada por dois de seus irmãos: Luiz Augusto e Manuel Martins da Silva, determinou-se a dar continuidade aos negócios da família. Garantiria o sustento de seus filhos e a manutenção do ordenamento escravocrata. Quanto à alegada complacência para com os cativos. Não há como confirmar. Sabemos por pesquisas realizadas nos Livros de Escrituração do Cartório de Notas do 1º Ofício da Comarca de Ponte Nova, n<sup>os</sup> 01 ao 37, período 1863 a 1918 (Arquivo Público Municipal de

---

<sup>112</sup> **Apontamentos para a história da Uzina Anna Florência, pelo sócio Ângelo Vieira Martins, Juiz de Direito, único sobrevivente dos sócios fundadores.** Op. Cit., p. 2.

<sup>113</sup> *Ibidem.*

<sup>114</sup> Admite-se, entretanto, que o número de cativos para a Zona da Mata Norte fosse inferior ao de outras áreas. CARRARA, Ângelo Alves. Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira. In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. (Org.). **A estrada real e a transferência da corte portuguesa:** programa RUMYS, projeto Estrada Real. Op. Cit., p. 57.

Ponte Nova/MG), que no último quartel do século XIX houve uma aceleração e aumento do número de cartas de alforrias expedidas, que aqui se denominavam “Cartas de liberdade”.

Porém, próximo à Abolição, as cartas eram acompanhadas de condicionantes.<sup>115</sup> Por exemplo: seriam entregues quando do falecimento do senhor de escravos; ou o cativo se comprometia a servir seu senhor por mais alguns anos, uma espécie de contrapartida. Os escravos não tinham opção senão aceitar. Em se espalhando pelo país as ideias republicanas e com o gradual esvaziamento do apoio oligárquico ao Império, os senhores de escravos, em percebendo que uma inevitável mudança se avizinhava, astuciosamente agiam no sentido de tirar um proveito final e tentar amenizar possíveis desordens sociais que os ameaçassem.

Até mesmo Ângelo V. Martins menciona algo a esse respeito, quanto a um influente e rico personagem da cidade e amigo próximo de sua família, o Capitão Manoel Francisco de Souza e Silva – primeiro presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, em 1857, e idealizador do projeto da instalação no município de uma Usina de Açúcar nos moldes do Engenho de Quiçamã, Araruama - Rio de Janeiro. Pela proximidade de sua morte, em 1880, “aos escravos ordenou fosse expedida carta de libertação logo que cerrasse os olhos”.<sup>116</sup>

Por todo país, surgem agremiações e periódicos favoráveis à causa abolicionista e republicana. Em Ponte Nova, por volta de 1870, alguns fazendeiros já haviam libertado seus escravos. Esse sentimento, no entanto, não era partilhado por todos. Determinante se fazia: o tipo de atividade, nível técnico e grau de dependência de cada fazenda à mão de obra escrava.

Na década seguinte esses movimentos se tornariam ainda mais comuns. O engenho de Quiçamã (Rio de Janeiro) aderiu dando fim ao cativeiro. Em Ponte Nova, D. Maria Genoveva Martins, esposa de um influente político local, Antônio Martins Ferreira da Silva, organizou e presidiu uma sociedade abolicionista. Essa senhora libertou seus escravos, ainda que com a condição de continuarem lhe prestando serviços por mais algum tempo. Gradualmente, a mão de obra estrangeira, na sua maioria italianos, foi sendo introduzida, em regime assalariado e/ou parceria.<sup>117</sup> Após uma vida de subserviência e mais alguns anos de trabalho gratuito, os negros recebiam uma liberdade. Alguns permaneciam trabalhando nas fazendas, junto aos emigrantes, outros vagavam, sem perspectiva, em uma sociedade erigida

---

<sup>115</sup> Sidney Chalhoub descreve sobre as alforrias condicionais, a insegurança e incerteza a que eram submetidos os indivíduos nessa situação. CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p. 248.

<sup>116</sup> **Apontamentos para a história da Uzina Anna Florência, pelo sócio Ângelo Vieira Martins, Juiz de Direito, aposentado e único sobrevivente dos sócios fundadores.** Op. Cit., p. 5.

<sup>117</sup> MAGALHÃES, Manoel Ignácio Machado de. **História de Ponte Nova até dezembro de 1922.** Ponte Nova: [s.n.], [19--]. p. 47.

de forma a não os encaixar. Transcrevemos abaixo mais um exemplo de uma sociedade que, acostumada a ser servida, ainda hoje guarda as marcas dessa subserviência do passado. A plenitude de uma liberdade apenas aparente. Trata-se de um trecho de Carta de Liberdade, datada de primeiro de abril de 188, pautada em critérios de concessão:

Carta de liberdade Condicional [...]. Nos abaixo assignados Bacharel Angelo da Matta Andrade e sua esposa D. Melitana Candida da Silva Andrade [...] concedemos nesta datta plena e completa liberdade com a condição de nos servir por tempo de tres anos os nossos seguintes escravos Adelaide escrava de 31 annos de idade. Florentina também da mesma com 30 annos de idade, filha de Ursula. Manoel Cabra de 25 annos de idade filho de Marciana, matriculados na Colectoria desta cidade aos 30 de Abril de 1886. E por verdade [...] <sup>118</sup>

Nos Livros Cartoriais do 1º Ofício da Comarca de Ponte Nova <sup>119</sup> pudemos perceber isso claramente, sobretudo no ano de 1888. Inúmeros casos de proprietários de escravos que, já prevendo o desfecho da agitação a se acirrar na corte carioca, movimentavam-se no sentido de tentar garantir mais algum proveito sobre os cativos, enquanto na esfera política, migravam para o novo cenário republicano de poder, de forma a se manter no controle.

Infelizmente, por não acesso aos arquivos do Fórum, não pudemos averiguar se os escravos de Anna Florência se incluíam nesses casos condicionais que ampliavam a servidão, 2 a 7 anos ou mais. Seu Inventário poderia talvez revelar algo sobre a destinação de seus escravos. Entretanto, nos Livros Cartoriais, não encontramos qualquer Carta de Liberdade assinada por ela. Pela obra memorialista Maria Sylvia S. Coelho, conforme vimos, os escravos teriam permanecido na Fazenda Oratórios de Baixo (Pião), mesmo com a Abolição, em 1888. Alegou-se um assalariamento. Em que condições, inclusive moradia, não sabemos.

Recordamos que a Usina foi criada em 1883 e iniciou sua produção em 1885, indicando em seu funcionamento inicial a provável utilização de mão de obra escrava, herdada de Anna Florência. Aliás, a permanência de parte desses indivíduos como mão de obra livre nas propriedades onde foram cativos parece ter ocorrido também em outras áreas da Zona da Mata, produtoras de café. <sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> Livro de Escrituração do Cartório de Notas do 1º Ofício da Comarca de Ponte Nova, nº 13, março de 1887-agosto de 1888, p. 84. (Arquivo Público Municipal de Ponte Nova – MG).

<sup>119</sup> Livros de Escrituração do Cartório de Notas do 1º Ofício da Comarca de Ponte Nova, nºs 01 ao 37, período 1863-1918 (Arquivo Público Municipal de Ponte Nova - MG).

<sup>120</sup> LAMAS, Fernando G.; et. al. **A Zona da Mata Mineira**: subsídios para uma historiografia. Op. Cit., p. 20.

Naquele momento, a região de Ponte Nova, encontrava-se em pleno fervor econômico, devido à agroindústria, sobretudo da cana-de-açúcar. Isso teria contribuído para amenizar localmente o impacto da Abolição, pois algumas propriedades rurais teriam absorvido os libertos em suas atividades. Na Usina Anna Florência, o imigrante teria sido empregado em atividades técnicas, por exemplo, no maquinário e oficinas.

Para o nosso caso, a lógica econômica parece ter suplantado quaisquer benevolências, pois, no que foi possível apurar, somente com a lei de 1888 os escravos de Anna Florência teriam se tornado livres. As ligações ancestrais de memorialistas locais com os integrantes aristocratas dos séculos XVIII e XIX talvez expliquem sua indulgência.

A sobrevivência de antigas formas de pensar e agir, mesmo após décadas se passarem, talvez se nutrisse de um inconsciência e automatismo dos hábitos cotidianos. E mais, não se viam incoerentes com o avanço capitalista por propiciarem sua paulatina consolidação no campo e reforçarem uma lógica de exploração, ainda que velada.

Verificamos que enquanto esteve em poder da primeira geração dos Martins,<sup>121</sup> não ocorreu qualquer movimentação que indicasse paralisações das funções.<sup>122</sup> Se havia descontentamento, talvez a cooptação amistosa se fizesse eficaz em diluí-lo ou outras formas de resistência velada e alívio à dureza do trabalho poderiam estar atuando. Talvez, ambas as situações simultaneamente estivessem colocadas. Manifestações culturais no interior da usina podem ter exercido uma dupla função: divertimento e resistência.

---

<sup>121</sup> Faziam parte da 1ª sociedade Vieira Martins & Cia (dissolvida em 1898) os irmãos José, Francisco e Ângelo Vieira Martins, além dos seus tios, Manoel Vieira de Souza e Luiz Augusto de Souza e Silva. Da 2ª composição não mais figuravam Ângelo Martins e Manoel Vieira. Em 1904, morreu Luiz Augusto e se configurou uma 3ª firma apenas com os irmãos José e Francisco V. Martins. Estes ficaram à frente da administração até por volta de 1914. Francisco foi o primeiro a se afastar, José, em seguida. Ambos se mudaram em definitivo para o Rio de Janeiro. Faleceram em, 1926. A administração ficou a cargo de Urbano V. Woolman, engenheiro que trabalhou na construção da estrada de ferro Leopoldina, e que em 1914, tornou-se Diretor-Presidente da usina. Em 1913 Ângelo voltou a ser acionista. Em 1929 em 4ª dissolução, com a saída dos descendentes do Dr. Luiz Augusto, o Dr. Urbano adquiriu a firma. Descendentes dos Martins só voltaram à frente da Usina Anna Florência em 1973, quando para impedir seu fechamento, uniram-na à Usina Jatiboca, fundada em 1920 (distrito de Urucânia), por Ângelo V. Martins e seu filho, além de Custódio M. da Silva, Moacir V. Martins, Carlos Fonseca Brandão. Ver: **Apontamentos para a história da Usina Anna Florência, pelo sócio Ângelo Vieira Martins, Juiz de Direito, aposentado e único sobrevivente dos sócios fundadores.** Op. Cit. p. 3-12.

<sup>122</sup> Em pesquisa realizada no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentos, situado na cidade de Urucânia, encontramos um recorte de jornal (“Folha de Ponte Nova”, 16/10/2015, p. 10) que trazia a informação quanto ao sindicato ter sido o primeiro a surgir na região (até 1961, a vizinha Urucânia fez parte do território ponte-novense). Inicia-se em 17/10/1935 como Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Ponte Nova, por iniciativa de um grupo de trabalhadores, liderados por Cândido Januário, revoltados devido a terem seus salários retidos. Pelo sistema de Cadernetas, os funcionários eram coagidos a comprar nos estabelecimentos comerciais existentes no interior da usina que repassava diretamente aos comerciantes o equivalente às dívidas contraídas. A reportagem diz que Cândido foi ao Rio de Janeiro, e, no Palácio do Catete, sob comando de Getúlio Vargas, retornou com o registro de constituição de um sindicato. No dia do pagamento, Cândido organizou uma sublevação. Surpreendidos os usineiros cessaram a prática abusiva.

### 1.3 Formação e perpetuação de um *status quo*

Afeita ao agro pastoreio, a cidade de Ponte Nova se fomentava pela produção agrícola voltada à comercialização. Eram agricultores comerciantes. Produziam-se lavouras para subsistência concomitante a culturas excedentes destinadas à venda, primeiramente para Vila Rica, depois para outras localidades como Barbacena e Rio de Janeiro. Essa dinâmica comportava aspectos aparentemente antagônicos: a tradição patriarcal centralizadora e o impulso liberal-econômico. Mas, na lógica de ampliação dos ganhos, pareciam interagir.

Quando dissemos no tópico anterior sobre a sedimentação de uma personalidade simultaneamente bucólica (interiorana) e um anseio, quase soberbo, por uma imagem de modernidade e progresso que superasse o atraso, acreditamos nos aproximar do que Alexandre M. Cunha expõe sobre “o contraste entre tradição e mudança, entre conservação e certa abertura ao novo”.<sup>123</sup> Seriam a base da orientação político-social da sociedade brasileira, desde sua formação a repercutir em diversos aspectos ainda na sociedade atual. Em regiões ditas de fronteira da colonização, como foi considerada a Zona da Mata (MG), especialmente a norte e leste, esse dualismo é especialmente detectável, daí se justifica o presente estudo.

Em um jogo ambíguo e oportunista, ora buscava-se agir pela autonomia liberal, ora conduzia-se pelo conservadorismo, reivindicando a direta presença estatal. Desigualdades culturais, econômicas e sociais estiveram presentes no desenvolvimento agrícola brasileiro. Especificamente para o setor sucro-alcooleiro, a partir de 1930, e, sobretudo nos anos 70 e 80, a ação do Estado se fez presente como um catalizador de anseios patronais por ganhos e crescimento econômico, sem configurar-se um igual desenvolvimento social.

O domínio do capital sobre o campo foi determinado pela intervenção do Estado centralizador na economia. Como árbitro, o ente federal, fosse civil ou militar, teria propiciado ao capital exercer domínio sobre tudo quanto se relacionasse à produção agrícola, desde a terra e a tecnologia, até a força de trabalho humana. Essa capitalização teria sido proporcionada pelos volumosos recursos financeiros destinados ao setor. Para o nosso caso,

---

<sup>123</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. Op. Cit., p. 125.

emblemático se apresenta o programa chamado Proálcool,<sup>124</sup> tendo sido articulados diversos trâmites favoráveis (legais, fiscais, creditícios, subsidiários etc.).

Contudo, o controle sobre a terra tem início bem antes. Com o intuito de conter posses irregulares, o Estado ainda em 1850, criou a Lei de Terras nº 601. Essa tentativa legal se mostrou inapta para conter a formalização de desigualdades. Sinalizava apenas a transformação na relação com a terra, no sistema produtivo e nas relações de trabalho a serem em breve regidas pelo capital e pelo tributo. Na prática o Estado veio a capitanear uma mudança que a poucos favoreceu: um novo cenário, mas desigualdade similar à anterior.

A lei de terras abriu possibilidades à regularização das áreas apossadas “mansa e pacificamente”, tanto pelos posseiros das grandes quanto das pequenas extensões territoriais. Mas, no caso dos homens pobres livres e dos escravos alforriados e emancipados, a sua condição de marginalidade social e a cobrança pelo registro da gleba dificultaram o reconhecimento dos seus domínios. O caráter ilícito das terras apossadas explica a resistência de boa parte dos fazendeiros que não registraram suas extensões [...]<sup>125</sup>

Para o nosso interesse, o controle sobre a terra se colocou como determinante. O aumento da demanda pelo açúcar e, posteriormente, pelo álcool,<sup>126</sup> levando à expansão das áreas plantadas. O significativo aumento da especialização agrícola geraria monopolização. Esse fenômeno se ligava à tentativa estatal de racionalizar o setor agroindustrial-canavieiro. Inserido nesses planos estavam: a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933;

---

<sup>124</sup> O Proálcool, instituído em pleno regime militar na década de 1970 pelo decreto governamental nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, levaria à consolidação do uso do trabalhador volante (temporário) na agricultura e obrigaria à elevação do nível tecnológico no setor, dois fatores interligáveis, intercambiáveis.

<sup>125</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Op. Cit., p. 74.

<sup>126</sup> As décadas de 1950 e 1960 seriam decisivas para o avanço do processo de capitalização do campo, há muito gestado, conforme vimos pela Lei de Terras de 1850. Seria ainda mais acirrado nas décadas subsequentes (período militar). A indústria brasileira se diversificava, impulsionada pelo desenvolvimentismo. Para ligar o país de ponta a ponta se optou por desenvolver a malha rodoviária, favorecendo a recente implantada indústria automobilística. O intento modernizante dos governantes (Juscelino Kubitschek, por exemplo, com o Plano de Metas) estava em andamento. Entretanto, o advento da referida crise mundial do açúcar, devido aos baixos preços gerados pela abundante oferta, concomitante a uma grave crise do petróleo ocasionada por desentendimentos entre os membros da Organização dos Produtores de Petróleo (OPEP), impediram os planos de crescimento econômico previstos, principalmente para o período denominado “milagre econômico” (1969 a 1973). Intencionava-se garantir a continuidade do processo modernizador e não afetar a política de transporte baseado na rede rodoviária. E ainda, aproveitando o excedente da produção de açúcar, o governo resolveu atender aos interesses de produtores de cana-de-açúcar e usineiros, produzindo álcool combustível. Desta forma, parecia solucionar simultaneamente o problema da superprodução de açúcar, oferecendo destino a ela, e nesse ínterim, aproveitar para fomentar a indústria de máquinas e bens de produção, insumos e implementos agrícolas, além de sanar o problema energético. Ver: XAVIER, Almiro Luna. **A Cana-de-açúcar na Zona da Mata Norte Mineira: ascensão e queda de uma atividade econômica (1960 a 1980)**. 2006. 106f. Dissertação (Graduação em História) – Departamento de Artes e Humanidades. Universidade Federal de Viçosa (MG): 2006, p. 23.

do Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), em 1941; e do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); bem como da Legislação Trabalhista do trabalhador rural de 1963.

A respeito disso, em 1980, o depoimento de um cortador de cana da região: o Sr. José Abélio, concedido ao Informativo mensal da Cooperativa Regional dos Cortadores de Cana de Minas Gerais (COPLACAN – Ponte Nova),<sup>127</sup> é esclarecedor quanto aos efeitos nocivos da concentração de terras sobre a população mais pobre do campo. Sua história revela as mudanças sociais que aquele modelo de capitalização foi gerando a cada geração. O Sr. José diz que seus avós, antes detentores de pequenas propriedades, foram destituídos dessas posses, passando a constituir mão de obra ao processo produtivo das usinas.

A questão de controle e poder mediante a posse de terras é relevante para o nosso estudo e acreditamos ainda resguardar espaço para análises mais apuradas mesmo com alguns estudos já realizados. Ângelo A. Carrara em tratando dos registros de terras da Zona da Mata Mineira no século XVIII indica que ao Norte, na qual se localiza Ponte Nova, 60% de sua totalidade territorial eram ocupados por propriedades rurais, com uma média de propriedades de tamanho inferior a 60 hectares, com 40% de sua área produtiva ligada à agricultura.<sup>128</sup>

Entretanto, contrapontos e peculiaridades à localidade de Ponte Nova parecem se encontrar. Trata-se de uma localidade na qual sua ocupação se fez predominantemente pelo estabelecimento das Sesmarias. A própria Sesmaria na qual mais tarde seria instalada a Usina Anna Florência, contava com 300 alqueires. Algo a se repetir por outras propriedades próximas. Segundo Camila Pelinsari Silva<sup>129</sup> o que se observa dos registros de terra abordados em seu trabalho (412) é o seguinte: 357 propriedades se encontravam em uma faixa inferior a 80 alqueires; 35, em uma faixa entre 90 a 300 alqueires; 20, em uma faixa superior a 450 alqueires. Ou seja, cerca de 75% das propriedades superam aqueles 60 hectares indicados por Carrara como a média para Zona da Mata. Os dados analisados por Camila abrangem até a segunda metade do século XIX. Provêm de Registro Paroquial de Terras da Vila de São

---

<sup>127</sup> ABÉLIO, José. Depoimento do Sr. José Abélio, cortador de cana residente em Cardosos. **Informativo COPLACAN**, ano 1, nº 7, Ponte Nova (MG), maio, 1980, p. 2.

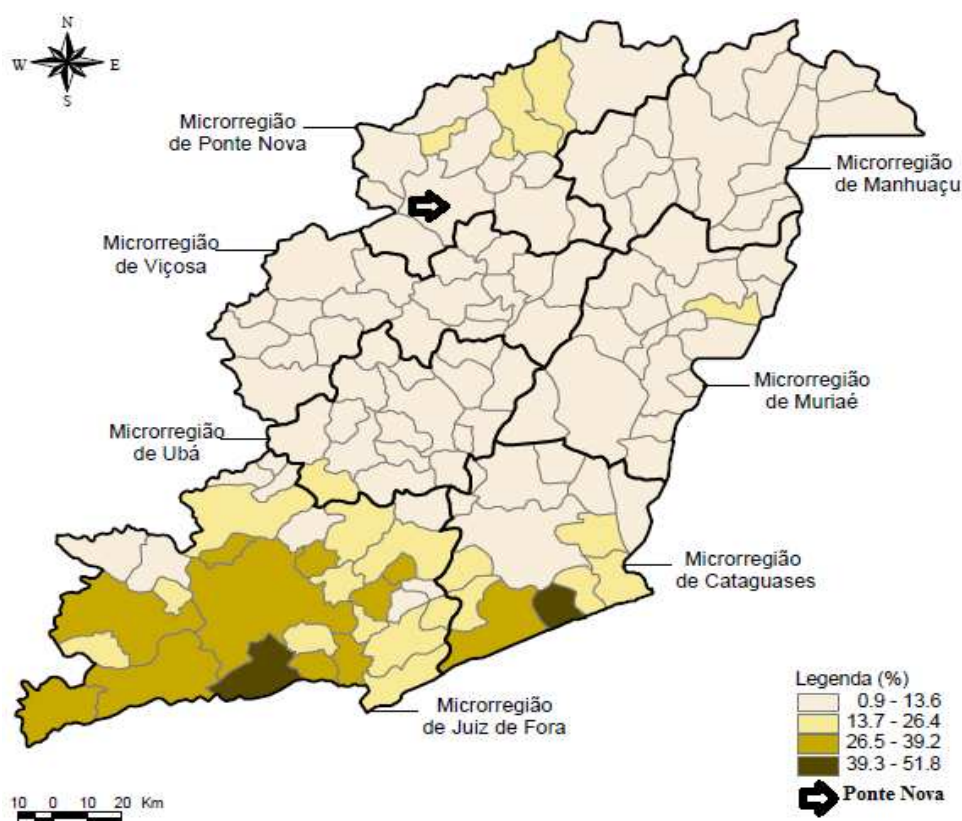
<sup>128</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira. In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. (Org.). **A estrada real e a transferência da corte portuguesa**: programa RUMYS, projeto Estrada Real. Op. Cit., p. 60.

<sup>129</sup> SILVA, Camila Pelinsari. **Estruturas fundiárias e agrárias numa área de fronteiras**: Ponte Nova, 1855-1888. 2013. 221f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora (MG): 2013, p. 34. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2013/03/disserta%C3%A7%C3%A3o-Camila-Pelinsari.pdf>> Acesso: 16 dez. 2017.

Sebastião e Almas de Ponte Nova (1855 a 1856) e Livros de Escrituras de Compra e Venda da mesma cidade (1863 a 1888).

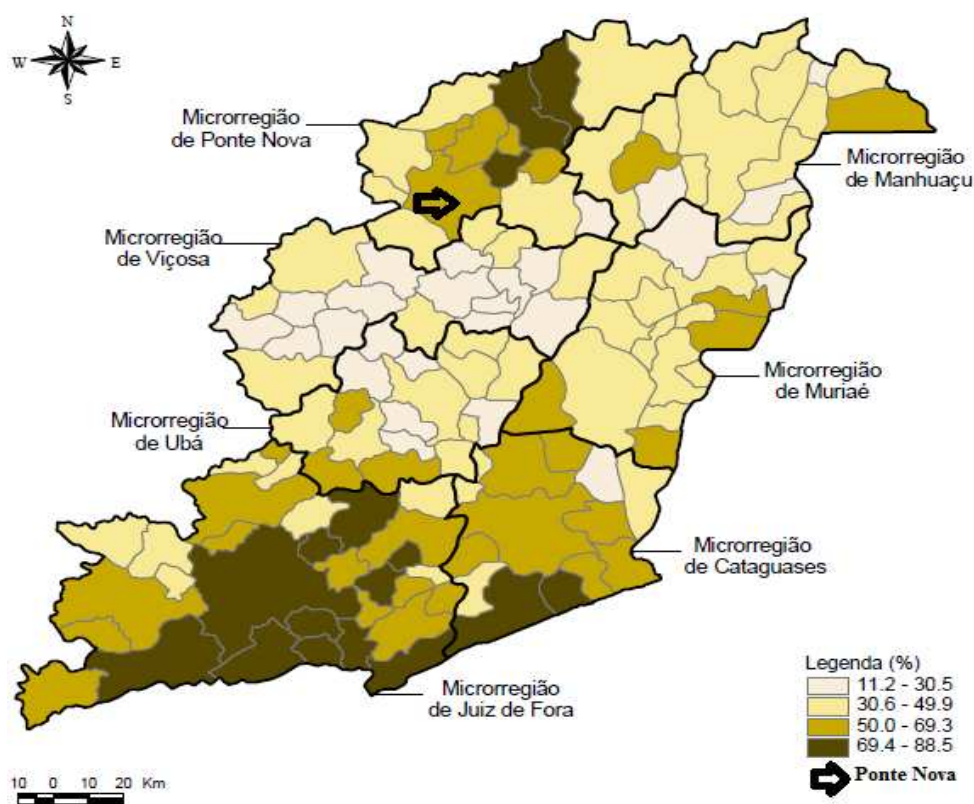
A concentração de terras presente na Zona da Mata, variável entre uma área e outra, conforme aspectos de desenvolvimento sócio histórico podem ser percebidas ainda hoje. Dados oferecidos pelo censo agropecuário 1995/96 demonstram isso. Comparando os mapas a seguir da microrregião de Ponte Nova (figuras 7 e 8), percebe-se que atualmente existem menos estabelecimentos de grande porte do que poderia ter havido no período de Sesmarias, ainda assim na sua maioria se encontram na faixa de maior porcentagem de área ocupada. Dessa forma, a concentração aqui somente se percebe quando cruzamos os dados quantitativos com o percentual qualitativo referente à extensão real ocupada por poucos estabelecimentos.

**Figura 7: Porcentagem de médias e grandes propriedades considerando o total de imóveis rurais nos municípios da Zona da Mata em 1995/1996.**



Fonte: IBGE (1998).

**Figura 8: Porcentagem da área ocupada por médias e grandes propriedades considerando superfície total nos municípios da Zona da Mata em 1995/1996.**



Fonte: IBGE (1998).

Ainda segundo Camila Pelinsari, as modalidades mais expressivas de aquisição: compra e herança, trazem, respectivamente, os seguintes valores: 26,94% e 25,72%. É possível que com o passar dos anos desmembramentos acontecessem, especialmente para momentos de crise no setor agrário, possibilitando que pequenas e médias propriedades surgissem.

Contudo, concebe-se que nessa parte norte da Zona da Mata, o cultivo da cana-de-açúcar amenizaria a crise sofrida no restante da região quando do declínio cafeeiro. Em sendo um setor flutuante, por certo havia altos e baixos, determinando flutuação também no tamanho de propriedades. Todavia, o declínio mais severo somente no final dos anos de 1980 se assistiria.

Considera-se que monocultura não significa apenas e necessariamente latifúndios, pois quando da instalação das usinas, por largo período mais de 70% de sua matéria-prima advinha de terceiros, provindo de propriedades dos mais diversos tamanhos. Mas, há indícios também que uma aristocracia local lançava mão de acordos entre si, inclusive matrimoniais, para manutenção de um poder que se ligava ao domínio sobre a terra.

Admite-se que propriedades de tamanhos distintos poderiam compor o mar de cana a cobrir de verde as planícies e colinas do Vale do Piranga. Entretanto, sabemos também que, apesar da terceirização, quando da instalação das usinas, essas preferissem comprar de produtores maiores e regulares a adquirir pequenas porções fragmentadas. Ainda que a existência de uma Cooperativa regional (COPLACAN, primeira de Minas) amenizasse o problema, facilitando a captação de matéria-prima pelas usinas.

Isso exigia especialização e condições econômicas de arrendamento ou compra que os menos afortunados não possuíam. Inserir-se mesmo em uma política estatal de racionalização do setor para assegurar a produção de matéria-prima. Mais adiante aprofundaremos nesse assunto.

Mediante análise efetivada por Camila P. Silva, denota-se que apesar do predomínio quantitativo de registros de pequenas propriedades, juntas não alcançam 25% do total de ocupação das áreas de plantio, sinalizando concentração de terras.

Há de se considerar ainda que tal aspecto poderia ter sido ainda mais amplo, pois na região de Ponte Nova, a partir de 1755, teriam sido concedidas por volta de 90 sesmarias e os registros abordados pela autora abrangem 55 propriedades nas duas faixas de maior extensão. Muitos dos grandes proprietários simplesmente não declaravam ou omitiam o real tamanho dessas posses evitando transtornos fiscais e questionamentos à origem de aquisição ou conquista dessas terras.

A explicação para as raízes da concentração fundiária na microrregião de Ponte Nova também pode ser buscada na sua formação territorial. No baixo vale do rio Piranga, o arraial de São Sebastião e Almas (Ponte Nova) teve sua expansão advinda da instalação de grandes fazendas que exploravam uma das primeiras culturas mercantis, de grande expressão, instalada na Mata: a cana-de-açúcar. Nas primeiras décadas do século XIX, o referido distrito e o de Paulo Moreira (atual município de Alvinópolis, na mesorregião metropolitana) detinham 42,5% dos engenhos marianenses [...].<sup>130</sup>

Outro dado que pode ser relevante se refere às transformações limítrofes sofridas pelo território que antes compunha o município de Ponte Nova ao longo dos anos. Embasado em pesquisas realizadas quando atuou junto ao Arquivo Municipal de Ponte Nova (2013 a 2016), José Geraldo Begname, produziu um mapa (figura 9) que retrata a extensão territorial

---

<sup>130</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Op. Cit., p. 59.

dessa localidade entre 1863 a 1876, quando segundo ele, sua população total se encontrava estimada em 80.000 habitantes. Sendo atualmente uma microrregião dividida em 26 cidades, atingindo o total 431.224 habitantes (Censo IBGE 2010). Com o tempo muitos daqueles distritos foram adquirindo autonomia, e, também passariam a constituir áreas de influência de outras partes da Zona da Mata ou até fora dela. Sesmarias concedidas naquela que anteriormente fora região de Ponte Nova poderiam passar a configurar outras realidades território-administrativas, diminuindo a percepção quanto a uma concentração de terras por uma possível fragmentação das mesmas.

**Figura 9: Mapa do território de Ponte Nova em 1876.**



Fonte: Arquivo Municipal de Ponte Nova.

O tempo passou, mas para o setor sucroalcooleiro algo se encontrava reservado, contribuindo para o fortalecimento de antigas desigualdades e estruturas de poder hierarquizadas e centralizadoras.

Em se tornando a ação do Estado mais seletiva, quando do tratamento desse setor como estratégico para a segurança econômica nacional, em contexto de crise de abastecimento petrolífero X manutenção da indústria automobilística, exigia-se a expansão da capacidade produtiva (a partir de 1975).

Veio à tona a diferenciação existente no setor, expondo a distância de condições entre os usineiros, e entre grandes fornecedores de cana diante dos pequenos produtores. Aqueles capazes de ampliar sua capacidade concorrencial, investindo em ampliação de

produtividade, somando-se área de plantio a novas tecnologias, encontrariam melhores chances de sobrevivência, afastando os menores.

Reafirmamos que o capital pôde dispor do apoio estatal para se firmar no campo. Ao estabelecer bases firmes no controle sobre a terra, lançou mão do arsenal tecnológico e manobras trabalhistas para o controle de todos os elementos produtivos. Nesse quadro, a aliança com o Estado foi ardilosa. De um lado, oferecia-se ao capital as condições necessárias para o efetivo domínio sobre aquela área; de outro, buscava-se gerar a imagem de um Estado próximo aos trabalhadores rurais.<sup>131</sup> Na prática, via-se uma injusta expropriação a diluir modos de vida tradicional, simultaneamente gerando mão de obra para a agroindústria.

Mas, a transição de uma estrutura pré-capitalista para o modo de produção capitalista ocorreu em ritmos diferentes em cada área. Em se tratando da Zona da Mata, atividades monocultoras como café e açúcar convergiram para esse processo.

Se por um lado contribuíram para a expropriação da terra, por outro, careciam daquela mão de obra expropriada para suas lavouras e agroindústrias, como por exemplo, a Usina Anna Florência, dotada de várias colônias de trabalhadores. De forma que mais adequado pensar não em um êxodo, mas em um gradual esvaziamento rural à medida que a competição no campo se acirrasse e que a introdução de maquinário exigisse menos trabalhadores, ao mesmo tempo que o meio urbano também se desenvolvesse, ampliando seus atrativos àquela parcela populacional não absorvida pelas lavouras ou agroindústrias.

Nesse longo processo de transição continuaram sendo estabelecidas relações de produção que combinavam na prática outros tipos de pagamento, adequadas a procedimentos produtivos muito lentamente transformados. Mesmo nos setores de agricultura comercial – cana-de-açúcar, por exemplo, o salário por muito tempo continuou sendo um eufemismo condescendente para efetivar-se ao pagamento de um proletariado rural brutalmente espoliado da sua humanidade, para o qual o único pré-requisito deveria ser o saber manejar um facão.<sup>132</sup>

Mais comuns que os arrendamentos, eram as relações do tipo meeiros, quando se estabelece um acordo entre o proprietário de terras e alguém interessado em cultivá-las, em

---

<sup>131</sup> SILVA, Luiz Antônio. Sindicalismo, Assalariados Rurais e a Luta pela Cidadania. In: VALLARELI, Leandro & SCOPINHO, Rosemeire Aparecida (Org.). **Modernização e Impactos Sociais: O caso da agroindústria sucro-alcooleira na região de Ribeirão Preto.** Rio de Janeiro: Fase, 1995, p. 28.

<sup>132</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estrutura Agrária e Capitalismo: contribuição para estudos de ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (século XVIII a XIX).** Op. Cit., p. 67.

troca de metade de sua produção, dando a outra parte como pagamento ao proprietário. Produzia-se para subsistência, troca e/ou cultivo para a agricultura comercial.

Para o meeiro, a destinação da produção e o tamanho da lavoura determinavam se conseguiria cultivá-la apenas com os integrantes de sua família aptos ao trabalho ou se haveria necessidade de trabalhadores temporários para o manejo. Pelas fontes orais<sup>133</sup> percebe-se que, enquanto a lei trabalhista rural não se viu efetivamente instituída, a informalização e o costume regional eram os ditames das relações contratante/contratado. Entre os fornecedores autônomos de cana, o comum quanto aos contratados era o pagamento semanal, estipulando-se um valor diário em patamares praticados pelos vizinhos.

Configurando o quanto a conduta estatal nessa temática foi ambígua e tardia, temos: apenas em 1959 houve ampliação das Leis Trabalhistas (CLT) aos trabalhadores rurais, que mesmo formalizando legalmente as disputas trabalhistas, oferecia um avanço questionável, pois a realidade rural guardava suas peculiaridades em relação à urbana.

Somente em 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, e, posteriormente, em 1971, com o Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL),<sup>134</sup> as especificidades do setor seriam em tese observadas. Todavia, similar ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), essas iniciativas jurídicas contribuía, a seu modo, para o processo de capitalização do campo, pois enquadravam até mesmo as disputas trabalhistas em um modelo aceitável pelas regras de um sistema produtivo cujo pilar principal era, por respaldo do Estado, os usineiros, detentores dos meios de produção.

Na realidade, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) legitimou o trabalho temporário,<sup>135</sup> acentuando as diferenças de tratamento entre este e o trabalhador permanente. Fortalecia-se a divisão de trabalho. A justiça agia de forma relativa, formal e burocrática para os trabalhadores, e informal, passível de manipulação pelos patrões. Um personalismo que ainda hoje se constata.

Para combater qualquer tentativa de organização diante da formalização jurídica representada pelo Estatuto do Trabalhador Rural, as relações sociais de trabalho entre usineiros e empregados sofreriam mudanças. A forma de tratamento conferida aos trabalhadores rurais, até os anos de 1960, regidas pelo modelo tradicional de produção, passaria por adaptações, exigindo maior cautela e astúcia no controle dos funcionários.

---

<sup>133</sup> Entrevista Sr. J.S. Duração: 40 minutos. Data: 8 de maio de 2017. Ponte Nova (MG).

<sup>134</sup> SILVA, Luiz Antônio. Op. Cit., p. 23-27.

<sup>135</sup> Ibidem, p. 26.

O sortilégio utilizado foi estimular nesses indivíduos o surgimento de um individualismo e de uma sensação de insegurança e concorrência. Por exemplo, a ameaça de desemprego – dado o significativo número de pessoas ociosas, apresentou-se aos patrões como uma boa forma de garantir o domínio sobre seus subordinados e impulsioná-los a produzir cada vez mais, sem a ameaça de levante coletivo.

Uma aparente atenção descompromissada e cordialidade dos patrões para com os empregados poderiam encobrir um real objetivo ligado a manter elevada a aptidão e disposição dos empregados ao trabalho. O capital era o pilar principal desse sistema, que se valia até mesmo de condições culturalmente dispostas. O controle aqui referido é apenas mais um produto de sua manifestação, fortalecendo a tendência humana de exercer controle sobre seu semelhante, algo dado culturalmente.

Despertou-nos atenção a frequência com a qual os jornais de circulação interna da Usina Anna Florência/Jatiboca ressaltavam as ações do Departamento de Assistência Social em benefícios concedidos aos trabalhadores: assistência médica, odontológica, funerária, escola, dentre outros. Todavia, conforme a usina se localizava a 8km da cidade, essas medidas talvez servissem para evitar um deslocamento capaz de ampliar a ausência dos funcionários.

Frisamos ainda que, por determinação legal do próprio Instituto do Açúcar e do Alcool, no mínimo, 1% do valor total alcançado com a produção de açúcar, e 2% sobre o valor do álcool<sup>136</sup> deveriam ser revertidos em melhoramentos das condições de vida do trabalhador rural. Havia uma determinação legal, geralmente desconhecida dos funcionários.

Isso nos leva a crer que um sofisticado mecanismo de cooptação destes indivíduos pudesse estar presente levando-os a acreditar na benevolência patronal de forma a gerar uma fidelidade mediante sentimento de gratidão. Seria essa a tentativa de sobrevivência de antigas relações de subserviência, mas em outros contextos e formatos?

Talvez o mais imprescindível de se pensar seja como essas racionalidades próprias da ação econômica em seu sentido amplo [...], constituem um processo que não é linear e absoluto, mas marcado por mediações, permanências e ritmos variados.<sup>137</sup>

---

<sup>136</sup> PAMPLONA, Confúcio. **PROÁLCOOL** – Impacto em termos técnico-econômicos e sociais do programa no Brasil. Belo Horizonte: Ministério da Indústria e do comércio. IAA, 1984, p. 75.

<sup>137</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. Op. Cit., p. 136.

Antes da mudança de conjuntura para um cenário regido pelo capital, a influência e formação de um séquito ocorriam mediante diversos elementos como convenções, parentesco, prestígio, estabelecimento de relações de gratidão, reciprocidade, dentre outros, que não necessariamente condicionavam o fator econômico no topo.

Em momentos de mudança das forças produtivas, a priorização da racionalidade econômica pareceu se valer de antigos mecanismos sociais de controle e centralização, porém mais apurados e fluidos, visando consolidar o terreno para o domínio do capitalismo liberal. No final, a busca por um bem-estar coletivo parece jamais ter sido a medida e motivação de mudanças na sociedade.

Este **Capítulo 1 - Ponte Nova, um nome sugestivo**, diz respeito não somente ao processo de formação dessa cidade e da identidade referente aos elementos com os quais seus habitantes visam se identificar, se caracterizar e distinguir, diz respeito também à tentativa de sinalizar para a sociedade a necessidade em se estabelecer uma ponte com seu passado em busca de se conhecer melhor. Todo o restante do texto traz em si essa mesma motivação.

Superar obstáculos ao aprimoramento da sociedade pressupõe conhecer e analisar criticamente suas origens e o funcionamento dessa sociedade em outros tempos. Apurando a percepção por meio desse olhar para o passado talvez possamos nos munir de melhores condições para analisar a sociedade atual, em que pontos evoluímos e em quais permanecemos similares às relações de nossos antepassados.

Sugestiva é a ânsia por uma visão mais lúcida e crítica sobre nós mesmos para que possamos detectar quais de nossos traços culturais requerem mais de nossa atenção almejando-se mudanças positivas para todos. O processo de pesquisa e produção desse trabalho, incluindo projetos e ações realizadas durante nossa trajetória, traduziu-se em um empenho por oferecer nosso quinhão para a construção dessa nova ponte.

## CAPÍTULO 2

### O PODER PERSUASIVO DA PALAVRA

Dizem que ações falam mais que palavras. Particularmente cremos num equilíbrio entre ambas. Algumas vezes se contradizem, outras, convergem. Certo é não haver aí isenção à intencionalidade. Ambas são usadas para persuadir. Mas, pela própria natureza do discurso, os recursos disponíveis à palavra, seja oral ou escrita, apresentam peculiaridades. Em termos culturais a veracidade ou não de seu conteúdo se torna menos importante frente aos resultados sociais que a crença em certos significados possa produzir. Dessa forma surgem os mitos:

[...] um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto representações partilhadas por uma cultura.<sup>138</sup>

Exemplificamos dois mitos que são e geram equívocos: o mito da democracia racial brasileira; e o mito do progresso extensivo e infalível. Embebidos de subjetividades, construções desse teor encerram uma razão de ser capaz de influenciar a conformação social e a mente dos seres aí atuantes. O significado e intenção implícitos culturalmente se revestem de uma racionalidade nem sempre perceptível. Daí seu potencial para instrumentalização de poder. Com o tempo, a circularidade cultural poderá contribuir para combinação de diferentes influências a comporem as esferas sociais em seu cotidiano. Mas, o modo de recepção pode diferir: outras esferas podem absorver passivamente o ideário “dominante”, perpetuando-o por cooptação; ou ativamente, buscando se equiparar ou suplantar a origem desse ideário, não havendo a percepção quanto a nocividade da permanência de relações sociais unilaterais. A ironia: com a utilização de instrumentos similares de poder as relações sociais seguem envenenadas. Uma real contestação viria de uma ação inversa à hierarquização, e, de uma rejeição aos hábitos culturais segregadores. A mítica em torno da Sra. Anna Florência parece mesmo se encerrar na crença do bom senhor, que contribui para a idealização de uma miscigenação inclinada às características dominantes.

---

<sup>138</sup> AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Op. Cit., p. 121.

## 2.1 As narrativas, a retórica, o discurso

A produção literária e imprensa locais foram a forma encontrada para empreendermos uma compreensão mais apurada desse contexto. A análise do discurso, narrativa e memória que possam suscitar, muito nos auxiliaram nesse percurso. Como cientistas sociais, nossa matéria e impulso são os seres humanos e seus rastros, não discussões acadêmicas desvinculadas das reais necessidades sociais.

Um exemplo desse afastamento foi ânsia da história positivista por afirmação e delimitação de sua área de estudo, embasando-se na busca por provas irrefutáveis e discussões quanto à veracidade do objeto de estudo. Isso lhe rendeu acusações de praticar uma retórica narrativa como artifício ao convencimento. Mas, a questão foi erroneamente colocada. Abusos e falseamentos foram praticados, ainda o são. Entretanto, equivocaram-se também os acusadores, por considerarem a retórica como prática irrevogavelmente degenerada.

O sentido original de retórica, conforme apreendemos da reflexão de Carlo Ginzburg,<sup>139</sup> embasa-se numa estreita ligação entre retórica, história e prova. Por diversos artifícios, tais como vestígios materiais, inferências, silogismos, dentre outros, à luz da razão, visava-se atingir a melhor explicação para os fatos da vida. Desse modo, “A identificação da prova como núcleo racional da retórica, defendida por Aristóteles, se contrapõe, decididamente, à versão auto referencial [e conativa] da retórica hoje difundida, baseada na incompatibilidade entre retórica e prova”.<sup>140</sup> Assim, conforme sua utilização, a retórica pode se prestar a suporte analítico e discussional, não meramente prática especulativa a confundir e servir de instrumento de controle. A retórica original direcionava a verdades relativas.

Há uma impossibilidade de reconstrução de contextos passados tais como foram. Recorrer a ferramentas como a verossimilhança e a retórica é justificável como formas de aproximação e análise do que possa ter sido. Desde que o uso de tais recursos estejam evidenciados e não se tornem o cerne da narrativa. Foi dessa forma que tentamos proceder no item 1.2 quando da investigação referente à suposta benevolência da Sra. Anna Florência. Importante é a busca pelo desvendar dos elementos que impulsionam sociedades, em seu tempo/espço, visando obter parâmetros de entendimento da nossa própria sociedade.

---

<sup>139</sup> GINZBURG, Carlo. Op. Cit., p. 59.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 74.

As narrativas nos dizem muito sobre quem as produziu e seu contexto. Com intenções declaradas ou não, dissimuladas ou não, têm sempre algo a revelar. Assim diz Ginzburg em um trabalho: “Eu não queria detectar uma falsificação, mas sim mostrar que o *hors-texte*, o que está fora do texto, está também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar”.<sup>141</sup>

Conduzidos por tal metodologia, perseguimos a comunicação de um fluxo temporal e o sentido a ele conferido socialmente, explorando instrumentos tais como a memória. Não pelo escamoteamento das lacunas, mas pela consideração das mesmas como componentes até mesmo necessários ao equilíbrio e apreensão do conteúdo. A natureza é composta de complementares (cheio/vazio, luz/trevas) justamente para gerar uma ordem e dimensionamento. A percepção dessas nuances possibilita a compreensão.

Sem atermos a minúcias, percebe-se na produção literário-jornalística ponte-novense duas vertentes. Uma, marcadamente urbana,<sup>142</sup> parnasiana quanto ao culto à paisagem e suas formas (o vale e o rio que corta a cidade; as ladeiras; palmeiras...), inspirada na cultura clássica greco-romana, mesclada de objetivismo e cientificismo (a ferrovia; o progresso...); e outra, de inspiração descritiva e romântica, menos representada, mas de importância ímpar, alusiva à ruralidade, às fazendas, às origens sociais e econômicas regionais.

Se atualmente o peso da influência urbana suplantou a importância rural do passado não é de se admirar que as histórias de origem campesina caíssem no esquecimento. Porém, mesmo que as pessoas não se deem conta disso, os traços culturais daquele passado não se diluíram juntamente com o esquecimento a seu respeito. Para o bem ou para o mal, muitos deles se mantiveram entre nós, arraigados às formas de condução da vida.

Foi intuito de alguns forjar um dito “jeito de ser local” e um apego ao simbólico. No período que consideraram “áureo” – final século XIX até os anos 1920 e 1930, Ponte Nova chegaria a ser intitulada “Princesinha da Mata” e “Rainha do Açúcar”, em decorrência da economia oriunda, sobretudo, dos canaviais. A opulência, ostentação e poder de alguns setores da sociedade local ainda são perceptíveis na arquitetura do Centro Histórico.

Conta-se de um tempo no qual damas e cavaleiros bem trajados, iam e viam pela via férrea Leopoldina. Um tempo cuja segregação social e racial despudorada delimitava espaços públicos e estabelecia tácitas convenções. Dizem que na Avenida em frente à Matriz, havia o

---

<sup>141</sup> GINZBURG, Carlo. Op. Cit., p. 42.

<sup>142</sup> PIRES, Ludovina da Conceição A. R. **A Princesinha em prosa e verso**. Academia de Letras, Ciências e Artes de Ponte Nova (ALEPON). Ponte Nova: [s.n.], 2014, p. 36-37. [ex-moradora do bairro Anna Florência]

lado reservado à circulação da classe abastada e o outro, aos desfavorecidos sociais. Barreiras intransponíveis à luz do dia, mas que na Zona Boêmia da cidade se desfaziam. Desejos carnavais, cujos suspiros, o silêncio social ocultava. Os mesmos senhores que segregavam, fortuitamente se inebriavam naquelas volúpias noturnas. Sociedade de aparências e hipocrisia, na qual riqueza era sinônimo de desigualdades sociais e a cor da pele um determinante. Assim se depreende dos dizeres de um antigo morador da cidade ao escrever um livro de memórias:

O footing domingueiro tinha começado antes das vinte horas na avenida principal de minha cidade. Tradicionalmente, a movimentação das moças brancas era do lado direito de quem sobe e a das mulatas e negras era do lado esquerdo dessa Avenida Caetano Marinho, começando em frente ao Cine Brasil e de prolongando até o prédio do Pontenovense F.C. Enquanto as moças passeavam, geralmente de braços dados, os homens ficavam em pé no meio fio da calçada ou em pequenos grupos nos passeios e portas dos bares. [...]. Tudo isso ocorria de uma maneira natural e sem que nunca ninguém tivesse questionado ou se sentido menosprezado. É possível até que muitas pessoas que por lá viveram jamais tenham se conscientizado daquela separação racial, embora explícita, tanto nas ruas como nos clubes, certamente por causa de separação ainda maior, a separação social, sempre dissimulada.<sup>143</sup>

Esse costume parece ter sobrevivido até por volta de 1940. Tais negros constrangidos do lado esquerdo da vida foram os principais responsáveis pela formação e consolidação da economia brasileira. Ainda hoje é insuficiente o reconhecimento de sua contribuição social. Buscam apenas o que lhes foi negado. Aos índios, restou o esquecimento. Em nível local, mesmo ruas da cidade,<sup>144</sup> que antes lembravam sua existência primordial, foram renomeadas com os nomes dos fundadores da Usina Anna Florência, dentre outros membros da elite econômica.

A obra memorialista de Maria Sylvia Salles Coelho é um ícone daquela vertente literária que trata da questão rural. Seu caso é particular por ter passado boa parte de sua infância de fazenda em fazenda, de parentes e amigos da família, representantes da classe

---

<sup>143</sup> VIANA, Nancy Brandão. **Ribeirinhos do Rio Piranga**. Porto Alegre. Editora Deriva, 2009, p. 70.

<sup>144</sup> Durante nossas pesquisas no Arquivo Público de Ponte Nova (Livros de Escrituração do Cartório de Notas do 1º Ofício da Comarca de Ponte Nova (MG), nºs 1 ao 37, período 1863-1918), deparamo-nos, por exemplo, com os nomes: Avenida Lycopemba (Broto de árvore), onde hoje é a Avenida Dr. José Mariano; Rua Ubirarema (uma espécie de planta), onde é a Rua Dr. José Vieira Martins; Rua Acayaca (nome de uma espécie de árvore: Cedro), onde provavelmente é a Avenida Francisco Vieira Martins. Configuram entre as principais vias públicas do centro financeiro de Ponte Nova.

tradicionalista. Ela própria sendo descendente da única filha de Anna Florência, Francisca. O costume era viver nas fazendas e manter belos sobrados ao redor da igreja Matriz. Usavam-nos para realização de negócios, muitas vezes mantinham comércio na parte inferior. Geralmente pernoitavam aos finais de semana com intuito de ir às missas e fortalecer o status social em um meio cujas posições eram muito bem definidas e os limites entre as classes praticamente intransponíveis. Durante a semana permaneciam nas fazendas.

As memórias de Maria Sylvia nos revelam interessantes matizes de um período que novas gerações desconhecem. Seu valor como fonte se deve à limitação de dados<sup>145</sup> sobre a Usina Anna Florência. Em especial, o período da primeira geração dos Vieira Martins, oferece-nos apenas dados quantitativos referentes à produção, ou ainda às dificuldades para sua instalação, dentre outros aspectos. Ausente está o cotidiano das pessoas que ali residiam e trabalhavam, fosse no período escravo ou posteriormente. Dados um pouco mais consistentes a respeito, ainda assim, oriundos da visão patronal (informativos internos da usina), constam a partir dos anos de 1970, quando a usina, em vias de se extinguir, é readquirida pelos descendentes dos Martins, unindo-a a Usina Jatiboca.

A memorialista diz que, em sua infância, ainda havia descendentes de negros e índios trabalhando nas fazendas dentro e ao redor da usina. Descreve a história de alguns desses personagens, em sua maioria, anciãos.

Em suas reminiscências, está presente uma ex-escrava, Josefina, ou simplesmente, Fifina, remanescente da época da Matriarca Anna Florência, na Fazenda Quebra-Canoas, onde a família teria suas origens. Pouco tempo após se casar, Anna Florência se mudou para a Fazenda comumente chamada de Pião, levando Fifina consigo.

Maria Sylvia diz que Fifina não falava sobre sua família. Talvez não quisesse relembrar os tempos de sofrimento no cativo. Era comum os escravos serem apartados de suas famílias. Dizia apenas que sua função era tecer algodão no tear para confecção das camisas e batas dos escravos. Fumava cachimbo e mascava fumo. Fazia doces (de figo, laranja-da-terra, cidra e flor de maracujá), especialmente no Natal, usando tacho de cobre e peneira de bambu taquara para o preparo. À noite contava estória de amedrontar crianças.

---

<sup>145</sup> Uma enchente do Ribeirão Oratórios (entre os anos de 1990 e 2000) teria destruído o museu e arquivo que havia no interior da usina.

Outra personagem que marcou suas memórias foi Leandra, a quem todos chamavam por “Nanã”. Era filha da índia, mãe Úrsula,<sup>146</sup> uma das mais antigas acompanhantes de D. Anna Florência. Nanã fazia queijo, cuidava das galinhas, torrava café.<sup>147</sup>

Essas histórias descritas pela autora teriam chegado até ela por anciãos. Daí o valor desses indivíduos. Auxiliam na investigação quanto ao cotidiano nas fazendas. Uma história surpreendente pelo desfecho narrativo trata de algo que teria ocorrido na Fazenda da “Décima”. Uma rica viúva, sem filhos, produzira testamento, incluindo “Cartas de Liberdade” aos seus escravos e um pedaço de terras a cada um. Estes em tomando conhecimento disso tramaram sua morte para acelerar sua alforria. Entretanto, uma escrava, fiel à sua Sinhá, falou-lhe acerca desses planos. A viúva então teria exclamado que uma grande festa com fogueira no meio do terreiro se fizesse para realizar a entrega das cartas aos cativos, que eufóricos se puseram. Em meio ao festejo, pediu silêncio, dizendo: “Vocês quiseram me envenenar e puseram tudo a perder”.<sup>148</sup> Enquanto atirava as cartas às chamas.

Porém, a narrativa mais impressionante trata de uma suposta vingança de uma escrava para com sua senhora.<sup>149</sup> Esta teria ordenado que a chicoteassem no “tronco”. Para se vingar a escrava supostamente raptou o filho recém-nascido da Sinhá. O mesmo foi encontrado, sem roupas sobre um formigueiro, tendo morrido pouco tempo depois. A escrava teria fugido e nunca mais foi vista.

Lembramos: narrativas podem não ser imparciais. Mas, não nos surpreenderíamos quanto à autenticidade destas. As relações entre senhores e escravos estavam muito longe de

---

<sup>146</sup> A tradição oral de antigos moradores diz que foi capturada próximo à Sesmaria do Pião, onde havia uma aldeia, provavelmente nas mediações do trevo de entrada para a cidade de Oratórios, perto de onde hoje se encontra o frigorífico Saudali. Talvez esse episódio tenha afugentado os índios, prováveis Puris, tronco Macrojê. Suspeita-se que recebeu a alcunha de mãe por ter auxiliado D. Anna Florência na criação dos filhos. O nome Úrsula lhe fora dado por Anna Florência, que era católica. Sugestivamente, Úrsula é o nome da santa padroeira dos jovens. Indica-se o sincretismo das relações híbridas. Nesses casos, talvez o batismo se justificasse por nomes indígenas de difícil pronúncia; mas também para catequização, objetivando apagar os vínculos anteriores. Era costume dos primeiros Martins nomear seus canaviais. Ainda hoje existem três canaviais antigos, respectivamente denominados: Úrsula 1, 2 e 3. Homenagem dos filhos de Anna Florência àquela que teria sido a mucama mais próxima de sua mãe, acompanhando-a por toda vida. Também um condomínio recentemente construído ali por descendentes dos Martins, que ainda residem naquele local e possuem imobiliária em Ponte Nova, foi nomeado de Úrsula. Consta de relatos que onde quer que fosse Anna Florência era acompanhada por Úrsula, especialmente após o primeiro derrame cerebral, que a deixara paralisada parcialmente. Mesmo com movimentos limitados dizem que, com a ajuda de Úrsula guiando uma carroça, Anna Florência percorria toda a propriedade dando ordens. Em 1881, teve um segundo derrame, do qual faleceria. A oralidade apregoa que dias depois Úrsula também morreria. Alguns acreditam que triste pela morte da Sinhá. São histórias que se perdem no tempo, de inábil confirmação. Fonte: Entrevista Sr. I.M.M. Duração: 40 minutos. Data: 13 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

<sup>147</sup> COELHO, Maria Sylvia Salles. Op. Cit., p. 74.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 145.

<sup>149</sup> Ibidem, p. 139.

serem tranquilas. A própria condição de cativo seria suficiente para deflagrar ações dessa natureza. Os castigos físicos e/ou morais seriam agravantes de uma situação por si só degradante. As ações contundentes dos cativos geralmente eram suscitadas por acúmulo de sofrimentos sofridos. Na sociedade do medo agia-se antes que agissem consigo. A Casa Grande temia a Senzala, que termia a Casa Grande. Medo e violência interagem.

Enquanto aos índios se direcionava uma forma de servidão, por vezes camuflada pela catequese, aos negros a explícita escravidão era imputada. Entretanto, a ambos a aculturação e o tratamento servil eram considerados legítimos por aqueles que se autojulgavam superiores. A medida da violência e/ou da astúcia de manipulação mental determinava a reação ou não à servidão. Assim, uma mesma sociedade poderia dispor tanto de condicionamentos de personagens como Fifina, Úrsula e Nanã, quanto de relações deflagradoras de reações expressivas à escravidão, conforme vimos acima. Mas, certamente persistiam o desejo de liberdade e a manutenção de uma identidade tanto quanto fosse possível.

Em que proporção a intensidade dessas relações teriam influenciado a formação da sociedade brasileira? Que marcas teriam deixado, tanto nos descendentes dos cativos quanto nos descendentes dos captores? Particularmente, acreditamos que traços daquele passado estariam ainda atuando culturalmente entre nós. Relações hierarquizadas, à primeira vista amistosas. Porém, mantidas por força da necessidade; por uma impossibilidade de modificação, que terminariam por sedimentar-se e disseminar-se pelas esferas sociais como se naturalizadas. A própria marginalização, consequência de uma desigualdade muito antiga.

A autora Ana Luiza Fernandes de Oliveira Dias realizara certa vez pesquisa referente às manifestações culturais e religiosas de diversas comunidades da região. Dentre elas a comunidade rural de Nogueira, em Ponte Nova. Os habitantes, descendentes de ex-escravos há muito estabelecidos naquela localidade, relatam tradições perpassadas por sincretismos e também memórias de um infame passado. Em especial os mais velhos narram histórias de tempos difíceis sofridos por seus antepassados. Vejamos o relato de um desses indivíduos:

Os escravos já sofreu muito. Essa fazenda do Quebra [Fazenda Quebra-Canoas, onde nasceu D. Anna Florência] tem aqueles pau fincado que amarrava os negros, tem argola ainda. Não gosto de passa ali não. É triste. (Sr. Sebastião, 66 anos).<sup>150</sup>

---

<sup>150</sup> DIAS, Ana Luiza Fernandes de Oliveira. **Terras de Negro e Gente de Fé**. Viçosa (MG): [s.n.], 2011, p. 46.

Citam-se ainda núcleos rurais como Ranchos Novos e Cedro, nascidos próximos às matas. Acostumaram-se com a vida rural, mas não queriam proximidade com as fazendas. Outros teriam migrado para áreas do núcleo urbano adjacente (como a região do Pontal,<sup>151</sup> bairro afastado, onde situava-se a antiga Fazenda do Pontal, do Barão de mesmo nome), ou central, constituindo alguns dos bairros mais pobres de Ponte Nova (morros de São Pedro e Fátima). Segundo a autora, por meio dos discursos orais abstraídos de seu trabalho de campo:

[...] os que saíram da comunidade continuaram carregando a imagem histórica que vincula o afrodescendente à pobreza e marginalidade: sem estudo, assumindo trabalhos de baixa remuneração [...]. Os que ficaram mostram a identidade social da comunidade, revelando um lugar de sofrimento, miséria e de subemprego.<sup>152</sup>

A falta de autonomia mais abrangente, participação decisória que lhes é negada na esfera pública, é compensada da forma como podem, por meio das festividades e manifestações culturais e de fé. Ali geram sensação de pertencimento e reforçam laços sociais entre si. A sensação de compartilhamento de uma vida, mesmo que difícil, gera identidade.

Seres que ainda hoje parecem carregar o estigma de um abjeto passado. Transladando de forma incerta por um meio social que deles tira proveito, mas não os aceita em todas as situações. Sidney Chalhoub, analisando a questão vexatória que se estabelecera no Brasil oitocentista em decorrência de uma lei precoce,<sup>153</sup> para a qual a sociedade não se via preparada, decorre a respeito da “[...] existência de zonas amplas de incerteza social sobre as fronteiras entre escravidão e liberdade na sociedade brasileira [...]”.<sup>154</sup> O tráfico de escravos impedido pela lei, na prática, permanecia por exigência de uma sociedade apoiada economicamente na mão de obra escrava.

---

<sup>151</sup> Há nessa localidade um antigo Cemitério Escravo, construído pelos próprios, em uma colina, há mais de 200 anos. É circundado por murada de pedra e altar, onde anualmente Grupos Afros da cidade (Zimbabwe, Herdeiros do Banzo, Ganga Zumba, dentre outros) prestam homenagens. O cemitério foi Tombado mediante Decreto Municipal 3.473, em 13 de maio de 1999.

<sup>152</sup> DIAS, Ana Luiza Fernandes de Oliveira. **Terra, trabalho, parentela e fé: uma abordagem sobre o espaço social e a herança afrodescendentes na comunidade rural de Nogueira, Ponte Nova (MG)**. 2007. 161f. Tese (Pós-graduação em Economia Doméstica) – UFV. Viçosa (MG): 2007, p.115. Disponível em: <<http://alexandria.cpd.ufv.br:8000/teses/economia%20dom%20C3%A9stica/2007/204940f.pdf>>. Acesso: 21 abr. 2017.

<sup>153</sup> Lei de 7 de novembro de 1831 a respeito da proibição do tráfico negreiro, instituída naquele momento por grande pressão inglesa. Mesmo não efetivamente aplicada, perdurando o tráfico, essa lei serviu de lastro para discussões e proliferação de intuítos e ações abolicionistas sendo do conhecimento e apoio não só de juristas e magistrados, mas também dos escravos, por uma rede de transmissão oral. Ver: CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p. 36.

<sup>154</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p. 233.

Em meio a isso e em uma nação que, em meados do século XIX, se revigorava economicamente na monocultura cafeeira, outro fenômeno ocorria: a reescravidão. Negros nascidos livres; libertos; alforriados..., sofriam constante ameaça de serem detidos, conduzidos a casas de detenção como fugidos, em seguida leiloados, caso não provassem sua condição livre. As autoridades faziam “vista grossa”. Em meio a pressupostos, bastava ser negro para ser detido. Ainda hoje isso ocorre. Para eles a precariedade de segurança social perdura, vivem na incerteza de uma sociedade que até o presente momento não se resolveu.

Silenciar-se, dissimular, disfarçar era a conduta cultural daqueles cujas máscaras deveriam ser bem colocadas para que eles próprios acreditassem naquele engodo. Autoridades e sociedade branca acreditavam que a máscara os eximiria da hipocrisia.

Em se tratando da comunidade de Anna Florência muitos ex-cativos teriam preferido ficar a se instalar no meio urbano. Afinal, a atividade agrícola não cessara e aquele era o mundo que conheciam. Eles e a sociedade não foram preparados para assumir outro estilo de vida. Em se aproximando 1888 e após, emigrantes de origem europeia e árabe vieram para Ponte Nova, estivessem envolvidos na construção da ferroviária Leopoldina Railway, em 1886, ou mesmo, orbitando economicamente aquele fervor. Muitos desses novos personagens foram trabalhar nas fazendas, partilhando espaços com os ex-escravos, muitas vezes exercendo funções diferentes e em condições diferentes de trabalho.

Ao se finalizar a construção da ferrovia, boa parte dos trabalhadores que ali atuaram foram absorvidos pela Usina Anna Florência, incluindo aquele, que mais tarde de administrador, passaria a sócio-diretor-presidente, em 1914, e depois proprietário da usina, em 1929, o engenheiro Urbano V. Woolman. Nesse ínterim, pode ter ocorrido uma gradual migração de descendentes de ex-escravos para a cidade, ampliando, por exemplo, a população de bairros pobres como Fátima e São Pedro. Mas na época de safra muitos, não encontrando ocupação na cidade, retornavam para trabalhar no corte da cana. Finaliza-se uma era, mas não suas mazelas. Contudo, uma resistência por meio da cultura parecia persistir. Interessante é que outras manifestações sincréticas como Reisado e Bumba Meu Boi se instalariam entre os muros dessa usina, quando as tradições provenientes dos escravos perdiam nitidez.

Mas, talvez por exercerem similar papel de resistência cultural, as novas manifestações, fundindo-se às antigas, também não contassem com a apreciação dos dirigentes, dado o fato de não encontramos nos jornais de circulação interna da usina

referências a tais práticas. Somente festas cívicas, religiosa (Nossa Senhora da Conceição), e de recreação oferecidas aos funcionários são destaque.

As manifestações nascidas da iniciativa dos trabalhadores e seus antepassados poderiam trazer implícito algo a desagradar as normas vigentes, baseadas na ordem e controle cotidiano. Os festejos divulgados pela empresa eram os que ela própria produzia, pois convergiam com a ideologia, hierarquia e centralização que moralmente os interessava.

O depoimento concedido pelo Assessor Jurídico e Gerente Administrativo da usina (abril 1975-fevereiro 1987), o Sr. W,<sup>155</sup> oferece algumas pistas. Ele nos falou de um relacionamento dito cordial entre patrões e empregados. Seria isso mesmo?

Mencionou que sob o regime de colonato 90% dos trabalhadores foram fixados ao redor da usina. Construíram-se moradias conforme a função exercida (estava presente uma hierarquia manifesta materialmente). A usina cobrava aluguéis e executava manutenção das casas, saneamento básico, mantinha escola, médico, dentista, farmácia campo de futebol, torre de TV, mercearia e demais estruturas de modo a suprir necessidades e evitar deslocamentos. Cogitamos que a forma como se efetivariam tais serviços descritos pelo Sr. W talvez se prestassem a instrumento de controle.

Ele revelou algo sobre um período (anos de 1960), no qual a usina estava ameaçada de fechar. Haviam se passado 11 meses sem pagamento dos empregados, muitos tuberculosos, decadência estrutural. Uma consternação regional, dada a ameaça de desemprego, teria despertado a ação da esfera estadual e propiciado a aquisição e anexação dessa usina à Usina Jatiboca (para isso, concedeu-se lhe financiamento, sob interessantes condições).

Após a aquisição, em 1973, ocorreu uma remodelação administrativa e estrutural (reforma das casas, melhoria dos salários etc.). O entrevistado disse ter ingressado na usina nesta época. Foi criada a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), inserido em programa de Medicina do Trabalho. Mas, também isso seria uma normatização legal. Segundo o Sr. W, medicamentos, ambulância, médico, serviço funerário eram gratuitos. Os funcionários gozavam de crédito facilitado na cidade.

Tais benefícios somados a uma astúcia administrativa e à lembrança dos tempos difíceis, talvez pudesse ter concorrido para manutenção da ordem e mansidão por meio de uma permuta, fidelidade por “benesses”.

---

<sup>155</sup> Entrevista Sr. W. Duração: 40 minutos. Data: 26 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

Concebemos que o discurso está para além das palavras quanto a uma interpelação, diz respeito também a entonação de voz, gestos e postura corporal. O não dito diz tanto ou mais do que é dito. A influência do meio externo, enquanto conjuntura cultural, se faz presente internamente às relações, à conduta cotidiana, expressa ou não. Por isso também aos interstícios e irregularidades do discurso narrativo conferimos atenção.

A postura do Sr. W é de alguém convicto e severo. Solicito e plácido durante boa parte da entrevista, transcorrida livremente com liberdade a explanações de ambas as partes, demonstrou, entretanto, inquietações intrigantes em dados momentos.

Questionado a respeito da aptidão controladora desse modelo de trato para com os empregados, percebemos no tom de voz do Sr. W certa aspereza e irritação. Tendo tomado parte ativa na condução do processo de promoção social da empresa, envolvido subjetivamente pelo mesmo, parecia não admitir o potencial de manobra mental propiciado. Algo talvez arraigado. Uma habitualidade que tornaria difícil sua percepção ou admissão.

O entrevistado ressaltou que enquanto esteve nas mãos dos Martins não se presenciou conflitos ou qualquer ameaça de paralisações. Percebemos uma repetição da fala de Ângelo Vieira Martins (um dos antigos donos, primeira geração da Usina Anna Florência, século XIX), conforme descrevemos ao final do tópico 1.2.. A introjeção de falas, ideologias e costumes pode mesmo ser um fenômeno cultural que se propaga seletivamente entre os grupos sociais, conforme as necessidades e interesses que lhes convenha e lhes sirva de perpetuação. Parece ser compartilhado pelos membros de uma mesma classe social, mesmo em se tratando de gerações distintas.

O próprio Sr. W nos diz que os benefícios concedidos provinham sim da porcentagem de lucro que teria sido elevadíssima nos anos de 1970 e 1980, devido ao respaldo governamental representado por financiamentos e subsídios.<sup>156</sup> Essa tutela seria retirada entre o final de 1980 e início de 1990, quando o Estado se afastou (crise econômico-política). Outro fator relevante para aquele período foi a exigência de maior rigor quanto ao aspecto qualitativo da cana colhida (nível de sacarose e limpeza). Portanto, os benefícios aos trabalhadores provinham de ordem legal e conjuntural, mas a eles isso não ficava claro, permitindo-se o pensamento quanto a advirem da vontade patronal.

Em sua fala, disse que após o surgimento da Legislação trabalhista específica para o Campo (ETR), gradualmente assistiu-se a uma debandada dos produtores pequenos, médios e

---

<sup>156</sup> Juros de 15% ao ano, 12 a 13 anos para quitar empréstimos, pois a cana começava a produzir entre 1/5 e 2 anos, somente no 5º ano se iniciava o pagamento.

alguns grandes, que forneciam matéria-prima à usina. Isso nos pareceu oferecer indícios de uma prática regional em se explorar o trabalhador rural. Indiretamente a usina se nutria dessas relações, pois com o fornecimento terceirizado podia dispor de seu capital para outras áreas da cadeia produtiva sem preocupações com terras cultivadas para obtenção de matéria-prima.

O Sr. W relatou que hoje, regionalmente, o setor não é capaz de rivalizar com regiões paulistas. A Usina Jatiboca teria sobrevivido devido a tempos de bonança nos quais soube tirar proveito das condições favoráveis internamente à região, e externamente (política estatal de incentivos), provendo-se de recursos (financeiros, tecnológicos...) para tempos ruins.

Quanto às manifestações culturais no interior da Usina Anna Florência, disse que, por exemplo, a empresa mantinha uma banda de música, projeto Alvorada (música de madrugada com seresteiros). A diretoria da usina (em conjunto com o Departamento de Assistência Social e outros funcionários) organizava as festas e depois fazia análise dos eventos (pontos bons e ruins). Perceberam então que, mesmo planejando ao máximo, faltava alguma coisa. A felicidade parecia artificial, disse ele. Não havia receptividade.

Após uma festa dedicada aos pais teria havido uma mudança. Permitiu-se a participação dos trabalhadores no planejamento e organização. Sua ativa atuação na tomada de decisões foi decisiva para a maciça adesão aos festejos, pois não somente passaram a refletir suas características culturais, como adivinham do desejo e esforço comunitário.

Percebemos que, no interior da usina, cercada por muros, canaviais e guaritas, até na vida privada se exigia padrão de comportamento condizente com os valores dos dirigentes. Mas, a interferência nos momentos de lazer não teria sido tolerada. A resistência é prova disso. Parecia haver ali um anseio subterrâneo de se fazer ouvir, de participar e deter autonomia quanto aos desígnios de suas vidas. A cultura parecia não se colocar como mera válvula de escape. Era resistência e manifestação. Referente às antigas tradições surgidas do sincretismo particular daquele local, realizamos entrevistas semiestruturadas com indivíduos que viveram ou ainda vivem ali, e resguardam na memória muito daquele passado. As impressões que tivemos se baseiam no que foi por eles relatado.

O ambiente de formação dessa cultura teria início com os índios, em tempo incerto de sua ocupação desse espaço. Ao final do século XVIII e limiar do século XIX, uma nova configuração se delinearía, e assim sucessivamente, como camadas, sobrepondo-se às anteriores. Buscando até mesmo apagar seus vestígios materiais. Mas costumes e hábitos eram adotados e sincretizados aos daqueles que chegavam, como os portugueses.

Devido à usina, a partir de 1883, famílias provenientes de Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), Pernambuco e Alagoas, dentre muitos outros, vieram para ali trabalhar. Eram indivíduos, como “Mestres de Açúcar”, conhecedores do cultivo da cana; da produção do açúcar; do manuseio do maquinário. Relatos orais indicam que incrementaram tradições pré-existentes, também elas oriundas de um hibridismo cultural, como festejos juninos, Reisado e Bumba Meu Boi. Por sua vez, o Congado e o Batuque trariam em si as marcas dessa mistura e circularidade cultural, mas com uma substância ainda maior de origem negra.

Não havia mesmo como aquelas manifestações prefigurarem os jornais de circulação interna da usina, lançados pela terceira geração, a partir de 1973. O vigor daquela cultura, já havia se esmaecido por volta de 1960, em virtude de desastrosas administrações anteriores.

O ímpeto capitalista teria sufocado o fator social, responsável por nutrir aquela cultura. Durante a conturbada segunda fase da usina (de 1930 até início da década de 1970), indivíduos residentes em uma das partes mais humildes da usina (a chamada “Olaria”), teriam se mudado. Nessa fase inúmeros dirigentes passariam por ali, muitos deles estranhos à região. Poucos permaneciam na usina, deixando-a a cargo de administradores. Não havia vínculo nem compromisso para com as referências locais.

Quando realizamos a entrevista com o Sr. W, este prestava serviços jurídicos junto ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentos localizado na cidade de Urucânia – MG (que antes se intitulava Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Ponte Nova).<sup>157</sup> Marcamos de encontrá-lo nas dependências daquela entidade para a realização dessa entrevista. Algo nos despertou atenção: o comportamento do Sr. W. Não se portava como um prestador de serviços, mas como se estivesse sendo servido por todos ali, incluindo o Sr. J, presidente do sindicato.

Soubemos que o Sr. W foi por muitos anos Assessor Jurídico e Gerente Administrativo na Usina Anna Florência, no período em que o Sr. J foi um dos empregados da usina. Meses depois, fomos informados de que o Sr. W e o Sr. J tiveram séria discordância, ocasionando o desligamento do Sr. W. Tácitas normas sociais de outrora estariam em curso de diluição? Sendo otimista, talvez somente a próxima geração poderá responder a essa pergunta.

Sáímos dali com aquela impressão, de que na usina as relações entre dirigentes e funcionários talvez se dessem daquela forma, e aqueles dois personagens estivesse apenas reproduzindo algo já vivido desde então. Sentimos também que caminhos pedregosos nos

---

<sup>157</sup> Ver nota 122, p. 52.

aguardavam. Todavia, a inquietação do Sr. W e a sinuosidade do Sr. J sinalizava-nos que estávamos na direção certa.

Sabemos que cada indivíduo, da posição que ocupa, da influência que possui e mediante as suas experiências particulares em interação com o grupo, construirá visões próprias de mundo apesar de contextos e situações em comum. Suas memórias refletiriam essas realidades. E, entre os poderosos a retórica e o discurso, como vimos foram sempre instrumentos de manobra, aliados à ação e à posição.

Assim, prevíamos encontrar pessoas que teriam construído sua própria trajetória de vida naquele grupo de forma positiva e outras não, ou até uma mescla. Concebemos inclusive, que ao serem evocadas mediante interpelação de um estranho, essas memórias e narrativas poderiam sofrer modificações. Talvez não o que fossem, mas o que gostariam que tivessem sido. Ressignificações, para tornar o enredo mais atraente. Ou ainda, desvios, próprios de lembranças que já não são as mesmas que no período imediatamente seguinte à ação.

Sofreriam efeitos de desdobramentos posteriores, ou mesmo da sua troca com as impressões de outros membros do grupo, confirmando-as, incrementando-as ou rechaçando-as. São caminhos tortuosos esses das memórias. Mas, o que mais nos interessa são as intenções e relações de poder, o reflexo cultural que possam exprimir. O potencial que possam revelar.

### **2.1.1 Oralidade: revisitar, expurgar, redescobrir**

Ao iniciarmos nosso trabalho de busca por fontes documentais nos deparamos com certa dificuldade. A Usina Anna Florência possuía um museu em suas dependências, dotado de relevante acervo fotográfico, documental e depositário de peças antigas da usina e seus moradores. Enquanto esteve ativa, até 1989, a usina se prestou à visitaçã, em especial daqueles, que uma vez mantiveram ali laços fortes de sua história pessoal.

Com seu fechamento, suas dependências permaneceram sob custódia da Usina Jatiboca, que a anexara em 1973. Por volta do ano 2000, quando o lugar já era um bairro, devido a fortes chuvas, houve um transbordamento do Córrego Oratórios, atrás de onde se localizava o museu. Moradores alertaram os dirigentes da Jatiboca, mas a enchente ocorreu. Famílias foram desalojadas pelas águas, que também destruíram o acervo do museu.

Assim, foi preciso sair em busca de registros escritos por alguns memorialistas. Contudo, porém de elementos oriundos da classe abastada. Sabemos da importância das entrelinhas de seus relatos, por isso foram importantes para compor nosso trabalho. Mas, não era o suficiente. Precisávamos ter contato com a gente simples, que efetivamente fora responsável pela laboriosa atividade da usina e produzira aquela cultura autêntica e singular.

A metodologia denominada “História Oral”, tratando-se na verdade, de produção de fontes orais como complemento e contraponto às escritas se mostrou como um recurso valioso em conferir voz a quem não teve.

Como método de pesquisa historiográfica, a produção de fontes orais visa do subjetivo realizar sua análise objetiva. Assim, a pesquisa amplifica seu foco e pode até desenvolver um potencial social. Transformando objetos em sujeitos, auxiliamos na construção do seu próprio relato. Uma reapropriação do passado, para expiação de feridas, clareamento da visão e aprendizado por meio da formalização histórica atenta à diversidade social. O trabalho com fontes orais contribui para um redimensionamento acadêmico da disciplina História, no quanto a relação estabelecida com o passado pode qualificar o presente.

[...] não se trata apenas de entender as dimensões da memória coletiva no contexto da história, mas, sobretudo de entender como a historicização formal e autoconsciente vem se transformando numa dimensão cada vez mais importante do como lembramos o passado e entendemos sua relação com a vida e a cultura contemporânea.<sup>158</sup>

Percebemos que a condução que optamos para nosso trabalho, poderia contribuir para redescoberta da identidade, recuperação das memórias e sua formalização analítica em História. Todavia, os informantes poderão se mostrar mais ou menos espontâneos ou enquadrados.<sup>159</sup> As pessoas buscam conferir sentido a sua existência. Algumas coisas conseguem suportar, outras não. As memórias e os esquecimentos refletem isso. Devemos nos acautelar para não incorrer ao equívoco de considerar relatos testemunhais como irrefutáveis.

Grande parte dos relatos exprimem uma dor em terem presenciado o declínio da usina até seu fechamento. Hoje só restam ruínas (figuras 10 e 11 – permitem a percepção da mudança, elemento material dessa comoção e desolação com a qual nos deparamos, mesmo passados quase 30 anos). Até lembranças de uma vida dura se encontram na nostalgia.

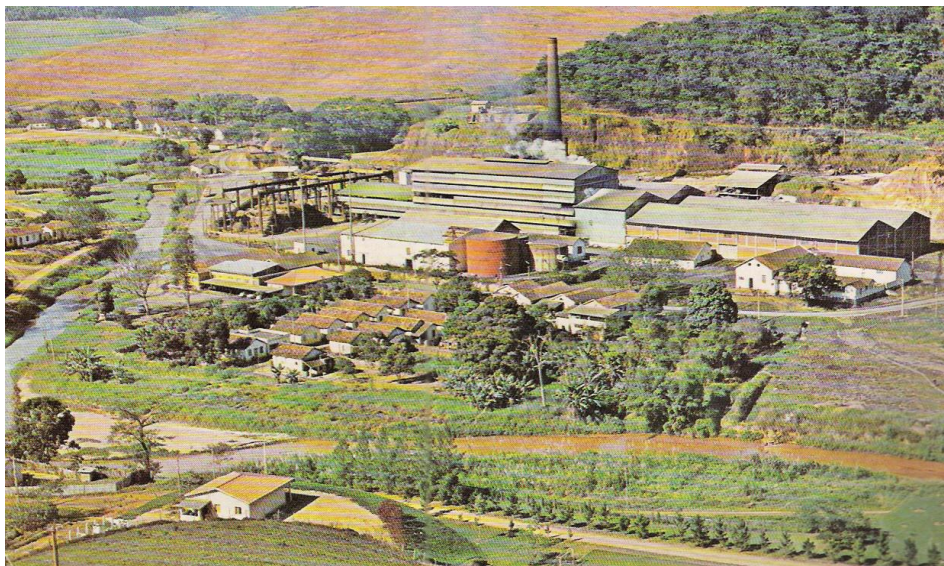
---

<sup>158</sup> AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Op. Cit., p. 79.

<sup>159</sup> POLLAK, Michael. Op. Cit., p. 9.

Alguns desses relatos mencionam pessoas que já viveram ali e que há muito se mudaram. Mas que, quando acontece de voltarem para lembrar, alguns vertem lágrimas em contemplar a inatividade e abandono do lugar.

**Figura 10: Usina Anna Florência (um ano antes do centenário).**



Fonte: INTEGRAÇÃO. Viçosa (MG): Editora Folha de Viçosa, ano I, n.º 3, agosto, 1982. (Arquivo da Usina Jatiboca, Urucânia – MG).

**Figura 11: Usina Anna Florência – remanescentes materiais.**



Fonte: Arquivo Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Ponte Nova

Depois disso, alguns desses ex-moradores resolvem não mais voltar, talvez tentando manter na memória apenas os tempos nos quais viviam em um local dotado não só de muito trabalho e suor, mas também em virtude disso, efervescente em partilha e celebração da vida em comum. É o que nos relata, de forma emblemática, a Sra. D.I (77 anos) quanto a esse aspecto comunitário.

Entre os empregados havia união. [...]. A vida era difícil mesmo, ganhava pouco. Não tinha jornada de trabalho estabelecida. [...]. Trabalhavam 24 horas dentro dessa usina. As festas serviam para aliviar, extravasar, botar a alegria para fora. Tinha bailes no final de semana, nas casas. A usina não impedia não. Mas, nas outras coisas, o pessoal tinha medo de reivindicar né? Porque morava todo mundo na casa da companhia, medo de ser mandado embora. Mesmo tendo o sindicato, o pessoal tinha medo. Antes do sindicato minha mãe contava né, não era fácil. [...]. Depois que os irmãos Vieira Martins saíram ficou meio difícil. Eles davam assistência. [...] Mesmo fora do período das festas, todos se confraternizavam. Quando ninguém conhecia a palavra comunidade, Anna Florência era comunidade porque todo mundo dividia. Antigamente você ajudava sem pensar em ganhar. Faziam mutirão e ajudavam o outro. Fazia cerca, capina de roça. Quando a mulher ganhava neném, a vinha tomava conta da criança, outra cozinhava, outra lavava roupa. Hoje, mudou pra pior. Antigamente a gente saía pros bailes e nem trancava a porta.<sup>160</sup>

A entrevistada nos informou a respeito de fatos que viveu ou ouviu falar, por seus parentes e amigos. Fala de uma vida em comunidade, que nos parece, impulsionada pela necessidade como meio de sobrevivência diante de circunstâncias difíceis. As memórias da anciã recobrem, em especial, um período entre as décadas de 1930 e 1960. Sendo ela própria descendente de escravos tem muito apreço pelas memórias do Batuque, diz que lembrava os sons da umbanda. Havia cantos e batiam com cajados no chão, fazendo um barulho, havia tambores, iam percorrendo as ruas, de casa em casa.

Esse cortejo era uma característica também das outras festas, Reisado, Congado e Bumba Meu Boi (o Boi Laranja). A visibilidade parecia fundamental. O Congado e o Reisado, assim como o batuque teriam sido os primeiros a desaparecer. O Boi Laranja seria o elemento mais representativo das tradições locais. Fundia influências provenientes dos índios (a cestaria), dos negros (o cântico característico), e dos europeus (a união com os festejos juninos, também eles produto do sincretismo, apropriação de danças da aristocracia por camponeses). Havia ainda muitas festas religiosas: São Sebastião (em janeiro), São José

---

<sup>160</sup> Entrevista Sra. D.I. Duração: 40 minutos. Data: 5 de maio de 2017. Ponte Nova (MG).

(março), Maria (maio), Nossa Senhora Aparecida (outubro), Imaculada Conceição (Padroeira da comunidade – dezembro).

Aparentemente o ano todo havia festejos, fosse do calendário oficial, fosse organizado no improvisado, por alguém que preparava um leitãozinho, chama um dos dez sanfoneiros que ali existiam, seus “Calangos” (cantos de influência nordestina) varavam a noite, cantando e dançando. Alguns, dali mesmo seguiam para o trabalho, tinham disposição para isso, outros não. O local de cada um naquela comunidade determinava sua visão sobre a mesma e se refletia em suas memórias. A fala do Sr. J.S (62 anos) é representativa:

Os moradores aqui antigos era uma família. Podia sair deixar porta aberta. Muitos foram embora ou faleceram. Hoje, a gente sente falta de um lazer. A gente divertia muito. As pessoas se reuniam... [...]. Mas, a gente nem tinha muito contato com o pai porque ficava mais é na usina. Eu por exemplo, bem dizer quase não vi o crescimento dos meus meninos. Naquela época sê trabalhava 12 horas. [...], sê trabalhava de segunda a domingo. Sê largava no domingo de manhã, [...]. Na segunda-feira sê tinha que voltar. [...]. Na folga do domingo sê não tinha força pra caçá festa, sê trabalhava 12 horas. Passava como extra [hora extra]. Era das 7h da manhã às 7h da noite.<sup>161</sup>

Nessas duas falas se percebe o que muitos dos idosos disseram acerca de uma vida difícil, porém aliviada pela proximidade do contato entre as pessoas, que se consideravam uma grande família dado o fato de estarem ali a gerações e criado vínculos uns com os outros e com o lugar. Mesmo se tratando de uma agroindústria esse cotidiano fraterno entre os humildes diluía o ardor. Em razão disso, suas lembranças lhe são tão caras.

Apesar de o Sr. J.S afirmar que a relação entre empregados e patrões fosse boa, algo, aliás, presente também na afirmação de outros entrevistados, diz que tal relação era condicionada ao cumprimento de todas as obrigações (deveres) das quais os empregados fossem encarregados pelos superiores, mesmo as que não fossem de sua atribuição. Os empregados já sabiam o que tinham que fazer: obedecer, disse ele. Havia ordem e limites rígidos, facilitados por traços culturais, que se potencializavam, talvez por não só trabalharem, mas por viverem e constituírem raízes ali. O período mencionado é posterior a 1970.

Verifica-se que nem sempre os mecanismos de controle se mostraram eficientes para manutenção da alegada ordem. Conforme vimos houve momentos de tensão, em

---

<sup>161</sup> Entrevista Sr. J.S. Duração: 40 minutos. Data: 8 de maio de 2017. Ponte Nova (MG).

administrações compreendidas entre 1930 e 1960. O Sindicato daqueles trabalhadores foi constituído na década de 1930, em razão de terem seus salários retidos, sendo diretamente repassados ao armazém e demais dependências comerciais ali existentes, nos quais efetuavam compras no regime de “Caderneta”. Dessa forma retirava-lhes a autonomia e escolha sobre suas próprias vidas. Abusivamente seriam retidos indefinidamente àquela atividade laboral.

A Sra. L.R.<sup>162</sup> (82 anos) ressaltou uma personagem, também mencionada por outros como de importância para o estímulo cultural de uma época, por volta de 1930 e 1940. Descreveram-na como severa, perfeccionista e exigente, Anita Borges (provavelmente de origem Pernambucana). Esposa de um dos dirigentes da usina naquela ocasião, o Sr. Borges (não soube dizer o primeiro nome). A esposa, grande incentivadora cultural (carnavais, festas juninas, procissões, teatro etc.) é apontada como uma das responsáveis pelos jardins planejados que ali existiram. Apesar de seu temperamento, seria bem quista.

O mesmo não se podia dizer do marido. Apontado por muitos como sendo responsável pela retenção salarial dos empregados. Daí surgiria o Sindicato. Trabalhadores, unidos de facções, teriam se colocado em frente à luxuosa casa na qual residia, exigindo que deixasse a usina. Em meio a grande tumulto teve de partir. Outro episódio similar, não se veria até os anos de 1970.

Entre os funcionários, afirma Sr. J.S, a convivência era “espetacular”: “Quando se entrava na usina era mesma coisa que uma família. Ninguém pensava em sair da usina. Era um ajudando o outro, na minha época, nunca aconteceu acidente”.<sup>163</sup>

Mas acidentes ocorriam, resultando em morte ou não. Fossem explosões, quedas, mutilações, alguns entrevistados descrevem esses ocorridos, alguns por descuido dos funcionários, talvez por falta de orientação, outros pela ausência de maiores cuidados com a segurança, fosse individual ou coletiva. Dizem que os acidentados e as viúvas recebiam assistência devida. Porém, ao insistirmos em saber mais sobre isso, encontramos resistência e desviar de assunto.

Outro entrevistado, o Sr. J.L (61anos) apresentou uma versão um pouco distinta da anterior. Acrescentou mais informações quanto a períodos difíceis, e, apresentou uma ligeira discordância quanto a uma estreita proximidade entre toda a comunidade.

Poderíamos conceber que houvesse grupos, e, entre os humildes a coesão fosse maior, pois compartilhavam dificuldades e se auxiliavam mutuamente. Como eram maioria, e

---

<sup>162</sup> Entrevista Sr. L.R. Duração: 40 minutos. Data: 20 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

<sup>163</sup> Entrevista Sr. J.S. Duração: 40 minutos. Data: 8 de maio de 2017. Ponte Nova (MG).

produtores daquela autêntica cultura, percebe-se o elemento coesivo restrito a grupos e não a todos os integrantes daquele aglomerado humano. Mesmo entre os grupos é possível perceber uma não adesão de todos os seus supostos membros às atividades coletivas.

Dessa forma, cada qual conceberá, perceberá e transmitirá visões distintas de um similar objeto e experiências. Subordinados estamos a nossas referências passadas e presentes, além dos contatos estabelecidos com o meio social no qual estejamos inseridos, conforme sua amálgama, superficial ou profunda.

As lembranças das pessoas, suas memórias são realmente interessantes não tomadas em si mesmas simplesmente, mas em comparação com outras memórias no grupo. Formam um complexo sistema de representações da vida, não necessariamente o que foi, mas as concepções de cada um a respeito do que viveram, mesmo experiências partilhadas serão recepcionadas singularmente. A abordagem do grupo se faz profícua ao efetua-la mediante as diferenças demonstradas entre os indivíduos que o compõem.<sup>164</sup> Vejamos, por exemplo, o que diz o Sr. J.L.:

Entre os empregados, as relações eram boas. Mas o pessoal que trabalhava no escritório era mais isolado dos outros, parece que se sentiam melhores. Nas festas todos participavam, mas esses não se entrosavam tanto, né? Eles também moravam em casas melhores aqui da usina. Mas os outros funcionários não se importavam com isso, entre eles viviam muito bem, [...]. Da época que me lembro mais, os donos aqui eram do Rio, eram muito distantes e pareciam não se preocupar muito com a vida dos funcionários, ficava mais na mão de administradores, era época de 50, 60. Na década de 60 passou muito tempo sem nem mesmo pagar os funcionários, segundo falavam, a usina não tava conseguindo se manter. Tiravam a parcela dos diretores, pros donos, depois se sobrasse era pros funcionários, quem mais trabalhava eram os que menos recebiam.<sup>165</sup>

Seu parecer sobre aquela realidade difere do relato anterior (Sr. J.S), não somente quanto à crítica interna às relações intersociais, que se refletia na cultura daquela gente, mas também quanto a observações referentes a uma diferença na natureza administrativa aplicada por grupos distintos que detiveram controle sobre a usina.

Dos anos de 1930 até 1970, a usina pertencera ou fora administrada, dentre outros, por grupos americanos e cariocas. Por volta do início dos anos de 1970, esteve sob poder de

---

<sup>164</sup> WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.40.

<sup>165</sup> Entrevista Sr. J.L. Duração: 40 minutos. Data: 28 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

um grupo proveniente da cidade Divinópolis. Atuantes da área de ferro gusa detinham também posse sobre a usina de Bocaiúva, em Montes Claros.

Quanto a este grupo, a tensão ocasionada adveio de abruptas mudanças administrativas, físicas e estruturais implementadas, visando atualizar o maquinário e ampliar a capacidade da usina. Administrada por um advogado afeito mais à parte jurídica, supostamente se rompera com um pacto social que desde os anos de 1930 se estabelecera para manutenção de uma certa calma. As relações com o sindicato se mostraram mais delicadas.

Dispensaram ou rebaixaram funcionários, dando lugar aos que traziam consigo. Mais uma vez descontentamento e revolta. Muitos dos antigos moradores partiram. Grande parte da denominada “Olaria”, e outras colônias afastadas do núcleo central, esvaziaram.

Entretanto, a remodelagem consumiria mais tempo e recursos financeiros que o previsto. Isso atrasou a safra e os usineiros de Bocaiúva não puderam quitar a dívida com a instituição bancária com a qual contraíram empréstimo. Esta assumiu a administração por um bom tempo.

Em 1973, o Grupo Jatiboca assumiu a administração da Usina Anna Florência. A usina se encontrava em decadência, defasada e desfalcada de mão de obra. As informações nos foram passadas por diversas pessoas: Sra. L.S.<sup>166</sup> (67 anos), Sr. L.M.F (69 anos)...

E o que dizer do findar de uma era? Quando do fechamento da usina (1989), o fantasma do despejo rondava as ruas daquele lugar amedrontando alguns, revoltando outros. Segundo nos relatou o Sr. L.M.F,<sup>167</sup> um dos proprietários da usina Jatiboca, sob os quais se encontrava o controle da Usina Anna Florência, naquele período a família Martins estava afastada da administração direta.

Alguns permaneceram no Conselho Consultor, mas a maioria preferiu apenas a condição de acionista e deixar a administração a cargo de uma gestão profissional, como disseram: um presidente remunerado para exercer a função.

O depoente declarou que foi um período difícil tanto externamente, devido à crise econômica ocasionada pelo governo de José Sarney (1985-1990), quanto internamente, por discordâncias entre membros da família e a conduta do administrador contratado, o Sr. Edmundo.

---

<sup>166</sup> Entrevista Sra. L.S. Duração: 40 minutos. Data: 16 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

<sup>167</sup> Entrevista Sr. L.M.F. Duração: 40 minutos. Data: 6 de julho de 2017. Ponte Nova (MG).

A esse relato cruzamos o de um empregado da usina, o Sr. J.L.<sup>168</sup> Ele nos falou de tempos delicados pelos quais passaram muitas das famílias. Suas memórias refletem essa angústia. A usina Jatiboca absorveu parte da mão de obra, em especial os provenientes do setor agrícola (cortadores de cana etc.), os demais teriam de entregar as casas. Dispensara-os e estabeleceram um prazo para a desocupação.

Nessa época os moradores se uniram e formaram uma Associação, presidida pelo Sr. J.L., um dos líderes desse movimento. Ele informou sobre o período de retorno dos Martins à administração direta da usina (1973), sendo o Sr. Luiz Soares Martins, por muitos anos o diretor da Anna Florência, e depois seus filhos. O Sr. Luiz, em especial, sempre sisudo, portava-se como tutor de todos, mesmo em assuntos particulares. Sua autoridade parecia se nutrir de auxílios oferecidos ou procurados, em contrapartida de fidelidade e ordem.

Contudo, a entrada de um administrador, por volta dos anos de 1980, não carismático e indiferente aos costumes locais, o Sr. Edmundo, seria traumática. Não mais conseguiam acesso aos donos.

Nessa época algumas colônias de casas espelhadas pela propriedade da usina<sup>169</sup> teriam sido desmanchadas para dar lugar a canaviais. As pessoas que ali viviam teriam sido dispensadas. Eram áreas planas, onde o cultivo por maquinário substituiu os trabalhadores.

Quanto às casas próximas à usina, o entrevistado diz que pareciam estar selecionando quem poderia ficar, porém eles reagiram às ações de despejo. A Associação de moradores contratou serviços de um advogado para defesa dos direitos de todos.

Foi determinado em juízo que tivessem a prerrogativa de compra, em condições acessíveis, uma vez que já pagavam taxa de moradia, descontado em folha de pagamento. Não eram invasores como alegaram ao juiz.

O Sr. J.L. ressaltou que enquanto esteve à frente da usina, o Sr. Luiz S. Martins motivava a todos que quisessem adquirir imóvel na cidade de Ponte Nova, por meio de empréstimo ou financiamento, de forma a garantirem moradia própria para o futuro. Mesmo efetuando a compra poderiam permanecer residindo na usina enquanto estivessem trabalhando. Talvez houvesse uma intenção quanto ao auxílio na aquisição de casa própria fora das dependências da usina. Poderia indicar uma lógica implícita: quando não fossem

---

<sup>168</sup> Entrevista Sr. J.L. Duração: 40 minutos. Data: 28 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

<sup>169</sup> Segundo o Sr. J.L. havia colônias mais afastadas do núcleo central, a proximidade dessas colônias com os canaviais era forma de agilizar os trabalhos, dispondo principalmente os cortadores de cana próximos às lavouras. Na área central moravam os trabalhadores dos setores mecânico, administrativo, escritório etc.

mais úteis não teriam como alegar não ter para onde ir. Ao que parece um antigo ordenamento cultural estava se desfazendo e a mudança se fazia sentir aos costumes.

Segundo o Sr. L.M.F, a usina Jatiboca em meio à crise do setor sucroalcooleiro no final dos anos de 1980, agravada pela crise econômica nacional e desvalida pela égide governamental de outrora, se via impelida a concentrar esforços na manutenção de uma só das usinas, ou as duas ruiam. O trecho a seguir é longo, porém crucial para o entendimento daquele contexto. Advém da visão patronal, também a ser incluída para uma imersão no turbilhão de acontecimentos daquele período conturbado dos anos 1980.

Somente em 1989, com a finalização da Usina Anna Florência [...], é que ela é fundida à usina Jatiboca, com relação à parte agrícola e parte acionária. [...]. Só depois o maquinário foi vendido para Goiás e os canaviais foram transferidos para a usina Jatiboca. A Usina Anna Florência devia muito dinheiro para a usina Jatiboca. Durante o governo Sarney, teve uma grande crise, que ocasionou o fechamento da usina. Naquele período, em 1985, a Anna Florência moeu 400.000 toneladas de cana, produziu um milhão de sacos de açúcar de 60kg, enquanto que a Jatiboca moeu 800.000 toneladas de cana, somando 1 milhão e 200 mil toneladas de cana, todas duas davam um lucro muito bom. O que aconteceu foi que o preço dos insumos aumentou, o valor para financiamento aumentou, enquanto o preço do açúcar e do álcool não podia aumentar, então você não podia produzir, era um caos. Então tivemos que fazer uma opção entre um ou outra usina, que estavam no limite máximo da produção possível naquelas condições. [...]. Demoramos seis meses para tomar a decisão de fechar, [...]. Além disso a Jatiboca era centralizada, nós éramos os donos, enquanto a Usina Anna Florência tinha muitos acionistas. [...]. Outra questão diz respeito à cana moída, a situação do mercado dificultou também para a cana que vinha de terceirizados, 70% de cana que vinha de fornecedores até 1983 se inverteu, hoje quase 80% da cana moída é própria da usina. Como os preços estavam baixos muita gente foi deixando o setor e tivemos que assumir isso. O Sarney tinha tabelado tudo, formou um grande problema financeiro. [...] hoje, o preço do açúcar é considerado uma comodite, tem mais liberdade, a não ser o álcool, que tem o controle da Petrobrás. Mas agora há uma versatilidade maior, pois podemos produzir para álcool ou açúcar conforme o preço mais interessante no mercado, além disso atendemos ao mercado interno. As indústrias de São Paulo, atualmente, estão mais voltadas à exportação [...].<sup>170</sup>

---

<sup>170</sup> Entrevista Sr. L.M.F. Duração: 40 minutos. Data: 6 de julho de 2017. Ponte Nova (MG).

Percebemos aí uma lógica dúctil que teria sido um dos fatores de sobrevivência dos empreendimentos dessa família, quando outros pereceram. Detinham astúcia liberal, mas, também se nutriam das condições estruturais quando estas se mostravam favoráveis. A exemplo dos momentos nos quais o setor sucroalcooleiro se colocou como a menina dos olhos de um Estado Centralizador, visando fomentar a indústria automobilística. A sobrevivência política desse Estado dependia da segurança no abastecimento de combustíveis ante inúmeras crises internacionais do petróleo. Poderiam também solucionar a superprodução de açúcar.

Detecta-se entre os Martins uma elasticidade de comportamento que se via presente em certa parcela social no século XIX. Oportunamente, uma conduta que pendia entre o liberal e o conservador. A transição do Império à República é emblemática nesse sentido. Muito daquele comportamento ainda pode se encontrar agindo, adaptando-se a novas condições, sem esfacelar uma habilidade de equilibrar fatores aparentemente contraditórios, mas que propiciam o controle de mecanismos sociais em favor de alguns.

Muitos dos antigos moradores com os quais tivemos contato resguardaram lembranças nostálgicas de um grupo que se mantinha próximo em virtude da usina e da firmeza com a qual se administrava o local. Outros, não nos pareceram tão saudosos assim. Sentimos que algo pairava e não era dito. Alguns disseram que o Sr. Luiz, combatia o vício do alcoolismo disseminado entre muitos residentes, promovendo reuniões dos Alcoólicos Anônimos no interior da usina. Chegava a discutir com os proprietários de bares. Exigia ordem e respeito. Interferia na vida privada e familiar dos funcionários. Todas as festas deviam ser anunciadas com antecedência para sua aprovação e vigília, caso ocorresse alguma contenda ele e sua equipe de segurança estavam alertas.<sup>171</sup> Não havia assunto a envolver a comunidade que não tivesse que ser submetido à sua vontade.

Referente ao consumo alcoólico, não considerando o limiar patológico, a sua proliferada ingestão, que tanto incomodava aos patrões, pode ter se colocado a eles como algo a ser veementemente combatido não apenas por questão do vício ou embaraço ao trabalho, mas por seu potencial subversivo e desarticulador da ordem patronal estabelecida. A cachaça conferia licenciosidade, uma condição momentânea de rebeldia e irrealdade social. O destacamento do ser com relação a um cotidiano que talvez o desagradasse. A ação dominante se fazia esfacelada pelo andar cambaleante e palavras indecorosas em meio à embriaguez. Talvez a bebedeira, como também algumas festas e manifestações culturais, cumprissem um

---

<sup>171</sup> Essa equipe se compunha de carros e vigilantes, dotados de rádios portáteis e armas de fogo.

papel de diluição das normas, daí também despertarem um certo temor se saíssem do controle. Talvez por isso, a severa vigilância.

Perguntamo-nos se estaríamos diante de um patriarcalismo, compondo uma estrutura sociocultural dotada de um contrário subversivo, também socioculturalmente estabelecido, capaz de equilibrar as relações. Mas, então, estaríamos diante não de um patriarcalismo convencional, onde, em tese, um lado se faz passivo. Pois a relação que nasce dessa interação dialética com a qual nos deparamos somente seria possível mediante atores cientes do que se passava e ativos enquanto seres que cedem por opção. Contudo, cedem até um limite, desde que uma margem de liberdade não fosse ameaçada e que a subsistência fosse garantida. Se acaso tivessem a oportunidade de inversão, assim o fariam. A intransigência com relação a certos momentos de sua cultura popular pode ser uma indicação nesse sentido.<sup>172</sup>

O próprio censo comunitário que buscavam ressaltar, enquanto agente coesivo daqueles que viviam e partilhavam alegrias e dificuldades, se colocava como uma distinção ante a patronagem. Distinção manifesta sem pudores em momentos de ruptura ao acordo social tácito, na forma de um sindicato ou uma associação formalizada. Dadas as devidas adequações isso nos recorda um trecho de uma obra de Edward P. Thompson que nos desperta para a impossibilidade de se realizar uma satisfatória análise social se não estivermos pautados pela alteridade e interações entre os grupos:

Num certo sentido, os governantes e a multidão precisavam um do outro, vigiavam-se mutuamente, representavam o teatro e o contrataatro um no auditório do outro, moderavam o comportamento político mutuo. É uma relação mais ativa e recíproca do que a normalmente lembrada sob a fórmula "paternalismo e deferência".<sup>173</sup>

Ele menciona<sup>174</sup> que termos generalizantes desse tipo, e outros: cultura, cultura popular ou burguesa, aristocracia, pré-capitalismo, capitalismo, modernização; podem ser imprecisos para abranger a miríade de relações e fenômenos intermediários ou mesmo relativos a cada tempo e/ou espaço, que possivelmente interagem e se interinfluenciam, mas prescindir do seu uso é ainda mais nocivo para uma análise. Apenas não devemos perder a dimensão dialética em favor da criação de fórmulas de análise social.

---

<sup>172</sup> CHARTIER, Roger. Op. Cit., p. 208-212.

<sup>173</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, p. 57.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 27.

## 2.2 A questão da retórica e do símbolo: instrumentos de poder e resistência

Pode-se indicar toda a produção humana de cada época, em seus arranjos e modos particulares de surgimento e condução, como sendo a forma específica de sociedades e seres nelas incluídos interpretarem e disporem dos meios naturais, sociais, culturais e históricos para suprir necessidades de seu próprio presente temporal, vislumbrando planos futuros.

Tal dinâmica sistêmica<sup>175</sup> fez parte da existência de seus predecessores, algo válido também a seus sucessores, cada qual imprimindo sua versão e intenção sobre o que lhes foi legado, sendo este, o conjunto de elementos que a seu tempo guardaram propósitos, e, mesmo após, parecem servir a isso.

Sutilmente, parecia haver naquela usina um discurso dotado de eficácia persuasiva a gerar uma alegada unanimidade de satisfação entre os funcionários. Mas então, se isso fosse real não teria sobrevivido ao término das condições mantenedoras? Talvez “a duração de uma tal memória era então limitada, pela força das coisas, na duração do grupo”.<sup>176</sup>

Todavia, a ansiedade de antigos membros daquela comunidade em se expressar e fazer ouvir, poderia significar que um sentimento de pertencimento comunitário existisse alheio à patronagem. Essa expressão teria o objetivo de evitar a diluição de um passado que, apesar de tudo, conferia-lhes certa solidez, em separando o que dele não apreciavam.

Talvez, mesmo um árduo passado parecesse mais reconfortante ante as incertezas do futuro. Compreendemos que por maior poder que alguém ou um grupo detenha, há um limite. Se por um lado, há êxito em uma relação de dominação e influência, por outro, há a manutenção de uma memória afetiva a um passado, que jogamos simplesmente repressor em um primeiro momento. Deparamo-nos com um campo de tácitas negociações.

As condições que mantinham aquela cultura eram muitas, mas, sobretudo, a vida em comum entorno da usina. Quando esta finaliza suas atividades, por volta de 1990, mais uma leva de pessoas deixam o local, assim como nos anos de 1960. Outro desafio se colocava àquela comunidade, que também passou a receber pessoas sem vínculos com aquele passado.

Alguns dos relatos colhidos por nós, dizem da angústia das pessoas, inseguras quanto ao seu destino, pois as casas não eram próprias e teriam que deixá-las. O local onde seus

---

<sup>175</sup> LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*: um conceito antropológico. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 26.

<sup>176</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. Cit., p. 30.

antepassados viveram, e eles próprios cresceram, estabelecendo vínculos afetivos com pessoas e lugares. Vimos isso no item anterior.

Memórias, enfim, que para existirem, algo material se finda, mas o seu “espírito” permanece, pois são as pessoas a conferir valor patrimonial, não as coisas em si. Na exclamação de um morador, o Sr. N.L (57 anos), apreendemos relevante posicionamento, direcionando o temor de diluição desse passado não propriamente à deterioração da matéria. Ainda que haja um sentimento de pesar por um tempo e memórias que se diluem, referente aos suportes a reforçá-las, outros fatores sociais poderiam estar em ação, inclusive, quanto à eficácia de intervenção do Poder Público ou mudanças conjunturais:

Hoje tem muita tecnologia, por um lado é bom, por outro, distancia as pessoas. Já não ocorre transmissão de conhecimento de pessoa para pessoa como era antes. [...]. Só alguns ainda conversam sobre esse passado, [...]. Os que vêm de fora, que moraram aqui, quando voltam para visitar, não gostam de ver a decadência, [...]. Não é que esteja ruim, mas eles têm com o que comparar, [...]. Antes a relação entre as pessoas era melhor. O convívio é importante para recordar. Eu adquiri experiência que outros passaram para mim. [...]. Hoje, os jovens não ouvem os mais velhos e não se interessam. Teve uma época que o pessoal fez um abaixo assinado para não deixar derrubar a chaminé, saiu até na rádio. Sobre esse Inventário que fizeram, entrevistaram algumas pessoas, não muitas, poucos participaram ou ficaram sabendo.<sup>177</sup>

Contudo, mesmo admitindo essa questão do temor à diluição como sendo uma parte desse complexo contexto social, não explica tudo. Se a memória das pessoas simples manteve viva elementos que materialmente já não se encontravam presentes, como o “O Boi Laranja e os festejos” talvez houvesse aí uma indicação de que um forte vínculo social realmente existiu, para além da égide patronal. Extinguiu-se nos anos de 1960 como algo materialmente perceptível, mas deixou sementes, aguardando apenas um estímulo para germinar.

A produção de Inventários patrimoniais não participativos e sem a sensibilidade para esses aspectos e minúcias não se faz profícua e não tem sentido, pois dificilmente gera desdobramentos inclusivos e reflexivos.

Tais manifestações materializavam algo mais profundo: a força nutrida da estreita relação entre as pessoas que ali viviam e realmente compartilhavam a vida, com suas alegrias e dificuldades.

---

<sup>177</sup> Entrevista Sr. N.L. Duração: 40 minutos. Data: 8 de maio de 2017. Ponte Nova (MG).

É certo que a percepção de cada um dos entrevistados a respeito desse passado se distingue conforme sua própria participação e apreensão do mesmo, e isso provavelmente pode ser ampliado para todo o grupo. Entretanto, percebemos também, na maior parte dos relatos, esse pesar por um vínculo social que se perdera. Um saudosismo.

A análise desse fenômeno pode nos revelar algo. Seria essa uma das chaves do mecanismo gerador de regras invisíveis a reger o meio social? Inerentes à formação cultural, normas tácitas de conduta estariam presentes em qualquer sociedade, segundo C. Ginzburg, “constituindo a premissa para que uma sociedade funcione”.<sup>178</sup>

O aprendizado, a repetição e o costume seriam alguns dos artifícios utilizados. O tempo encarregar-se-ia de possibilitar os encaixes mentais que tornariam desnecessárias explicitações. Mas, sem dúvida um dos maiores artífices da persuasão se encontrava na retórica, no discurso manipulado ao convencimento pela argumentação e moralidade. Com o distanciamento entre as pessoas, pelas próprias características de uma vida “moderna”, tais elementos se vêm prejudicados, pois a superficialidade e fugacidade das relações virtuais se mostram incapazes de embasar formas mais firmes e duradouras de contato humano.

Isso parece nos aproximar de uma aplicação semiótica a entidades não linguísticas como os códigos culturais. Uma dimensão dialética (interna/externa), do abrangente e inconscientemente introjetado ao particular e perceptível. Considerando que os códigos seriam coletivos e as mensagens, individuais. Além de ponderar que:

A mensagem e o código não pertencem ao tempo da mesma maneira. Uma mensagem é um evento temporal na sucessão de eventos que constituem a dimensão diacrônica do tempo, ao passo que o código está no tempo como um conjunto de elementos contemporâneos, isto é, como um sistema sincrônico. [...] no sentido de um inconsciente estrutural e cultural [...].<sup>179</sup>

Talvez a mensagem tenha se perdido; encontre-se latente; ou inoperante, enquanto que o código tenha sofrido transformações, elas mesmas responsáveis por uma certa incompatibilidade com a mensagem da qual sente-se falta. Encontramo-nos no campo das significações que se tornam mais densas na medida de sua repercussão no cotidiano das pessoas. Na medida da penetração do público no privado.

---

<sup>178</sup> GINZBURG, Carlo. Op. Cit., p. 53.

<sup>179</sup> RICOEUR, Paul. Op. Cit., p. 15.

Daí a semiótica, em uma abordagem da significação cultural de contextos específicos, pode auxiliar no esclarecimento quanto ao processo formativo de concepções de mundo manifestas fenomenologicamente enquanto sentido existencial, mas oriundas do ser em contato com o coletivo social, recebendo influências formadas, sedimentadas e transformadas no tempo, em gerações.

Adentramos ontologicamente por uma realidade específica para dali alcançar uma interpretação ampliada de mecanismos mais complexos a constituir o âmbito social. Epistemologicamente os documentos escritos, relatos orais ou mesmo a interpretação do espaço, auxiliaram nessa tarefa. Adere-se ainda uma análise da evolução temporal diacronicamente a aspectos sincrônicos, dada a multiplicidade própria da realidade social.

As ditas significações geralmente são transpassadas por simbolismos, dada a sua especial função de comunicação há muito determinantes no comportamento e interações humanas. Estes se prestam a sintetizar um certo modo existencial ou mesmo podem se prestar a instrumento de poder e resistência. Ao tomar parte na ação, o símbolo deixa a esfera do imaginário. É um campo de confrontos, que em condições de tolhimento social pode-se perfazer pela dissimulação. É também um campo de diálogo, de consensos e concessões. Negociações formais ou informais, expressas ou camufladas, conforme as circunstâncias.

Mas, por vezes, deparamo-nos apenas a indução. De qualquer forma, quando tratamos de símbolos estamos diante do que se perfaz geralmente no silêncio. “O poder do simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.<sup>180</sup> Os poderosos não admitem utilizá-los para subjugar (percebemos isso na fala do Sr. W); os subjugados não admitem existir tal relação, talvez por não se fazer possível um confronto direto, dada a necessidade de sobrevivência. Entretanto, a razão pode se encontrar na impregnação cultural.

Cada um de nós sabe o que fazer em determinadas situações, mas nem todos sabem prever o que fariam nessas situações. Estudar a cultura é, portanto, estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura.<sup>181</sup>

---

<sup>180</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico** – Memória e Sociedade. Lisboa: Difel, 1989, p. 7-8.

<sup>181</sup> LARAIA, Roque de Barros. Op. Cit., p. 34.

No item anterior (2.1.1) vimos na fala de D.I que a usina, mesmo sob forte vigilância, não impunha obstáculos à realização das festas de iniciativa dos trabalhadores. Algo de que a comunidade não abria mão. Podiam até não entrar em atrito quanto a outras esferas da vida, pois temiam o despejo, mas quanto às tradições culturais não se discutia.

Os patrões pareciam cientes disso, só não lhes davam destaque. Talvez tolerassem tais manifestações não apenas por serem indiscutíveis para os empregados, mas também devido a uma ótica patronal de que cumprissem um papel apaziguador, convergindo para a manutenção da ordem devido a um alívio a possíveis descontentamentos. Para o povo, era talvez mais do que mero alívio, uma reafirmação de sua identidade. Conscientemente ou não, enfatizava-se: “a festa era da comunidade e não da usina”. A entrevista do Sr. J.S (62 anos) mostra-se interessante nesse sentido:

A festa junina era formada pela comunidade. A festa de 1º de Maio era a usina que organizava. O que era aqui da comunidade era o Bumba Meu Boi, tinha o cavalinho, o condutor do boi, e a Mariquinha. Eu mesmo, inclusive, já vesti da Mariquinha. O condutor vinha com uma varinha na mão, o cavalinho vinha dando a volta, a Mariquinha pedia esmola nas casas pra ajudar na festa. Fazia quentão, assava batata na fogueira. A Mariquinha pedia ajuda dizendo que era pra tratar do boi. O vestido dela era de chita. Tinha sanfoneiro, pandeiro, tamborim. A música era assim: ‘Eu mato o boi papai, e sangue é meu mamãe, ei boi, esse boi é valente, esse boi pega gente, ei boi esparroda essa gente’. Fazia assim, ele partia pra cima das pessoas e o cavalinho em cima. As pessoas que comandavam faleceu tudo. Tinha o moço que fazia o balaio no quintal da casa dele, arrumava uma cabeça de caveira do boi, engordava ela com papel, feitio da cabeça do boi mesmo, e aí pintava, de vermelho, outra hora de preto, cada ano que saía, uma cor. Na ponta dos chifres, um laço branco, de um lado e do outro. O cavalinho era um balaio com buraco no meio e penduravam como um suspensório.<sup>182</sup>

Essa demarcação do que era genuíno da comunidade e o que não era pode indicar que a cultura popular nascia da resistência consciente ou não, admitida ou não, frente a condições de coibição social. Seja como bálsamo, embate ou defesa, essa cultura parece tirar sua robustez quanto mais nítido, ameaçador e próximo fosse o objeto contra o qual visasse ser oposição. Notamos que o período mais mencionado referente às tradições culturais

---

<sup>182</sup> Entrevista Sr. J.S. Duração: 40 minutos. Data: 8 de maio de 2017. Ponte Nova (MG).

compreendeu as décadas de 1930 a 1970. Com a maior troca de administradores, transformações e turbulências na usina.

Quando esse objeto desaparece ou se torna inidentificável, dada sua sinuosidade, adaptando-se a novas formas de organização social, tanto mais enfraquecida se tornaria a cultura. A proximidade de uma ameaça nos conduz a buscar alianças com aqueles que sofrem o mesmo.

Entretanto, esses agrupamentos e alianças longe de gerarem uma nova ordem, podem auxiliar na manutenção do equilíbrio de um complexo sistema cultural proveniente da adaptação. Se algo ameaçasse uma mudança abrupta nas normas culturais, acreditamos que certamente embates mais severos aconteceriam, como efetivamente aconteceram.

A cultura é, portanto, um ponto de equilíbrio e estabilidade, capaz de favorecer mais a uns ou a outros, conforme a possibilidade de usufruir dos elementos dispostos e o grau de percepção quanto a eles. Mas, para sobreviver algo de produtivo deve oferecer em algum momento a todos os que dela se nutrem. Particularmente, almejamos apenas que cultura seja conscientemente colocada, em favor da maioria. A reflexão e atuação sobre a cultura, se bem conduzidas, podem propiciar mudanças estruturais.

Interessante saber que a tradição do “Boi Laranja” se finaliza pouco antes do retorno dos Martins à administração da usina, em 1973, sendo precedida por um período irrequieto.

No campo das culturas, no interior de uma mesma sociedade, considera-se uma funcionalidade implícita, ora pendente aos “dominantes”, ora aos “desafortunados”. Estruturalmente uma ideologia oficial produzia a sensação de uma cultura superior pairando sobre as demais, ao mesmo tempo identificatória e segregativa, justificando uma lógica de dominação. Na penumbra, outras ideias surgiam e eram alimentadas. Pierre Bourdieu descreve acerca disso uma concepção sociológica Durkheimiana:

Os “sistemas simbólicos”, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do núcleo, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”.<sup>183</sup>

---

<sup>183</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p. 9.

A simbologia oficial gestada por certo grupo pode, devido aos recursos utilizados, ter se feito mais visível. Mas, sua durabilidade também se deve a uma concessão por parte das demais classes em razão de alguma participação e de necessidades cotidianas, condições impostas estruturalmente, que podem vir a sedimentar-se com o tempo. Contudo, simbologias populares sobrevivem enquanto oposição de ideias e comportamentos, seja nos hábitos, estórias e contos, festas e folclore. Prestam-se a um reequilíbrio. Interpretações dessa contracultura como meros costumes se apresentam como tentativas depreciativas em desarticular seu potencial coesivo, ou ainda, concepções equivocadas quanto a sua plasticidade, tentativas de impedir sua caracterização enquanto tradição, como se tradições fossem imutáveis:

Se as estruturas do presente são as estruturas do passado modificadas por uma ação estruturalmente posicionada, mas circunstancialmente motivada (os eventos gerados pela estrutura da conjuntura), então estrutura e evento entram em relação dialética.<sup>184</sup>

Adentrando mais amplamente na questão da circularidade cultural, percebe-se que relações multiculturais constituídas em ambiente social propício ao hibridismo procedem inter-relações simbólicas, na busca por compreensão do outro e seus códigos culturais. Fosse por apreciação da diferença percebida, por interação e empatia; fosse por temor ou por crença em uma supremacia, condutores de refutação ao diferente; a inter-relação é a forma de apreensão do desconhecido. O que vem depois refletirá o grau de evolução receptiva de cada cultura ao diferente, determinando se haverá conflitos e disputas por poder.

A memória, tratada como fonte, auxilia a revelar como se movem tais mecanismos implícitos na expressão (escrita ou falada) dos indivíduos, que podem ou não se dar conta da intencionalidade e manipulação não só pessoal, mas social aí presentes. Muitas vezes contribuindo para a perpetuação de antigas estruturas e condições sociais.

Mesmo na inocência reminiscente do período pueril de um ser podemos detectar as marcas de um sistema vigente. Vimos no tópico anterior as narrativas proferidas por uma descendente da antiga classe aristocrática local, Maria Sylvia S. Coelho. Ela ressalta, na sua concepção acrítica, o olhar de alguém que percebe o mundo de uma posição confortável. Mesmo quando descreve histórias de dor e sofrimento ligadas a um passado servil, parece

---

<sup>184</sup> BIRSACK, Aletta. Op. Cit., p. 119.

fazê-lo a título de curiosidade. Se reprova ou não, tal juízo é encoberto pela isenção de quem apenas olha, mas não sente. O pitoresco pode ser o objeto de atenção em quem olha de cima.

Sem subtrair de valor, pois se prestaram a fontes, os memorialistas regionais, quer se ativessem a descrever e registrar suas memórias pessoais perpassadas por aspectos coletivos (Ângelo V. Martins, Manoel I. M. de Magalhães...); quer, mesmo sem exercício da crítica, alcunhados de historiadores, se prestaram a escrever a “história” local (Jarbas S. de Carvalho e Antônio B. R. Filho); ou ainda aqueles, que em algum momento de produção literária, praticaram exercícios de memória (escritores locais), quando das poucas vezes alusivas ao conflito sócio histórico, muitos desses autores pareceram-nos revestidos de um olhar inclinado aos desbravadores/colonizadores. Ainda não há uma mescla de visões que contemple outros personagens dessa história, cuja memória se vê negligenciada ou apagada.

### **2.3 O desvendar de um mecanismo de dominação**

A análise e o exercício da crítica tornam possível desnudar os elementos socioculturais responsáveis por contribuir à manutenção de relações subservientes desde períodos arcaicos. Os mesmos instrumentos antes usados para manutenção do *status quo*, segundo interesses restritos, podem servir para um desvendar social referente aos fatores restritivos de uma cidadania plena em nossos dias. O que é colocado socialmente acaba por se tornar imperceptível com o tempo. Vimos no simbolismo e na ideologia velada um fenômeno passível de se prestar a esse papel. Instrumentos impressos são meios comumente utilizados pelas classes dominantes para se legitimar por meio da indução ou mesmo coação.

Mas as demais classes podem se utilizar de outros recursos, tais como: reinterpretações de aparatos comuns à aristocracia. Talvez ironia e astúcia: a oposição se estabelecendo, concomitante a uma simulada submissão. Supomos que a contradição a qual lhes poderia caracterizar não fosse menor que aquela à qual poderíamos atribuir às aristocracias que mantinham simultaneamente ermidas e senzalas; capelas e caldeiras; filantropia e exploração; incentivos à cultura e avanços econômicos predatórios.

A ambiguidade comportamental estaria presente em ambas as classes. Em se tratando das classes ditas “subalternas”, diz E. P. Thompson, haveria uma dupla consciência teórica. Chega a essa conclusão se utilizando de estudos de Antônio Gramsci, que apontou na

incongruência, “herdada do passado e absorvida acriticamente”, a origem de um comportamento ora passivo, ora rebelde, proveniente de um convívio social compartilhado, no trabalho e no cotidiano. Surgiria daí uma originalidade para além do status quo, que seria tolerado por necessidade de sobreviver. A primeira consciência teórica surgiria da impossibilidade do confronto direto com a cultura oficial/hegemônica; a segunda por sua vez, adviria de uma percepção em comum quanto à exploração a que eram submetidos. Haveria “um contraste entre a moralidade popular, da tradição do folclore, e a moralidade oficial”.<sup>185</sup>

Analisemos os informativos de circulação interna das usinas Anna Florência e Jatiboca a partir dos anos de 1980. Trata-se de um jornal plenamente estruturado para propagar um intuito institucional ordenador e ideológico dos dirigentes. Em suas páginas, vemos se manifestar uma velha conduta, exemplo daquela moralidade oficial, disseminada como verdade coletiva. Sua insistente repetição, com o tempo talvez propiciasse sua introjeção no cotidiano, tornando difícil sua percepção enquanto concepção relativa. Vejamos:

### “Ser Mineiro”

“Ser Mineiro é não dizer o que faz nem o que vai fazer, é fingir que não sabe aquilo que sabe, é falar pouco e escutar muito, é passar por bobo e ser inteligente, é vender queijos e possuir banco.

Um bom mineiro não laça boi com embira, não dá rasteira no vento, não pisa no escuro, não anda no molhado, não estica conversa com estranhos, só acredita na fumaça quando vê o fogo, só arrisca quando tem certeza, não troca um pássaro na mão por dois voando.

Ser mineiro é dizer “uai”, é ser diferente, é ter marca registrada, é ter história. Ser mineiro é ter simplicidade e pureza, humildade e modéstia, coragem e bravura, fidalguia e elegância. Ser mineiro é ver o nascer do sol e o brilhar da lua, é ouvir o cantar dos pássaros e o mugir do gado, é sentir o despertar do tempo e o amanhecer da vida. Ser mineiro é ser religioso e conservador, é cultivar as letras e artes, é ser poeta e literato, é gostar de política e amar a liberdade, é viver nas montanhas, é ter vida interior, é ser gente”.<sup>186</sup>

O texto acima expõe a ideologia motriz de um grupo dominante ou que almeja dominar. Oferece indicações da sua forma de ver e se portar ante do mundo e a sociedade. Percebe-se a preferência por características tais como: discrição; dissimulação; observação; astúcia; cautela; desconfiança; aparência; materialismo e acumulação; garantias e interesses;

---

<sup>185</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Op. Cit., p. 20.

<sup>186</sup> **Informativo JATIFLOR**. Ponte Nova (MG), ano VII. N° 1; abril/maio, 1983, p. 4.

moralidade e simbolismo; influência e poder. Percebe-se um antagonismo que, em sua lógica, se complementa: liberal e conservador; simples e complexo; bucólico e sofisticado; despretensioso e político; prepotente e modesto; soberbo e humilde.... Um conjunto de características que sugere desejo por supremacia, exercendo pressão frente a outras existências opostas: as demais classes sociais.

Nessa lógica, naturalmente motivava-se cultivar a proximidade com os que partilhavam dos mesmos interesses e valores em busca de sua manutenção e perpetuação, daí constituírem um grupo. Todavia, embates no interior desse grupo incidiam interesses sobre outras classes de modo a tentar articulá-las cada qual em proveito próprio, visando preponderar uns sobre os outros e perante as demais camadas da sociedade. A tolerância de aproximação com essas camadas se encontraria no limite de seus interesses e proveitos que pudesse angariar em uma relação geralmente injusta.

Aqueles que hoje não se consideram aristocratas, sem deixar de ser, parecem herdeiros dessa conduta dissimulada. A aristocracia tradicional dos primórdios da cidade pode ter sido substituída por outros personagens, muitos provenientes da leva de imigrantes europeus, principalmente do final do século XIX e início do XX. Pela ascensão social, em meio ao dinamismo urbano que, gradualmente esquecia o passado de Sesmarias e Fazendas, assumiram os papéis que outrora eram ocupados pela elite agrária.

Mas, as camadas consideradas subalternas, por essa elite econômica, poderiam não ser tão inconscientes do que se passava, muito menos inativas. Sobreviver era seu objetivo. Nesse caso sua astúcia devesse ser ainda maior. Poderiam simular reverência e subordinação em razão das circunstâncias, mas à espera de uma oportunidade. Certos aspectos cotidianos ou esporádicos dos quais não cediam poderiam ser indícios disso, a exemplo dos festejos.

Como podemos na ausência de distanciamento e estranhamento visualizar tais coisas e efetivar a crítica necessária. Para contestar é preciso perceber o que pode esconder um conjunto de palavras, aparentemente dotadas de superior valor moral. Concepções particulares colocadas como se compartilhadas, visando o convencimento. Na ausência da crítica, o convencimento pode ser facilitado pela repetição e diluição cultural.

Com relação ao relacionamento patrões/empregados, no mesmo exemplar e página que encontramos o trecho anterior desse jornal, há outro que lista “Os dez mandamentos para um membro de grupo”, alguns nos chamaram atenção: “3 – Controlar as suas reações agressivas, evitando ser indelicado ou mesmo irônico; 4 – Evitar “pular” por cima de seu

chefe imediato, quando fizer dar explicação”.<sup>187</sup> Refletimos que se algo chega a ser manifesto dessa forma pode significar uma recorrência. Ao que parece as relações no interior da usina podem, em dados momentos, não ter sido tão harmônicas quanto o informativo sugerisse.

Ironia e dissimulação não são recursos restritos ao uso dos poderosos. Apropriação de elementos de uma classe por outra podem causar irritação naqueles que usualmente se utilizavam de certos instrumentos para subjugar. Pelas sombras, uma circularidade simbólica pode ocorrer. Se as circunstâncias tornam impraticável um confronto direto, subterfúgios podem estar presentes em ambos os lados, por motivos diferentes.<sup>188</sup>

O periódico distribuído pela Usina Anna Florência/Jatiboca,<sup>189</sup> reservava relevante espaço à promoção de atividades recreativas, festas e campeonatos de futebol. Atrativos aos quais recorriam alguns empresários visando envolver e produzir relação harmônica com os empregados. Intentava-se inculcar lealdade e reciprocidade. Estava presente uma intencionalidade: gerar um aparente vínculo fraterno e apaziguador. Inculcar sentimento de gratidão apto a desmobilizar possíveis reações contrárias à vontade patronal. Estabelecia-se controle sobre a vida no interior da usina, retendo as pessoas à atividade laboral.

Disciplina, lealdade, trabalho e observação às ordens eram pré-requisitos para obtenção dos “benefícios”. Assumir ou simular aceitar a ideologia vigente, permanecendo à disposição das necessidades superiores. Aceitando essas tácitas condições, tudo mais lhe seria “dado”. No dizer de Rosemeire Aparecida Scopinho, “uma forma de remuneração indireta”.<sup>190</sup> O aprisionamento do trabalhador pela usina, oriundo de uma gratidão eterna:

Aprisionadas, portanto, pela teia de “favores” da administração que acarretava como contrapartida o controle que se estende desde o trabalho até a sua moradia e o seu tempo livre e alcança a sua própria mobilidade no “mercado de trabalho”, inversamente os operários sofrem também das bruscas investidas da administração que lhes tira com a outra mão o que a primeira lhes dera [...].<sup>191</sup>

Exemplos de arranjos sociais para o controle simbólico encontramos: no centenário da usina (Anexo VI: d- Periódico JATIFLOR, Usinas Anna Florência e Jatiboca, 1983),

---

<sup>187</sup> **Informativo JATIFLOR**. Ponte Nova (MG), ano VII. N° 1; abril/maio, 1983, p. 4.

<sup>188</sup> POLLAK, Michael. Op. Cit., p. 4-5.

<sup>189</sup> **Informativo JATIFLOR**. Ponte Nova (MG), ano VII. N° 5; setembro/outubro, 1984.

<sup>190</sup> SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Modernização e Superexploração na agroindústria Sucroalcooleira. In: VALLARELI, Leandro & SCOPINHO, Rosemeire Aparecida (Org.). **Modernização e Impactos Sociais: O caso da agroindústria suco-alcooleira na região de Ribeirão Preto**. Rio de Janeiro: Fase, 1995, p. 83.

<sup>191</sup> LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 188.

vinculando linearmente o presente a um “passado de glória”, que o fundamentasse; e nas comemorações do 1º de Maio, como tradicional símbolo do dia do trabalho, também utilizado na tentativa de propiciar imobilização psicológica dos trabalhadores. Gincanas, concursos, serviriam para desviar o foco acerca significado ideológico implícito. Edward Thompson afirmou certa vez que “grande parte da vida política das sociedades contemporâneas só pode ser compreendida como uma luta pela autoridade simbólica”.<sup>192</sup> O símbolo sintetiza uma ideologia, e, também age como identificador.

Nesse Capítulo, expusemos dois direcionadores de indivíduos inferiorizados. Em termos de circularidade cultural: um passivo, no qual a absorção de traços da cultura oficial contribuiria para facilitar a ação de domínio de um grupo sobre os demais; o outro ativo, no qual a circularidade despertaria à compreensão de mecanismos de dominação e sua utilização, porém, não suficiente para modificar o sistema.

Em ambos os casos, perdura um aprisionamento de estruturas e comportamentos sociais incapazes de gerar liberdade, tanto a nível individual quanto coletivo. Utilizar-se da retórica dos dominantes serve enquanto parâmetro de análise, assim como almejou fazer E. P. Thompson, concernente à sua indicação de uma dupla consciência teórica das classes “subalternas”, por ele estudadas. Acreditamos que a mudança viria da crítica reflexiva, seguida da ação transformadora do próprio sistema social tornando-o mais inclusivo. Entretanto, não sejamos ingênuos, viver em sociedade é viver sempre em um sistema cultural que fatalmente pode nos direcionar à contradição.

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa [...] assume a forma de um sistema. E na verdade o próprio termo cultura, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.<sup>193</sup>

No sistema cíclico, que foi mais explícito até o século XX, o controle se mostrou eficiente, em condições sociais restritivas e disciplinadoras. Diversos instrumentos se prestaram ao controle físico e mental com o objetivo de moldar o comportamento dos

---

<sup>192</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Op. Cit., p. 70.

<sup>193</sup> Ibidem, p. 17.

indivíduos conforme ideologias e visões particulares de mundo. A tentativa de domínio do ser humano sobre o meio que o cerca também foi utilizada como artifício de manobra social. Padronização, moda, estética, beleza, dentre outros instrumentos podem se colocar como alguns desses instrumentos.

Em se tratando de uma agroindústria que a todo o espaço regional transformou, cobrindo morros e planícies com cana-de-açúcar, moldando matas, montanhas e cursos d'água, era de se esperar um controle ainda maior dentro do próprio núcleo laboral/social. Uma visão racionalizada e ordenada de mundo (figura 12). Simultaneamente uma paisagem agressiva, monocultora e uma paisagem harmoniosamente disposta. Denis Cosgrove<sup>194</sup> reflete sobre algo que apreendemos como retroatividade cultural, sendo ações não reflexivas, cotidianas, rotineiras, e, por isso, não percebidas, incluindo-se o uso de certos instrumentos ordeiros (parques, jardins) como recurso de controle moral e social:

**Figura 12: Jardim estilo francês - Usina Anna Florência – década de 40, século XX.**



Fonte: Acervo da E.M. Dr. Luiz Augusto. Anna Florência, Ponte Nova.

O estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas.<sup>195</sup>

<sup>194</sup> COSGROVE, Denis. Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens. In: CORREA, Roberto Lobat; ROSENDAHL, Zeni. **Paisagens, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 101-108.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 104-105.

A pressão político-econômica dos grandes proprietários (usineiros ou não) e as exigências mercantis de competitividade contribuíram para gerar insegurança nos trabalhadores. Um processo de proletarização estava em andamento no setor agrário<sup>196</sup> com o gradual desaparecimento dos fornecedores autônomos de pequeno porte. A marginalização dessas pessoas acabava por fomentar o capital, criando uma mão de obra reserva a pressionar psicologicamente os trabalhadores da usina.

A agroindústria canvieira gerou crescimento e riqueza às regiões adjacentes. Mas, há poucos favoreceu. Crescimento e desenvolvimento diferem quanto a uma questão de alcance e distribuição. O desequilíbrio aí constatado conduz a desigualdades sociais.

Preocupante se apresenta a dependência das comunidades em relação a uma só atividade. Frágil se torna a economia e a sociedade. Manipulável se torna a cultura em meio a monopólios. Grande impacto ocorreu quando a Companhia Agrícola Pontenovense (Usina Jatiboca) teve de encerrar as atividades da Usina Anna Florência. A diversificação é fundamental para fortalecimento social. Mas no campo, assim como nas cidades os melhores quinhões estão em mãos daqueles que menos têm propensão de contribuir para a coletividade.

O alegado consenso entre os funcionários e patrões, o qual ressaltava a administração da usina, como sendo um dos atributos para seu êxito, parece-nos proveniente de um limitado poder de escolha de indivíduos destituídos de posses e oportunidades. Aceitava-se a cooptação por necessidade e por um facilitador cultural sedimentado ao longo do tempo. Tiveram de escolher por abdicar de parte da liberdade em prol de assegurar a sobrevivência. Nenhum ser humano deveria ser impelido a escolher entre essas duas coisas.

Ações da usina, aparentemente em benefício dos seus funcionários, poderiam guardar em si a marca da ideologia<sup>197</sup> dos patrões e do Estado. O tradicionalismo presente na filosofia empresarial poderia dissimular a intencionalidade de desarticulação da associatividade entre os empregados.

Um centralismo com similitudes patriarcais, aliado a estratégias de produtividade, poderia contribuir para gerar rivalidade e desunião sob pretexto de liberalismo. Em agosto de 1986 o departamento agrícola da usina promoveu uma espécie de premiação:<sup>198</sup> os cortadores

---

<sup>196</sup> REIS, Sônia Antunes dos. **Consequências sociais da transferência de tecnologia para pequenos produtores rurais da Zona da Mata Mineira**. Viçosa (MG), 1985, p. 11.

<sup>197</sup> LOPES, José Sérgio Leite. Op. Cit., p. 179.

<sup>198</sup> O Departamento Agrícola entrega prêmios aos funcionários. **O JATIBOCA**, nº6, Urucânia (MG), agosto, 1986, p. 2.

de cana mais produtivos receberiam cestas básicas. Individualismo e capitalismo geralmente caminham juntos.

Ações filantrópicas poderiam dissimular uma intencionalidade, alegadamente em benefício do trabalhador, como forma de profissionalizá-los e gerarem renda extra à família. Entretanto, estariam inseridas em uma intenção de autossuficiência com encargos reduzidos. Citam-se as oficinas de corte e costura<sup>199</sup> para as mulheres dos empregados da usina; e uma horta comunitária.<sup>200</sup> A administração da agroindústria se mostrou eficiente quanto aos mecanismos estabelecidos diante das crises que assolaram o setor. Não somente técnicos e administrativos, mas de ordenamento patronal referente ao aproveitamento das condições favoráveis da macro esfera político-econômica. Quando, em momento de mudança política (desregulamentação<sup>201</sup> - de 1980 a 1990), a égide governamental e suas volumosas subvenções se afastavam, o impacto fora amortecido devido a essa conduta anterior.

Ainda assim, encerraram-se as atividades apenas da Usina Anna Florência, permanecendo com a Usina Jatiboca, alegadamente, devido ao maquinário mais moderno. Porém, conforme a entrevista do Sr. L.M.F.,<sup>202</sup> descrita na página 86, a Usina Anna Florência possuía muitos acionistas. Talvez devido a crises anteriores a 1970, ações tenham sido comercializadas. Tais acionistas não eram da família Martins. Esse pode ter sido um dos fatores que foram considerados, mas também o fato de a Usina Anna Florência, bem ou mal, possuir um sindicato, poderia ser outro fator, obviamente não mencionado.

A primeira usina teve seu declínio, mas a classe formada direta ou indiretamente orbitando seu eixo alcançou perpetuação. O discurso, a narrativa, os instrumentos ideológicos e simbólicos herdados de seus antepassados podem ter contribuído nesse sentido.

Contudo, se antigos moradores da localidade de Anna Florência demonstram nostalgia para com aquele passado, havendo um sentimento de pertencimento, algo para além dessas amarras sociais pode ter surgido ali. Somente explorando a oralidade pudemos alcançar o cerne de tais repercussões psicológicas provenientes de uma cultura dessa forma aferrada. Desvendar esses mecanismos de poder e resistência, trazê-los à tona, fomentar reflexões e discussões sobre eles para moldá-los em benefício da sociedade foi nosso intuito.

---

<sup>199</sup> Corte e Costura – fator de Integração Comunitária. **Informativo JATIFLOR**, nº 5, Ponte Nova (MG), setembro/outubro, 1984, p. 2.

<sup>200</sup> Horta Comunitária – uma realidade na Usina Anna Florência. **Informativo JATIFLOR**, nº 5, Ponte Nova (MG), setembro/outubro, 1984, p. 10.

<sup>201</sup> MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro brasileiro**. Piracicaba (SP), 1999, p. 27.

<sup>202</sup> Entrevista Sr. L.M.F. Duração: 40 minutos. Data: 6 de julho de 2017. Ponte Nova (MG).

## CAPÍTULO 3

### A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE PODER

[...] os historiadores em geral admitem, [...], que as representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar – contanto que apresentem um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo ou fora dele – constituem a manifestação mais clara de uma “memória coletiva”. Fazer a história dessas manifestações, isto é, realizar uma pesquisa sobre a representação autóctone de fatos passados e de sua evolução cronológica, permite chegar mais perto da noção de memória coletiva, ainda que por uma abordagem empírica, própria dos historiadores. Eis o objeto de toda história da memória.<sup>203</sup>

Investigar os aspectos de constituição de uma memória dita coletiva auxilia-nos na compreensão dos mecanismos de poder. Mencionamos o elemento afetivo apregoado por M. Halbwachs,<sup>204</sup> tratando-se do compartilhamento de memórias advindas, sobretudo, pelas celebrações e manifestações coletivas, cumprindo papel chave para a coesão social. Fator apontado por M. Pollak<sup>205</sup> como elemento característico do posicionamento assumido por Halbwachs quanto a essa coesão. Segundo este, responsável também por auxiliar na afirmação identitária dos grupos e fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Sua concepção de memória coletiva diz ser preciso simultaneamente uma negação e uma confirmação entre as memórias individuais que a compõem e a sustentam. Ou seja, aderência igual a contradição e afinidade, em simultâneo. Assim, Halbwachs fala de uma negociação entre as categorias de memória individual e coletiva a qual atribui a necessária existência de suficientes pontos de encontro entre as memórias individuais para sustento de uma memória coletiva. A superação das ambiguidades que isso possa ocasionar adviria da crítica dos indivíduos para consigo e em relação à sociedade.

Entretanto, o elemento trazido por Pollak quanto às “memórias subterrâneas” é de outra natureza. Segundo ele, uma história oral que conferisse voz aos marginalizados frente a história oficial dos dominadores esfacelaria o “caráter destruidor, uniformizador e opressor da

---

<sup>203</sup> AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Op. Cit., p. 95.

<sup>204</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. Cit., p. 33.

<sup>205</sup> POLLAK, Michael. Op. Cit., p. 3.

memória coletiva nacional”,<sup>206</sup> ou seja, contraditando aquela artificial coesão pública. Particularmente, acreditamos que a multiplicidade de vozes é viável e necessária. Bem conduzida pode gerar uma coesão mais autêntica do que a que se construiu em torno de uma história nacional investida de uma visão unilateral, arbitrariamente constituída.

Se concebermos que a memória é ao mesmo tempo individual e coletiva, podemos, sem grandes transtornos, assumir que a memória individual resguarda em si uma nuance coletiva que a embasa, pois, nas interações humanas, é no núcleo das relações entre os seres dessa sociedade que forma nossa própria constituição do “eu”. Mais delicado é tratar de uma memória “puramente coletiva”. Esta proveria certamente de disputas e negociações em um dado grupo social, em um longo tempo partilhando de uma vida em comum, com experiências similares, mesmo assim sofrendo modificações adaptativas no decorrer desse período.

Historiadores e outros cientistas sociais poderiam “admitir” tal memória coletiva, conforme o trecho inicial desse tópico apenas sob seu aspecto evolutivo e buscar perceber os efeitos disso na memória individual dos seres, seus pontos de conexão e afastamento.

Sendo um pouco mais ousados poderíamos não nos contentar em apenas observar, analisar e discutir, mas propor e/ou ocasionar condições indutoras de autoanálise pelos indivíduos. Estes podem se encontrar tão imersos subjetivamente em determinadas relações a ponto de não perceberem suas reais implicações, positivas ou não, bem como seu potencial transformador. Uma vez analisadas, escrutinadas e apropriadas como realmente suas, as referências culturais, contribuirão para o despertar da consciência quanto a todas as peças e movimentos desse “tabuleiro de xadrez” ao qual denominamos sociedade.

A questão de estimular alteridade é realmente delicada. Pode haver resistência a ela, pois significaria, de início, um confronto consigo mesmo, a revelação de elementos psíquicos e sociais aos quais, por vezes, se prefere ignorar, a ponto de não mais serem percebidos. Com frequência o caminho menos penoso é nublar a visão e a mente para conferir à vida certa segurança e estabilidade. Que, por sua vez, originam-se das convenções e da ilusória sensação de tempo contínuo e permanência das coisas. Esse tem sido o papel da memória. Porém, permanecendo assim, sem uma necessária crítica, é imensa a sua vulnerabilidade à manipulação por aqueles que dispõem de recursos materiais e sociais para isso.

Não há mal em se constituir uma sensação de seguridade para a vida. A regularidade é salutar à parte psíquica dos seres. Entretanto, é preciso não perder de vista a percepção

---

<sup>206</sup> Ibidem, p. 4.

quanto à artificialidade desse mecanismo. Sua presteza é somente útil se autoconsciente, dotada da percepção quanto à descontinuidade do tempo.

Na comunidade de Anna Florência, percebemos entre as pessoas entrevistadas a suficiente aceitação de pontos em comum quanto a um passado vivido de forma a estruturar um protótipo de memória coletiva, porém, recepcionada de forma particular por cada indivíduo, uma negação em parte. Uma tentativa dirigente de manipulação desse passado se evidenciou quando do centenário da usina. Mais recentemente, nota-se o temor de desaparecimento desses laços de caracterização identitária quando da chegada de novos moradores, sem vínculos com aquele passado, ou mesmo por um desconhecimento e desinteresse por parte da nova geração. Ou seja, o enfraquecimento da sua memória coletiva significava simultaneamente a perda de identidade e da sensação de pertencimento.

Ao que parece, as relações atuais de nossa sociedade podem estar oferecendo obstáculos ao contato amadurecido e duradouro entre as pessoas. A ausência de um convívio social mais próximo e intenso estaria gerando uma ameaça àquela memória serviente de âncora aos seres. Contudo, essa mesma memória pode servir a autoanálise e percepção das amarras culturais que nos envolvem. Talvez estejamos diante de uma oportunidade de não apenas ver, mas enxergar a sociedade. Aprimorá-la e construir relações mais fidedignas.

### **3.1 Os meandros da Memória**

Maurice Halbwachs foi um dos pioneiros na temática concernente aos mecanismos da memória. Objetivou demonstrar como os sujeitos individuais podem ser influenciados pelo ambiente social com o qual efetuam trocas, por meio das quais têm acesso a representações coletivas do passado, aos códigos culturais e semânticos então regentes.

Memórias coletiva e individuais tratam de aspectos distintos de um mesmo objeto. O individual diz respeito à forma como se manifestaria, e, o coletivo, à matéria do que se constitui: o social. Memória seria um ato singular representado pelo arranjo mental efetuado em meio social. E, como ato, é conduzido por um sujeito que produz memórias. A razão de ser das memórias é somente compreensível em seu conjunto dialético. Uma memória individual será tão mais complexa quanto for a sociedade e os contatos/cruzamentos efetuados entre o sujeito e os grupos sociais constituintes desse todo social. De modo que:

[...] a lembrança aparece pelo efeito de várias séries de pensamentos coletivos em emaranhadas, e que não podem atribuí-la exclusivamente a nenhuma dentre elas, nós supomos que ela seja independente, e opomos sua unidade a sua multiplicidade.<sup>207</sup>

Em verdade, nunca estamos sós, sendo sempre acompanhados por nossas lembranças e experiências anteriores, construídas na interação com o mundo e as outras pessoas. Mesmo sendo impossível negar a influência dos grupos e da coletividade como um todo, na constituição da nossa memória individual, é não somente pela interação com esse coletivo como pela oposição a ele que estabelecemos fronteiras fictícias, mas necessárias à constituição de uma individualidade e características jugadas identificáveis de nós mesmos.

As análises desses autores com respeito aos mecanismos da memória nos auxiliaram na compreensão de nosso objeto de estudo e em como a memória parece influir na perpetuação de práticas culturais. Supomos que em circunstâncias de pressão social a memória será tanto mais ativada ao se forjar a partir de uma cultura combativa ou de resistência. Talvez por isso as memórias mais vivas em Anna Florência sejam aquelas provenientes de uma vida dura e seu contraponto: as festividades coesivas.

As memórias coletivas agiriam como um sonar, na qual identificamos não só o outro como a nós mesmos em posicionamento a ele. Ou seja, considerando ser possível haver memórias apenas individuais, estas talvez não se revestissem de tanta nitidez e consistência quanto aquelas provenientes da troca com o coletivo. Um sentimento de perda parecia despertar os residentes em Anna Florência por memórias de um passado em comum.

Caso não tenhamos o outro como parâmetro e não possamos contar com seu possível reforço às nossas concepções provenientes dos arranjos sociais estabelecidos, nossas memórias apresentariam maior fragilidade de diluição pelo não compartilhamento com os demais sujeitos sociais, passíveis de confirmá-las. É compreensível o temor daqueles moradores quanto à perda do que creram um dia uni-los e identificá-los. A questão é complexa:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. [...]. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...].<sup>208</sup>

---

<sup>207</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. Cit., p. 52.

<sup>208</sup> Ibidem, p. 51.

Paul Ricoeur, adentra nesse embate teórico refletindo sobre os impasses sofridos pela fenomenologia (“eu” em detrimento ao “nós”) e pela sociologia. Sua análise indica contribuições das distintas formas de abordagem da memória, mas também suas limitações, quanto a uma intransigente assimetria originária do não cruzamento entre as duas modalidades. Mesmo que admitam sua existência, realizam uma espécie de hierarquização ao defenderem<sup>209</sup> com afinco cada qual seu próprio elemento de interesse. Se percebiam haver uma relação não se conferia a ela devida importância.

Esse autor, em seu panorama teórico sobre esse tema da memória, considera Edmund G. A. Husserl como o responsável por explorar ao máximo as possibilidades fenomenológicas, admitindo uma intersubjetividade de trocas entre os indivíduos: a comunitarização.<sup>210</sup> Ainda assim, às avessas, uma limitação persistia: buscar um “nós” a partir do “eu”.

Maurice Halbwachs, deparar-se-ia com semelhante impasse. Entraves à transversalidade de enfoques, por uma carência de flexibilidade quanto a pontos de visão referencial. Havia dificuldades na disposição à complementaridade entre individual e coletivo. Ricoeur é favorável à mescla dessas concepções. Corroboramos com esse posicionamento e assim nos conduzimos em nossas investigações.

Ao realizarmos análises das narrativas e fontes impressas e ao efetuar a produção das fontes orais, tínhamos em mente as discussões traçadas por esses autores. Buscávamos um cruzamento entre o “eu” da fenomenologia e o “nós” da sociologia: memória é um ato singular, mas que se configura no coletivo.

As memórias individuais produzidas e fortalecidas no meio coletivo que se formou em torno das atividades da usina de Açúcar Anna Florência trazem em si as marcas e impressões pessoais segundo as experiências e articulações daquelas pessoas no grupo. Munindo-nos dessas contribuições singulares comparando-as e cruzando-as com o que se percebe e nos é apresentado enquanto memória do grupo em torno de uma história em comum. Buscamos uma aproximação verossímil ao que se passara. Considerando nossas impressões apenas como mais uma versão narrativa, pois, mesmo em tempo real, é impossível apontar uma verdade absoluta, sabendo que cada um constituirá impressões particulares sobre um mesmo fato presenciado simultaneamente por muitos.

---

<sup>209</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 134.

<sup>210</sup> *Ibidem*, p. 127-128.

### 3.2 Memórias em conflito

O conflito não obteve de Halbwachs a mesma atenção que lhe devotou Michael Pollak, outro expoente quanto ao tema: memórias e seus mecanismos. A presença de inúmeras memórias não reconhecidas pela oficialidade sugere uma insistência na manutenção de referenciais próprios, apesar de se agregar, por dissimulação ou não, aspectos provenientes de uma memória oficial instituída. Indica-se que a individualidade é uma necessidade humana.

Para o nosso objeto em particular, essas discussões entorno de memórias individuais e coletivas, oficiais e nas sombras, serviram de base analítica das histórias e memórias formadas a partir das vivências de um grupo surgido em torno de um local onde, de início, teria abrigado uma aldeia indígena (etnia “Puri”); outrora (1855) uma Sesmaria, com mão de obra escrava negra; depois, uma usina de açúcar (1883); hoje um bairro, ainda com características rurais. Uma trajetória marcada ora por convenções, ora por conflitos.

Percebemos um avançar de relações de poder e aceleração sobre o campo, levado a cabo por “elites” regionais sob disputa. Por sua vez, o Estado teria respaldado esse processo, ocasionando transformações em antigos modos de vida, de maneira ambígua, porém coerente com uma ampliação periférica do sistema capitalista. Como no passado, e ainda hoje, o Estado brasileiro se coloca como fiador de seletos grupos para manutenção de restrito acesso ao poder decisório. A riqueza produzida pela coletividade continua servindo a poucos.

Nesse cenário, anteriores estruturas de comportamento social perdurariam enquanto fossem úteis e aceitas. Fosse por temor de represálias; por insuficiências de forças e ausência de oportunidade para se opor; ou mesmo, por admissão de uma necessária regularidade da vida. Entretanto, pareceu-nos que na penumbra algo ocorria. Conduzia-se por uma coexistência possível, enquanto simultaneamente nas sombras talvez persistisse um tipo de resistência, pronta a se ampliar caso os elementos fundamentais da existência fossem ameaçados. Na década de 1930 a ameaça ao sustento fez as sombras se dissiparem na usina surpreendendo seus dirigentes. Em meio a isso, a cultura seria uma busca de singularidade.

Lembranças individuais e de grupos específicos são transmitidas, muitas vezes simbolicamente. Esse mecanismo não esgotou sua utilização por interesses restritos, do qual também se apoderou o povo, ressignificando por meio de tradições, folclore, música, dança, gestos... Mantendo vivos aspectos não detectados na memória oficial. Pollak diz que “a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento daquilo que não

pode ser posto à distância”.<sup>211</sup> Em se tratando das memórias dispostas à margem da memória oficial, sua resistência e refúgio provêm da informalidade com a qual se propagam, e à forma imprecisa de sua substância. Essa questão de um suposto enfraquecimento subversivo das memórias ao serem oficializadas nos fez refletir quanto aos efeitos que uma historicização poderia gerar. Se por um lado permitiria a instrumentalização das memórias propiciando a crítica, por outro lado estaríamos drenando aquela força de resistência? São dilemas.

A memória possui um potencial tanto subversivo como controlador. Dirigentes buscariam também nesses recursos suplantar ou destruir a memória de seus subordinados e/ou adversários impondo a sua própria memória, manipulada para aparentar ser compartilhada por todos. Nessa tarefa o controle da informação foi fundamental.

Em Ponte Nova, o ápice de uma aspiração pelo rompimento com provincianismo por meio de valores ligados à modernização e progresso parece se encontrar entre os anos de 1870 e 1930. Um certo grupo local, influenciado por ideias externas, manifestas aqui por vezes tardiamente, parecia não ter encontrado até então contestação oficial à sua proeminência. Nos anos seguintes, o poder de antigos donatários da cidade foi gradualmente sendo pulverizado. Entretanto, deixando marcas indeléveis na paisagem e nos comportamentos. Entre os anos de 1970 e 1990 assistiu-se a uma última tentativa dos detentores tradicionais do poder em restabelecer sua influência. Hoje, sucessores desse poder se mostram mais astuciosos.

Quando tratamos de memórias sob disputas consideramos não somente aquelas restritas aos dirigentes e trabalhadores daquela agroindústria, mas de todo aglomerado social formado mediante convenções e concessões, não raras vezes penderes àqueles munidos de maiores recursos materiais para imporem seu próprio ponto de vista como se fosse uno.

Na atualidade, fatores político-econômicos unidos a avanços tecnológicos, representados, sobretudo, pela difusão da informação, dificultariam o controle restritivo sobre a opinião. Todavia, o excesso de informação e aceleração ocasionariam similar nocividade mediante a impossibilidade de controle sobre o total dessa informação, conduzindo ao reino da fugacidade e superficialidade. A dispersão pode favorecer aos poderosos. Muitas tentativas de superar esse obstáculo têm sido colocadas sem sucesso: não se pode permitir a condução do presente pelo passado, ou vice-versa. Da mesma forma não se pode permitir a condução do individual pelo coletivo ou seu inverso. A complementaridade é o caminho.

---

<sup>211</sup> POLLAK, Michael. Op. Cit., p. 8.

### 3.3 A Memória como instrumento de perpetuação

Memória e identidade estão fortemente interligadas, como mecanismos de tradição e continuidade. Para gerar a segunda, a primeira precisa ser dotada de coerência e estabilidade. Desde a antiguidade, perpassando o medievo, até os nossos dias houve tentativas de estabelecimento de uma memória coletiva instituída como instrumento de dominação, por meio de um mal-uso da retórica e da narrativa. Buscava-se legitimação de uma ordem configurada em benefício restrito. Vestígios e ações contrárias eram reprimidos, apagados ou ignorados. Ocultação das histórias em favor de uma História Oficial. “A memória tona-se burocrática a serviço do centralismo monárquico que então surge”.<sup>212</sup>

Ao se aperceberem do bastião potencial da memória, trataram logo de reivindicá-lo para dele se utilizar como instrumento manipulador e condutor das massas em proveito próprio. Mas, a memória é uma faca de dois gumes: pode servir a ambos os lados. Entretanto, inversão dos mandatários não é sinônimo de transformação da estrutura cultural. Há sempre repressão e violência contra alguém. Mudar seria construir uma sociedade cuja memória adviesse do reconhecimento e participação decisória dos diversos grupos sociais.

A comemoração<sup>213</sup> foi um, dentre muitos, dos artifícios a que se recorreu para fomento desse tipo de memória dominante. No festim, inebriavam-se os sentidos de simbolismo e de toda sorte de estímulos sinestésicos e espirituais a turvar as atenções para os mecanismos atuantes em favor de alguns. Vimos no tópico 2.3 exemplos de alguns desses instrumentos eficazmente aplicados. Mas, a tentativa de manipulação dos festins como instrumento de manobra apassivadora também gerava riscos (tópico 2.1.1), pois mesmo que momentaneamente, havia quebra de regras e convenções.

As comemorações pelos 100 anos da Usina Anna Florência (figuras 13 a 17) são um exemplo de ápice de trasbordamento de uma memória artificialmente constituída. A sua exemplaridade repousa em demonstrar como a justificação de uma ordem presente pode recorrer a elementos passados para reforçá-la. E como, por meio de um enredo coerentemente traçado, torna-se eficaz quanto aos propósitos de seus idealizadores. A “Marcha do Centenário” (figura 14) explicita uma exacerbação da reverência, enquanto que o exemplar do informativo **Jatiflor** (figuras 15 a 17): um simbolismo de continuidade e tradição da “elite”.

---

<sup>212</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Op. Cit., p. 461.

<sup>213</sup> Ibidem, p. 463-464.

Figura 13: Medalhão comemorativo pelo centenário da Usina.



FONTE: BLOG COMPARTILHANDO CULTURA



Fonte: **Blog CULTURA COLETIVA**. Disponível em: <<http://culturacoletiva.wixsite.com/blog/single-post/561bedc80cf2c6c643707b0f>> Acesso: 31 março 2016.

Figura 14: Comemorações pelo Centenário da Usina Anna Florência.

**Marcha do Centenário**

*Célio Starlino SIQUEIRA*

Ontem, hoje e sempre,  
da região és a esperança  
São cem anos de trabalho com amor,  
Oh! Minha querida Anaflor.

São cem anos de glória e tradição,  
trazendo paz e progresso à região.  
Saudemos data tão primaveril,  
Ana Florência, orgulho do meu Brasil.

Eu amo, amar você,  
Cantemos juntos numa só voz.  
Salve, Salve, seu centenário,  
Parabéns pelo seu centenário.

N.R.: Célio Starlino Siqueira é natural de Ponte Nova e funcionário da Anna Florência desde 1974. Ele trabalha no Cardex, tem 33 anos, é casado com Neusa de Fátima Silva Siqueira, tem três filhos e já escreveu e compôs outros hinos, entre eles, o Hino do Esporte Clube Anna Florência.

Página 10

Fonte: **Informativo JATIFLOR**. Ponte Nova (MG), ano VII, nº 2; junho/outubro, 1983, p. 10.

**Figuras 15, 16 e 17: Informativo JATIFLOR  
Comemorações pelo Centenário da Usina Anna Florência, 1983.**

**INFORMATIVO JATIFLOR**

ANO VII - Nº 1 - Orçãõ de circulação Interna das Usinas Jatiboca e Anna Florência

**Usina Anna Florência**

**Um século na economia de Minas e Ponte Nova**

Há cem anos Ponte Nova recebe influências da Usina Anna Florência em suas economias e em seu progresso.

Fundada, em 1882, pelos irmãos Dr. Francisco Vieira Martins, Dr. José Vieira Martins, Angelo Martins, o cardeal Manoel Vieira de Souza e o tio Luiz Augusto de Souza e Silva.

A usina fundada em terras da fazenda Gratiões de Baixo, pertencente a um dos três dos seus fundadores, D. Anna Florência Rabello, falecida em 1881, recebeu a denominação de "USINA ANNA FLORENCIA" em homenagem a uma grande mulher, forte e corajosa, incentivadora dos ideais e aspirações de seus filhos.

Em 1.973 a Cia. Açucareira Vieira Martins, - "USINA ANNA FLORENCIA" - foi incorporada à Cia. Agrícola Pontenovense, sob a administração dos Irmãos Soares Martins. Cresceu na produção e projetou-se no cenário industrial.

A produtividade industrial das usinas Jatiboca e Anna Florência já atingiu um ponto culminear de 110 kg de açúcar por toneladas de cana moída, mantendo uma média de 104 kg, o que significa o maior rendimento conseguido no estado de Minas Gerais e um dos maiores do país.

Muito se deve o sucesso atual da Usina Anna Florência à administração segura de seus Diretores Operacionais: Dr. Hélio Soares Martins, Dr. João Quintillero Avellar Marques, Luiz Carlos Soares Martins e Ary Soares Martins, que, auxiliados, ao lado de seus filhos, cumprem uma tarefa administrativa, aliando o êxito de uma profecia tradicionalista ao incremento moderno da administração.

Esse sucesso conseguido pela Empresa é o segredo de seu sucesso e de sua estabilidade econômica.

A USINA ANNA FLORENCIA é a segurança da economia e a segurança do progresso.

**Precisamos de você**

**De Anna Florência...**



*D. Anna Florência, patrona da Indústria açucareira.*



*1883: surge o primeiro engenho central em Minas.*

Há cem anos passados, nascia em plena mata mineira, às margens do Ribeirão de Oratórios, uma usina de açúcar.

Equipado com máquinas estrangeiras, transportadas nos carros de boi, e lombos de burros até às terras da Sesmaria de Oratórios,

foi erguido o primeiro engenho central a instalar-se no Estado.

Situada em Ponte Nova — MG, ela é conhecida como Usina do Pião.

A denominação oficial "Usina Anna Florência", em homenagem a Dona Anna Florência Martins Rabello,

mãe dos empresários, José, Francisco e Angelo Vieira Martins, que juntamente com o cunhado Manuel Vieira de Souza e o tio Luiz Augusto de Souza e Silva, fundaram a Usina.

Em 1883, o açúcar da Usina Anna Florência foi colocado no mercado de Ouro

Preto e na praça do Rio de Janeiro. Até aquele ano não existiam, em Minas, engenhos centrais e foi então que se obteve o primeiro açúcar fabricado em Ponte Nova, que abrigou, assim, a primeira usina do Estado.

Com ela, iniciou-se a implantação de mais seis em-

## ...A família Soares Martins

presas açucareiras: Usina Piranga, Usina Santa Helena, Usina Jatiboca, Usina do Pontal, Usina São José e Destilaria Leonardo Druda. Destas, restam somente a Usina Anna Florência em Ponte Nova e a Usina Jatiboca, em Urucânia.

A crise setorial que afetou o mercado do açúcar nos anos de 1965 e 1967 provocou a extinção de muitas usinas. Os desdobramentos econômico-financeiros prolongaram-se até 1972, levando às paralisações e vendas dos "direitos de cotas" para empresários de outras localidades, em Minas e São Paulo.

Em Ponte Nova, ficou a Usina Anna Florência, pois seu fechamento provocaria um colapso econômico e social.

A usina chegou a enfrentar graves problemas, mas a união de forças locais, permitiu que a empresa sobrevivesse.

Reuniram-se, então, o Governo Estadual, a Copaminas, o BDMG, a comunidade local e seus governantes e representantes, os empresários da Usina Jatiboca para analisar as negociações cujo objetivo desejado por todos era o soerguimento e promoção da Usina. Foi assim, que em

1973 a Usina Anna Florência foi adquirida pelos irmãos Dr. Hélio, Ary e Luiz Carlos Soares Martins que empresaram todos os esforços para recuperação e crescimento da empresa, absorvendo a produção de cana dos fornecedores, não só da Anna Florência, bem como das outras usinas extintas, aumentando também a oferta de serviços aos trabalhadores, além de manter acesa a dinâmica das atividades paralelas de comércio e serviços no município de Ponte Nova.

E, através da história o cenário se transformou. Hoje, o equipamento ele-

trônico e a estrutura, as amplas estradas, o asfalto, as pontes de concreto, os caminhões, as vilas operárias, as casas de alvenarias e concreto, os poços artesianos, a água encanada, as redes de esgotos, luz elétrica, os tratores, as carregadeiras, as roçadeiras, os pulverizadores mecanizados, tudo do mais moderno e atual e as diversas áreas, tais como: área de saúde, Educacional, Recreativa e Social, provam que a maior preocupação dos dirigentes da Usina Anna Florência tem sido o bem estar social e a busca do progresso através da promoção do ser humano.

Fonte: **Informativo JATIFLOR**. Ponte Nova (MG), ano VII, nº 2; junho/outubro, 1983, p. 1,5-6.

A manutenção de vínculos do presente para com o passado é algo benéfico ao bem estar social, a uma evolução dotada de raízes, bases estáveis de sustentação de gerações sucessivas. A questão se encontra em como e o que desse passado chega até nós. Como agimos diante dele e diante de nosso próprio presente? Passivamente ou por questionamentos? O que chega até nossos dias é produto de escolhas próprias, tomadas no plural, ou provenientes de intuítos particulares? A discussão patrimonial pode aí se inserir.

Concordamos com Paul Claval, quanto à ação humana ser fundada sobre o "instinto contextualizado, normatizado e canalizado pela cultura",<sup>214</sup> capaz de gerar por memorialização, a impregnação de atitudes, condutas, conhecimentos e práticas a acompanhar o ser pela vida a fora. Analisemos a seguir um texto produzido por um indivíduo, outrora residente na localidade de Anna Florência. Seu posicionamento atesta o quão eficiente a cooptação cultural pode se apresentar quanto à adesão dos indivíduos a uma ideologia dirigente que visava, inclusive, nutrir e se valer da insígnia (figura 11) de uma suposta virtuosidade daquela Senhora do século XIX. Outro símbolo recorrente da ideologia oficial é o do progresso, conforme se constata, mencionado na forma de hino (figura 12), louvando e venerando de modo passível uma trajetória local, que ambiciona se ligar à história nacional para se legitimar e se consolidar na memória coletiva. Aliás, os momentos cívicos eram muito estimulados no interior da usina. Com uma dada intencionalidade, mais uma vez elementos aparentemente antagônicos se veem dispostos: tradição e progresso.

<sup>214</sup> CLAVAL, Paul. Op. Cit., p. 83.

## O Mandáu de minha vida

Esta crônica nos foi inspirada, quando uma de nossas últimas visitas à Usina Anna Florência, terra em que deixamos três décadas de nossa modesta existência. [...]. Ao fincar os pés naquele chão [...] degustamos cruel amargor. Faltava algo naquele “Pião”. O Mandáu [...]. Desaparecera o monumento, mensagem viva e bela, símbolo de enternecedoras tradições, a que a todos prendia. [...]. Em sua enorme e acolhedora fronde, à guiza, talvez, de narrativas, eram transmitidas de geração a geração as mais puras lições de amor à terra, à Usina. O espírito comunitário que, ainda sentimos na Usina Anna Florência, implantado desde sua fundação pelos irmãos Vieira Martins – drs. Chiquinho, Juca e Ângelo –, é, sem dúvida, um dos fatores de êxito como empresa. [...]. Sua imponência dava vida em toda sua atividade febril, dispondo seus galhos de modo a abrigar, [...]. Auditório, para os encontros dos humildes operários, que ora debatiam seus problemas, ora buscavam entretenimento com as suas comichadas colhidas aqui e acolá, nas jornadas prazerosamente cumpridas. Confidente de namorados que permitia seu testemunho nos furtivos beijos e juras de amor que trocavam. Recreio da petizada, [...]. Aliás é necessário que digamos, que o Pião pouco resta de sua paisagem antiga. E nesta sequência, os carros alegóricos da Usina que eram a tônica do carnaval na cidade, emperraram-se para sempre; as quadrilhas de “São João” e “São Pedro” dançadas no terreiro de café [...]. O “Boi Laranja” tão artisticamente ornamentado [...]. Os bailes em casa do “Sô Neves” ou do Sô Silvio Magalhães. As brincadeiras inocentes da passagem de anel em casa de D. Ritinha, [...]. O passado para nós, cinquentões, é hoje o relicário de saudades. Guardamos lá o nosso “Mandáu”. [...].<sup>215</sup> [Grifo nosso]

Interessante perceber como essa narrativa se abstém de crítica. Descreve saudosamente um cenário pitoresco e bucólico das mais tenras lembranças individuais, construídas em meio a um fervor sociocultural, cujas condições laborais e cotidianas impelia a um maior contato entre os habitantes. Relevante é a atribuição aos irmãos V. Martins o mérito pelo dito “espírito comunitário” e não a quem o constituía enquanto grupo. Fosse por indução, condição ou escolha, parece ter existido ali uma mini sociedade, fractal de um contexto mais amplo, a refletir todos os dramas presentes no macrocosmos regional, incluindo-se a inpercepção social. Essas reminiscências eram fortalecidas em meio coletivo e por elementos materiais que já não se encontravam. A repercussão disso no indivíduo são perceptíveis:

---

<sup>215</sup> Conto escrito por um antigo residente da Usina Anna Florência, o Sr. Sylvio Guimarães Reis. 1966. Para constar: Pião é um apelido dado pelos moradores à localidade de Anna Florência.

No recente contexto de homogeneização cultural há uma tendência de valorização da memória, frente ao temor da perda. A vontade de memória corresponde a uma intenção, ao desejo intencional, é a presença de uma ausência. É uma representação. É esta ausência (o temor de não lembrar) que produz identidade. O grupo social cria uma tradição ao perceber que certos valores estão se perdendo.<sup>216</sup>

Na introdução falamos de uma audiência pública ocorrida por ocasião de elaboração do Plano Plurianual Municipal de Ponte Nova, em 2011. Explanavam os moradores quanto ao desejo de restabelecimento de uma vibrante sociabilidade. No passado, uma maior interação possa ter surgido em virtude daquele contexto. Entretanto, um cenário movediço, próprio a um empreendimento econômico, sujeito a contingências mercantis, dotaria de fragilidade aquela amálgama. Somado a esse fator, haveria a ação de efeitos nocivos da modernidade, facilitado pelo próprio caráter capitalista marcadamente presente naquela agroindústria.

Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo.<sup>217</sup>

A vida em comum pode não ser apenas uma necessidade vital, como psíquica do ser humano. Daí o pesar quanto a sua perda. Essa “coesão” teria surgido em função de uma atividade econômica. Fossem em virtude dela ou em oposição a ela, ao término das condições propiciadoras da frequência do contato social, as relações ali estabelecidas teriam esmaecido.

Conforme notamos, a cultura, enquanto resistência manifestar-se-á quanto mais nítido for seu elemento de oposição. Severas mudanças na usina determinaram o fim material daquela cultura, por fragmentação social. Fenômeno típico de realidades econômicas ou sociais apoiadas em um só elemento fomentador. A diversificação e a troca constante são fundamentais para a saúde tanto da economia quanto da sociedade, conforme já dissemos.

Quanto à memória, paralela ao esquecimento, manifesta individualmente necessidades humanas. Em modalidade coletiva, similar à sociedade, trata-se de convenção a

---

<sup>216</sup> SOUZA, Nayara de Oliveira. Op. Cit., p. 110.

<sup>217</sup> HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 9.

servir-lhe de suporte. Para o nosso objeto o esmaecer desta memória sugere sua fragilidade ante a ruptura de convívio. O clamor pela memória surge de um vazio inquietante pela redução de momentos coletivos. Isso tem a ver com a formação de identidades.<sup>218</sup>

No tópico 2.1.1 percebemos, mediante as entrevistas realizadas com moradores, que a história dessa usina pode ter sido conduzida por seus donatários, mas foi construída pelos braços e esforços de muitos. Adentra suas próprias existências. É também sua história, da qual não podem abdicar sem prejuízo de parte importante de si mesmos.<sup>219</sup> Mas então: seria possível transpor as limitações de uma memória impregnada de relações de poder? Reconstruir a Memória e a Cultura em diversidade, significa não rechaçar qualquer memória ou cultura, mesmo aquelas antes utilizadas ao julgo. Precisamos delas para o antídoto. A manutenção simultânea de diversas contribuições serve à reflexão e crítica.

Cada ser terá sua própria visão e memória referente ao contexto a envolvê-lo no presente ou passado. Por isso quanto mais rico for o aparo da memória, tanto mais o será a construção da História daí emanada, mediante múltiplos aspectos e visões, em interação.<sup>220</sup> Tanto daqueles que creem em benesses despreziosas e em jornadas prazerosas de trabalho árduo, na verdade, beirando à exaustão; quanto daqueles que se colocam em oposição ao tolhimento. Ou mesmo uma ambígua união de ambos. É necessário abranger a própria visão patronal na construção de uma nova narrativa, se almejamos coerência com a pluralidade apregoada. Recepcionando também sua posição, concebendo nela ressonâncias de uma problemática sistêmica mais ampla. Esta sim, o cerne da questão.

Desse modo, pode ser frutífero examinar tais memórias e vestígios. Executar sua crítica. Como quem diz, olhem o que vocês deixaram para trás, porque se elegeu isso para memorializar/esquecer e não aquilo? Quem fez tais escolhas, com qual propósito? O que há de mais relevante nas memórias remanescentes que não pôde ser encontrado no elemento destinado ao esquecimento? E de que servem para nós agora?

Seria uma chance para suplantar as limitações encerradas pelas formas extremamente restritivas com as quais buscamos conceber o mundo ao nosso redor. A proposta de Paul Ricoeur<sup>221</sup> quanto a uma suspensão da atribuição de lembrar a um ente em particular

---

<sup>218</sup> LOWENTHAL, David. Op. Cit., p. 82-84.

<sup>219</sup> Entrevista Sra. D.I. Duração: 40 minutos. Data: 05 de maio de 2017. Ponte Nova (MG).

<sup>220</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. Cit., p. 33-36.

<sup>221</sup> RICOUER, Paul. Op. Cit., p. 137.

(individual ou coletivo), nos parece promissora enquanto premissa interpretativa dos significados culturais, intercruzando as memórias ao analisá-las.

A memória se insere nesse movimento como uma fonte de especial grandeza, pois resguarda em si aspectos dos mais humanos que poderemos encontrar. Surpreendente seria se a História não buscasse na memória uma fonte sobre a qual atuar. Mas, sem prejuízo à crítica<sup>222</sup> referente ao grau de confiabilidade da rememoração, bem como uma atenção à intencionalidade e/ou seletividade da memória/esquecimento. Ainda mais quando lidamos também com a oralidade<sup>223</sup> para produção técnica de fontes suplementares.

Desse modo surgem preocupações quanto às formas de articulação e formação dessas memórias, o escrutínio do que lembrar e do que esquecer, por quem e com que intenção, como a transmissão ou não transmissão atuaria nesse processo... Isso é crucial para entendermos as origens e repercussões do que Joel Candau denomina de “essencialismo psicológico”,<sup>224</sup> baseado na crença de imutabilidade. A tradição é assim construída.

Em tempos de apelos sociais cada vez mais contundentes em busca de afirmações e reafirmações de identidades é crucial à História se debruçar sobre esses temas quanto ao uso da memória e do patrimônio cultural não só por grupos midiáticos, indústria cultural e demais setores públicos ou privados por controle e poder. Mas, também pela reivindicação cada vez mais fragmentada de grupos sociais diversos. Um conflito cego, visando ressaltar essas ou aquelas memórias, esquecer esse ou aquele aspecto, sob interpretações muito específicas, também podem significar uma igual busca por poder.

Isso pode se apresentar tão nocivo como a atuação dos grupos dominantes, não sem razão tão criticados. Incurrer nos mesmo erros daqueles a quem desaprovamos não é o melhor a se fazer. Agindo assim perde-se a chance de discussão aberta a respeito desse sistema social que construímos, incapaz de satisfazer o potencial humano para ambos. O discurso de diversidade não pode se permitir a contradição, pois o tornará vulnerável à refutação.

Cabe à História estimular um debate evidenciado e embasado, suscitando a reflexão e a percepção coletiva quanto à importância de contribuição de todos os personagens sociais para a construção de uma narrativa realmente inclusiva e fiel à pluralidade que a produz. Trazendo honesta e corajosamente as marcas de todos os seus erros e acertos, conflitos e

---

<sup>222</sup> BURKE, Peter. **Variedades de História cultural e sociedade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 72-73.

<sup>223</sup> AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Op. Cit., p. 66-67.

<sup>224</sup> CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas (RS), v. 1, nº 1, dez. 2009-mar. 2010. p. 45.

vicissitudes, ambiguidades e contradições, fraquezas e injustiças. Considerando nesse expurgo a dignidade e perseverança de um real intuito em se aperfeiçoar a sociedade. Imprescindível é a superação de preconceitos, entraves e amarras psicossociais, dos quais o tipo de cultura em suas práticas intersociais, bem como a relação dessa sociedade cultural com o meio natural circundante, são apenas reflexo, e a memória, um receptor.

Para entender os mecanismos da memória social, talvez valha a pena examinar a organização social do esquecer, as regras de exclusão, supressão ou repressão e a questão de quem quer que quem esqueça o quê e por quê. [...]. Amnésia se relaciona a “anistia”, com o que se chamava de “atos de esquecimento”, a obliteração oficial de memórias em conflito no interesse da coesão social.<sup>225</sup>

Peter Burke assim descreve o direcionamento que devemos conferir ao trato com as memórias. Corroboramos com esse posicionamento, até para identificar o grau de eficiência persuasiva dessa amnésia ou da memória remanescente sobre as formas de pensar e agir das pessoas. Seriam tão passivas a ponto de se deixarem anular totalmente ante um discurso vertical e unilateral? Ou teriam uma margem de manobra?

### **3.3.1 Em busca de redenção**

O elemento memorial é por natureza mutável, assentado no vivido, sendo assim, não percebido enquanto memória primitiva, enquanto corrente. Somente lhe atribuímos esse caráter primário, posteriormente. Quando tomamos consciência dessa memória, ela já se encontra em outro nível, na qual o sentimento de diluição e perda de elementos anteriores nos desperta para eles. Simultaneamente outros já se formam sem percebermos. Esse fenômeno afetaria ou mesmo engendraria as conformações culturais. Algumas coisas nos são perceptíveis e expressas, outras imperceptíveis ou não declaradas.

Vimos no tópico 3.3 (o conto sobre o Mandáu) uma manifestação desse processo no qual um ser individual é envolvido contextualmente pela cultura do entorno. Segundo Pierre

---

<sup>225</sup> BURKE, Peter. Op. Cit. p. 85-86.

Nora “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”.<sup>226</sup> Todavia, a memória não emana desses suportes, e sim dos seres humanos. Mas, não podemos deles prescindir para consubstanciar o acionamento memorial, desde que sem excessos.

A capacidade de memorização é acompanhada por um necessário e simultâneo escrutínio quanto ao que esquecer e o que lembrar, em um processo impreterível de seletividade e intenção. Nesse quadro, o esquecimento assume lugar de condição à sobrevivência e sanidade do organismo pensante. Mas, em se tratando de memórias coletivas, o esquecimento pode atender a interesses escusos.

Considerando parâmetros organicistas (século XIX) pode-se dizer que o esquecer social está apto a reforçar a coesão e o equilíbrio entre as diversas partes a comporem a sociedade, bem aos moldes do funcionalismo (século XX), buscando estabilidade e integralidade.<sup>227</sup> Dessa forma continuaríamos em consonância com a indissociabilidade entre memória/esquecimento. Afinal, a unicidade almejada pelas memórias coletivas pressupõe o esquecimento de alguns elementos para ressaltar outros. Por outro lado, o esquecimento neste caso, por mais analogias que se faça diz respeito às relações oponentes aí travadas.

Para o nosso interesse de estudo, o ambiente restritivo de uma usina de açúcar, na qual trabalhadores regidos por um ritmo marcado de vida e trabalho, produziu circunstâncias em escala reduzida do que se poderia denotar em realidades mais amplas. O findar da usina deixaria memórias daqueles dias, revestidas de especificidades das percepções de cada uma de suas testemunhas, talvez denotando disputas interiores ali existentes, nominadas/explicitas ou não. A própria conformação humana seria responsável por isso.

A memória e o esquecimento desvelados e confrontados podem se colocar como instrumento de crítica historiográfica, considerando o silêncio como revelador de uma possível coerção coletiva. Mas, para ser fiel a sua condição de ciência humana, a História deve ao mesmo tempo apresentar os prós e contras de todas as modalidades de arranjos sociais. Cabendo-lhe conferir voz à heterogeneidade, não se eximindo de resguardar o amplo direito à participação dos entes sociais, lembrando-lhes que, na busca por afirmação e/ou reafirmação, não o façam às custas do massacre alheio para não incorrerem à injustiça.

Tzvetan Todorov<sup>228</sup> propõe que o passado seja visto como um princípio de ação à mudança no presente. Devemos recuperá-lo e utilizar os eventos marcantes ali ocorridos de

---

<sup>226</sup> NORA, Pierre. Op. Cit., p. 9.

<sup>227</sup> ROCHER, Guy. **Talcott Parsons e a sociologia americana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 22-41.

<sup>228</sup> TODOROV, Tzvetan. Op. Cit., p. 11.

uma forma mais geral, servindo-nos deles para compreensão de nossos próprios contextos. Uma espécie de “memória exemplar” com potencial libertador. Permitir-se-ia desvelar mecanismos de manipulação social para que o passado sirva ao rechaço de injustiças atuais.

Inserindo nesse discurso nosso interesse pela investigação do potencial objetivo e cognitivo dos denominados “lugares de memória”, apreendemos de Pierre Nora que, “o tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída”.<sup>229</sup>

Para além de alguns equívocos<sup>230</sup> desse autor, e devido mesmo a eles, concebemos a necessidade de uma memória-distanciamento. Sendo inerente às sociedades produzir suportes externos de memórias, o distanciamento nos permitiria analisá-las na forma de instrumentos sociais de indução, dispostos culturalmente ao modo de tramas de significado que o ser humano por si só tece e se aprisiona, criando e sendo modificado por sua criação. Encontramo-nos na busca interpretativa desses significados. Cultura é algo criado por seres que buscam diferenciação, comunicação complexa e sobrevivência ao tempo.

Por sua vez, T. Todorov propõe algo que se harmoniza com nosso próprio entendimento, articulando teoria e prática, pesquisa e aplicação de uma história local, que desvelada poderá se colocar a serviço de nichos sociais humanos. Por meio de um processo educacional auto formativo, que auxilie os alunos a se munir de instrumentos mais eficientes para intervenção ativa no seu próprio meio, de modo a interferir e retificar antigas atitudes e comportamentos. Estes talvez responsáveis por problemáticas no presente.

Estamos tão preocupados com as perdas do passado, considerando que arquivos, museus e memoriais sejam uma resposta suficiente, que não nos damos conta das perdas do presente e acabamos por incorrer a similares negligências daqueles aos quais acusamos.

A História não crítica e apenas cumulativa, historicizando a memória sem direcioná-la a um papel social libertador presta um desserviço à sociedade. “É que esta memória nos vem do exterior e nós a interiorizamos como uma obrigação individual [...]”.<sup>231</sup> Estaria aí uma das razões pela distorção de inúmeras práticas patrimoniais. Tais práticas contribuiriam para gerar identidades artificiais demarcadoras de territórios que dificultariam o intercâmbio entre

---

<sup>229</sup> NORA, Pierre. Op. Cit., p. 12.

<sup>230</sup> Pierre Nora atribui uma indevida autonomia aos suportes materiais de memória. Além disso, apresenta uma ambígua concepção do teor subjetivo da memória viva. Indica sua extinção ao mesmo tempo que a evoca em termos de reconstrução. Se continua sendo requisitada, a memória nunca teria se extinguido. Ver: NORA, Pierre. Op. Cit., p. 12-13.

<sup>231</sup> NORA, Pierre. Op. Cit., p. 17.

os indivíduos, para transposição da intolerância e desconfiança, além de não tirar proveito analítico desse patrimônio.

O passado é mais do que pensamos e fazemos dele, por vezes moldando-o de maneira a servir de esteio à (s) identidade (s) erguida (s) como bastião reativo a sobressaltos socioculturais, e menos o que efetivamente foi. Depreende-se que “relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos [...]. A perda da memória destrói a personalidade e priva a vida de significado”.<sup>232</sup>

Sendo a uniformidade histórica um mito,<sup>233</sup> é imperativo estimular a percepção do passado de forma descontínua, todavia, considerando que alguns de seus traços persistem no presente. Precisamos de minúcias mais globalizantes, percebê-las não em si mesmas, mas no conjunto dialogicamente.

### **3.3.2 A cultura se nutre do compartilhamento**

A atualidade assiste um vertiginoso afastamento do ser humano para com uma tradição narrativa responsável por preencher vazios existenciais, transferir conhecimentos, fortalecer o saudável convívio social e erigir valores que são a base de virtudes. O afã patrimonial que presenciamos cada vez mais forte pode não somente apresentar um lado mundano profanador (apelo econômico concernente ao ICMS-Patrimônio Cultural), mas representar a manifestação de uma profunda angústia proveniente da perda de uma prática narrativa tão cara aos nossos antepassados.

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. [...] é herança transmitida de uma geração a outra.<sup>234</sup>

A cultura desvanece quando o compartilhamento se vê mitigado ao não se oportunizar momentos de necessária troca de saberes entre os indivíduos componentes de uma comunidade, e, em especial, indivíduos de gerações distintas. Ecléa Bosi oferece interessante

---

<sup>232</sup> LOWENTHAL, David. Op. Cit., p. 83.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>234</sup> CLAVAL, Paul. Op. Cit., p. 63.

perspectiva a se explorar concernente ao saber dos mais velhos. Um saber ao qual nossa sociedade confere pouca importância. Também essa negligência um reflexo de um mal disseminado em sociedades carentes da continuidade de boas práticas. Algo detectável mesmo em nosso sistema político-administrativo. Porém:

Tal como as plantas que na estação da seca se imobilizam e brotam nas primeiras chuvas, certas lembranças se renovam e em certos períodos dão uma quantidade inesperada de folhas novas. Como planta que se fortalece com a enxertia – outros ramos se nutrem de suas raízes e frutificam com vigor renovado, chamando para si a seiva dos galhos originais – a enxertia social não deixa que as lembranças se atrofiem.<sup>235</sup>

A dispersão se coloca como a maior adversária da memória. A proposta inclui reabilitar o valor social dos anciãos. Revigorá-los no contato com os jovens. Prestigiar seu arsenal narrativo, propiciando momentos de transmissão de seus conhecimentos e experiências com os recém-chegados, e estes, oferecendo a eles sua vivacidade e energia.

A seiva do conhecimento restabelecendo seu fluxo social através dos jovens traria múltiplos benefícios. Aos velhos, levando-os a se sentirem reinseridos por deferência social. Aos jovens, que teriam suas folhas nutridas dessa seiva de conhecimento, advinda dos anciãos, capazes de lhes poupar de mazelas já vivenciadas e lhes oferecer um norteador. Pela exemplaridade, amparadas na experimentação e vivências autênticas, pode-se despertar maior interesse e atrair a atenção da juventude, visando ampliar sua percepção e resistência diante de alguns aspectos oportunistas e nocivos da modernidade.

Ao findar desse processo de enxertia social, envolvendo gerações capazes de nutrir-se mutuamente do que cada uma tem a oferecer, poderemos presenciar um renascimento vigoroso da cultura em sociedades cujas identidades já se viam diluídas, razão de muitos transtornos sociais. Vemos nisso uma oportunidade, pois identidades que antes poderiam, inconscientemente, perpetuar elementos servis, envoltos em verticalização cultural, ao desaparecerem, poderiam ser substituídas por identidades forjadas na lucidez e pluralidade. Identidades revestidas de espontaneidade e autenticidade.

---

<sup>235</sup> BOSI, Ecléa. Op. Cit., p. 426.

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em progresso”, sempre “sendo formada”.<sup>236</sup>

As identidades surgem da incompletude individual que busca no meio externo o que lhes falta internamente. Um novo ordenamento pode surgir a partir da diversidade proveniente da troca e complementaridade de experiências distintas de vida. O mesmo se pode dizer das lembranças, cuja estabilidade no tempo provém dessa oportunidade de compartilhamento.

Tanto a sociedade quanto o indivíduo têm a ganhar com esse processo, dotado de valor cognitivo e educacional. A crítica social a suscitar tem potencial de expurgo, revisão, análise e ocasião transformadora. Exercitar-se-ia a reflexão e a contestação. Alcançar-se-ia o poder de conduzir a vida mediante maior clareza sobre si mesma, quanto aos mecanismos de opressão dispostos socialmente, reduzindo a ocorrência de concentração de poder.

Na modernidade tais mecanismos se sofisticaram e, diferente de tempos anteriores, estão furtivamente estabelecidos nos mais diversos setores. Cada vez mais imperceptíveis vão minando as energias sociais e se nutrindo de sua fragmentação, moldando e manipulando até o íntimo dos anseios individuais. Em decorrência das efemeridades e superficialidades modernas, o enraizamento se vê prejudicado. Atuante está o fator desagregador da memória.

Também a História passa a ser rediscutida. Torna-se imperativo observar o presente para investigar o passado, permitindo-nos planejar melhor o futuro.

Seria inútil desviar-se do passado para não pensar senão no futuro. É uma ilusão perigosa crer que haja a mesmo aí uma possibilidade. A oposição entre o futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, [...]; somos nós que para construir devemos dar-lhe tudo, [...] e não possuímos outra vida, outra seiva, senão os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana, não há nenhuma mais vital do que o passado.<sup>237</sup>

O desenraizamento, a especialização técnica e mental são apenas reflexos de uma desconexão humana consigo mesmo. A dificuldade de escolha com a qual nos deparamos,

---

<sup>236</sup> HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 38.

<sup>237</sup> WEIL, Simone. Op. Cit., p. 50.

mesmo ante a miríade de opções disponíveis, também está ligada a essa ruptura. Confundimos necessidades com desejos e nos tornamos cativos de nosso querer.

Dessa distorção e inércia do ser e do sentido do ser, nutre-se o ter como placebo, como substituto para uma sede à qual a idolatria moderna às miragens será sempre incapaz de aplacar. Está colocado o contexto apto aos distúrbios, inseguranças, medos e angústias a assolar a modernidade. Vazia e dividida, a sociedade busca no Patrimônio Cultural um refúgio narcisista,<sup>238</sup> negligenciando a autocrítica. O mitigar de uma cultura mais robusta e brilhante é a consequência de uma atrofia social. Da insegurança, surge a busca por autoafirmação. A dita pós-modernidade seria um grito de socorro e uma tentativa de mudança.<sup>239</sup>

Nesse momento de nossa exposição e reflexão, percebemos algo que nos escapava de início: falávamos de labor em um sentido prisional, pois excessivo, sem perceber a diferença significativa com o termo “trabalho”. Mesmo já inseridos em um ambiente inebriado por relações capitalistas de produção, dada a natureza agroindustrial daquele empreendimento, as pessoas que ali viviam e daquela atividade tiravam seu sustento, ainda sim, resguardavam um resquício de ruralidade, tentando se apegar a raízes culturais e costumes que propiciavam e revigoravam uma vida em comunidade.

Se de um lado aquele processo industrial, do qual o derrubar, moer e purificar a cana, subtraindo-lhe de um escuro caldo o branco açúcar, pode ser um símbolo metafórico final de coisificação do homem e de um ideal civilizatório; por outro lado, ao necessitar reunir pessoas em virtude de concentrar forças para atingir o objetivo produtivo, no longo tempo, aquele labor cumpriria funções para além de um mero trabalho. Talvez por isso atualmente, quando assistem aqueles laços sociais estabelecidos se desfazerem, antigos moradores das colônias surgidas em torno da Usina Anna Florência se ressentam tanto.

Ao se distanciar das ligações orgânicas de si mesmo, tornando-se instrumento da tecnologia [...] o homem se desterritorializa de um sentido de “cultura” como “labor”, lavoura, cultivo do solo, terra como matriz, passando de uma antiga sensibilidade que valoriza a pertença, à nova sensibilidade que valoriza o consumo.<sup>240</sup>

---

<sup>238</sup> CHOAY, Françoise. Op. Cit, p. 240.

<sup>239</sup> HARVEY, David. Op. Cit., p. 17-22.

<sup>240</sup> ANDRADE, Ana Luiza. **Açúcar**: poeira, pólvora, poesia. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Nº 21. Brasília: UNB, jan./jun. de 2003, p.14. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2199/1756>> Acesso: 20 dez. 2017.

Analisamos esse longo processo do pré-capitalismo ao capitalismo como um dos propulsores à modernidade, na qual assim como no passado permanecemos cativos de um sistema social nocivo, porém, com um diferencial: se antes um ser podia ser escravo de outro, que também acabava por ser cativo dessa injúria; atualmente, passamos a ser cativos de nós mesmos e da incapacidade de lidarmos com as coisas que criamos.

Iniciando-se pelo esvaecer da primordialidade indígena, a monocultura da cana introduziu a figura negra, que por sua vez, também a aristocracia tentou sua memória apagar, como se possível fosse ignorar que as engrenagens daquele sistema representassem sempre a expropriação: fosse da cultura; da terra; ou da liberdade; fosse da própria humanidade. A retórica da ceifa e derribada da cana representando a multidão desorganizada que é ordenada em feixes, arremessada às esteiras da vida e moída pela potência do metal.<sup>241</sup>

Do engenho à usina; do labor manual à velocidade e produtividade mecânica das turbinas. Uma nova ordem se estabelecia no campo e por que não dizer na sociedade. O ser humano reinventa as formas de dominação, mas no fim são relações similares em contextos distintos. O processo de escravização se finda ao sobrepujar em definitivo o homem a ponto de torná-lo dispensável. Inibe-se sua capacidade criativa e reflexiva.

Todavia, mediante análise do nosso objeto, concebemos simplista imputar ao modo de produção capitalista por si só tal fenômeno que parece advir do distanciamento entre as pessoas; da substituição dos valores de convívio, transmissão e partilha sociocultural pelos valores materialistas de consumo. No lugar da individualidade, o individualismo.

No tópico 2.1 dissemos acerca de uma sociedade impulsionada por uma aristocracia com ambições progressistas, ironicamente almejando modernidade, advinda do capital acumulado de atividades ligada à terra. Rural X Urbano. Retoricamente e simbolicamente, forjar-se-ia um “jeito híbrido de ser”. Aos poucos o meio urbano foi sobrepujando o rural, não somente quanto ao número de pessoas, mas, sobretudo, em poder de disseminação de um ideário dotado de influências que não eram mais somente locais.

Edificações de diferentes períodos refletem em alguns centros históricos, a exemplo de Ponte Nova, mudanças sociais mais detectáveis. O tempo se acelerava, valores característicos da permanência dariam lugar à fugacidade e à indiferença. O interesse em estudar a comunidade de Anna Florência surgiu também da percepção quanto a uma remanescente nostalgia para com um passado rural, origem da sociedade regional.

---

<sup>241</sup> OLIVEIRA, Ana Luiza. Op. Cit., p. 17.

Um contraponto intrigante: uma realidade originada de ação agroindustrial, tida como um dos aceleradores da capitalização e mudanças sociais locais, fomentar anseios identitários ligados à ruralidade. Quando “talvez coubesse esperar que uma cultura como a nossa, tão pouco nostálgica de posses, tão voltada para a mudança, fortalecesse a perspectiva progressista”.<sup>242</sup> Como de fato o faz. Porém, levando adiante uma noção errônea de progresso, que não deveria significar rompimento com o passado. Ao contrário, o passado é capaz de fornecer bases fortes para uma evolução mais coerente com o conceito de sociedade no que isso possui de bom.

Segundo Richard Sennet, haveria nesse progresso não mais que um engodo, um canto de sereias, que ao modo do teatro simula o real sem ser. Há um efeito neutralizante, inerte criticamente, vazio de participação decisória. “O que falta na expectativa da mudança progressiva é a compreensão do papel profundamente apassivador desempenhado pela ilusão na sociedade moderna”.<sup>243</sup> Aquele resquício de comunidade estaria almejando intuitivamente um desvio ao progresso estéril, buscando nas raízes uma segunda chance, de onde pudesse tomar outro caminho, uma via dotada de maior proximidade entre as pessoas.

A defesa de David Harvey<sup>244</sup> é de que tais manifestações cabem investigação não propriamente em si mesma, mas no que as motiva. Quando dissemos em várias partes desse trabalho a respeito das sutilezas com as quais um novo capitalismo busca se perpetuar enquanto estrutura de controle, buscávamos demonstrar como esse “novo” vem a ser superficial quanto às suas formas de atuação, pois, o objetivo continua sendo o mesmo: dominação de muitos por alguns. A modernidade apresenta desigualdades que foram ficando cada vez mais evidentes. Coisificando o homem, opõe-se explicitamente à sua humanização. A injustiça que a modernidade acabou por desnudar foi a de apresentar a todos um mundo de possibilidades que, entretanto, somente alguns podem alcançar. Gera-se incessantemente necessidades artificiais e supérfluas, mas não se democratiza a concretização dos desejos gerados. Desejos que, no entanto, se alcançados, não saciam, gerando um ciclo, uma sede.

As demarcações por identidades culturais representariam a detecção e uma tentativa de reação aos sortilégios adaptativos de um capitalismo mais astuto, que visa gerar a passiva aceitação de apelos de consumo artificial como se fossem necessidades reais. A defesa da diferenciação e da heterogeneidade surge como reação à tentativa de homogeneização

---

<sup>242</sup> SENNETT, Richard. Op. Cit., p. 147.

<sup>243</sup> Ibidem, p. 148.

<sup>244</sup> HARVEY, David. Op. Cit., p. 9.

cultural. Para o nosso caso em particular, a tentativa de restabelecimento de relações sociais mais estreitas, por meio da cultura baseada no compartilhamento, parece advir de uma exaustão para com um modo de vida cujas comodidades se mostraram incapazes de cumprir suas promessas de satisfação.

A busca por autossuficiência é um equívoco ao ser humano que somente se realiza enquanto ser social. É claro que nem todos em um grupo partilharão de visões similares: suas experiências no presente, concepção do passado, e ainda, expectativas futuras serão distintas. Entretanto, podemos conceber a ideia de que sensação de solidez e pertencimento podem ser necessidades humanas: o sentir-se acolhido. A necessidade de acionar o passado por meio do Patrimônio ou da memória reforçam a reflexão de que a modernidade apresentada, em sua frenética transitoriedade e distorção, se mostra incapaz de suprir nossas reais necessidades.

A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes.<sup>245</sup>

A crítica que propomos também diz respeito à mudança. Assim como nem toda permanência é boa, isso vale também para as mudanças. Devemos pensar a quem beneficiam. Além disso, devem ser seguidas por momentos de acomodação e assimilação, de modo a permitir que as pessoas se refaçam, sintam-se caminhando em terreno seguro. Isso não tem sido possível, dada a velocidade com que as coisas acontecem, daí também a insegurança.

Seres inseguros são seres despreparados. Não estamos aptos ao devir, pois perdemos a capacidade e as habilidades criativas e orgânicas, das quais a narrativa era um dos instrumentos de transmissão dos nossos antepassados.

Vivemos um modelo social que prioriza competitividade e acerto. Quando do erro provém o aprendizado. E isso é tão particular... Não somos preparados para lidar com o imprevisto, sendo o medo excessivo o pior dos condutores. Aproxima-nos do estado de selva. Afasta-nos da virtude. Os mecanismos sociais nos impulsionam ao equívoco. As frustrações surgem justamente quando insistimos em desejarmos aquilo de que não precisamos, também aquilo que nos sacia momentaneamente, por isso nunca estamos satisfeitos. Ilusões: a maior delas é o poder. As coisas perecíveis e transitórias não suprem a alma.

---

<sup>245</sup> HARVEY, David. Op. Cit., p. 22.

## **PARTE II**

## CAPÍTULO 4

### MEMORIAL: REGISTRO DO RESTABELECIMENTO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Muitas vezes ouvimos pessoas dizendo assim quando questionadas quanto ao modo de ser das coisas: “Por que faço assim? Ora sempre foi assim”, às vezes complementam, dizendo: “Desde que o mundo é mundo foi assim, as coisas são o que são”. Como se a repetição de comportamentos tornados habituais fossem inquestionáveis pelo simples fato de serem corriqueiros. Quando dissemos durante vários momentos a respeito das permanências impostas socialmente, tratávamos exatamente disso. As convenções conferem um artificial sentimento de continuidade à vida. Essa continuidade passa a ser real quando muitos acreditam nela e materializam em suas ações cotidianas as formas de ser e de agir ante as situações, conforme reproduções herdadas da sociedade na qual estejamos inseridos.

A banalidade da vida torna imperceptíveis certos traços socioculturais passíveis de manipulação de estamentos sociais uns sobre os outros. Alguns elementos são perceptíveis, outros não. A própria estrutura da sociedade se encarrega dessa invisibilidade. Arriscaríamos dizer que relações cíclicas nos envolvem e aprisionam de uma geração a outra. Os atores se modificam, o tempo também. Ocorrem inegáveis transformações, contudo o cerne das relações sociais, muitas vezes perdura quase imutável em suas tácitas normas sociais. Os que ousam ter a coragem de se opor serão sempre hostilizados.

Durante nossas entrevistas houve momentos de interação com as famílias dos entrevistados. Duas delas, de descendência negra, nos surpreenderam. Filhos e netas dos entrevistados por muitas vezes interagiam nas perguntas e respostas, complementando-as, quando falávamos dos seus antepassados. Enquanto uma família enfatizou orgulhosamente suas raízes negras de ex-escravos, a outra família ressaltou enfaticamente e copiosamente uma antepassada supostamente de descendência italiana. Talvez a presença de um entrevistador de pele branca os conduzisse a ressaltar essa ancestralidade e não outra.

Talvez a força dos estereótipos seja maior do que imaginamos. Reforçar posicionamentos ideológicos responsáveis por valoração baseada em critérios de fenótipo, condição social ou econômica é um erro. Consideramos que o poder cultural é tão forte a ponto de gerar tais ações dos quais as pessoas nem se apercebem. Por vezes, pode ocorrer que

quem sofre ou pratica alguma categorização discriminatória não tenha plena consciência disso. Padrões sociais, estéticos e comportamentais são construídos culturalmente.

Assim surgiu a ideias das oficinas, para buscar visibilidade a tais questões por meio de fomento à cultura da diversidade. Aquela proveniente de influências múltiplas das principais etnias a comporem essa gente brasileira. Percebemos durante todo o nosso percurso que a tradição mais festejada daquela localidade e da qual mais se ressentiam ter-se perdido materialmente teria sido o “Boi Laranja” e os festejos juninos. Pareciam atribuir àquela manifestação o ápice da congregação de uma gente que resguardava em si o clamor indígena, negro, e, por que não, também branco, pois na mistura social todos se encontram cativos, e, na circularidade cultural, se tornam um só.

Riquíssimo em folclore, crenças e repertório oriundo da tradição oral foi o relato de um senhor que residiu e trabalhou naquela usina, o Sr. B, de 79 anos. Seu pai foi jardineiro na casa da Diretoria da Usina. O entrevistado por sua vez atuou junto ao setor de mecânica. Muitas de suas histórias refletem os encontros culturais daquela realidade propicia ao hibridismo de referências diversas a circular, se interinfluenciar e se unir em originais respostas aos meandros e desafios sociais. Um de seus contos envolve um pé Jenipapo, tempestades e raios, além de um artefato indígena: uma machadinha de pedra polida, que realmente existe e se encontra na comunidade, em poder do Sr. Itamar Mayrink.

“A machadinha de pedra dos índios que acharam lá pode ser história, pode não ser o que aconteceu, na enchente de 1948, eu tava com uns 12 anos, o córrego abriu desceu rasgando pra li abaixo tudo, eu tava moleque, morava na Olaria, lá em baixo, no alto do morro tinha uma mata de fora a fora, ia até na pedreira, e lá em cima um Jenipapo, madeira bonita, uma árvore torneada, cônica, lá em cima tinha aquela copa, muito bonita. Nessa época choveu seis meses sem parar, [...], depois que caiu aquela chuva, esfriou, nós ouvimos aquele estalo, fomos lá ver o Jenipapo, essa machadinha, que é de pedra, lisinha bonita, de dois lados, pra lá e pra cá, cônica, não tinha cabo, era bem acabada, achamos ela no meio do Jenipapo, em baixo, no meio da terra, parece que veio do raio, atingiu o Jenipapo, rachou no meio, de cima em baixo, aí tinha um velho, que disse: não leva isso pra casa não, depois de sete anos o capeta vai lá e busca ela. Aquilo [a machadinha] desceu no raio, eles falaram que foi o raio, era uma coisa linda. É uma história de lá né? Não pegamos, mas tá com o Itamar Mayrink alguém deve ter pegado”.<sup>246</sup>

---

<sup>246</sup> Entrevista Sr. B. Duração: 40 minutos. Data: 23 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

Sabe-se que o Jenipapo é uma árvore muito utilizada pelos índios, fosse para fins medicinais, alimentação e pintura corporal. Também muitas lendas indígenas envolvem o raio, como manifestação de entidades poderosas do mundo espiritual. O Sr. B nos contou diversas histórias que atestam um sincretismo cultural: o saci, a mula sem cabeça, as assombrações, as luzes misteriosas na mata, manifestações demoníacas e fatos inexplicáveis. São histórias passadas de geração em geração, sendo alteradas, ressignificadas e acrescidas de elementos a cada um que as contam e recontam. O Sr. B se mostrou um exímio contador de histórias, representativas da riqueza cultural que aquela congregação de pessoas produziu.

O depoente também citou o Boi Laranja. Falou dos inúmeros festejos destacando a figura do Boi, que na memória, continuava vivo. Isso permitiu revivê-lo, pois foi por clamor e desejo daquela comunidade que seu ressurgimento se mostrou possível. Não sabíamos onde íamos chegar, nem como. Fomos arrebatados por algo acontecendo ali e nos deixamos conduzir, pois sabíamos da autenticidade daquele clamor. Só podíamos escutá-lo e colocar nossas mãos e mente a seu dispor. Jamais fomos servidos. Preferimos servir. Servir de instrumento para a afloração de uma cultura que se encontrava logo abaixo da superfície, como uma fonte esperando ser escavada e aplacar uma sede há muito suportada.

Quando a comunidade de Anna Florência percebeu nossa presença, indo de casa em casa, a cada ancião daquela comunidade que visitávamos, um outro nos era indicado por eles. Fomos deixando fluir. A notícia da nossa intenção em reproduzir com o máximo de fidelidade o Boi desaparecido nos anos de 1960,<sup>247</sup> se alastrou. Como a um quebra cabeça, fomos juntando informações, referências e trechos da canção que cada um trazia na lembrança. A

---

<sup>247</sup> A usina possuía diversas colônias de casas, algumas afastadas, pois seus residentes eram os trabalhadores do corte da cana. Por essa razão, as casas se encontravam mais próximas aos canaviais, e, distantes do núcleo central da usina, onde residiam os proprietários, dirigente e trabalhadores do escritório (nas melhores casas), além dos trabalhadores da parte mecânica e os da usina propriamente, pois o coração de uma usina, o que a compõe realmente, é a caldeira e sua chaminé, bem como os elementos a comporem esse conjunto de maquinário para a transformação da cana em caldo (este, em açúcar ou álcool, posteriormente). Claro, também havia outras funções. Bem, soubemos que havia dois Bois, não apenas um como pensávamos. Na colônia mais próxima à antiga Fazenda “Oratórios de Baixo”, existia o Boi Holandês ou Malhado. Contudo, o mais festejado era mesmo o “Boi Laranja”, que saía do casario chamado de Olaria, provavelmente próximo ao local no qual se produziam os tijolos e telhas para as necessidades da usina. A estrutura do Boi e do Cavalinho era composta de cesto de bambu (do tipo taquara). A cabeça era de um crânio bovino preparado tempos antes, quando se colocava a cabeça do boi sobre um formigueiro para que suas habitantes limpassem-na até o osso. Depois a ornavam com papel, tecidos e fitas, fixavam-na ao balaio. A cabeça do cavalinho era de madeira. Havia também o personagem Mariquina, geralmente um homem se vestia com vestido e saía pelas ruas pedindo ajuda para a festa. Havia também o condutor do Boi, o candeeiro que, juntamente com o Cavalinho apartava o Boi e incrementavam a festa. O cortejo fazia parte dos festejos juninos e julinos, percorrendo as ruas da comunidade, conclamando o povo a tomar parte nos festejos, após a missa. Iam noite adentro, como comidas típicas, sanfoneiro, brincadeiras, fogueira, em fim um São João tradicional. Fontes: Entrevista Sr. J.S.I.R Duração: 40 minutos. Data: 5 de maio de 2017. Ponte Nova (MG); Entrevista Sr. J.S. Duração: 40 minutos. Data: 8 de maio de 2017. Ponte Nova (MG).

Letra (Anexo IV) é representativa do que transforma um aglomerado de pessoas em comunidade: a congregação e a partilha. Acreditamos ser disso que aquelas pessoas se ressentiam ter perdido. Ocorria uma ressignificação dessa música, não somente porque cada um a interpretava e cantava a sua própria maneira, mas porque a cada geração de moradores seus nomes iam sendo inseridos na Letra, dividindo as partes do boi, como diziam.

Nossa intenção era estimular uma discussão e ações (durante três meses) concernentes ao processo de estudo, produção, acareação e análise de fontes (escritas e orais), observação e intervenção, em âmbito escolar, visando aprimoramento do processo ensino/aprendizagem pela utilização de referências socioculturais locais. Somente em nosso íntimo nutríamos o anseio de conseguir atingir mais profundamente aquela comunidade e evolvê-la nesse processo. Não sabíamos como fazê-lo, como alcançá-los. Quando para nossa surpresa, a comunidade não somente nos amparou em nosso intuito como pareciam nos determinar a seguir em frente.

Estavam há bom tempo buscando motivação para congregação social. Lideranças do bairro nos solicitaram a antecipação da produção do celebre bovino e seu companheiro (“Cavalinho”) para sua reparição em dia marcado (22 de julho de 2017, figuras 18 a 20), providenciariamos também os personagens “Mariquina” e “Candeeiro”. Programávamos sua apresentação apenas para outubro (na Mostra Cultural da escola) e teríamos tempo hábil para sua confecção. Até por que precisávamos conhecer melhor a comunidade para abordagem de algum mestre balaieiro, que produziria a estrutura dos personagens. Naquele momento ainda estávamos no início das entrevistas e se fazia precoce tal inserção. Com essa demanda da comunidade, eles mesmos providenciaram nossa aproximação com dois desses mestres.

Tudo fluiu antes do previsto e de uma maneira jamais imaginada. Providenciaram até um carro de som com microfone. No dia da festa, todos a caráter, vestidos de caipiras, desceriam em cortejo deste as proximidades das ruínas da usina e sua chaminé, perto da entrada do bairro, indo em direção ao local denominado “Olaria”. Ali nascera a festa original e haviam preparado todo o aparto de um típico “São João”, em superfície de terra batida, barraquinhas, fogueira, bandeirolas, balões, sanfoneiro...

A concentração para a saída do Boi era só alegria, fotos e emoção, via-se no semblante dos mais velhos, a emoção e brilho no olhar, nos mais jovens, a alegria de uma brincadeira boa. Cantavam e dançavam. Para maior surpresa nossa, uma senhora de mais de 80 anos, ao modo de “Jovelina Pérola Negra”, com uma notável potência vocal, colocou-se ao

microfone e por meio de sua voz deu vida à música do Boi, conforme aprendera na sua infância. Deixamos papel de lado, a letra estava novamente viva, sendo ressignificada ali, a nossa frente. Aquela senhora era o próprio espírito daquele lugar. Sentimos um arrepio e a honra de tomarmos parte nisso.

Com auto estima renovada se colocaram em cortejo. Sorrisos e emoção. Os idosos pareciam crianças. As crianças ainda mais crianças. Entre avanços do Boi e piruetas do Cavalinho, a “Mariquinha e o “Candeeiro” eram só alegria, o povo então, nem se fala. Era período da safra de cana, em plena colheita. A estrada de asfalto deu lugar à de terra batida e poeira. Passaram em frente à igreja e seu cruzeiro, pedindo a benção. Passaram também pela imponente residência da antiga presidência da usina, como se dissessem: “Renascemos!”. Foi também surpreendente ver a chegada dos descendentes dos Martins, tomando parte junto à festividade e celebrando em meio ao povo: uma integração.

Para compor a festa que vinha dos canaviais, não podia faltar a cana-de-açúcar. Os caminhões indo vazios e voltando repletos de cana, passando em meio ao cortejo, eram um espetáculo à parte. Exalavam o cheiro doce da cana. Os motoristas buzonavam, em homenagem àquela gente e ao Boi. Muitos deles integram também aquela comunidade e se alegravam por ela. O cavalinho corria atrás dos caminhões, a criançada adorava. A senhora da voz potente, gargalhava cativando a todos que a acompanhavam na folia.

Jamais esperávamos tal conjunção de coisas. A intenção inicial era tentar a comunidade por meio da escola ali existente e de seus alunos. Entretanto, não havia garantias que isso ocorreria, ou mesmo que a comunidade se apoderasse do que lhe era legítimo. Ainda não sabíamos se demonstrariam disposição para um encontro consigo mesmos. Se ao menos haveria um reconhecimento desse passado.

A confluência tomara uma amplitude inesperada. Agora, nutríamos a ambição de que o povo, uma vez se apoderando de suas referências culturais, desse continuidade a tudo aquilo e ressurgisse junto ao Boi Laranja. Em verdade nunca foi nosso. Sempre foi deles. E, agora lá se encontra, para muitos e muitos anos de cortejo e festas.

No ano de 2018, em 26 de julho, o festejo se repetiu. O Boi e seus personagens novamente brincaram junto ao povo. Demonstrando que a Cultura se revivificou mediante o estímulo da memória e o trabalho realizado para sua manifestação material. Novas memórias estavam em curso, garantindo que essa história não morresse.

**Figura 18: Boi Laranja – Confeccionando o personagem.**



Fonte: arquivo pessoal.

**Figura 19: Boi Laranja – Apresentação e reverência à comunidade.**



Fonte: arquivo pessoal.

**Figura 20: Boi Laranja – Exposição de fotos antigas da usina, no dia da festa.**



Fonte: arquivo pessoal.

Depois da euforia, a aterrissagem. Porém, na comunidade e também na cidade aquele era o assunto de muitas conversas. Na imprensa foi destaque (figura 21). Houve desdobramentos em palestras para a 6ª Jornada Mineira de Patrimônio Cultural (figura 22) e em outras escolas do município.

Agora era momento de elaboração e planejamento das oficinas previstas pelo projeto: “Construindo saberes, trocando memórias, formando cidadãos”. Nelas buscaríamos um aprofundamento da temática concernente à Educação Patrimonial, que se alinha à questão dos Direitos e Deveres Humanos. Seria o momento de discutir a comunidade, trazer à tona seu passado e servir-se dele para uma rediscussão social e aperfeiçoamento da vida presente.

O restabelecimento do Boi Laranja serviu para o primeiro passo: cativar, atrair, e, pelo subjetivo, chamar atenção para o que viríamos a tratar em seguida. Portas nos foram abertas. Entramos e tomamos vários cafezinhos, batemos papo, ouvimos, mas também falamos. Despertamos a memória dos moradores para melhor investigá-la e analisá-la sob sua anuência e consciência quanto às implicações de um passado, munido de alegrias, mas também de mazelas, de união, e, posterior desagregação. Um potencial se descortinava. A memória seria objetivada por meio da crítica e autocrítica para aprimoramento do ser e do conjunto social. De forma autoeducativa.

**Figura 21: Boi Laranja – Reportagem Folha de Ponte Nova.**



Fonte: **Jornal Folha de Ponte Nova**, Ponte Nova (MG), ano 29. Nº 1.464; 28 de julho de 2017, p. 11.

**Figura 22: Cartaz e foto 6ª Jornada Mineira Patrimonial – Ponte Nova.**



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Ponte Nova (MG).

Em se tratando das oficinas, foram para nós uma grata surpresa dada a forma espontânea e participativa como transcorreram. Ao buscarmos aliar a temática proposta a elementos presentes no Currículo Escolar e também a orientações observadas nos PCNs, Temas Transversais, conseguimos diminuir possíveis resistências por parte dos educadores. Afinal, o projeto não seria possível sem sua adesão. Somente o esforço conjunto e a participação poderiam gerar a horizontalidade decisória na qual acreditamos.

Dessa forma, o suporte teórico do projeto (figura 23) se constituiu de três palestras (conforme cronograma, Anexo III – Projeto “Construindo saberes, trocando memórias, formando cidadãos”), cujas temáticas versaram pelo seguinte: Inventário Patrimonial - Usina Anna Florência; O que é Patrimônio Cultural?; Memória, História e Cultura na Usina Anna Florência. Esclarecer alunos e professores sobre a temática foi o intuito.

Profissionais de áreas a fins quanto aos projetos que desenvolvam podem e devem ser convidados a participar desses momentos nas escolas, bem como indivíduos da própria convivência dos alunos, nas comunidades adjacentes à instituição. Ao professor caberia apenas formalizar e articular tais encontros tirando proveito dos mesmos para dinamizar o ensino/aprendizagem. Na verdade, estaria compartilhando com todo um grupo a atribuição de ensinar e transmitir saber, assumindo uma posição de vanguarda em um mundo que necessita ser cada vez menos verticalizado.

**Figura 23: Palestras / Oficina de causos e memórias.**

**9/8/17 (Tânia Mara Sasse – Secretária de Cultura – Ponte Nova)  
Tema: Inventário Patrimonial - Usina Anna Florência.**

**16/8/17 (Luiz Gustavo Santos Cota – Professor de História / Faculdade Dinâmica – Ponte Nova)  
Tema: O que é Patrimônio Cultural?**

**29/8/17 (Almiro Luna Xavier)  
Tema: Memória, História e Cultura na Usina Anna Florência.**

**19/9/17 (Almiro Luna Xavier) - Oficina de causos e memórias  
Plantio de árvores pelo “Dia da árvore” (Ipês Amarelos).**



Fonte: arquivo pessoal.

Essa partilha de responsabilidade se faz ainda mais profícua ao envolver também diversas disciplinas. A interdisciplinaridade ainda é um arsenal pouco explorado, mas de vital importância para descompartmentar o conhecimento e evitar o culto moderno à especialização esterilizante. Articular diversos conhecimentos para produção de saber é fundamental em um mundo ainda mais amplo e exigente de respostas criativas a inúmeros desafios. A habilidade de combinar diversos conhecimentos seria um trunfo valioso. Isso ampliaria a visão de mundo dos alunos, sua versatilidade e seu modo de se portar ante si mesmo e uma sociedade que carece de criticidade e reformulação de si mesma.

Sugerimos sempre que os educadores se encorajem a praticar a transversalidade permitindo fluir conhecimentos externos à escola para dentro desta, bem como um fluxo desta para a comunidade entorno. Os educadores devem explorar os potenciais externos, inclusive os provenientes da própria vivência dos alunos, de modo a tornar o ensino mais significativo e prazeroso, envolvendo os educandos e seus familiares nesse processo. Transversalidade significa a diluição de fronteiras entre disciplinas e entre esferas do saber (formal/informal).

Para o nosso projeto, aqueles momentos teóricos iniciais se colocaram como uma transversalidade ofereceram subsídios à parte prática, também ela transversal, concernente à aproximação entre a escola e a comunidade por ela atendida para explorar suas potencialidades e contribuir para que ela própria revisitasse suas referências culturais e memórias. De maneira a transmiti-las aos alunos, os anciãos tiveram que exercitar a externalização das mesmas, isso permitiu que fluíssem novamente como seiva forte a nutrir de saber local as sementes de uma nova geração. Simultaneamente valorizando esses anciãos e prestigiando seu saber.

A etapa seguinte foi composta de encontros nos quais convidamos familiares dos alunos e membros da comunidade, anciãos, detentores de conhecimentos sobre a história local, no caso a comunidade de Anna Florência. Foi o momento de falarem um pouco sobre como era a vida em seu tempo de juventude. Transmissão de memórias e saberes.

Muitos deles foram pessoas submetidas a prévias entrevistas, apontadas pela própria comunidade como os de maior conhecimento sobre a história local e/ou que ainda detinham saberes manuais/culturais que permeavam o cotidiano da localidade em seu fluxo laboral, bem como momento de lazer e celebração.

Menciona-se, por exemplo, na oficina de memórias e saberes manuais, o encontro dos estudantes com o Sr. Geraldo da Penha Gomes (antigo morador), um dos poucos mestres balaieiros ainda existentes ali. Descreveu às crianças o processo de colheita do bambu, envolto em todo um saber ligado à natureza.<sup>248</sup> Ensinou-lhes a forma de preparo e trançagem da gramínea gigante de modo a constituir o balaio, cestas e outros utensílios.

Em simultâneo, contou-lhes histórias envoltas a esse saber; a forma geracional como esse conhecimento chegou até ele, passando de pai para filho. A importância e uso desses

---

<sup>248</sup> A fase lunar certa de se colher – lua minguante; a época adequada do ano a se retirá-lo de modo a evitar ataques de insetos – meses que não tenham a letra “R” na grafia, ou seja, de maio a agosto, meses de inverno, com poucas chuvas, evitando-se apodrecimento e mofo, bem como reduzida proliferação de insetos: broca, cupim...

objetos em diversos momentos da vida: no trabalho (colheita de café e cana-de-açúcar); no transporte por carros de boi ou muares pelos tropeiros; no uso de utensílios doméstico; e, também nos festejos, pois o próprio bumba meu boi da comunidade (o Boi Laranja) e o cavalinho tinham sua estrutura formada de bambu.

O sincretismo e mistura surgiria da união de diversas influências culturais a se manifestar na alimentação, linguagem, nos modos de ser e fazer. Provavelmente a arte dessa cestaria teria procedência indígena (índios “Puris”, que habitavam a região). Em sendo trazidos para o convívio dos brancos, que a pretexto de civilizá-los e catequizá-los, serviam-se de seu trabalho antes da inserção da mão de obra escrava proveniente da África. Terminava-se por assimilar muitas influências dessas culturas.

O Sr. Geraldo e o Sr. Domingos contribuíram para a reprodução do folclore local, reativado, restabelecendo antiga tradição da comunidade:

**Figura 24: Oficina de memórias e saberes manuais.  
Sr. Geraldo Penha Gomes (mestre balaieiro morador de Anna Florência).**



Fonte: arquivo pessoal.

Foi importante ressaltar nesses momentos que muitas das manifestações culturais empreendidas dependem de uma interação com o meio ambiente, daí a importância em se resguardar sua saúde e diversidade, para a própria saúde e diversidade da cultura humana. Por exemplo, a cura tradicional através das plantas e a arte da cestaria em bambu taquara (quase extinto na região), dependem da manutenção de um equilíbrio ambiental que propicie a sua perpetuação material, dessa forma garantindo-se também os significados envolvidos. Isso é emblemático no que se refere a uma comunidade surgida entorno de uma atividade agroindustrial que deixou fortes marcas ambientais.

Essas oficinas foram direcionadas a tratar a questão da memória como invocativa de aspectos representativos para um indivíduo, grupo ou toda comunidade. A forma como lugares, objetos, manifestações culturais etc. podem servir como suportes memoriais, e, neste caso, passam a constituir uma espécie de Patrimônio para os indivíduos. Educação Patrimonial é descoberta. É gerar focos diferente para um mesmo objeto.

Destacando que o valor não se encontrando na “coisa”, mas nas pessoas e nas características significativas à existência humana que buscam atribuir a este ou aquele elemento. Em se tratando de uma comunidade surgida entorno de uma agroindústria, responsável por marcas no meio ambiente e nas pessoas, consideramos também pertinente tratar da interferência humana no meio ambiental formulando paisagens antropomorfizadas e personalizadas culturalmente.

As oficinas transcorreram nos horários reservados às aulas de História, Cultura Afro e Artes. Dessa forma, naturalmente a mistura de conhecimentos apresentados contribuiu para a interação entre os professores, disciplinas e conteúdos curriculares. A interdisciplinaridade na prática. Após cada uma das duas primeiras palestras, solicitou-se aos alunos produção de texto dissertativo e ilustração, de modo a registrar e fixar o conteúdo aprendido.

Dessa maneira, envolvemos também a disciplina de Português. A produção do balaio, por sua vez, esteve apta também à exploração da geometria e matemática, tratando de medidas e proporções que o seu produtor apreendera na prática, no fazer cotidiano. Mas, os alunos poderiam apreender a teoria mediante essa prática. São muitas as possibilidades.

Sem percebermos, a cultura manifesta materialmente os conhecimentos humanos acumulados, oriundos inclusive, do contato sincrético entre povos e culturas, sedimentado e se modificando conforme os materiais, a localidade, os referenciais anteriores, as visões e necessidades, bem como as formas de combinação do saber em plena circularidade, inclusive simbólica. Na busca por modificar o espaço, o homem termina por modificar a si mesmo. Denis Cosgrove descreve algo que converge com esse pensamento. Interpretando paisagens como o produto de cada sociedade como texto a ser lido e relido.

A ideia de aplicar à paisagem humana algumas das habilidades interpretativas que dispomos ao estudar um romance, um poema, um filme ou um quadro, de trata-la como uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados [...].<sup>249</sup>

---

<sup>249</sup> COSGROVE, Denis. Op. Cit., p. 97.

As paisagens, incluindo as urbanas, colocam-se como livros a serem folheados. Consideramos relevantes contribuições de Jacques Le Goff<sup>250</sup> nesse sentido, na construção de uma historiografia horizontalizada (busca em se perceber a sociedade como um todo complexo, com a participação majoritária ou minoritária dos seus diversos grupos). Há uma busca por ferramentas adequadas, percebendo até nas formas de tratamento conferidas ao corpo e às cidades, relevantes objetos de estudo.

Mas, voltando às oficinas, a terceira das palestras serviu também para introduzir o assunto do Inventário Participativo a ser desenvolvido pelos alunos, sob orientação dos educadores. Essa atividade ocorreu em simultâneo às oficinas de memórias e saberes manuais. Seria uma forma de fomentar a pesquisa em âmbito escolar fluindo deste para a comunidade e vice-versa. Dispondo os alunos na condição de pesquisadores, de forma a envolvê-los diretamente no processo de construção do saber. Aproximando-os ainda mais da comunidade na qual se inserem.

Acreditamos que para a plena inserção dos indivíduos/cidadãos na participação decisória concernente ao Patrimônio Cultural seja necessário um preparo. Dessa forma, o Inventário Não-Oficial em âmbito de Educação Patrimonial suplanta uma mera função propedêutica, contribui para a formação de cidadania. Entretanto, há um descompasso entre políticas protetivas e Educação Patrimonial, e, no que se refere a esta, uma ação isolada entre os conteúdos e da escola com relação à realidade dos alunos.

Seria também o momento de um contraponto ao Inventário Oficial produzido pelo Poder Público Municipal, embasado na materialidade. Ainda que em últimas ações tenha se tentado amenizar esse traço concernente a referido Inventário, a tenção à intangibilidade dos denominados bens patrimoniais se apresenta insatisfatória. Sobretudo, na discussão social que um processo de inventariamento possa suscitar.

O Inventário é a oportunidade de uma reflexão da sociedade sobre a forma como se organiza e se reproduz ao longo da sua formação histórico social e como isso repercutiu na cultura, nas memórias, nas relações interpessoais. Porém, o apelo econômico, não raras vezes suplanta a possibilidade de se realizar amplas discussões sociais, necessárias ao aperfeiçoamento humano.

O Patrimônio Cultural deve ser uma escolha coletiva, e não se embasar no elemento econômico como norteador. Depreende-se da CF/1988, artigo 225, VI, que ao Poder Público

---

<sup>250</sup> LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. Op. Cit., p. 10.

cabe incentivar e apoiar a participação populares no que diz respeito à identificação e preservação do Patrimônio Cultural. A Educação Patrimonial surge desse princípio para consolidação de uma conduta cidadã amadurecida, consciente e atuante.

O Inventário Participativo não oficial serviria de roteiro às ações a serem desenvolvidas pelos educadores. Adaptando, por exemplo, modelos de fichas oriundos de publicação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), às quais conduzimos os professores a conhecerem. São as necessidades e situações locais, os contextos históricos e culturais nos quais se inserem os alunos, que o professor deve se ater, e partir deles para traçar suas próprias estratégias e ações.

Consideramos que a produção do Inventário Participativo, mesmo sob um caráter informal, pode contribuir para incentivar os indivíduos a se estabelecerem como cidadãos. Exercitando a participação e ação conjunta para o bem comum, nesse caso, utilizando-se os referenciais culturais patrimoniáveis como forma de restabelecimento da autoestima e dos valores sociais, capazes de propiciar o desenvolvimento comunitário. Efetivar-se-ia uma crítica ao formato, por vezes, excludente de produção dos Inventários Formais.

Tomamos por base as orientações e modelos sugeridos por Sônia Rampim Florêncio e outros autores em um Manual de Aplicação do IPHAN,<sup>251</sup> aliando a metodologia de trabalho de Evelina Grunberg<sup>252</sup> e proposta de Educação Cidadã de Sandra Pelegrini.<sup>253</sup> Contudo, adaptados à realidade local e às demandas encontradas. Sugerimos que os educadores façam o mesmo, de forma a revestir de significado e propensão ao êxito as suas propostas de trabalho.

Dessa maneira, ao trabalharmos com duas turmas, uma do 4º e outra do 5º Ano escolar do E. Fundamental, efetuamos atividades que os envolveram em conjunto. Porém, para o Inventário foi solicitado que cada turma tratasse de um tema. Assim, constituindo-se Fichas de Inventário próprias, que, ao final, formariam um Portfolio para ambas.

De início pensamos em constituir Fichas de Inventário de Saberes, para contemplar os mestres balaieiros, dado o arsenal cultural por eles resguardado, de extrema relevância à localidade, envoltos inclusive na produção do Boi Laranja; e, também Fichas de Inventário de Manifestações Culturais, a contemplar uma das únicas festas religiosas remanescentes na comunidade, a Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

---

<sup>251</sup> FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial: Inventários participativos**. Op. Cit., p. 5-9.

<sup>252</sup> GRUNBERG, Evelina. Op. Cit., p. 6.

<sup>253</sup> PELEGRINI, Sandra C. A. Op. Cit., p. 37.

Porém, surgiu então a demanda da própria comunidade e escola quanto à valorização da grafia correta do nome Anna Florência, original da usina e da Matriarca, que ali vivera no século XIX. Placas de sinalização estão grafadas com apenas uma letra “n”, “Ana Florência”, outras vezes, “Ana Florença”.

Decidimos acatar a demanda, pois percebemos aí uma questão de identidade comunitária a ser explorada. Por que razão, a grafia, dita correta, daquele nome trazia em si tanto valor sentimental àqueles indivíduos a ponto de incomodá-los tanto? Pareciam considerar nessa atividade educacional uma oportunidade de congregar forças, instigar um debate e até levar essa reivindicação à esfera pública. Não podíamos de forma alguma perder a chance de uma produtiva discussão que isso poderia proporcionar aos sujeitos sociais em seu convívio. Sujeitos dotados de direitos e de responsabilidades. O Inventário Participativo contaria então com as seguintes fichas: **Saberes – Cestaria com bambu** (4º Ano); e, **Nomenclatura de Identificação – Ana ou Anna Florência?** (5º Ano).

A atividade do Inventário Participativo seria embasada por meio de pesquisa, questionário e registros efetuados pelos próprios alunos. Teriam que entrevistar antigos moradores do bairro, ali residentes desde a época em que a usina ainda funcionava. Isso aproximaria gerações, envolveria a comunidade no processo, restabeleceria vínculos e permitiria melhor apreensão e fixação dos conteúdos teóricos antes tratados. Estariam exercendo cidadania na prática, por meio de pesquisa, estudo e elaboração do saber.

Os professores devem mesclar os assuntos e temas levantados na Educação Patrimonial com os conteúdos programáticos previstos no Currículo Escolar, de modo a propiciar o concomitante e paulatino avançar durante todo o ano letivo (o projeto pode ser permanente). Ou seja, o Referencial Cultural local seria a espinha dorsal em torno da qual os conteúdos fossem abordados, sempre almejando estabelecer analogias com elementos familiares e conhecimentos já detidos pelos alunos.

Propõe-se, portanto, uma mudança de conduta por parte dos professores, mais maleável e voltada à realidade dos alunos sem negligência ao conteúdo, sendo ele mesmo, alvo de uma abordagem crítica e adequações. Estariam exercendo cidadania na prática, por meio de pesquisa, estudo e elaboração do saber.

Os ensaios das danças (coreografia elaborada em conjunto com a professora de Artes e Cultura Afro) e da peça teatral referente à primeira fase da usina, até década de 1920 (texto de nossa autoria), bem como a confecção dos trabalhos manuais, ocorriam de duas a três

vezes por semana, meses antes da apresentação/exposição, colocando-se como atividades regulares das aulas daquelas disciplinas.

A Interdisciplinaridade, envolvendo toda a escola, e a transdisciplinaridade, inclusive trazendo pessoas da comunidade para dentro da sala de aula, ocorreram harmoniosamente, sem desconfortos, tanto que após as oficinas, uma dasicineiras, D. Rita (Figura 27, 13.9.2017) foi convidada pela escola a fazer parte permanente com oficinas de bordado e reforço escolar, sendo inserida no “Programa Mais Educação”,<sup>254</sup> que visa estímulo e incremento da atividade educacional.

Nas aulas de artes, os alunos produziram desenhos e objetos (exemplo: miniatura do Bumba Meu Boi) referentes ao folclore e cultura local. O Inventário Participativo; as produções de texto; as ilustrações; os desenhos e objetos confeccionados seriam expostos na “Mostra Cultural” (figuras 25 e 26), prevista pelo Calendário Escolar, a ocorrer em outubro. Também a peça teatral a respeito da história da Usina Anna Florência foi encenada naquela ocasião. Bem como danças a representar as influências indígenas (1º Ano) e negra (2º Ano); adicionando ainda, uma referência ao Reisado (3º Ano), já desaparecido; e, uma apresentação do Boi Laranja; além de exposição de fotos antigas da usina.

Para a dança do 1º Ano, alusiva aos índios “Puris”, confeccionamos: vestes indígenas, com palha da costa, forrada com “tnt”, adornadas com fitas de juta e penas coloridas; maracas feitas de abóboras d’água (cabaça), cabo de bambu, adornadas por penas e sementes coloridas de açaí; lanças feitas com cabo de bambu e ponta de papelão recoberto com papel cartão marrom simulando pedra, adornadas com penas.<sup>255</sup> Para a dança do 2º Ano, alusiva à influência negra, as meninas vestidas com batas brancas e saias de tecido chitão.<sup>256</sup>

Para a dança do 3º Ano, alusiva ao Reisado, meninas com roupas coloridas, adornadas com fitas laminadas e flores de papel crepom colorido para o cabelo; os meninos que representaram os três reis magos, vestiram-se com calça e camisa branca, capa de cetim

---

<sup>254</sup> FLORENCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília (DF): Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014, p. 33.

<sup>255</sup> Música utilizada: “Mena Barsáa (Baya Barsáa)” - Povos Tukano - AM [Part. Esp.: Grupo Beijo] 16:24 – CD Todos os sons (cantos indígenas), por Marlui Miranda.

<sup>256</sup> Música utilizada: “Quenda” (Xica da Silva) 3:40 – CD Grandes Temas da TV, v. 1, por Marcus Viana.

(cada um com uma cor), coroas e turbantes estilo Medieval e Oriente Médio,<sup>257</sup> carregavam os presentes para o menino Jesus: mirra, incenso e ouro.<sup>258</sup>

**Figura 25: Mostra Cultural / Danças: indígena; afro; Reisado e Boi Laranja.**



Fonte: arquivo pessoal.

Alunos do 4º e 5º encenaram uma peça de teatro, representando a 1ª fase da Usina Anna Florência; com cenário e roupas alusivas à época (século XIX), demonstrando a origem da família Martins (Fazenda Quebra-Canoas – entre Ponte Nova e Barra Longa), a mudança de Anna Florência, após casar-se, para a Sesmaria do Pião (Oratórios de Baixo), na qual, advinda com seus escravos, deparam-se com os índios Puris; alguns anos e a sua viuvez, os filhos meninos são enviados para estudos em colégios internos; já grandes, falece a mãe; retornam e fundam a usina com seu nome. Em decorrência da usina ampliam a malha

<sup>257</sup> As influências de diversos povos que constituíram a península Ibérica, dentre eles os Mouros, também se encontram presentes em muitos ritos que chegaram ao Brasil. O sincretismo e hibridismo se mostra fortemente marcado nessas influências ibéricas que se misturaram a outras quando aqui chegaram.

<sup>258</sup> Música utilizada: “Ô de casa, ô de fora” - Asa Filho e o Reisado de São Vicente de Tiquaruçu Feira de Santana BA.

ferroviária para transporte e insumos e da produção. A agroindústria seria determinante para a o crescimento econômico e a conformação sócio cultural regional.

**Figura 26: Mostra Cultural – 11 de outubro de 2017 / Peça teatral.**



Fonte: arquivo pessoal.

Essa narrativa teatralizada buscou em seu enredo retratar as temáticas concernentes àquele contexto, ressaltando-se aspectos de exploração, desigualdades e contradições inerentes àquele período e história, mas que podem se encontrar ainda atuantes mediante instrumentos tais como a cultura, perpetuados pelos hábitos e pela memória. Também aspectos referentes a poder e resistência foram tratados. Almejamos suscitar reflexão e crítica, por exemplo, concernente ao conceito de progresso, relativo a quem dele se apropria e quem dele se beneficia. A tentativa de convencimento coletivo quanto a visões particulares de mundo, visando benefício próprio.

Estaria colocada a oportunidade de a comunidade redescobrir a si mesma e sua riqueza cultural. Conhecer e reconhecer. Refletir e Discutir. Conscientemente e coletivamente, apoderar-se do que lhe apetece enquanto projeto social e o que deva servir de exemplaridade a não se repetir no presente. Utilizando-se Cultura e Memória revisitadas e analisadas criticamente para ampliação de compreensão de nosso próprio tempo.

#### **4.1 Da Memória à História: transculturalidade e reflexão social.**

O uso arbitrário e não criterioso dos instrumentos patrimoniais pode contribuir para a sobrevivência de visões e instrumentos de poder atuantes no passado. Estes, por meio de políticas equivocadas de inventariamento, podem encontrar fluxo livre ao presente servindo à perpetuação de um *status quo* sob a tutela do Poder Público.

Na elaboração dos Inventários Patrimoniais, ao não se considerar, ou mesmo não privilegiar a oralidade e manifestações de grupos minoritários, paritariamente a outras memórias (durabilidade e conservação de alguns suportes em detrimento a outros definem o que fica do passado), propicia-se que antigas relações de dominação permaneçam vivas, ou o que é ainda mais nocivo, possam servir à atuação de novos aspirantes ao poder.

Apagar os traços do passado é outro equívoco e talvez até uma artimanha. Mesmo os testemunhos da exploração e desigualdade devem ser preservados para nos lembrar que relações assim podem ser engendradas e contra elas devemos nos precaver.

Porém, nos deparamos com mais um problema: a artificialidade e verticalização dessas políticas patrimoniais talvez explique o seu infrutífero desdobramento em políticas de promoção social das comunidades sobre as quais recaem. Mais uma vez deixados à margem de uma história que lhes vendem como se fossem coadjuvantes. As pessoas do presente, que deveriam ser o cerne e o foco de qualquer política patrimonial, são levemente ignoradas como seus predecessores o foram um dia. Estamos diante de uma oportunidade perdida.

Sociedades hierarquicamente constituídas produzem a subordinação socioeconômica de alguns grupos por outros. Um fenômeno historicamente construído em que as formas de ocupação e usos dos espaços produzem exclusão social e determinam o desaparecimento ou a invisibilidade. As chamadas minorias sociais são medidas ao nível qualitativo de sua participação decisória na sociedade. Quantitativamente, são a maioria. Uma cultura dominante é responsável por tais divisões.

Isso se reflete na memória, que é depositária da cultura e a reproduz. De modo que, as ditas minorias geralmente não gozam na sociedade da mesma representatividade e visibilidade se comparado a grupos historicamente privilegiados.

Na Zona da Mata Mineira, como em outras localidades, os indígenas foram os primeiros a gerar um significado e uma modificação do espaço. O colonizador adentrou esse espaço como se este fosse intocado pela ação humana, denominando o que desconhecia e

considerava incivilizado como Sertões. O não entendimento da cultura e do modo de vida indígena levava a categorizá-lo como sub-humano, ou mesmo, tão selvagem quanto animais, desqualificando sua ocupação primeira.

Não muito diferente se fez com o negro que, ao ser levado de um continente para o outro, se viu impelido a efetuar uma significação do novo espaço, utilizando-se de analogias com o que produziu culturalmente ainda na África, em se tratando de relações sociais e culturais referentes àquele espaço. No desterro, inéditos contatos ocorreram aos africanos. O contato com o branco e depois com o índio, em meio a espaços inéditos para si, mas que já eram ocupados os conduziu a efetuar ressignificações sociais e culturais para sobreviver.

O longo e contínuo contato entre grupos de origens socioculturais distintas não somente geraria sucessivas ressignificações, do qual o sincretismo cultural é um produto, como também uma forma híbrida de relação com um contexto no qual a novidade era uma constante. A mutabilidade e adaptabilidade caracterizam esse hibridismo.

Cabe à História rever a si mesma e às memórias das quais se muniu para sua produção. À pluralidade de visões deve-se ater. O que fica do passado deve ser mais do que o meramente palpável e visível a uma averiguação táctil perceptivamente ligeira e descompromissada, conforme procedem geralmente os “profissionais patrimoniais”.

Memórias artificialmente suscitadas não apresentam valor para uma História objetiva senão enquanto instrumento de crítica e de despertar da lucidez nos indivíduos aos quais as relações de poder visam subjugar em prol de interesses específicos.

A nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do “outro” ou por sua escravização, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade. Os processos de negação do “outro” também se dão no plano das representações e no imaginário social. Neste sentido, o debate multicultural na América Latina coloca-nos diante desses sujeitos históricos que foram massacrados, que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades fortemente na nossa sociedade, mas numa situação de relações de poder assimétricas, de subordinação e acentuada exclusão.<sup>259</sup>

Considerando se encontrar na Educação o ambiente de mudança desse panorama marcadamente hierárquico e excludente, a própria Educação deve ser modificada em seus métodos, conteúdos e relações consigo mesma. Para começar, Cultura e Educação se

---

<sup>259</sup> CANDAU, Vera Maria Ferrão. Op. Cit., p. 126.

interinfluenciam. Parece óbvio, mas esquecemos que o meio que nos forma também é produto da Cultura. A Educação a reproduz, assim como a memória, em tudo que possa possuir de bom ou ruim. Os Currículos Escolares expressam ideologias. Reconhecer que não existem conhecimentos ou verdades absolutas ante a diversidade humana é fundamental.

Assim como Educação está relacionada à Cultura, esta se relaciona com o contexto sócio histórico de sua formação, e, em meio à pluralidade cultural brasileira, inúmeras podem ser as respostas encontradas para uma mesma questão. Todas são válidas se produzem os efeitos desejados por seus idealizadores, em benefício seu e de seu grupo. A História, a Cultura e a Memória têm em comum serem produções humanas advindas da contínua ação de conhecimentos sobrepostos sobre os sedimentos das gerações anteriores, agregando-os ou refutando-os. De qualquer forma precisamos das bases anteriores para produzir novas.

A padronização escolar e submissão a um sistema administrativo e avaliativo cada vez mais direcionador e burocrático desestimulam a criatividade e iniciativa, contradizem a própria constituição multicultural brasileira. A escola deve se valer dos conhecimentos produzidos e acumulados historicamente pelas regiões e locais em que se encontra para gerar significado com relação a um processo ensino-aprendizagem pautado por métodos e conteúdos relacionados à sua realidade. Personalizar o ensino é também chamar as comunidades a participar ativamente do mesmo e permitir ao aluno influa nesse processo. Populações heterogêneas carecem de respostas igualmente diversificadas.

Se a escola é produto de uma cultura, a estrutura social deve sofrer mudanças. O ambiente escolar pode ser um coautor dessa mudança. A começar pelo modelo avaliativo, considerando particularidades individuais. Nessa perspectiva, mesmo aos formatos avaliativos cabem mudanças e adaptações conforme análises contínuas de resultados, adequando-se trajetórias e estratégias. A avaliação processual também é muito importante: não só os conhecimentos, mas o que fazemos deles.

A escola precisa ser mais qualitativa. Os resultados devem ter caráter diagnóstico e formativo. Dizem respeito à aquisição de saberes e habilidades para a vida e não simplesmente para a satisfação passageira de uma prova. Avaliar não deve ser condenar, mas uma oportunidade de mudar. Algo válido para alunos, mas também a professores no que tange a seus métodos de trabalho. Se os resultados não têm sido os esperados, talvez o problema não esteja no aluno, mas no professor. É preciso autocrítica e disposição para mudar.

A nosso ver, os conteúdos curriculares devem ser trados de forma integrada por meio de projetos que vão gradualmente avançando, se ampliando e se moldando, conforme avaliações formativas, participativas e processuais. O diagnóstico e a avaliação, nesse sentido, voltam-se mais ao aspecto qualitativo, frisando a realidade e necessidades do aluno e sua comunidade como ponto de partida, determinando as escolhas e estratégias pedagógicas a serem instituídas pela escola com a participação e envolvimento dessas comunidades. Mais do que isso, permitem detectarmos saberes prévios diluídos nesse contexto que, em sendo de conhecimento dos alunos, podem ser explorados pelos professores buscando agregá-los.

O processo educacional deve ter como foco as relações interpessoais (professores, alunos, comunidade). Desenvolver na prática a habilidade de se colocar no lugar do outro. Por meio da alteridade compreender melhor a si mesmo e o meio social no qual se insere. “Isso desenvolve a atitude de solidariedade e capacidade de conviver com as diferenças”.<sup>260</sup>

É imprescindível conhecer diferentes sistemas de valores, relacionados a contextos sociais, históricos e culturais que os engendraram. Isso possibilita a melhor compreensão sobre os valores que formam nossa própria sociedade, seu papel e validade social. Um modo de desvendar seus mecanismos, motivadores e repercussões. Exercendo uma crítica para com sua atenção ou não às necessidades e expectativas coletivas da sociedade.

Isso só é possível mediante uma autonomia de pensamento que pressupõe uma atitude mais proativa e participativa dos alunos tanto em sala de aula quanto no meio social. Desestabilizar “verdades” vigentes, refletir sobre elas, problematizar e resolver conflitos em prol do amadurecimento pessoal e aperfeiçoamento da sociedade.

A valorização da cultura local, inserida em uma concepção mais ampla de história pode contribuir para incremento da autoestima dos sujeitos envolvidos. Por meio de uma prática escolar multilinear e comprometida em desvelar mecanismos sócio históricos de opressão, disseminados culturalmente, torna-se possível o combate à discriminação enviesada por relações de poder desigual. O cotidiano das pessoas é a chave para essa transformação.

Paulo Roberto Padilha, propõe uma educação assumidamente intercultural e um Currículo Intertranscultural,<sup>261</sup> dispondo a escola como irradiadora da cultura popular, em sua pluralidade e imprecisão, pois mutável. Influenciado pelo “Movimento Escola Cidadã”,<sup>262</sup>

---

<sup>260</sup> **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997, p. 45.

<sup>261</sup> PADILHA, Paulo Roberto. Op. Cit., p. 87.

<sup>262</sup> PADILHA, Paulo Roberto. Op. Cit., p. 57.

pela “Carta da Terra”,<sup>263</sup> e, pela chamada “Eco pedagogia”,<sup>264</sup> apresenta uma perspectiva curricular que contemple as diferenças advindas de diversos referenciais culturais a comporem nossa Cultura múltipla, todos em diálogo e equivalência de importância.

Quais seriam as características de um currículo escolar numa perspectiva ecopedagógica? A nossa resposta é: um currículo intertranscultural, ao mesmo tempo e, dependendo do contexto e do meta-contexto em que se realize, interdisciplinar, multidisciplinar ou transdisciplinar. Ele enfatiza a vivência e a participação como relação pedagógica intercultural, está consubstanciado numa educação intercultural, possibilita a formação de cidadãos ativos e justos, acostumados à com-vivência democrática, ética e estética, bem como à reconstrução do conhecimento com base nas experiências culturais, individuais e coletivas das pessoas; ele dá sentido ao estudo do conhecimento histórica e planetariamente acumulado, que possa ser construído e vivenciado coletivamente, levando-se em conta todas as manifestações e representações da sensibilidade humana; tem por referência os princípios da justiça, do amor, da solidariedade, do respeito a todas as formas de vida na Terra. Ela valoriza e respeita a diferença cultural, trabalha pela inclusão das/os excluídos/as da Terra, e faz a crítica radical da desigualdade social, política, cultural e econômica. Trata-se de um currículo vivo, que busca a construção de uma escola mais curiosa, prazerosa e aprendente. Por isso mesmo, “feito” por pessoas comprometidas com a transformação e com a mudança das suas próprias histórias e com a reconstrução de um mundo mais humano.<sup>265</sup>

Desse convívio respeitoso e da troca entre as diferenças, compondo novos conhecimentos e saberes nascerá uma democracia e cidadania mais vigorosos. Nascerá daí um ambiente intertranscultural de sustentabilidade, justiça e paz social. A Eco pedagogia seria capaz de conferir maior sentido ao aprendizado e às ações cotidianas pela apreensão do convívio orgânico entre os seres e o meio que os cerca, em equilíbrio que favoreça as gerações atuais e futuras, integrando-as no tempo-espaço. Daí a importância dos referenciais histórico-culturais para a compreensão de nós mesmos e das relações estabelecidas, tanto intersociais quanto sócio ambientais, no decorrer da trajetória humana.

O Currículo pautado pela intertransculturalidade estaria integrado a técnicas adaptáveis inter, multi e transdisciplinares, conforme a realidade, situações e demandas

---

<sup>263</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>264</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>265</sup> Ibidem, p.87.

contextuais, desafios e problemas sociais para os quais escola e comunidade poderiam agir em conjunto para sua resolução. A Memória e a Cultura, em suas deposições históricas, seriam a matéria-prima para a busca de respostas aos questionamentos e problemas atuais.

Por meio da Educação Patrimonial, entendida como processo permanente e sistêmico, visa-se contribuir para o paulatino aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem. Deve-se descompartmentar o conhecimento e efetivar o ambiente escolar como local não só de recepção, mas de construção do conhecimento e pesquisa a partir da fruição de saberes formais e informais transversalmente. A realidade dos alunos e das comunidades atendidas pelas escolas deve ser contemplada, de forma participativa, em sua história e necessidades, conferindo sentido ao aprendizado por meio de uma vinculação dos conteúdos (articulados entre si) à análise e reflexão das referências culturais locais.<sup>266</sup>

Falamos de um processo inteligível e significativo ao sujeito comum. A proposta de Sônia Regina Rampim Florêncio quanto ao inventariamento não oficial despertou-nos atenção pela aptidão de se fazer um contraponto e uma crítica à praticas inventariais correntes ao mesmo tempo uma forte aptidão educativa. Não uma complementação ou suplementação, mas uma tentativa de aperfeiçoar o processo de Inventariamento Cultural justificando-o e conferindo-lhe um sentido mediante o envolvimento das comunidades em sua produção e discussão. Participação, democratização e cidadania é o que deve fomentar. Propõe-se:

[...] partir, das referências culturais locais para, por meio delas, acessar processor sociais e culturais mais amplos e abrangentes, em um registro no qual cada sujeito, com base em seu repertório de referências, possa compreender e refletir tanto sobre contextos inclusivos quanto sobre a diversidade cultural que o cerca.<sup>267</sup>

Uma noção ampliada de Patrimônio Cultural referente à sua integração ao cotidiano das pessoas nos conduz. A mescla irreduzível entre tangibilidade ou intangibilidade deve ser um fato consumado. Adiante disso está o potencial social de superação das desigualdades históricas e do desequilíbrio de representatividade. No que o ambiente escolar tem muito a contribuir para a mudança.

---

<sup>266</sup> **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997, p. 39.

<sup>267</sup> FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Op. Cit., p. 27.

O que se almeja é a construção coletiva dos conhecimentos, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo, e não uma educação somente reprodutora de informações [...].<sup>268</sup>

Os PCNs (1998), em se tratando de pluralidade e dos Temas Transversais, sinaliza para a necessidade de ampliação do debate e preparo dos indivíduos para as novas demandas sociais, ainda mais interligadas em seus aspectos (Educação, meio ambiente, saúde, bem-estar, economia etc.), e, ainda mais exigentes de uma resposta prática ao patamar teórico. Isso pressupõe uma mudança nos currículos e planejamentos de aula, referente ao incremento e dinamismo de uma proposta fluida, flexível, por meio de projetos inter e transdisciplinares.

Ter em mente que para ser patrimônio não basta ser antigo deve suscitar significado, integração à vida das pessoas, enquanto identificação e pertença. Deve haver uma apropriação crítica, do subjetivo ao objetivo. Essa integração se reflete em uma sustentabilidade.

[...] educação patrimonial torna-se eficiente se for capaz de promover formação e a informação acerca do processo de construção de identidades plurais e de propiciar o desenvolvimento de reflexões em torno do significado coletivo da história e das políticas de preservação.<sup>269</sup>

A preservação patrimonial passa pela preservação do próprio ser humano e do meio que o cerca por meio de ações educacionais. Assim a Educação Patrimonial converge plenamente para a Educação em Direitos Humanos, que tem como princípios: dignidade humana; democracia na educação e no ensino; valorização das diversidades; transformação social; interdisciplinaridade; e sustentabilidade.<sup>270</sup>

Para restabelecer o sabor do aprendizado escolar é preciso também um restabelecimento do sentido presente nos conteúdos tratados a partir de referência locais. A aprendizagem deve ser criativa e destituída de hierarquização ou centralização para se fazer coerente com a proposta de diversidade e inclusão. Os alunos e a comunidade em torno à escola devem ser vistos como produtores de saber. A troca se faz profícua.

---

<sup>268</sup> FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Op. Cit., p. 20.

<sup>269</sup> PELEGRINI, Sandra C. A. Op. Cit., p. 37.

<sup>270</sup> No ano de 2012 o Ministério da Educação sancionou diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996.

## 4.2 A prática de Educação Patrimonial baseada na história e cultura locais

Com a gradual substituição da restrita noção de Patrimônio ligada ao histórico e artístico para uma noção de Patrimônio enquanto Cultural (tangível e intangível) novos patamares se delinearam. O uso do Patrimônio Cultural sob tendência educacional se prefigurou oficialmente no Brasil a partir de uma iniciativa do Museu Nacional de Petrópolis (RJ), em 1983 (Seminário sobre o uso Educacional de Museus e Monumentos). A partir dali a perspectiva quanto às possíveis formas de se enviesar Educação e uma Cultural plural só fariam ampliar-se:

Nesse sentido, torna-se destaque uma nova visão sobre o Patrimônio Cultural brasileiro, que passa a ser compreendido a partir dessa diversidade de manifestações tangíveis e intangíveis, consagradas e não consagradas como fonte de conhecimento e aprendizado, podendo ser inserida nos currículos e nas disciplinas do sistema formal de ensino.<sup>271</sup>

Em âmbito jurídico, Constituição Federal (art. 216) e leis específicas (LDBEN 9394/96), sugeriram indicações claras de que a possibilidade Cultura/Educação estavam postas.

Desde então diversas propostas se manifestaram. Temos como exemplo a metodologia de Educação Patrimonial sugerida por Evelina Grumberg,<sup>272</sup> interessante para o planejamento e orientação dos trabalhos junto aos alunos. Pressupõe as etapas de: Observação; Registro; Exploração; Apropriação. A ela suplementamos a perspectiva proposta por Sônia Rampim Florêncio<sup>273</sup> e também a prática trazida por Sandra C. A. Pelegrini, para fomento à cidadania por meio do aperfeiçoamento educacional a partir da utilização dos bens patrimoniais como fonte documental e pedagógica.

Nosso intuito enquanto resposta empírica à sociedade concernente à pesquisa e reflexões teóricas realizadas foi construir um saber proveniente da experiência aplicada de um projeto, “Construindo saberes, trocando memórias, formando cidadãos” (Anexo III), que viesse a se colocar como protótipo. Experiência palpável, apta a estimular similares iniciativas

---

<sup>271</sup> MALTÊZ, Camila Rodrigues; et. al. Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. In: **Pedagogia em ação**, v.2, n° 2, novembro, 2010, p. 40. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/4840/5023>> Acesso: 15 jul. 2018.

<sup>272</sup> GRUNBERG, Evelina. Op. Cit., p. 6.

<sup>273</sup> FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial: Inventários participativos**. Op. Cit., p. 7-9.

por outros educadores. Um projeto baseado no estreitamento e troca<sup>274</sup> entre escola e comunidade entorno, para uma ampliação da percepção de mundo a partir da cultura e história locais.

A própria pesquisa e análise empreendida pelos alunos junto às suas famílias e comunidade já se colocam como ação de interação e investigação para que adquiram autonomia, assumam um protagonismo e promovam construção do saber. O desenrolar desse projeto poderá formalizar e subsidiar uma proposta em busca por versatilizar a Educação.

Inserido no projeto, oficinas de saberes artesanais, e, também de memória, causos e história têm como objetivo aproximar os indivíduos. Estreitando relações e fomentando a interação entre os habitantes (de diversas faixas etárias) do lugar. Esperamos que ao revisitar essas memórias, surjam reflexão e discussão sobre esse passado à luz das condições percebidas no presente. O que seria necessário e possível fazer para melhoria do bem-estar coletivo. Essa fluidez poderá contribuir para dinamizar a comunidade efetivando-a como tal e não como mero aglomerados de pessoas. É imprescindível que o ser se reconheça como sujeito histórico, capaz de interferir em sua trajetória e de seu grupo.

Efetivou-se registro dessas experiências construídas coletivamente com a contribuição de alunos, educadores e comunidade, agregando conceitos (cultura, patrimônio tangível e intangível, memória, identidade, dentre outros). Bem como propostas de oficinas, tendo como exemplos as construídas durante o processo, origem desse Memorial. Pretende-se demonstrar a viabilidade prática (por meio de projetos) das indicações apregoadas pelos Temas Transversais (PCNs), tendo como ponto de partida a cultura local.

Porém, essas temáticas curriculares devem servir de trampolim a um mergulho muito mais profundo e capaz de desnudar um vasto campo de oportunidades. Ao explorar a história local, conforme fizemos, não houve intenção de criar uma hermenêutica da diferença, como se cada história local se fechasse em si, criando um relativismo opositor a propostas homogeneizantes de um absoluto globalizado.

Um mundo de fronteiras mais fluidas se tornou inevitável. Todavia, devemos ter atenção quanto a discursos de conciliação culturalmente híbrida, se realmente defendem a superação ao assimetrismo social, ou se camuflado de neoliberalismo esteja sutilmente colocada a antiga pretensão de alguns por uma uni cultura que, a pretexto de combate à desigualdade, replique interesses particulares de supremacia cultural de uns sobre os outros.

---

<sup>274</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Op. Cit., p. 66-67.

Desse modo, há visões menos inclinadas ao encantamento para com o potencial do hibridismo cultural. Linda Hutcheon,<sup>275</sup> acredita que, contraditoriamente, a descentralização cultural proveniente de um mundo cada vez mais híbrido estaria camuflando o fortalecimento de uma sociedade de consumo submetida a interesses capitalistas de empresas globais. Estariam adaptando seus produtos esteticamente a gostos locais, mas na essência seriam padrões oriundos de visões culturais que nem em sua origem seriam unânimes. Isso vem gerando uma homogeneização planetária.

[...] temos que submeter nossas ideias ao teste da realidade social. Ora, quando as ideias prestigiosas do centro são chamadas para explicar a realidade acachapante do Brasil, se produz muitas vezes um choque que acaba por demonstrar as limitações dessas ideias, tanto cá quanto lá. A falsidade revelada aqui dá pistas para entender a falsidade de lá, e é nesse sentido que a peculiaridade brasileira pode ter significado mais geral. Entender as formas como as noções correntes não funcionam no Brasil ajuda a ver o que elas escondem também em seus lugares de origem.<sup>276</sup>

Na verdade, as relações é que se tornaram mais sutis e superficiais, dando a impressão de que não há mais domínio de uns sobre os outros. Os personagens é que não são mais tão nítidos como antes. O hibridismo acrítico os torna amorfos. A aceitação da hegemonia cultural, por vezes imperceptível, ocorre por cooptação, não por imposição. Acreditando deter poder de escolha, achamo-nos autônomos. Mas, na verdade, não questionamos porque não sentimos o engodo de uma liberdade que não é para todos.

Assim como as culturas oficiais foram forjadas mediante o silenciar de outras vozes, no qual “a cultura nacional se tornou uma característica chave da industrialização e um dispositivo da modernidade”,<sup>277</sup> o discurso de uma cultura global pode resguardar uma lógica similar de homogeneização nociva. Mesmo que não entendam dessa maneira, pois apegadas ao imediatismo e movidas pelo materialismo, também os detentores do poder econômico tendem a sofrer as consequências da degeneração humana a narrativas cada vez mais reducionistas. Deve-se buscar um equilíbrio entre o global e o local: podem se complementar.

---

<sup>275</sup> HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 30.

<sup>276</sup> CEVASCO, Maria Elisa. Hibridismo cultural e globalização. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan./jun., 2006, p. 134. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1408/1275>> Acesso: 20 jun. 2018.

<sup>277</sup> HALL, Stuart. Op. Cit., p. 50.

Conforme defendemos que os saberes não devem ser compartimentados, pois somente serão compreendidos se inter-relacionados, de forma holística, também as culturas não devem a pretexto identitário se fechar em si mesmas. Somente o contato, dotado de criticidade, umas com as outras lhes possibilitará a clareza necessária sobre si mesmas e os outros. Criando vínculos de interlocução global que nos unirão finalmente como seres universais apesar das diferenças e por meio delas mesmas. Uma identidade ao mesmo tempo dotada de raízes locais e galhos distribuídos aos quatro ventos globais. Extremidades ligadas por um tronco nutrido de contínua seiva de reflexão e crítica social.

A hibridização possui um potencial globalizador ao qual não devemos temer. O Brasil, de certa forma nasce híbrido. Contudo, diz Néstor Garcia Canclini<sup>278</sup> que, mesmo em um cenário global, jamais chegaremos a ter contato com todas as culturas, ainda mais em sua totalidade. Com as quais tivermos contato, apenas apreenderemos parte de seu arcabouço cultural acumulado, e mesmo assim, somente se estivermos propensos à interatividade sem categorização. O que já seria suficiente para aliviar o conflito conceitual, inevitável quando nos deparamos com realidades distintas às nossas.

Conceituando-se híbrido como algo surgido da junção de espécies diferentes, assume-se o hibridismo cultural como o surgimento de uma cultura distinta daquelas que a originaram. Traz algo de ambas, mas que não é mais nenhuma delas, é algo novo. Hibridismo não é bom ou ruim. É uma realidade adaptativa com a qual temos que lidar em um contexto cada vez mais globalizado, no qual devemos ter consciência das adaptações ocorridas. Pois, se hibridismo já foi visto como degeneração racial e cultural humana, na contemporaneidade tem sido usado por alguns para condicionar a cultura mediante objetivos mercadológicos.

O fator positivo existente em ser híbrido tem sido desvirtuado e perde-se a chance de promover um diálogo e uma profusão de intercâmbios, os quais podem surgir da superação dos temores ao que seja diferente, pois também somos diferentes para alguém.

Em sua obra “Hibridismo Cultural”, Peter Burke<sup>279</sup> discute sobre várias concepções possíveis sobre o processo de hibridização, entre os quais destaca-se que não se trata de uma mera assimilação passiva, mas de uma inovação. Entretanto, chama a atenção ainda para o fato de que mesmo considerando-se uma sociedade como produto notório de hibridismo, esse não se procede da mesma maneira em cada uma das esferas que compõem a dinâmica social dessa sociedade, e, mesmo cada grupo social pode ter visões e comportamentos distintos

---

<sup>278</sup> CANCLINI, Néstor Garcia. **La globalización imaginada**. Buenos Aires: Paidós, 1999, p. 123.

<sup>279</sup> BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006, p. 27.

sobre um mesmo fator. Todavia, o hibridismo não representaria uma mera imitação e sim uma mediação entre culturas distintas. É sempre uma resposta dada por parâmetros locais ainda que estejam presentes elementos de inspiração externa.

Assim como P. Burke, Néstor Garcia Canclini,<sup>280</sup> é um entusiasta do hibridismo. Concebe que a predicação do hibridismo vem a suplantar em vantagens conceitos ultrapassados de superioridade racial baseados em uma ilusória pureza étnica. Acredita que a hibridização é um fator estratégico que conduziu as Américas, especialmente a latina, à modernidade, e, também ocasiona a sua escalada para um patamar pós-moderno, multicultural em termos de trocas simbólicas entre povos, possibilitando o diálogo intercultural.

Canclini pressupõe Cultura como representação, como construção. Não sendo inata e sim aprendida não faria sentido hostilidade entre povos a pretexto de genuinidade, de superioridade ou quaisquer fatores culturais de diferenciação. A hibridização teria permitido a sobrevivência de traços da cultura nativa em meio a uma cultura originalmente de elite, mas que também se transformou perante as novas influências, fossem indígenas ou africanas. A circularidade teria propiciado que barreiras culturais se tornassem mais finas, ainda que as econômicas e sociais persistam. Culturas mescladas e originais surgiriam desse caldo.

Stuart Hall,<sup>281</sup> descreve que o caminho do hibridismo se encontra repleto de disparidades sociais e negociações entre culturas que quase sempre não dialogaram em níveis de valoração identitária equiparáveis. Isso tornaria ainda mais difícil os encontros culturais para aqueles em posição de desvantagem tecnológica. Situações por si só já propensas ao insólito, ao indefinido, ao sempre inacabado, próprios ao hibridismo, seriam agravadas diante diferenciações categoricamente conceituais, mas que culturalmente, não se sustentam.

Não obstante a ação dos oportunistas, o que temos devemos destacar é que a busca por ressaltar identidades surge em momentos de conflito, de crise paradigmáticas dos ordenamentos sociais. Nesse sentido, a sociedade híbrida estará sempre em conflito, pois sempre em mutação. Se bem conduzido, no sentido de beneficiar a todos, esse processo ininterrupto pode ser canalizado para promover justiça social, caso seja pautado na crítica e autocrítica, baseando-se na visão dos historicamente marginalizados, sem desconsiderar a dos demais. Oswald de Andrade já prenunciava esse potencial antropofágico da hibridização,

---

<sup>280</sup> CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 2011, p. 284.

<sup>281</sup> HALL, Stuart. Op. Cit., p. 88.

propiciando a dominação da influência colonizadora pelo colonizado, subvertendo-a a seu favor.<sup>282</sup> O hibridismo tem o poder de revigorar as culturas e os povos.

Diferente de outros povos, nos quais a hibridização enquanto processo se perde no tempo ou na não admissão social, o Brasil é nitidamente híbrido, mas sua hibridização se fez forçada. Alguns dos componentes daquele enredo histórico não tiveram escolha. Mesclar significava sobreviver. A visão de depreendemos do conflito é a de que não precisa ser visto apenas por um lado negativo: a tensão gerada por ele pode ser invertida e transformada em base para o conhecimento e autoconhecimento, em meio à Educação Intercultural.

No que diz respeito às escolas, são lugares em que transitam inúmeros referenciais culturais distintos, mas pouco explorados nas atividades correntes. O cotidiano dos alunos e os assuntos que se comentam nos horários de intervalo ou recreativos não são aproveitados em sala de aula como temas dos quais se possa munir de significação ao mesmo tempo prazerosa aos educandos e eficiente enquanto fomento ao saber didático. Em nosso trabalho buscamos nos aprofundar naquele ambiente cultural para gerar uma resposta coerente.

A presença de diferentes temporalidades e fontes de natureza distinta são pertinentes à nossa proposta. As oficinas foram também a ocasião de se fazer um contraponto entre as narrativas e o que se percebeu atualmente naquele local. Seja em âmbito social, de convívio entre as pessoas, bem como sua relação com o meio circundante, inclusive ambiental, no que concerne à atividade de exploração agroindustrial que ali se empreendeu, deixando marcas indeléveis tanto na memória e cultura quanto nos recursos naturais.

Assim, a intenção foi efetuar um cruzamento entre visões oficiais e seu contrário, visões daqueles que detiveram os meios materiais para se expressar por meio de impressos, e remanescentes da memória oral de antigos moradores, tentando detectar em ambas as fontes suas próprias interpretações sobre uma mesma realidade. Reabilitar as diversas interpretações sociais é necessário, sobretudo as que não se fazem por suportes materiais registráveis, visando inclusive, buscá-las nas entrelinhas da narrativa aristocrática.

A denominada “história oral” pareceu-nos pertinente a este trabalho. Todavia, concebemo-la não como mais uma vertente da história, mas como um método adicional de

---

<sup>282</sup> ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>> Acesso: 22 jun. 2018.

produção de fontes, nem mais ou menos precioso que o das fontes escritas, contudo, uma ampliação dos mecanismos de análise à disposição do historiador.<sup>283</sup>

Dada a dificuldade de se encontrar fontes escritas ou obras acadêmicas a respeito das formas de condução e sobreposição de ocupação e uso do espaço na região tratada, desde a chegada da presença indígena até as levas ditas civilizacionais que se seguiram, com novos atores e ressignificações, a produção de fontes orais se mostrou inevitável. Entretanto, destacamos que a presença do observador pode interferir na fala do depoente, que a reelabora.

O próprio discurso civilizacional e de progresso é um recurso amplamente utilizado para refutar ocupações e visões anteriores. São estabelecidos limites e fronteiras ideológicas com relação aos que se consideram superiores aos demais.

Em se tratando de história cultural, a tradição oral coloca-se como algo a se lidar. Possíveis ambiguidades e contradições que possa apresentar não são maiores do que as encontradas junto aos registros escritos, a diferença se encontra, dentre outros aspectos, na forma de transmissão. Mas, ambas trazem em si características subjetivas de seus produtores, apesar dos suportes materiais poderem apresentar presunção de objetividade.

Obstante a pretensão de uma história total, esperamos preencher lacunas, efetuar careação entre fontes de natureza distinta, que podem se complementar ou se repudiar. Ou seja, à análise intrínseca segue-se uma extrínseca quanto às possíveis reações capazes de deflagrar esse encontro. Este, conduzido com acuidade, sensibilidade e de forma esclarecida, pode revelar ao sujeito os benefícios do compartilhamento de conhecimento e memórias, benefícios para si e para o grupo. A oralidade democratiza a história, tornando-a participativa.

[...] a exploração coletiva de histórias de vida em projetos participativos pode ajudar as pessoas a reconhecer e valorizar experiências que foram silenciadas, ou a enfrentar aspectos difíceis e dolorosos de suas vidas. [...] as novas histórias podem contribuir para divulgar as experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos ou marginalizados em narrativas históricas anteriores.<sup>284</sup>

Buscou-se os depoimentos de moradores que a comunidade considerasse como detentores de maior conhecimento sobre a história local. Mediante autorização prévia

---

<sup>283</sup> Reflexo de um implemento historiográfico há muito iniciado pelos Annales (França, meados do século XX), que buscava aproximação com outras disciplinas (Antropologia, Arqueologia, Sociologia...), bem como o uso de diversificados formatos de fontes inter cruzadas.

<sup>284</sup> AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Op. Cit., p. 71-72.

(escrita/assinada), conduzimos entrevistas semiestruturadas, nas quais o uso de instrumentos como gravador e suportes de captação de imagem (câmera fotográfica e/ou vídeo) somente foram utilizados sob autorização do entrevistado, após todas as explicações cabíveis quanto ao teor do trabalho, a que se destina e a forma como poderão ser utilizadas as informações captadas sempre com sua anuência.

Tomamos o cuidado na elaboração das questões, de modo a não causarem embaraços. É natural que algumas pessoas se sintam inibidas ante estranhos, mas com o esclarecimento quanto à importância da sua participação não só na entrevista, como na concretização do projeto de transmissão de seus saberes para os alunos (estreitar relações escola/comunidade), alcançamos convencimento quanto ao benefício mútuo aí presente.

Informa-se que a localidade de Anna Florência conta com os seguintes itens inventariados pelo poder público municipal: Capela Nossa Senhora da Conceição; Ruína da Estação Ferroviária de Ana Florência; Fazenda da Esperança; Fazenda dos Oratórios de Baixo; Conjunto de ruínas e Chaminé da usina; Escritório da usina. Esses, dentre outros elementos ainda negligenciados (costumes, hábitos, saberes etc.) foram mesclados e interagiram em atividades de Educação Patrimonial. Buscou-se estimular nos alunos a proatividade (auto condução) quanto às escolhas dos itens que a própria comunidade revelasse interesse ou viesse a ser despertada para sua importância em trabalhos que colocassem os alunos e familiares à frente.

Sem a identificação e apreensão por parte dos próprios sujeitos quanto aos objetos passíveis de se atribuir valor patrimonial de nada vale a ação do Poder Público, que não dispõe de onipresença para zelar por eles, daí a parceria com a população ser vital, e mais, prevista em lei<sup>285</sup> (Anexo V), daí a incoerência em se agir diferente. As práticas<sup>286</sup> de proteção

---

<sup>285</sup> Lei Municipal nº 1582/1990 (estabelece a proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova – artigos 1º; 4º; 7º); Lei Orgânica Municipal de Ponte Nova - 2004 (artigos 245, I e III; 248); Lei Complementar nº685/2003 (Plano Diretor Municipal – artigos 5º, III; parágrafos 1º, I e II; 30, I, II, III); Lei Municipal nº3049/2007 (Institui a forma de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural do Município de Ponte Nova).

<sup>286</sup> A perspectiva que propomos visa a suscitar uma reflexão e se colocar como uma crítica, um contraponto a prática equivocadas de “proteção patrimonial” sob a anuência do Poder Público. A exemplo do ocorrido em Ponte Nova por ocasião do início do processo de inventariamento oficial do Patrimônio Cultural da cidade. Naquela data (2009), o Poder Executivo Municipal contratou uma empresa especializada na prestação desse tipo de serviço (“Memória Arquitetura Ltda.”). A empresa efetuou amplo trabalho de levantamento e pesquisa da história local, mapeando o centro histórico da cidade no intuito de consubstanciar o Inventário. Propôs-se o Tombamento do núcleo histórico em seu conjunto. Notificados oficialmente de um processo que se fazia avançado, sem prévia explanação coletiva quanto a seus meandros e objetivos, surpreendidos teriam ficado os proprietários dos imóveis. Todavia, o Decreto Lei 25 de 1937, em seus artigos 8º e 9º, ampara a ação administrativa executiva, obedecidos os devidos contraditórios e prazos legais, a efetivar de ofício o referido

patrimonial somente serão bem-sucedidas quando envolverem as pessoas comuns em todo um processo conduzido de forma clara e sensível, após as devidas explicações quanto aos benefícios sociais (individuais e coletivos) em ações contínuas de reabilitação da história.

Educação Patrimonial significa educar para saber se relacionar melhor uns com os outros e todos com o ambiente. Tem a ver com vivenciar, conhecer para reconhecer, para respeitar, para se apoderar. Educar não é domesticar, é criar seres humanos cada vez melhores, dotados de respeito por si e pelo outro mediante alteridade.

Ao considerarmos as informações oferecidas por fontes orais tanto as que produzimos quanto as produzidas pelos alunos junto a seus familiares vizinhos, tornou-se possível não somente uma maior interação entre objeto e pesquisador. Propiciou-se que as misturas culturais regionais pudessem aflorar, ser detectadas e analisadas.

Ao dispormos os educandos e a comunidade como coatores desse processo, que também guardou um relevante teor cognitivo, a produção de fontes orais pode suscitar a autoanálise e propiciar a transposição das barreiras do óbvio e banal ao perceptível e reconhecível. É preciso trabalhar com o que se tem e não esperar condições ideais.

A Lista de bens Inventariados e Tombados de Ponte Nova e da localidade Anna Florência (Anexos I e II, respectivamente) serviu para a percepção e crítica quanto à forma de sua produção. Destituídos da valiosa discussão que poderia ter gerado em sua plena elaboração contribuem para a verticalidade. Privilegiando bens representativos de um só grupo social, traduz-se no presente um equívoco do passado. Marginaliza-se aqueles cujas

---

processo, inscrevendo-se o bem em Livro apropriado, uma vez detectada e confirmada a relevância cultural do mesmo, ainda que à revelia de alguns. A relevância foi detectada enquanto motivador para a elaboração do Inventário, e o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural aprovou o Tombamento provisório do Núcleo Histórico Urbano de Ponte Nova. A Notificação aos proprietários comunicava-os desse fato, além de informar que a documentação se fazia disponível para consulta junto à Secretaria Municipal de Cultura, bem como a possibilidade de impugnação no prazo de 15 dias. Ante a reação contrária dos proprietários, houve interrupção do processo. Estranho nos parece que cópia das notificações tenham desaparecido, restando apenas o Edital Oficial assinado pelo presidente do Conselho, informando ao público quanto ao processo e ao encaminhamento das notificações aos proprietários. Nenhum documento de impugnação foi encontrado. O levante da classe abastada parece ter surtido efeito e o assunto teria se transformado em um tabu. A documentação que compôs o Inventário incluía uma divisão do território do município em quatro seções. O objetivo desse tipo de divisão e facilitar o planejamento do mapeamento dos referenciais culturais de cada área. Diante da polêmica inicial com a tentativa de tombamento no núcleo histórico, os entes políticos que se sucederam àquela administração executiva parecem ter preferido recuar a solucionar a questão. O problema foi sendo protelado, mas o mapeamento inventarial seguiu seu curso avançando sobre outras áreas da cidade para identificação Cultural, a exemplo da localidade de Anna Florência. Atualmente a cidade apresenta a seguinte problemática: diante do custo considerável representado por aquele inventariamento que não teve prosseguimento e finalização eficaz, em 2015 o Ministério Público imputou o Poder Executivo pelo ocorrido, compelindo-o a assinar um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), no qual um prazo foi instituído para se finalizar o processo, devendo se transcorrer com clareza e ampla divulgação à população. Audiências públicas realizadas, em 2017 e 2018, somente fizeram expor a extensão do problema e mais uma vez o recuo das autoridades.

manifestações se dimensionam pelo intangível. Conforme se constata nas páginas do anexo I, o Brasão do município em questão dispõe lado a lado os personagens do colonizador e do índio como se na história e na sociedade tivessem dividido destaque similar.

[...] estabelecendo o diálogo e deixando um pouco de lado suas curiosidades imediatas, o historiador pode contribuir para favorecer ou acelerar a evolução do seu interlocutor, que pode passar da afirmação de sua obscuridade e de sua insignificância (“nada tenho de interessante para dizer”)<sup>287</sup> à construção de seu próprio relato.

Estrategicamente, direcionamos um processo de construção e reflexão coletiva, coerente com a vida atual a partir da percepção de outras narrativas ocorridas ali em outros tempos. Percepção entendida como a associação de ideias e lembranças em decorrência de estímulos do meio. Questões que envolvem atenção, experiência pessoal, emoção, motivação são determinantes. Por isso o contato entre jovens e idosos deve ser estimulado. A experiência destes pode ampliar a percepção daqueles.

As oficinas oportunizaram o contato entre os sujeitos para uma troca de saberes. Atuamos em dupla vertente: interna: orientando os participantes a encontrar e perceber a história e memória local como narrativas construídas, e as suas próprias concepções a seu respeito como interpretações subjetivas e plásticas, também passíveis de se colocarem como componentes de novas narrativas e desdobramentos transformadores; externamente: atuamos como agente exógeno, incitando o debate e analisando para nosso trabalho, o discurso oral e escrito, suscitados.

Contudo, admitindo que a presença do agente exógeno possa ocasionar a modificação do discurso e postura do sujeito de análise. São distorções com as quais aqueles que se propõem a uma prática de modelo etnográfico têm de enfrentar. Filtros interpretativos e sensibilidade para com esses aspectos podem auxiliar, amenizando os desvios. Mas, fugir a eles é algo impossível. As pessoas tendem a reformular sua fala e escrutinar os elementos a serem expostos conforme o perfil do ouvinte, ou mesmo, os interesses envolvidos

Jamais foi nosso intuito oferecer respostas e fórmulas milagrosas para resolução dos problemas locais ou educacionais. Queríamos apenas mostrar aos professores, comunidades e alunos que eles mesmos podem criar as suas respostas e soluções aos seus problemas cotidianos. Sem verticalização, sem capacitação específica para isso, como se a resposta

---

<sup>287</sup> AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Op. Cit., p. 41.

viesses de fora, de cima, como sempre ocorreu na nossa história. A autonomia e a atividade devem surgir da autoestima, da percepção da capacidade e aptidões natas que eles precisam reconhecer em si mesmos, apresentando-se o trabalho com seus referenciais culturais como o início de uma reflexão. Trabalhando com o que se tem em mãos (figura 27).

**Figura 27: Oficinas de memórias e saberes manuais (bordadeiras/tecelãs).**

**6/9/17 - Sras. Irene Penna e Lúcia Maria Penna dos Santos (antigas moradoras - bordadeiras)**

**13/9/17 - Sra. Rita de Cássia Santos (antiga moradora – bordadeira e tecelã)**



Fonte: arquivo pessoal.

Nesse sentido, faz-se uma crítica, de um lado ao engessamento curricular brasileiro, especialmente quanto à sua forma de elaboração, e, de outro, conforme afirma Miguel G. Arroyo<sup>288</sup>: às pretensas respostas inovadoras que, vez por outra, direcionam políticas públicas como respostas aos nossos problemas educacionais. Para convencerem de suas propostas, essas políticas criam um discurso que subestima as aptidões e preparo dos professores, dispondo o cenário que se apresenta como irremediavelmente negativo caso a proposta que é apresentada não seja implantada. Uma estratégia de poder e convencimento.

<sup>288</sup> ARROYO, Miguel G. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas (SP) Papirus, 1999, p. 131-164.

A pretexto disso capacitações e requalificações dos professores seriam conduzidas, sem nem ao menos consultá-los a respeito do que seria mais adequado para a realidade em que atuam. Essa própria realidade cabível de um diagnóstico sócio-histórico-cultural prévio.

Essa cultura política, que pensa a educação básica do alto, que decide de fora para os seus professores, vem se mantendo com os mesmos traços por décadas. Apenas podemos notar que tenta se democratizar conforme o estilo de formulação das políticas de intervenção. [...], criam-se canais para que os professores deem palpites no momento de planejar e elaborar as propostas, para que se sintam mais comprometidos com elas e as adaptem à realidade específica de *sua* escola e de *sua* turma. Uma solução insuficiente, [...]. Não se muda por intervenção, nem sequer construindo "participativamente" intervenções ou modelos para que os professores os adaptem a sua realidade. A questão é repensar esse estilo de inovação escolar via modelos e via consenso e adesão na aplicação de modelos.<sup>289</sup>

Na prática, os profissionais da Educação Básica adotariam tais propostas superficialmente, como protocolo a se cumprir por determinação hierárquica. Em sala de aula, cada um concebe seu estilo de trabalhar, alheio a políticas das quais, quando é convocado a participar, é apenas para escolha em um rol de modelos pré-estabelecidos.

Em verdade as opções apresentadas não só se assemelham como apresentam a disfunção de não terem sido construídos pela própria escola para a qual se direciona. Mais uma vez a hierarquização, a centralização decisória verticalizada, obstáculo à cidadania. A educação continuada dos professores é necessária, mas sobre outra perspectiva.

Assim, enquanto os pretensos especialistas em Educação e Políticos Oportunistas insistirem em produzir a cada novo governo uma fórmula infalível para melhoria educacional, sem considerar a voz dos atores diretos desse processo: professores, alunos e comunidades atendidas, a simulação educacional é o que teremos.

Vislumbrando a questão curricular, é interessante salientar uma similaridade ao que ocorre com os processos da memória e com a Patrimonialização Cultural: nos deparamos com escolhas sendo feitas, nesse caso, referente aos conhecimentos e saberes alcançados e construídos pela humanidade. A questão está em quem terá a prerrogativa de escolha. Uma democracia simulada persiste. Cidadania não é apenas poder escolher, mas construirmos nós mesmos nossas escolhas, sem intervenções ou interferências.

---

<sup>289</sup> ARROYO, Miguel G. Op. Cit., p. 133.

Três grandes vertentes de Teorias Curriculares surgiram no decorrer dos anos: Teorias Tradicionais, focadas principalmente no método e organização de transmissão do conteúdo; Teorias Críticas, focadas principalmente no desvendar de relações sociais de produção, referente à reprodução cultural e relações ideológicas de poder; e Teorias pós-críticas, focadas principalmente nos mecanismos identitários, as diferenças culturais e alteridade, os significados e representações, multiculturalismo e discurso.<sup>290</sup>

O nosso trabalho empenhou-se em incluir na terceira vertente, tratando de alguns elementos presentes na segunda. É importante ressaltar o conflito inerente às relações culturais, realizar sua crítica e traçar projetos sistematizados de superação de obstáculos materiais e imateriais à justiça social. Entretanto, o que ainda predomina em grande parte das políticas públicas e instituições escolares é a visão percebida nas Teorias Tradicionais baseadas na unilateralidade cultural.

Nessa distorção, mesmo que os PCNs indiquem nos Temas Transversais, em particular, na Pluralidade Cultural, algo que seria óbvio de ditar os rumos educacionais em um país tão múltiplo de realidades como o nosso, ainda assim se insiste em homogeneizar. Isso atende a apelos globalizantes por modelos incoerentes com nossas necessidades. Falar de Currículo Escolar diz respeito a tratar do que será ensinado, como e com que objetivos. Isso pressupõe uma sintonia com a História e Cultura locais da sociedade na qual atuamos.

Além do Inventário Oficial, o Currículo Escolar pode se colocar como objeto a se analisar. Expressam uma narrativa, uma intenção proveniente do modo de pensar dos seus formuladores, e estes, por sua vez, sob a influência do modo de pensar de uma sociedade, manifestam na forma de educar, seus valores e anseios, indicativos do tipo de sujeito que se espera formar. Ou seja, neutralidade e imparcialidade são mitos. É o que se constata quando se percebe privilégios conferidos mais a alguns conteúdos em detrimento a outros. Assim será possível perceber como a sociedade se organiza em dado momento.

Dispondo da Cultura como um elemento estratégico de reflexão, quanto às formas de sua utilização, o poder daí emanado pode se prestar ao contraponto ante seu controle e manipulação. Isso muni de forças aqueles capazes de compreender o caráter formulado por detrás de quaisquer narrativas, guardando todas uma intencionalidade (consciente ou não) daqueles que as engendraram, sob a égide sócio histórica da sociedade na qual se formaram.

---

<sup>290</sup> PADILHA, Paulo Roberto. Op. Cit., p. 116.

Paulo R. Padilha, em seus estudos referentes à influência Cultural na Educação, procede a uma síntese de aspectos que comporiam uma dimensão complexa de Cultura cujas características precisamos apreender:

- é sobredeterminada nas suas manifestações e não se apresenta de maneira neutra ou unívoca;
- deve ser objeto de uma análise transcultural para que a possamos melhor compreender quando aproximamos diferentes pessoas, grupos sociais, instituições e sociedades;
- desenvolve-se na conjunção complementar das relações individuais e identitárias, nas relações de alteridade e das relações do homem com o seu ambiente;
- representa a totalidade social mais vasta da sociedade;
- inclui diferentes sistemas sociais: normativos, relacionais, de representações, de expressão, de ação através dos quais permite a apreensão da totalidade social, por meio de diferentes produções humanas: artesanais, artísticas, econômicas, políticas e religiosas dum grupo ou duma sociedade;
- compreende o conjunto, socialmente significativo, dos comportamentos, dos saberes, do saber-fazer e do poder-fazer específicos dum grupo ou duma sociedade, adquiridos por um processo contínuo de assimilação e de inculturação que são transmitidos à comunidade;
- caracteriza-se por sua própria mobilidade e fluidez, processo e criação;
- os seus elementos fundamentais, constituídos pelo homem na sua realidade individual e pessoal, pela comunidade organizada e estruturada, pela relação mútua entre o homem e o meio ambiente, a sua própria natureza, o território, o espaço, a técnica e a visão cosmológica, e pela relação de temporalidade, como elemento estruturante e estruturado da cultura, interagem em todos os seus sistemas formais e em todas as suas práticas simbólicas;
- é constituída também pelos fatores de unidade e de diversidade, de variedade e de variabilidade cultural;
- consiste na consciência crítica das relações, dos textos, dos contextos em que as mesmas se dão;
- consiste também em estruturas de significado socialmente estabelecidas. É um contexto dentro do qual os signos podem ser descritos de maneira intelegível;
- é um segundo mundo, criado e recriado pelo homem, que se integra e ao mesmo tempo responde aos desafios do seu contexto, seu contexto, autoobjetivando-se, discernindo-se e transcendendo-se ao domínio da história e da sua própria cultura.<sup>291</sup>

---

<sup>291</sup> PADILHA, Paulo Roberto. Op. Cit., p. 188-189.

Somente dimensionando esse arsenal de aspectos e variáveis é que poderemos construir Currículos coerentes com a Pluralidade Cultural, sem pré-julgamentos ou transposição de ideias, mas o que efetivamente é adequado a cada realidade. A escola poderá ser capaz de se nutrir dos saberes comunitários, e estes, dos provenientes da escola, para melhoria das condições sociais. Desestabilizar paradigmas e contribuir para a construção de identidades multiculturais é dever da escola. Além disso, esse multiculturalismo precisa ser parâmetro para a formulação de políticas públicas em geral.

Devemos compreender a Educação enviesada pela inevitável experiência cultural a que a existência humana está submetida, como um invólucro que passa a nos envolver ao deixamos o útero. Substituindo aquele invólucro natural, a Cultura é uma construção artificial humana que também, analogicamente à película placentária, intermedia a relação do ser com o meio externo, simultaneamente se nutrindo dele, mas protegido dele.

Até aqui considerávamos o pluralismo cultural como vertente mais interessante dentre as demais que compõem o pensamento multicultural (outras são provenientes da assimilação ou da integração cultural). Mas, a proposta defendida por Paulo R. Padilha quanto ao interculturalismo<sup>292</sup> nos foi reveladora. Se alia ao que concebemos com melhor opção, mas por vezes as terminologias e teorias não são suficientes para expor nossas percepções.

A dimensão de Cultura considerada pelo interculturalismo admite o dinamismo próprio de culturas não estáticas e isoladas. Mesmo diante do primeiro contato direto com o diferente, concepções mentais se encarregam de efetuar analogias, até que o contato direto se faça, e, da interação, ininterruptamente, intercâmbios simbólicos e referenciais procedem apreensões cognitivas, reformulações e ressignificações. Estamos em constante metamorfose.

Estruturas socioculturais são incessantemente modificadas. É preciso treinar nossa percepção para a captação sensível do outro em si, e ser receptivo quanto à riqueza de experiências que isso possa nos proporcionar. O conhecimento e sua maturação para a sabedoria frutificam desse incessante movimento entre estado de questionamento/desequilíbrio e busca por reequilíbrio, refletindo-se em atitudes renovadas.

---

<sup>292</sup> PADILHA, Paulo Roberto. Op. Cit., p. 209.

No plano educacional, a interculturalidade sinaliza um projeto cujo objetivo é a intervenção nas mudanças induzidas a partir do contato e da interação entre sujeitos e sua diversidade, de maneira que promova atitudes abertas ao confronto e conduza processos integradores entre culturas.<sup>293</sup>

A diversidade de culturas é salutar para retroalimentar essa dinâmica dialética de modo a fortalecer a própria humanidade. Insistir que uma via homogeneizante seja possível ou o melhor é gerar um sofrimento ainda maior e desnecessário, pois a interlocução entre culturas, por si só, já não se faz sem certo desconforto. Aceitar e respeitar que se diferenças individuais são uma realidade no interior de um mesmo grupo, auxilia a ampliar esse pensamento para grupos distintos que venham a ter contato, digerindo melhor as experiências.

É fato que todas as culturas têm sua dinamicidade e nela se ressignificam. Assim, todas têm seus processos internos, o que lhes possibilita preservar suas singularidades, sua diversidade; concomitantemente, estabelecem relações e constituem vínculos com outras culturas, mediante processos de negociação que lhes possibilitam viver junto às demais. Nesse movimento, muitas vezes conflitivo, apropriam-se de aspectos dessas culturas, e nesse movimento reinventam a sua própria vida. Essas relações internas e externas estão diretamente relacionadas ao contexto e ao espaço onde cada cultura está inserida e se desenvolve.<sup>294</sup>

Conceber a inevitabilidade e as oportunidades que relações cada vez mais propensas ao hibridismo se intensificam em um mundo globalizado é permitir fluir a vocação humana para o novo, para a adaptabilidade responsável por nos trazer até aqui. Isso é libertador.

Mas há de se fazer uma categorização explicativa: multiculturalismo ou multiculturalidade (o termo dependerá da sociedade em que surge) se aplicaria à condição de realidades constituídas por elementos de origem cultural diversas, dadas historicamente e/ou circunstancialmente (no caso da formação brasileira e de outros locais; no caso do aumento do fluxo de imigrações e diásporas modernas). Já o termo intercultural diz respeito à dialética entre culturas. Em qualquer dessas esferas a crítica deve ser o viés condutor, de forma que esses convívios e trocas se façam de forma consciente e não hierarquizante.

---

<sup>293</sup> COPPETE, Maria Conceição; et. al. Educação para a Diversidade numa perspectiva intercultural. In: **Revista Pedagógica** - UNOCHAPECÓ, Ano 15, v. 1, nº 28, jan./jun. 2012 Disponível em: <file:///C:/Users/administrativo/Downloads/Dialnet-EducacaoParaADiversidadeNumaPerspectivaIntercultur-5611487.pdf> Acesso: 14 jul. 2018.

<sup>294</sup> Ibidem, p. 245.

O termo “multicultural” é puramente *descritivo*, porque descreve a realidade das sociedades nas quais coexistem distintas culturas, enquanto que o termo “intercultural” é normativo, posto que se refere a um processo de intercâmbio e interação comunicativa que seria desejável nas sociedades multiculturais [...].<sup>295</sup>

As teorias interculturalistas apontam para uma perspectiva de complementaridade entre as diversas culturas para um mútuo benefício. Efetuando trocas entre elementos presentes em uma e em outra não, mas de maneira seleta quanto ao que venha ser coerente a aglutinar do outro em nós mesmos com relação à realidade em que nos encontramos e produzimos nossa cultura, de modo a auxiliar a encontrar respostas a nossos próprios questionamentos contextuais, ou mesmo, àqueles surgidos do contato com o outro.

Currículos interculturais podem auxiliar nessa compreensão ampliada do mundo, desde que não estabeleçam modelos, pois a essência desse pensamento é a adaptação constante, ligada a demandas sociais contextualizadas, considerando:

- espaços e tempos relacionados às perspectivas da educação para a cidadania;
- a explicitação dos princípios da justiça social que fornece motivos racionais, que justificam a crítica das relações sociais que impedem a satisfação equitativa das necessidades humanas, e,
- a inclusão da noção de responsabilidade individual, que é central para estabelecer moralidade e ética em educação.<sup>296</sup>

Entretanto, há de se conceber também que para possibilitar a interlocução transcultural, em meio a uma mesma sociedade ou sociedades distintas, é preciso que elementos valorativos universais estejam convencionados entre elas propiciando comunicação, além da motivação à cooperação mútua, por exemplo: valorização da vida, da liberdade, do aprendizado, do respeito pelo outro... Tomar consciência crítica da nossa própria cultura e modo de vida mediante a percepção do outro em sua cultura.

As identidades que daí podem surgir têm grande chance de se diferenciar daquelas construídas historicamente, constituindo grupos apartados uns dos outros. Ao contrário, estarão deliberadamente abertas ao intercâmbio, em permanente construção. Interação é a palavra chave nessa intertranscultuação.

---

<sup>295</sup> PADILHA, Paulo Roberto. Op. Cit., p. 217.

<sup>296</sup> Ibidem, p. 229.

Uma interação que seja consciente e desejada, paralelamente concebendo um Patrimônio Cultural comum de toda humanidade, reconhecido pelos diversos grupos, a Patrimônios Culturais locais, respeitados por todos os entes sociais. O cerne disso é uma superação do temor à diferença: a receptividade enquanto atitude transcendente.

E quanto à Educação? Na prática da sala de aula, como o aprofundamento nessas discussões referentes às culturas, incluindo sua abordagem patrimonial, podem auxiliar no aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, sob uma perspectiva de crítica a mudança social? É preciso encontrar um ponto de entendimento entre as pessoas, apesar das diferenças:

[...] enfrentarmos o desafio, na sala de aula e na escola, de trabalhar com o diferente, com as diferenças e sabermos construir um processo educacional no encontro dessas diferenças que, longe de se constituir algo linear, fácil, calmo, é espaço de conflitos, de explicitação de interesses, de jogo de poder, de diferenças, logo, de divergências. Por isso mesmo, um espaço criativo, pois quando se diverge, posicionamentos diferentes podem emergir e trazer um novo cenário, um novo contexto, um novo referencial para as relações humanas, pessoais e interpessoais na escola, constituindo o que chamaremos, depois, de currículo intertranscultural.<sup>297</sup>

É esperado que a dinamicidade desse processo revolucione o ambiente escolar, influenciando nas conceituações de mundo e nas próprias matrizes culturais dos sujeitos envolvidos, que devem estar preparados para as mudanças cognitivas e comportamentais que daí possa surgir. A imprevisibilidade é sempre mais estimulante à criatividade.

Aos professores e demais profissional da escola cabe uma sensibilidade e compreensão quanto à heterogeneidade de sujeitos culturais que possam se encontrar presentes no meio escolar. Perceber o quanto se pode explorar essa diversidade como um potencial a se estimular para o ganho comum. A curiosidade, criatividade e autonomia dos alunos devem ser aguçadas, bem como a pesquisa, o trabalho conjunto e a crítica. Uma Educação não focada na recompensa ou no resultado, mas no processo de desenvolvimento.

Nesse sentido a perspectiva por diretrizes e não por parâmetros se mostra menos demarcadora de limites. A informalidade do Currículo é o mais desejado, pois deverá se adaptar a realidades locais e promover a condução por projetos nascidos de situações-problema que forem surgindo e se modificando ao longo dos estudos. Gerir significa também

---

<sup>297</sup> PADILHA, Paulo Roberto. Op. Cit., p. 251-252.

a adesão e cooperação de todos os envolvidos em uma proposta de mudança construída em conjunto. (Anexo VII – Orientações para elaboração do currículo intertranscultural).

Atribuir sentido ao conhecimento histórico por meio da cultura é crucial não só para a compreensão de realidades locais, mas para gerar habilidades de análise e reflexão de outras realidades. A pesquisa pode contribuir para o aluno adquirir tais habilidades e perceber como se constrói o conhecimento histórico e como se constituem as culturas. Poderá surgir uma percepção da dialética permanência/transitoriedade, conforme novas perspectivas e elementos vão surgindo. Poderá por si só estabelecer relações entre presente e passado, analisando questões contemporâneas, tangenciando-se distintos momentos históricos para uma análise mais apurada.

Esse processo os auxiliará a perceber o tempo histórico como uma construção social particular a cada sociedade. Sendo uma necessidade considerar as contribuições dos diversos grupos sociais a compor as sociedades, estabelecendo contrapontos à história dita oficial, de modo a contribuir para uma prática de cidadania pelos diversos indivíduos.

É importante levar o aluno a perceber que não existe unicidade quanto a uma História Brasileira, ou de qualquer outro lugar. Existem múltiplas versões suplantadas por uma convenção social, não discutida pela coletividade. Nesse sentido os conteúdos sugeridos pelos PCNs, referentes à Pluralidade Cultural, mesmo considerando as limitações discursivas e políticas dadas por esse formato por parâmetros, representam um avanço.

Ainda assim, o melhor seria que as localidades esquematizassem suas próprias versões e referências, admitindo a dignidade de todas as culturas e interlocução entre elas como necessária à sua revitalização e evolução. É preciso compreender as sociedades enquanto sistemas socioculturais.

Desse modo, a proposta de aperfeiçoamento Curricular mediante seu incremento baseado no Patrimônio Cultural oferece uma oportunidade de conhecimento dos muitos Brasis, caso seja construído pelas próprias comunidades que dele se servirão, imprimindo sua própria visão sobre as ocorrências sociais e históricas analiticamente.

A seguir incluímos alguns conteúdos trazidos pelos PCNs/Temas Transversais, bem como alguns conteúdos componentes do Plano Curricular Municipal de Ponte Nova, com os quais nossa proposta converge e se apresenta apta a contribuir não somente como incremento, mas uma forma de repensar a sociedade e o próprio processo educacional.

## CONTEÚDOS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS TEMAS TRANSVERSAIS – PLURALIDADE CULTURAL

### PLURALIDADE CULTURAL NA FORMAÇÃO DO BRASIL

- **Levantamento, análise e valorização da contribuição das diversas heranças etnoculturais, como mecanismos de resistência ante as políticas explícitas de homogeneização da população havidas no passado.**

Diante da busca de homogeneização cultural que se tentou impor, diferentes grupos no Brasil tiveram de resistir, recolocar-se, recriar-se, de forma ativa em diferentes momentos da história. O conhecimento desses mecanismos de resistência permite entender, também, como a formação econômica do Brasil tem-se feito com a contribuição de diferentes grupos etnoculturais, em situações muitas vezes adversas para tais comunidades.

Trata-se, também, de valorizar a ação de grupos, comunidades e movimentos como mediadores da ação do cidadão na sociedade e na constituição do Estado, como se verifica na história. A compreensão da sua diversidade, assim como a complexidade que envolve a interação entre grupos, comunidades e movimentos, tal como expressa na formação do Brasil propicia a percepção da importância da participação de cada cidadão em diferentes momentos e processos da cidadania, seja diretamente, seja como partícipe de uma comunidade que media essa presença ativa.

Recuperar as origens das diversas influências é valorizar os povos que as trouxeram e seus descendentes, reconhecendo suas lutas pela defesa da dignidade e da liberdade, atuando na construção cotidiana da democracia no Brasil, dando voz a um passado que se faz presente em seres humanos que afirmam e reafirmam sua dignidade na herança cultural que carregam.

Trata-se de ampliar o horizonte de referência do aluno, despertando sua curiosidade para o mundo que o cerca. Será a possibilidade de desenvolver um novo olhar sobre fatos e relações que os meios de comunicação aproximam da criança, vinculando-os à sua realidade. Será também a oportunidade de oferecer informações que contribuam para a superação do preconceito e da estigmatização, trabalhando a valorização da história de povos que, tendo construído o Brasil, foram injustiçados, como os índios e negros.

### O SER HUMANO COMO AGENTE SOCIAL E PRODUTOR DE CULTURA

Ao pressupormos o ser humano como agente social e produtor de cultura, evocamos a emergência de suas histórias, delineadas no movimento do tempo em interação com o movimento no espaço.

Esse movimento, por sua vez, é mediado por diferentes linguagens, cujas expressões denotam traços de conhecimentos, valores e tradições de um povo, de uma etnia ou de um determinado grupo social. Nesse contexto, as imagens construídas pelos gestos, pelos sons, pela fala, pela plasticidade e pelo silêncio implicam conteúdos relevantes para a construção da identidade, pois é nesse universo plural de significados e sentidos que as pessoas se reconhecem na sua singularidade.

É no interior desse amálgama que podemos articular os conceitos de agente social e produtor cultural. Os conteúdos apresentam-se numa relação de igualdade, na qual não cabem avaliações preconceituosas e/ou pejorativas às diferenças de linguagens, tradições, crenças, valores e costumes, com o objetivo de valorizar os seres humanos.

**• Conhecimento de usos e costumes de diferentes grupos sociais em sua trajetória histórica.**

Dentre usos e costumes que podem ser estudados, alguns são de particular interesse para o adolescente. Assim, o vestuário traz marcas de diferenciação de gênero, idade, posição social, profissão. Para o adolescente será fácil compreender tal diferenciação por dados de sua vida cotidiana: modelos e tecidos que jovens usam são exemplos dessas marcas diferenciadoras.

Outro assunto de interesse nesse nível escolar são as festas. Compreender que diferentes etnias desenvolvem diversas formas de organização de festas e celebrações, envolvendo diferentes níveis de participação, também permite essa compreensão pela aproximação que o adolescente pode fazer de sua própria vivência.

Os objetos presentes na vida diária ou marcados por um uso distintivo recebem, nas diversas etnias, formas de preservação; modificações quanto ao uso e/ou à tecnologia. Alguns são de uso pessoal, enquanto outros são exclusivamente de uso coletivo.

Aspectos de planejamento arquitetônico e decoração de moradias são também extremamente úteis para o trabalho referente à diversidade cultural.

Há exemplos de como se entrelaçam, no decorrer desse processo, o ser humano como produtor e seus produtos: como determinado utensílio ou objeto de grande valor cultural, de cunho sagrado é guardado ou como se procede à sua limpeza e manutenção, quem é o encarregado; como o boiadeiro cuida da sela que usa em seu cavalo, ou do berrante. O percurso dessa trajetória implica a reordenação de valores nas perspectivas individuais, intercâmbio, ampliação do conceito de cultura escolar, acesso ao acervo cultural, direito de produzir a partir de diferentes códigos e valores de diferentes culturas.

**• Conhecimento e compreensão da produção artística como expressão de identidade etnocultural.**

É possível encontrar diferentes formas de expressão das identidades étnicas. Na música, há possibilidades de explorar essa expressão pela origem dos ritmos, pelas características melódicas e pelos instrumentos utilizados. Nos ritos, a representação e a estética dos movimentos oferecem subsídios para a compreensão das identidades culturais.

Na escultura é possível encontrar elementos para o trabalho escolar no uso de materiais conforme a tradição local e a criação da forma na relação do homem com os elementos da natureza. Na pintura o mesmo se dá pelo efeito de sentido na interação das cores, traços, movimentos, figuras, expressando as relações do ser humano com o outro e com a natureza.

No teatro, podem-se desenvolver estudos e atividades sobre o caráter sacro-profano do espaço teatral, o que há de atrair a atenção do adolescente, em particular ao propiciar que integre suas vivências nesse campo, com o que analisa na escola.

Já na literatura, há um trabalho fértil a ser realizado sobre os movimentos e as escolas literárias, particularmente tendo em vista a constituição da identidade nacional, como obra constante e coletiva; a visão crítica dos valores de diferentes épocas; a denúncia e/ou as reivindicações de diversos grupos sociais, por intermédio de suas criações literárias. Cabe lembrar ainda a necessidade de trabalhar linguagens do mundo contemporâneo, em sua interação na vida cotidiana.

## **DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE CIDADANIA E PLURALIDADE**

### **• Prática e valorização da circulação de informações para a organização coletiva e como fundamento da liberdade de expressão e associação.**

A circulação de informações propicia a transparência no exercício do poder de que se encontram investidas as autoridades, ao mesmo tempo que se lembra que, no regime democrático, esse poder deve ter o povo como referência e como lastro. Trabalhar com jornais e desenvolver a iniciativa de dirigir-se, por carta, a órgãos de imprensa, em particular àqueles que oferecem suplementos voltados para adolescentes, poderá colaborar para o adolescente compreender mecanismos de intervenção social, a partir de iniciativas pessoais ou coletivas. Trata-se, portanto, de abordar o papel dos meios de comunicação na organização política, na valorização da diversidade e no fortalecimento do pluralismo político. Da mesma forma, cabe enfatizar a inserção dos adolescentes nos meios de comunicação, como público alvo e como consumidores, de maneira especial pela produção de cadernos ou suplementos.

### **• Compreensão da definição e do conhecimento de leis como princípios de cidadania.**

A percepção da possibilidade de interação efetiva com o social e a vivência de busca de subsídios permitirá ao adolescente compreender os processos pelos quais se passa em sociedade — local, estadual, regional, nacional — para a definição de leis. Tal vivência poderá se dar com intercâmbio direto com órgãos legislativos nos diversos níveis, propiciando exercício de cidadania.

Tendo tomado contato, nos ciclos anteriores, com a Constituição Federal de 1988, propondo direitos individuais e coletivos que representam conquistas históricas, além de apresentar mecanismos de proteção e promoção desses direitos, assim como com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o adolescente poderá, no terceiro e quarto ciclos, fazer análises de situações noticiadas pela imprensa e meios de comunicação em geral, assim como situações vividas diretamente em seu cotidiano, consultando esses instrumentos, entrevistando advogados de sua comunidade ou do entorno escolar, aprendendo a operacionalizar, em sua vida, o cumprimento de direitos e deveres. Em um país cuja história de opressão se fundou, entre outros elementos, no desconhecimento das bases do Estado Democrático de Direito, essa será uma contribuição para a consolidação democrática.

### **• Conhecimento dos instrumentos disponíveis para o fortalecimento da cidadania.**

Cidadania é prática, e a escola tem meios de desenvolver essa prática para trabalhar com o aluno não só a busca e acesso à informação relativa a seus direitos e deveres, como o seu exercício. Assim, consultas a documentos jurídicos nacionais e tratados e declarações internacionais poderá ser feita em sala de aula, continuando trabalho desenvolvido nos ciclos anteriores.

Da mesma forma, identificar e desenvolver alternativas de cooperação na melhoria da vida cotidiana na escola, na comunidade, na família é uma forma de prática de cidadania, no espaço imediato de vivência.

É importante também, entrelaçando com o tratamento dado à importância da imprensa, identificar situações na vida da comunidade, localidade, estado, país, que exigem ação

reivindicatória, assim como ação de cooperação, entendendo a dinâmica de direitos e deveres.

Em diferentes situações que se apresentem na vida diária da escola, será possível desenvolver uma atitude de responsabilidade do aluno pelo seu ser, como adolescente, exigindo respeito para si, cuidado com sua saúde, seus estudos, seus vínculos afetivos, sua capacidade de fazer escolhas e opções.

Da mesma forma, é importante enfatizar conteúdo já mencionado no primeiro bloco, referente à valorização, pelo adolescente, das oportunidades educacionais de que dispõe, como elemento de formação e consolidação de sua cidadania, potencializando-as o máximo possível. Esse cuidado é particularmente importante, tanto para evitar o abandono dos estudos, como na percepção e atitude dos alunos em relação à escola como instituição voltada para o bem comum, a qual cabe valorizar, cuidar e proteger.

Entrelaçando-se com Ética, é importante tratar da cidadania a partir de atitude de valorização da solidariedade como princípio ético e como fonte de fortalecimento recíproco.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA  
ENSINO FUNDAMENTAL



## PROPOSTA DE ENSINO

### Ensino Fundamental: Anos Iniciais

HISTÓRIA – 1º Trimestre		CAPACIDADE / HABILIDADE	
EIXO	CONTEÚDO	COMPETÊNCIA	
EIXO 1: SUJEITO E FATO HISTÓRICO	Permanências e rupturas.	- Compreender as transformações sociais, espaciais, culturais e históricas da comunidade.	- Caracterizar as transformações sociais, espaciais, culturais e históricas da comunidade.
	Vida Sócio familiar e comunitária.	- Compreender que as identidades e as diferenças entre os povos se constituem na relação com o outro.	- Perceber as relações sociais no espaço em que se vive.
	História e organização dos grupos sociais.	- Compreender a organização de diferentes grupos, e como se relacionam dentro de uma mesma coletividade.	- Compreender o princípio de alteridade. - Reconhecer-se como parte de um grupo (grupo escola / grupo comunidade). - Identificar e reconhecer a importância das regras de convivência estabelecidas nos diversos grupos. - Valorizar ações coletivas que impliquem em melhoria das condições de vida da localidade e/ou do bairro. - Conhecer o Patrimônio-Cultural da cidade.
EIXO 2 - HISTÓRIA TEMPORALIDADE	Temporalidade.	- Perceber e entender as transformações sociais, espaciais, culturais e históricas ocorridas.	- Perceber que os brasileiros continuam migrando: Um passado rural; A busca de novas terras. - Trajetória das etnias no Brasil. - Reconhecer que as cidades têm uma história: A cidade: presente e passado; Viver na cidade. - Reconhecer as trajetórias das etnias no Brasil.
	História dos povos Africanos e Origem do homem moderno.	Refletir sobre as diferenças físicas compreendendo porque somos diferentes e que o homem moderno nasceu na África.	- Compreender a história dos povos africanos trazidos para o Brasil e escravizados. - Identificar composição étnico, racial e social do povo brasileiro. - Compreender porque somos diferentes.
EIXO 3 - Cultura Afro - brasileira			

HISTÓRIA – 2º Trimestre			CAPACIDADE / HABILIDADE
EIXO	CONTEÚDO	COMPETÊNCIA	
EIXO 1: SUJEITO e FATO HISTÓRICO	Espaço Urbano e Rural.	- Perceber a historicidade do mundo em vive através do reconhecimento de transformações sociais, espaciais e culturais.	- Perceber as transformações que ocorrem nas cidades.  - Perceber o crescimento dos problemas urbanos.  - Conhecer a história da produção da cana-de-açúcar.
2-TEMPORALIDADE HISTÓRICA	História de Minas Gerais.	- Perceber a historicidade de Minas Gerais através do reconhecimento de transformações sociais, espaciais e culturais.	- Identificar a formação inicial de Minas Gerais no contexto da vida social, econômica e político-administrativa no século do Ouro.  - Compreender que o desenvolvimento da vida urbana em Minas Gerais foi incentivado pela riqueza do ouro e dos diamantes.  - Valorizar o patrimônio histórico-cultural identificando a diversidade de bens materiais e imateriais produzidos no âmbito de diferentes culturas, refletindo sobre várias dimensões da memória e compreendendo os bens culturais como componentes fundamentais da memória social e das diversas experiências humanas no tempo.

HISTÓRIA – 3º Trimestre			CAPACIDADE / HABILIDADE
EIXO	CONTEÚDO	COMPETÊNCIA	
EIXO 1: SUJEITO e FATO HISTÓRICO	Diversidade étnico - cultural.	- Reconhecer e valorizar a diversidade étnico - cultural.	- Perceber e <u>valorizar</u> as diferenças individuais e de grupos, a partir do conhecimento da história familiar, das pessoas da escola, da localidade e/ou do bairro.  -Reconhecer que a diversidade étnica contribui para a produção e diversificação cultural.

HISTÓRIA – 1º Trimestre			
EIXO	CONTEÚDO	COMPETÊNCIA	
EIXO 1: SUJEITO E FATO HISTÓRICO	Cidadania.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender os sujeitos como parte integrante da sociedade em que vivem.</li> </ul>	CAPACIDADE / HABILIDADE
	Construção da Sociedade Brasileira.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perceber e entender as transformações sociais, espaciais, culturais e históricas na cidade, no estado e no país.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender os conceitos de Inclusão e Exclusão Social.</li> <li>- Desenvolver o conceito de cidadania.</li> <li>- Compreender os costumes mantidos como tradição: comida, vestimentas, língua, religião, modalidades de trabalho, festas, tradições, lendas e mitos.</li> <li>- Identificar a população nativa local (indígenas), seu modo de vida e os confrontos com populações europeias.</li> <li>- Identificar a composição étnico racial, social e cultural do povo brasileiro.</li> </ul>
EIXO 3 – Cultura	Ocupação do território Brasileiro. Movimentos de resistência.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer as diferentes relações sociais e de ocupação do território Brasileiro.</li> <li>- compreender os movimentos da resistência dos africanos, valorizando as diferenças e rejeitando qualquer tipo de discriminação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perceber as relações de conquista e colonização: catequese, aldeamentos, frentes de conquista, com bandeiras e entradas para o sertão; escravização de índios e outras práticas de dominação e exclusão nos períodos colonial e imperial; políticas de aculturação dos povos indígenas.</li> <li>- Identificar quem eram, e como viviam os primeiros habitantes do Brasil.</li> <li>- Compreender a contribuição de diferentes povos para a formação do povo brasileiro.</li> <li>- Valorizar diferenças entre os grupos humanos, rejeitando qualquer tipo de discriminação.</li> </ul>

HISTÓRIA – 2º Trimestre		
EIXO	CONTEÚDO	COMPETÊNCIA
EIXO 1: SUJEITO E FATO HISTÓRICO	- Liberdade e participação.	- Compreender os sujeitos como parte integrante da sociedade em que vivem e com eles se inter-relacionam.
	Ocupação do território Brasileiro.	- Perceber e entender as transformações sociais, espaciais, culturais e históricas durante e após a ocupação do território Brasileiro.
	O Brasil Colonial.	
	A independência do Brasil.	
2-TEMPORALIDADE HISTÓRICA	<b>Temporalidade</b>	Construir as noções de temporalidade – tempo cronológico e tempo histórico.
		<b>CAPACIDADE / HABILIDADE</b>
		- Compreender a importância da participação popular nas formas de governo.
		- Aprender a importância do respeito aos direitos humanos.
		- Compreender o conceito de liberdade.
		- Compreender o processo de expansão do território brasileiro durante o período colonial.
		- Questionar, a partir do seu contexto sócio histórico buscando no passado, possibilidades de leitura e compreensão do presente.

HISTÓRIA – 3º Trimestre		
EIXO	CONTEÚDO	COMPETÊNCIA
EIXO I: SUJEITO E FATO HISTÓRICO	O Império e o fim da Monarquia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perceber e entender as transformações sociais, espaciais, culturais na cidade, no estado e no país.</li> </ul>
	Fonte histórica.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer fontes diversas para a construção do conhecimento histórico.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender e definir “Constituição”.</li> <li>- Reconhecer a importância da construção de Brasília para o desenvolvimento do país e sua história.</li> <li>- Compreender a influência da globalização na maneira de viver de um povo (hábitos, tradições, modo de pensar, etc.).</li> <li>- Identificar os problemas sociais do Brasil e possibilidades de superação dos mesmos, por meio de políticas públicas (Educação, Saúde, Segurança, Habitação, entre outros).</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer documentos, objetos e outros elementos como possíveis fontes para o estudo e construção do conhecimento histórico.</li> <li>- Aprender a fazer leituras críticas de fontes históricas diversas.</li> <li>- Diferenciar fontes documentais, textuais, iconográficas, arquitetônicas, obras de arte, etc.</li> <li>- Diferenciar um documento escrito de um relato oral.</li> <li>- Identificar uma entrevista como sendo uma fonte de relato oral.</li> </ul>
		CAPACIDADE/HABILIDADE

Acreditamos que a valorização do profissional da Educação passa prioritariamente pela conduta e compromisso desse profissional para com a sociedade em que atua. Isso cabe a qualquer profissão, ainda mais àqueles cuja atuação é ou deveria ser o pilar de uma sociedade em busca de superação de seus entraves e desigualdades. Ao investir em seu aperfeiçoamento e de seu trabalho, por meio de conhecimentos e métodos sofisticados de ensino/aprendizagem o professor se autoprestigia e contribui para a melhoria das condições de vida de seus alunos.

Sincronizar o processo ensino-aprendizagem ao processo de discussões referentes ao Patrimônio Cultural é uma forma de incrementar e dinamizar a Educação, ao mesmo tempo dinamizar e ampliar a discussão patrimonial, conduzindo as comunidades a se discutirem embasadas em elementos patrimoniais que realmente possam ser considerados seus.

Também um melhor preparo dos agentes públicos para condução patrimonial, não hermético e/ou maniqueísta, se faz necessário para o estabelecimento e disseminação de boas práticas patrimoniais a refletir em processo de inventariamento, reconhecimento, valorização e promoção de elementos passíveis de constituírem legado vivo de uma sociedade. Vivo, pois somente se justificará em sendo apropriado, em tomando parte no contínuo da vida, a cada geração, contribuindo para sua autorreflexão e aperfeiçoamento.

Acreditamos que um processo de aprendizado simultâneo, tanto dos agentes públicos quanto da população, deve surgir da experimentação, de uma prática que deve ser personalizada. Cada local e grupo apresentam suas demandas e necessidades. A Educação Patrimonial deve moldar-se às realidades a que se aplica. Assim, é preciso sensibilidade, flexibilidade e humildade para concretização de um trabalho cujo êxito dependerá da participação ativa dos grupos envolvidos. Não faz sentido proceder esse trabalho sem que as comunidades às quais se destinam estejam diretamente envolvidas.

Suas memórias serão argila com a qual muitas mãos, inclusive, e, especialmente as suas, providenciarão uma mudança sincrônica nos formatos de patrimonialização. Bem como nos formatos de ensino/aprendizagem em âmbito escolar a produzirem efeitos benéficos nas comunidades adjacentes. Somente assim, poderemos tornar possível não inverter, mas romper com relações de poder nocivas ao bem comum. Sem confundir ordem social com coerção ou cooptação; respeito com submissão; desenvolvimento com crescimento.

O respeito à afetividade emanada da memória limita-se pela nocividade que uma obnubilação, ausente de questionamento, possa ocasionar em termos de contenção das forças sociais transformadoras. Deve haver clareza quanto aos mecanismos arraigados culturalmente

para manutenção de condições sociais interessantes a alguns e sua descendência estamental. É preciso desfazê-los. A exemplaridade da memória serve a isso.

Enquanto condição de passado, este não deixa de ser apenas isso. Mas, inserido em um projeto para o presente, o passado transpõe sua estaticidade, para servir à dinâmica de uma mudança. Ao construirmos História a partir da Memória, é preciso investigar e questionar o porquê disto e não daquilo ter sido escolhido para permanecer.

Daí o equívoco da patrimonialização não pautada pela análise crítica e pela ampla participação popular, explorando inclusive seu potencial educacional, podendo surgir dessa má condução várias situações, dentre elas: a indiferença das pessoas para com os bens patrimonializados, por sua não participação nesse processo ou por não se identificarem com os bens; a patrimonialização pode também guardar ou gerar um essencialismo, produzindo a sensação de continuidade ou mesmo contribuindo para a permanência de traços culturais que, muitas vezes, podem alimentar a exclusão; outra situação é não se fazer dessa temática uma oportunidade de autorreflexão da sociedade, realizando o retrospecto crítico de sua formação.

A sensação de ausência de coesão social alegada pelos residentes da comunidade de Anna Florência e a necessidade de compartilhamento que, tacitamente, pareciam nutrir, como uma espécie de antídoto memorial ao distanciamento entre as pessoas no presente, fornece uma via de mão dupla, em termos de patrimonialização: a via essencialista, isenta de crítica e a via analítico-reflexiva, conflitiva, mas necessária se almejamos um dia atingir uma maior simetria social.

[...] a patrimonialização desempenha um papel essencial para autenticar uma narrativa coletiva de um passado compartilhado. Na realidade, é muito mais a crença nessa propriedade compartilhada que é transmitida [...] que a propriedade propriamente dita. A função principal da autentificação da narrativa – pela patrimonialização ou pela comemoração, é de favorecer a emergência de um compartilhar real, aquele da “crença” no compartilhar, crença adotada pelos membros do grupo.<sup>298</sup>

Não há nenhum mal em se gerar sentimento de pertencimento e partilha afinal, como seres sociais, carecemos disso. Porém, esse sentimento deve ser acompanhado racionalidade quanto aos mecanismos socioculturais aí presentes, passíveis de manipulação, alheia ou não à vontade e ao benefício coletivo. Complexo se faz a tentativa de equilibrar aspectos subjetivos e objetivos de um mesmo universo, mas é isso que tentamos fazer.

---

<sup>298</sup> CANDAU, Joel. Op. Cit., p. 49.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ter sido necessário passar pelos temas abordados para nos munir de uma percepção mais apurada. Embrenharmo-nos pelo campo da memória, narrativa, discurso e demais elementos afins pressupõe apreensão do seu contexto social, cultural e histórico de formação. Simultaneamente percebem-se transformações e sedimentações a repercutir na forma de ver e conceber o mundo ao redor, tanto interna quanto externamente ao indivíduo no meio do qual faz parte e busca tomar parte. A memória também recepciona reflexos dessa identificação e afirmação social de seres sedentos por sentido estimulador.

Mais importante do que conceber a veracidade ou não de uma crença é admitir que efeitos reais sejam produzidos por que alguém crê numa suposta verdade. A comprovação da crença não é o mais importante para a História, mas o que ela representa, como se manifesta e as suas repercussões na sociedade humana, isso sim nos interessa. A Cultura tem na memória, nos costumes e tradições instrumental e campo fértil de manifestações.

Concebemos que as manifestações culturais, outrora existentes na comunidade de Anna Florência, a exemplo do Boi Laranja, serviam para fortalecimento do contato social, que por sua vez servia de alento e resistência às árduas atividades executadas na usina, à sua oclusão e intermitência. Naquele ambiente restritivo e centralizador, a relação entre moradores e dirigentes parecia reproduzir um remoto modelo social. Trabalhava-se e vivia-se no mesmo local e isso se refletia na cultura, que aparentava ser mais vigorosa quanto maior a sensação de restrição, talvez como contraponto. Foi curioso perceber que a cultura se esmaecia quando a cooptação se fazia presente. Uma centralização que se fazia por força das circunstâncias e da cultura ancestral impregnada e convencionada.

[...] em qualquer sociedade e em qualquer período específico, há um sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar apropriadamente de dominante e eficaz. Isto não implica nenhuma presunção sobre o seu valor.<sup>299</sup>

Importante é conceber, ainda que uma centralidade cultural conseguisse na superfície se prefigurar, outros pontos de vista estariam presentes. Esse convencionamento entre uma elite econômica e classes menos abastadas talvez não ocorresse de forma tão passiva por parte

---

<sup>299</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. Cit., p. 53.

destes como se pudesse imaginar à primeira vista. A aceitação poderia ser circunstancial e aparente, procedendo-se não plenamente ao gosto dos “dominantes”, mas até o ponto que percebessem ser-lhes permitido avançar sem colocar em risco sua própria integridade física e moral ante aspectos inegociáveis pelos demais. Estes também se impunham, de forma que o sistema social somente pode ser entendido mediante essa dialética que molda a ambos os interlocutores.<sup>300</sup> As atividades humanas de reprodução da vida e as práticas culturais se interpenetram e se interinfluenciam.

Ao iniciarmos nossa jornada a indeterminação nos consumia. Mas acreditamos que nossas incertezas se deviam à própria substância e complexidade do trabalho ao qual nos propusemos. Percebemos que antes de tratar especificamente do objeto e localidade, precisávamos compreender mais a fundo e em amplitude o caldo sócio histórico de formação da sociedade para melhor apreender as minúcias e especificidades da partícula em relação ao todo. Além de entender um pouco mais a formação da sociedade brasileira, a partir do período colonial e da formação mineira (da mineração ao agro pastoreio), tentamos atingir uma maior compreensão da mentalidade dos habitantes da cidade em questão. Isso foi realizado por meio de um mergulho na produção literária, imprensa e oralidade locais.

Após árduo percurso e compilação visamos traçar estratégias de aplicação prática de todo arsenal teórico reunido para empreender um projeto de Educação Patrimonial plenamente integrado à realidade e necessidade da comunidade com a qual propusemos trabalhar. Deparamo-nos com dificuldades, que nos aprimoraram. Acreditamos ter recebido em igual proporção ou superior ao doado por nós enquanto esforço humano de superação.

Considerando a inevitabilidade da formação social composta por permanências e transformações, há de se estabelecer um equilíbrio, proveniente de uma visão mais crítica e apurada para uma ação mais efetiva do indivíduo sobre si mesmo e sobre a sociedade. Esse equilíbrio e maturidade nas relações viriam da capacidade compreensiva sobre o sistema social e as forças nele atuantes. Difundir conhecimentos, além, é claro, da possibilidade de todo indivíduo exercer plena cidadania em meio a esse sistema, visando o benefício da sociedade, e não apenas de seletos grupos.

Conhecer, reconhecer e valorizar os elementos a se escrutinar e se estabelecer enquanto Patrimônio Cultural de uma sociedade pode-se colocar como bom exercício

---

<sup>300</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Op. Cit., p. 78.

pedagógico, autoeducativo, mas, sobretudo, como uma oportunidade para a sociedade e seus componentes refletirem sobre si mesmos. Trata-se de algo impreterível à evolução.

Contudo, esse debate ainda não ocorre. Os modelos de produção de inventários e seus desdobramentos em uma política equivocada de patrimonialização têm conduzido a uma mercantilização e/ou a uma valorização de aspectos e elementos não dotados de diversidade e não orientados ao que deveria ser o cerne desse processo, conforme dissemos: a possibilidade da sociedade pensar sobre si mesma, analisando o presente em vias do passado para percepção e superação de entraves sociais ao bem comum.

Humildemente, acreditamos que educar não deva ser uma ação unilateral e vertical. Por isso a defesa por uma autoeducação, autonomia sem isolamento, auto condução e auto regulação por indivíduos cientes dos benefícios e responsabilidades em comum ao se optar pela sociedade como forma de vida. Inserimo-nos em uma questão de Direitos Humanos.

Este trabalho teve início em 2016, com nossa inserção no Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, do Departamento de História - UFV. Sob convênio do Mestrado com a Universidade de Évora - Portugal, participamos (15 a 26 de maio de 2017) do Curso de Valorização Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural e Especialização Inteligente, coordenado pelo Professor Dr. Filipe Themudo Barata. Uma experiência riquíssima por meio da qual pudemos elaborar um projeto de exposições, atuações e dinâmica para o Memorial Paço dos Henriques, em Alcáçovas. Das experiências e aprendizados focados no Patrimônio Imaterial, apreendemos ser preciso estabelecer boas práticas no que tange à participação comunitária e cidadã ininterruptas para um real conhecimento, valorização e proteção do Patrimônio mediante interligação ao cotidiano das pessoas.

Ao regressarmos retomamos atividades inerentes ao levantamento, pesquisa e análise documental; estudos bibliográficos; entrevistas e compilação de dados, aliando História, Sociologia e Antropologia Cultural. Em 23 de julho do mesmo ano houve o restabelecimento do Boi Laranja, celebre tradição da comunidade de Anna Florência, que havia se perdido na matéria, mas permanecido na memória de seus antigos moradores. Cortejo, festejos e muita emoção. Estava preparado o terreno subjetivo para a análise objetiva.

Em agosto de 2017 passamos ao trabalho didático, aplicação do projeto: **“Construindo saberes, trocando memórias, formando cidadãos”**, junto à E.M. Dr. Luiz Augusto, presente naquela comunidade. Vários objetivos estiveram presentes, mas os principais seriam aproximar escola e comunidade; aproximar os jovens dos mais velhos;

propiciar que as Memória e Conhecimentos dos antigos moradores fosse transmitida às novas gerações, mediante palestras, oficinas de Memória, História, Cultura e Saberes Tradicionais.

É preciso que a Educação seja mais que meramente instrução: tivemos como base os Planos Curriculares Nacionais, Temas Transversais – Pluralidade Cultural. É preciso ainda que o processo ensino-aprendizagem expresse significação aos alunos, ao partir das referências locais para elaboração de estratégias de ensino horizontalizadas, que considerem a comunidade na qual os alunos se inserem, que considere suas aptidões prévias.

Buscamos conduzir os educandos a desenvolverem e amadurecerem capacidade reflexiva sobre a realidade que os cerca, a partir de referências históricas e culturais locais, até o presente, para analisá-lo e aperfeiçoar a sociedade. Ampliar a capacidade perceptiva e produzir instrumentos cognitivos que lhes serão úteis por toda a vida.

Dificuldades não foram poucas, dado a profundidade e amplitude do que nos propusemos. A Cultura de um povo e os elementos que lhe envolvem, como a Memória, podem servir de aprisionamento mental, mas também guardam o antídoto à sua utilização como instrumento de Poder por alguns, em detrimento à vontade de muitos.

Autoconhecimento e autoestima são importantes para formação de cidadãos plenos de direitos e deveres. Capacita-se para a participação decisória. A regulação social deve ser autônoma, advir do íntimo de cada um, e não imposta. Deve-se colocar a favor do bem comum. Mais do que nunca é preciso mudar. E, para mudar é preciso conhecer melhor o passado para entender melhor o presente. A mudança de uma sociedade tem início na mudança individual consciente das escolhas que fazemos pelo coletivo, abnegadamente. Pensamentos, comportamentos e ações movidos pela ética e pelo respeito.

O nosso produto final, referente à pesquisa e aplicação do projeto, foi o registro do restabelecimento de antigas manifestações culturais surgidas e desaparecidas na comunidade de Anna Florência, um Memorial. Porém, o intuito foi não somente restabelecê-las, mas articulá-las para o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, proveniente de uma experiência realmente aplicada e experimentada, mostrando-se possível. Que esse projeto cultural tenha continuidade social e seja abraçado pela comunidade como não o fim, mas o começo de uma caminhada que a todos beneficie. Similares ações podem se reproduzir em outras realidades mediante adaptações programáticas. Daí a amplitude dessa iniciativa.

Em abril de 2018, fomos convidados pela Secretaria Municipal de Educação de Ponte Nova a coordenar um dos eixos (Eixo VI – Planos Decenais, SNE e Políticas Inter

setoriais de Desenvolvimento e Educação: Cultura, Desporto, Ciência, Trabalho, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Inovação), junto à Conferência Municipal de Educação.<sup>301</sup>

Cada eixo deveria elaborar três propostas para compor o documento oficial da Conferência, posteriormente a ser conduzido para as discussões a nível estadual, com demais municípios, partindo dali propostas para a Conferência a nível nacional. Vimos nesse momento a oportunidade para o questionamento dos Currículos Escolares, pouco afeitos às realidades locais, apesar de toda uma legislação e diretrizes federais estimularem e orientarem práticas transversais de integração das escolas às realidades mais próximas aos alunos, concernentes às comunidades por elas atendidas.

Expusemos ao grupo de trabalho a seguinte proposta de incremento de um trecho específico do texto<sup>302</sup>, no que foi aceita, inclusive na plenária: [Nesse sentido, a Educação Patrimonial Cultural uma vez inserida definitivamente no Currículo Escolar iria convergir e articular outras temáticas às quais a escola deve contemplar: a Educação das Relações Étnico Raciais no Brasil e também a Educação em Direitos Humanos. Em consonância com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), no ano de 2012 foram formuladas as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, tendo como princípios: dignidade humana; democracia na educação e no ensino; valorização das diversidades; transformação social; interdisciplinaridade; e sustentabilidade. A nossa proposta é fazer dos referenciais culturais de cada localidade a chave mestra para abranger em simultâneo todos esses objetivos].

Ou seja, o que se propõe é a obrigatoriedade da inclusão dessa temática no Currículo Escolar como Base Nacional Comum. Sua instrumentalização prática ocorreria mediante parte diversificada, que contemple a expressividade cultural regional e local, tratada de forma interdisciplinar avançando para a transdisciplinaridade, de modo a inaugurar um processo ensino/aprendizagem por meio da cultura. Essa aderência à realidade cotidiana contribuiria

---

<sup>301</sup> A Conferência Municipal de Educação ocorreu em todas as cidades de Minas Gerais, como fases prévias para a Conferência a nível estadual, posteriormente, objetivando a construção do Sistema Integrado de Educação Pública de Minas Gerais e Implementação dos Planos de Educação. A nível local, uma das intenções programáticas foi contribuir para avaliar a execução do Plano Decenal Municipal de Educação vigente e subsidiar a elaboração do Plano Decenal Municipal de Educação para o decênio subsequente.

<sup>302</sup> “No processo de definição de políticas e ações inter setoriais com a área de cultura é preciso que a Base Nacional Comum Curricular leve em consideração os bens culturais de natureza material e imaterial de nosso país, pois constituem referência para a construção de nossa identidade como nação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Art. 216). De igual modo, também se oriente pelos princípios estabelecidos para o Sistema Nacional de Cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, a exemplo da diversidade das expressões culturais e da universalização do acesso aos bens e serviços culturais”.

para conferir maior sentido e significado aos conteúdos formais que devem ser trabalhados com os alunos, atraindo sua atenção por considerar e abordar os saberes prévios apresentados por eles e pelas comunidades das quais advêm, também elas participantes ativas no processo.

Esperamos de alguma forma ter contribuído para que uma reflexão e um debate efetivamente ocorram. Que a todos, sem distinção, seja oportunizada a ampla participação na decisões e política públicas que lhes envolvem. Que os herdeiros de uma ideologia segregadora não consigam perpetuar as mazelas do passado com suas condutas especulativas e dispersivas da força de congregação social. Sendo essa dispersão seu maior trunfo de controle. Se no passado a Memória foi utilizada como instrumento de manobra pelos poderosos, percebemos que no presente ela é ferozmente combatida, pois sabem do seu potencial coesivo e temem que as pessoas simples a utilizem em seu favor.

O que vem a ser Memória se não a tentativa de manutenção no presente de coisas que já se foram, mas que ainda servem de caracterização identitária. Entretanto, mudanças inevitavelmente ocorrem. Mas, a quem favorecem? Aí está a questão. A Cultura mantém traços anteriores aglutinados a novos apelos. Devemos tirar proveito dessa característica, selecionando do passado aqueles traços culturais que fortaleçam a pluralidade. Paradoxalmente conduzindo à mudança por meio de um retorno, para perceber o que a intransigência de uma história oficial presunçosa não nos permitia ver.

A Memória como depositária desses traços de permanência subjetiva resguarda em si um cunho psicológico. Provém da ânsia humana por conforto e segurança, especialmente diante de terreno movediço e insólito em razão de mudanças aceleradas.

Talvez por isso seja tão doloroso abrir mão de nossas lembranças, pois nos conferem uma identidade, as características sobre as quais construímos quem somos, visamos ser ou ser vistos. Quando uma sociedade abre mão desses valores, sem substituí-los por algo capaz de suprir tais necessidades humanas por alguma permanência, mesmo que artificial, parece que se torna errante, sem rumo. Sedenta por algo que não sabe o que, buscando em ilusões um placebo meramente provisório.

No presente, a superficialidade, ou mesmo desconexão social entre os seres, é a força motriz de uma desarticulação apta a favorecer os interesses de grupos hostis a uma sociedade menos desigual. Dizer que uma sociedade não tem história tornou-se clichê para justificar, por exemplo, a demolição desmedida não só de edifícios referenciais de um passado, mas dos valores, conhecimentos e saberes que o ímpeto econômico desvaloriza.

Almejamos que o conhecimento reunido durante essa trajetória de pesquisa e aplicação prática de uma resposta a demandas detectadas contribua como subsídio para elaboração de políticas públicas alinhadas à vanguarda do conhecimento sobre Patrimônio Cultural. A gestão do habitat humano deve planejar contemplando uma perspectiva de desenvolvimento sustentável direcionado pelo fator cultural e intercultural. O avanço econômico e globalização produzirão efeitos menos nocivos se pautados pelo respeito à diversidade cultural e liberdades fundamentais inerentes aos direitos humanos.

Há uma inegável vinculação entre desenvolvimento sustentável e Cultura, entendida não apenas como manifestação estética, literária ou artística, mas como resposta humana aos desafios e questões que seu modo de vida em interação ambiental lhe coloca. Cultura diz respeito aos valores, crenças e tradições, estilos de viver e conviver. É a forma pela qual o ser humano apreende o mundo a sua volta e comunica, visões, ideias, valores e conhecimentos.

O planejamento e gestão das sociedades humanas, incluindo o planejamento urbano, deve se direcionar por esse viés. Buscar identificar, estimular, promover, valorizar e resguardar as culturas locais de forma equilibrada: sem enaltecer umas em detrimento a outras. Valioso se apresenta o conhecimento sobre sua própria cultura pelo intercâmbio respeitoso com quaisquer outras culturas de modo a despertar a atenção para aspectos de si mesmo, que de tão familiares, se fazem imperceptíveis. A diferença do outro nos conduz ao despertar para nossas próprias peculiaridades.

Essa gestão deve também se utilizar de mecanismos de educação formal e não-formal para promover as expressões culturais e estimular sua regeneração a cada geração. Isso significa aceitar que as Culturas são mutáveis e flexíveis, que devem contemplar o novo em conjunto com o legado dos antepassados, de forma a atualizá-lo e reinseri-lo na vida corrente das sociedades atuais, como um fator estratégico de reflexão e crítica de si mesmas. A diversidade cultural é um valioso instrumento de adaptação do qual não podemos prescindir.

O importante em neste trabalho não foi exatamente a história entorno de nosso objeto, apesar de sua relevância. Mas o que se encontra envolto em Cultura e Memória quanto às relações sociais que suscitou e que ainda invoca no íntimo de alguns. Encontra-se aí um potencial de autoanálise da nossa sociedade mediante os elementos culturais, construídos historicamente e mantidos pela memória. Perguntemos a nós mesmos, do que o íntimo do ser humano necessita para manutenção de sua humanidade. A resposta cabe a cada um encontrar.

## FONTES DOCUMENTAIS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Fontes Documentais

#### 1.1 Legislação

- \* BRASIL. **Constituição (1988)**. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II – Da Cultura, artigos 215 e 216.
- \* PONTE NOVA (MG). Lei Municipal nº 1.582 de 26 de dezembro de 1990. Estabelece a proteção do Patrimônio Cultural e Natural e institui o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural. Artigos 1º, 4º, 7º.
- \* PONTE NOVA (MG). Lei Complementar nº 2.685 de 2003 - Plano Diretor Municipal. Artigos 5º, III; 11, § 1º, I e II; 30, I, II, III.
- \* PONTE NOVA (MG). Lei Orgânica Municipal nº 15 de 2004. Artigos 245, I; 248, III.
- \* PONTE NOVA (MG). Lei Municipal nº 3.049 de 26 abril de 2007 (Institui a forma de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural do Município de Ponte Nova).

#### 1.2 Fontes Impressas

ABÉLIO, José. Depoimento do Sr. José Abélio, cortador de cana residente em Cardosos. **Informativo COPLACAN**, ano 1, nº 7, Ponte Nova (MG), maio, 1980.

**Informativo JATIFLOR**. Ponte Nova (MG), ano VII, nº 1; abril/maio, 1983.

**Informativo JATIFLOR**. Ponte Nova (MG), ano VII, nº 2; junho/outubro, 1983.

**Informativo JATIFLOR**. Ponte Nova (MG), ano VII, nº 5; setembro/outubro, 1984.

**Livros de Escrituração do Cartório de Notas do 1º Ofício da Comarca de Ponte Nova**, nºs 1 ao 37, 1863-1918. (Arquivo Público Municipal de Ponte Nova (MG))

80 anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação. **FOLHA DE PONTE NOVA**, Ponte Nova (MG), 16 de outubro de 2015. Edição Especial.

O Departamento Agrícola entrega prêmios aos funcionários. **O JATIBOCA**, nº 6, Urucânia (MG), agosto, 1986.

PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Ponte Nova**. Belo Horizonte: Rede Cidades, 2015.

PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Decenal Municipal de Educação**. Ponte Nova: Prefeitura Municipal, 2015.

### 1.3 Memorialistas

**A história da Literatura em Ponte Nova**. Academia de Letras, Ciências e Artes de Ponte Nova (ALEPON). Ponte Nova (MG), 2013.

**Apontamentos para a história da Usina Anna Florência, pelo sócio Ângelo Vieira Martins, Juiz de Direito, único sobrevivente dos sócios fundadores**. Ponte Nova (MG): Gráfica Gutemberg, março, 1938.

CARVALHO, Jarbas Sertório de. **Aspectos da Indústria Açucareira no Município de Ponte Nova (MG)**. Memória apresentada ao Congresso de História, comemorativa do 4º Centenário da Fundação da cidade de São Paulo. Ponte Nova (MG): Instituto Pontenovense de História, 1954.

COELHO, Maria Sylvia Salles. **Guardei na Memória**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1984.

DIAS, Ana Luiza Fernandes de Oliveira. **Terras de Negro e Gente de Fé**. Viçosa (MG): [s.n.], 2011.

\_\_\_\_\_. **Terra, trabalho, parentela e fé: uma abordagem sobre o espaço social e a herança afrodescendente na comunidade rural de Nogueira, Ponte Nova (MG)**. 2007. 161f. Tese (Pós-graduação em Economia Doméstica) – UFV. Viçosa (MG): 2007, p. 115. Disponível em:  
<<http://alexandria.cpd.ufv.br:8000/teses/economia%20dom%C3%A9stica/2007/204940f.pdf>>  
Acesso: 21 abril 2017.

MAGALHÃES, Manoel Ignácio Machado de. **História de Ponte Nova até dezembro de 1922**. Ponte Nova: [s.n.], [19--].

**O Mandáu de minha vida**. Conto de um anterior residente da Usina Anna Florência, o Sr. Sylvio Guimarães Reis. 1966.

PIRES, Ludovina da Conceição A. R. **A Princesinha em prosa e verso**. Academia de Letras, Ciências e Artes de Ponte Nova (ALEPON). Ponte Nova: [s.n.], 2014.

RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Lavoura e Riqueza, voto e poder: uma contribuição para o estudo da história política na Zona da Mata Mineira**. Ponte Nova (MG): Sociedade Pró-Memória, 1996.

\_\_\_\_\_. **O canto do Piranga - um rio muitas histórias**. Ponte Nova (MG): D&M Gráfica Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ponte Nova, 1770 a 1920 - 150 anos de história.** Viçosa (MG): 1993.

VIANA, Nancy Brandão. **Ribeirinhos do Rio Piranga.** Porto Alegre. Editora Deriva, 2009.

#### **1.4 Sonoras**

MARTINS, Nelson A. Cavalcanti. Fazenda. In: Nascimento, Milton. **Geraes.** Belo Horizonte: EMI-Odeon, 1976. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 1 (2'40'').

#### **1.5 Mapas e Gráficos**

##### **Mapa de seções pelo Plano de Inventário - Ponte Nova.**

Adaptado de: PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Ponte Nova.** Belo Horizonte: Rede Cidades, 2015.

##### **Mapa Mesorregião MG, Microrregião Zona da Mata, Ponte Nova.**

Adaptado de: PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Ponte Nova.** Belo Horizonte: Rede Cidades, 2015.

**Mapa: Porcentagem de médias e grandes propriedades considerando o total de imóveis rurais nos municípios da Zona da Mata em 1995/96.** Adaptado de IBGE 1998.

**Mapa: Porcentagem da área ocupada por médias e grandes propriedades considerando superfície total nos municípios da Zona da Mata em 1995/96.** Adaptado de IBGE 1998.

##### **Mapa de Povoamento Zona da Mata Norte.**

Adaptado de: RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Desbravamento, Caminhos e Povoamento nos Sertões do Leste: uma aventura de pioneiros.** Viçosa (MG): 2004.

##### **Mapa do Município de Ponte Nova em 1876**

Elaborado por José Geraldo Begname (2013/2016). Arquivo Municipal de Ponte Nova.

##### **Gráfico - Participação dos setores econômicos no produto interno bruto municipal.**

Adaptado de: PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Decenal Municipal de Educação.** Ponte Nova: Prefeitura Municipal, 2015.

##### **Gráfico - Crescimento do PIB nominal por setor econômico, Município e Estado.**

Adaptado de: PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Decenal Municipal de Educação.** Ponte Nova: Prefeitura Municipal, 2015.

##### **Gráfico - Distribuição das cinco principais atividades pecuárias do município.**

Adaptado de: PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Decenal Municipal de Educação.** Ponte Nova: Prefeitura Municipal, 2015.

##### **Gráfico - Distribuição dos nove principais cultivos agrícolas do município.**

Adaptado de: PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Decenal Municipal de Educação.** Ponte Nova: Prefeitura Municipal, 2015.

## 1.6 Eletrônicos

**Blog CULTURA COLETIVA.** Disponível em: <<http://culturacoletiva.wixsite.com/blog/single-post/561bedc80cf2c6c643707b0f>> Acesso: 31 março 2016.

**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - Povos Indígenas no Brasil.** Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>> Acesso: 3 maio 2017.

## 1.7 Entrevistas

MUCCI, João Bosco. **Buteco do Edu.** Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2007. Entrevista concedida a Eduardo Goldenberg. Disponível em: <<http://butecodoedu.blogspot.com.br/2007/03/entrevista-joo-bosco.html>> Acesso: 15 junho 2017.

FONTES ORAIS: Depoimentos - antigos moradores e funcionários da Usina Anna Florência:

Sr. B. Duração: 40 minutos. Data: 23 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

Sra. D.I. Duração: 40 minutos. Data: 5 de maio de 2017. Ponte Nova (MG).

Sr. J.L. Duração: 40 minutos. Data: 28 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

Sr. J.S. Duração: 40 minutos. Data: 8 de maio de 2017. Ponte Nova (MG).

Sr. I.M.M. Duração: 40 minutos. Data: 13 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

Sr. L.M.F. Duração: 40 minutos. Data: 6 de julho de 2017. Ponte Nova (MG).

Sr. L.R. Duração: 40 minutos. Data: 20 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

Sra. L.S. Duração: 40 minutos. Data: 16 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

Sr. N.L. Duração: 40 minutos. Data: 8 de maio de 2017. Ponte Nova (MG).

Sr. W. Duração: 40 minutos. Data: 26 de junho de 2017. Ponte Nova (MG).

## 2. Referências Bibliográficas

### 2.1 Dissertações e Teses

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835).** 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2008. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-7CUF2D/disserta\\_\\_o\\_de\\_mestrado\\_patricio\\_2008.pdf;sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-7CUF2D/disserta__o_de_mestrado_patricio_2008.pdf;sequence=1)> Acesso: 23 julho 2018.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da Capitania à Província** - políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. 2007. 334f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007\\_CUNHA\\_Alexandre\\_Mendes-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_CUNHA_Alexandre_Mendes-S.pdf)> Acesso: 17 janeiro 2017.

PADILHA, Paulo Roberto. **Currículo Intertranscultural**: por uma escola curiosa, prazerosa e aprendente. 2003. 347f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: 2003. Disponível em: <[http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/123456789/59/5/FPF\\_PTPF\\_17\\_0030.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/123456789/59/5/FPF_PTPF_17_0030.pdf)> Acesso: 9 julho 2018.

SILVA, Camila Pelinsari. **Estruturas fundiárias e agrárias numa área de fronteiras**: Ponte Nova, 1855-1888. 2013. 221f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora (MG): 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2013/03/disserta%C3%A7%C3%A3o-Camila-Pelinsari.pdf>> Acesso: 16 dezembro 2017.

SOUZA, Nayara de Oliveira. **Sobre Memória e História**: D. Joaquina do Pompéu entre o passado e o presente – Pompéu/MG (1990-2015). 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG): 2016. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/10019/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso: 20 abril 2017.

XAVIER, Almiro Luna. **A Cana-de-açúcar na Zona da Mata Norte Mineira**: ascensão e queda de uma atividade econômica (1960 a 1980). 2006. 106f. Dissertação (Bacharelado em História) – Departamento de Artes e Humanidades. Universidade Federal de Viçosa (MG): 2006.

## 2.2 Artigos, capítulos de livros e livros

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANDRADE, Ana Luiza. **Açúcar**: poeira, pólvora, poesia. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Nº 21. Brasília: UNB, jan./jun., 2003. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2199/1756>> Acesso: 20 dez. 2017.

ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>> Acesso: 22 junho 2018.

ARROYO, Miguel G. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas (SP): Papyrus, 1999, p. 131-164.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BIERSACK, Aletta. Saber local, história local. Geertz e além. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico – Memória e Sociedade**. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

\_\_\_\_\_. **Variedades de História cultural e sociedade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. **La globalización imaginada**. Buenos Aires: Paidós, 1999.

CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas (RS), v. 1, nº 1, p. 43-58, dezembro 2009-março 2010.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e Cultura (s): uma aproximação. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, agosto, 2002, p. 125-161. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v23n79/10852.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2018.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estrutura Agrária e Capitalismo**: contribuição para estudos de ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (século XVIII a XIX). Departamento de História. Núcleo de História. Econômica e Demográfica. Série ESTUDOS - 2. Mariana: Editora da UFOP, 1999.

\_\_\_\_\_. Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira. In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. (Org.). **A estrada real e a transferência da corte portuguesa**: programa RUMYS, projeto Estrada Real. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/MCT)-CNPq-CYTED, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Tema e variantes do mito**: sobre a morte e ressurreição do Boi. MANA 12(1), 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a03v12n1>> Acesso: 6 junho 2018.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural** - entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Memória e Sociedade. Difel – Difusão editorial, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Trad. de Luiz F. Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. 3ª ed. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2007.

CEVASCO, Maria Elisa. Hibridismo cultural e globalização. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, nº 12, p. 131-138, jan./jun., 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1408/1275>> Acesso: 20 jun. 2018.

COLARES, Camila; ADEODATO, João Maurício. **As obras de Sílvio Romero no desenvolvimento da nação como paradigma**: da dicotomia entre o positivismo e a metafísica à adoção de evolucionismo Spenceriano na transição Republicana. Paraíba: UFPB, 2011, p. 72-74. Disponível em: <<file:///C:/Users/administrativo/Downloads/9833-21623-1-PB.pdf>> Acesso: 5 junho 2018.

COPPETE, Maria Conceição; et. al. Educação para a Diversidade numa perspectiva intercultural. In: **Revista Pedagógica** - UNOCHAPECÓ, Ano 15, v. 01, nº 28, jan./jun. 2012 Disponível em: <<file:///C:/Users/administrativo/Downloads/Dialnet-EducacaoParaADiversidadeNumaPerspectivaIntercultur-5611487.pdf>> Acesso: 14 julho 2018.

COSGROVE, Denis. Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens. In: CORREA, Roberto Lobat; ROSENDAHL, Zeni. **Paisagens, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

DIAS, Maria O. Leite da Silva. **A interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

FLORENCIO, Sônia Rampim; et. al. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília (DF): Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

\_\_\_\_\_. **Educação Patrimonial: Inventários participativos** - manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Brasília (DF): IPHAN, 2016.

FURLANETTO, Beatriz Helena. **O Bumba-meu-boi do Maranhão**: território de encontros e representações sociais. R. RA E GA. nº 20. Curitiba: Editora UFPR, 2010. Disponível: <<file:///C:/Users/administrativo/Downloads/20615-74058-1-PB.pdf>> Acesso: 5 junho 2018.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força – história, retórica, prova**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília - DF: IPHAN, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LAMAS, Fernando G.; et. al. **A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia**. *Jornal Eletrônico da Faculdade de Economia do Vianna Júnior*, v. único, p.1-20, 2003.

Disponível em:

<[http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_fernando\\_lamas\\_luiz\\_fernando\\_saraiva\\_rita\\_almico\\_-a-zona-da-mata-mineira-subsidios-para-uma-historiografia.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_fernando_lamas_luiz_fernando_saraiva_rita_almico_-a-zona-da-mata-mineira-subsidios-para-uma-historiografia.pdf)> Acesso: 18 dezembro 2017.

\_\_\_\_\_. Os indígenas de Minas Gerais: guerra, conquista da terra, colonização e deslocamentos. In: **Projeto História**, São Paulo, nº 44, p. 227-257, jun. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/9939/9822>> Acesso: 22 julho 2018.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira e outros. 3ª ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por amor às cidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. *Projeto História*. São Paulo, nº 17, novembro, 1998.

MALTÊZ, Camila Rodrigues; et. al. Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. In: **Pedagogia em ação**, v. 2, nº 2, p. 1-117, nov. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/4840/5023>> Acesso: 15 julho 2018.

MIRANDA, Marcos Paulo de; et. al. (Org.). **Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro brasileiro**. Piracicaba (SP), 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo (10), dezembro 1993.

PAMPLONA, Confúcio. **PROÁLCOOL – Impacto em termos técnico-econômicos e sociais do programa no Brasil**. Belo Horizonte: Ministério da Indústria e do comércio. IAA, 1984.

**Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Pluralidade cultural. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural:** Consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, literatura e cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 34, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989.

PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Decenal Municipal de Educação**. Ponte Nova: Prefeitura Municipal, 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** (Colônia). 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REIS, Sônia Antunes dos. **Consequências sociais da transferência de tecnologia para pequenos produtores rurais da Zona da Mata Mineira**. Viçosa (MG), 1985.

RIBEIRO, Núbia Braga. Violência Administrativa e Liberdade usurpada dos índios nos sertões do ouro. In: **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 1, nº 2, p. 11-36, agosto/dezembro, 2009, p. 11. Disponível em: <[www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)> Acesso: 18 julho 2018.

RICOUER, Paul. **A memória, história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Interpretação**. O discurso e o excesso de significado. Lisboa: edições 70, 1976.

ROCHER, Guy. **Talcott Parsons e a sociologia americana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SANTOS, Júlio César Furtado dos. **Aprendizagem Significativa**. Modalidades de aprendizagem e o papel do professor. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SILVA, Flávio Marcus da. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 28., 2004,

Diamantina (MG). **Anais...** Diamantina (MG): SEM, 2004. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/SILVA.PDF>> Acesso: 17 janeiro 2017.

SILVA, Thiago Henrique Mota. Guido Thomaz Marlière e os índios Botocudo nos sertões do Leste (1818-1824). In: **Revista de C. Humanas**, v. 10, nº 2, p. 361-375, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol10/artigo1evol10-2.pdf>> Acesso: 22 julho 2018.

SILVA, Luiz Antônio. Sindicalismo, Assalariados Rurais e a Luta pela Cidadania. In: VALLARELI, Leandro & SCOPINHO, Rosemeire Aparecida (Org.). **Modernização e Impactos Sociais: O caso da agroindústria sucro-alcooleira na região de Ribeirão Preto**. Rio de Janeiro: Fase, 1995.

SOUZA MARTINS, Carolina Christiane de Souza. **Política e Cultura nas Histórias do Bumba-meu-boi: São Luís do Maranhão – século XX**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1880.pdf>> Acesso: 12 junho 2018.

TODOROV, Tzvetan. **Abusos da memória**. Espanha: Ariela, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

VALENTE, Priscila Firmiano. Viúvas: família, sucessão e propriedade na Freguesia de Guarapiranga, 1830/1858. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 10, 2014, Juiz de Fora. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão historiador**. Juiz de Fora: ANPUH-MG, 2014, p. 6. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2016/02/CD-Rom-Priscilla-Firmiano-Valente-Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso: 6 janeiro 2017.

VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, nº 1, janeiro/março, 1958.

WEIL, Simone. **O Enraizamento**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

## ANEXOS

### ANEXO I – Lista de Patrimônio Inventariado ou Tombado de Ponte Nova



#### 4. RELAÇÃO DE BENS PROTEGIDOS

##### 4.1. BENS TOMBADOS A NÍVEL MUNICIPAL

TOMBAMENTO A NÍVEL MUNICIPAL				
Denominação	Localização	Categoria	Decreto Tombamento	Ano Tombamento
Locomotiva a vapor	Bairro Ana Florência	Bem Móvel	1720	1989
Imagem de São Sebastião	Igreja Matriz de São Sebastião	Bem Móvel	6564	2008
Igreja e Imagem de São José de Botas	Povoado de Oratórios	Bem Imóvel e Bem Móvel	2171	1992
Fazenda Paciência	Estrada do Brito	Bem Imóvel	2716	1996
Fazenda do Vau Açú	Rodovia Ponte Nova Viçosa	Bem Imóvel	3255	1998
Cemitério dos Escravos	Fazenda da Urtiga – Distrito do Rosário de Portugal	Bem Imóvel	6565	2008
FAVAP	Av. Cantídio Drumond, 92	Bem Imóvel	6565	2008
Pontilhão Ferroviário	Rio Piranga – entre bairros Palmeiras e Triângulo	Bem Imóvel	6565	2008
Residência Família Brant	Rua Cantídio Drumond, 11	Bem Imóvel	6565	2008
Residência Família Pinto Coelho	Avenida Doutor Caetano Marinho 235, 239, 245	Bem Imóvel	6565	2008
Hotel Glória	Rua Antônio Ozanan 493	Bem Imóvel	6606	2008



#### 4.2.RELAÇÃO DAS ÁREAS E BENS INVENTARIADOS EM PERÍODOS ANTERIORES

ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA		
Denominação	Localização	Ano de Elaboração do Inventário
Residência	Avenida Doutor Arthur Bernardes, 224	1999
Comércio	Avenida Doutor José Mariano, 172, 174, 178, 182	
Residência	Avenida Doutor José Mariano 22	
Comércio	Avenida Doutor José Mariano 268	
Grupo Escolar José Mariano	Praça Cid Martins 26	
Capela Nossa Senhora do Rosário	Praça do Rosário	
Residência	Praça Getúlio Vargas 43	
Ministério do Trabalho	Praça Getúlio Vargas, 73/67/38	
Igreja Matriz de São Sebastião	Praça Getúlio Vargas	
Biblioteca Pública de Ponte Nova	Praça Getúlio Vargas	
Cemitério dos Escravos	Distrito de Rosário do Pontal	
Murada Cemitério dos Escravos	Distrito de Rosário do Pontal	
Banco Mercantil do Brasil	Rua Benedito Valadares, 206	
Residência	Rua Benedito Valadares, 226/230	
Comércio	Rua Benedito Valadares, 244, 252	
Residência	Rua Benedito Valadares, 250	
Residência	Rua Benedito Valadares 281/273	
Comércio	Rua Benedito Valadares, 284	
Residência	Rua Benedito Valadares 286	
Comércio	Rua Benedito Valadares 295/297	
Residência	Avenida Doutor Caetano Marinho, 02/10	
Residência	Avenida Doutor Caetano Marinho, 101/105	
Residência	Avenida Doutor Caetano Marinho, 185/187	
Residência	Avenida Doutor Caetano Marinho, 235/239/245	
Residência	Avenida Doutor Caetano Marinho, 261	



Residência	Avenida Doutor Caetano Marinho, 91	1999
Residência	Rua Cantídio Drumond 105	
Residência	Rua Cantídio Drumond 106	
Residência	Rua Cantídio Drumond 11	
Residência	Rua Cantídio Drumond 129	
Residência	Rua Cantídio Drumond 137, 139	
FAVAP	Rua Cantídio Drumond 92	
Casa Barroso	Rua Custódio Silva, 1520	
Comércio	Rua Custódio Silva, 38, 46, 50	
Câmara Municipal	Rua Dr. Cristiano de Freitas Castro, 74	
Hospital Nossa Senhora das Dores	Rua Dr. Leonardo, 200	
Capela do Hospital de Nossa Senhora das Dores	Rua Dr. Leonardo, 200	
Residência	Rua João Pinheiro, 55, 67	
Residência	Rua João Pinheiro, 97	
Comércio	Rua João Pinheiro, s/n	
Edificação desocupada	Rua Major Soares, 133	
Residência	Rua Major Soares, 50	
Residência	Rua Major Soares, 71, 75	
Residência	Rua Major Soares, 89	
Residência	Rua Marcos Giardini, 130	
Residência	Rua Marcos Giardini 33	
Residência	Rua Marcos Giardini 41	
Residência	Rua Marechal Deodoro, 79	
Residência	Rua Olegário Maciel, 01, 03, 05, 09	
E.E. Nossa Sra. Auxiliadora	Rua Otávio Soares, 243	
Residência	Rua Presidente Antônio Carlos, 162, 150	
Residência	Rua Presidente Antônio Carlos, 239	
Residência	Rua Presidente Antônio Carlos, 257	
EE Senador Antônio Martins	Rua Presidente Antônio Carlos, 421	
Residência	Rua Santa Terezinha 341	
Residência	Rua Santa Terezinha 353	
Residência	Rua Santa Terezinha 361	
Residência	Rua Santa Terezinha 421	



Residência	Rua Santa Terezinha 425	1999
Residência	Rua Santa Terezinha 427	
Residência	Rua Santa Terezinha 435	
Residência	Rua Santa Terezinha 451	
Residência	Rua Santa Terezinha 459	
Residência	Rua Santa Terezinha 469	
Residência	Rua Santa Terezinha 485	
Residência	Rua Santa Terezinha 491	
Residência	Rua Santo Antônio 54, 70, 80	
Residência	Rua São Geraldo 344, 346	
Comércio	Rua Senador Antônio Martins, 02, 04, 16	
Residência	Rua Senador Antônio Martins 107	
Residência	Rua Senador Miguel Lana 04	
Residência	Rua Senador Miguel Lana 14	
Residência	Rua Senador Miguel Lana 20	
Residência	Rua Vigário Miguel, 43	
<b>BEM MÓVEL E INTEGRADO</b>		
Denominação	Localização	Ano de Elaboração do Inventário
Imagem de Nossa Senhora do Rosário com Menino Jesus	Praça do rosário	1999
Retábulo Mor da Igreja de São Sebastião	Praça Getúlio Vargas	
Cálice da Igreja de São Sebastião	Praça Getúlio Vargas	
Imagem da Igreja de São Sebastião	Praça Getúlio Vargas	
Altar do cemitério dos escravos	Distrito de Rosário do Pontal	



<b>ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA</b>		
Denominação	Localização	Ano de Elaboração do Inventário
Edificação	Fazenda Vargem Grande	2007
Igreja Nossa Senhora do Carmo	Chopotó	
Residência Antiga Estação Chopotó	Chopotó	
Residência Villa Tatana	Chopotó	
Comércio A Brasileira	Chopotó	
Residência Antiga casa da Usina do Pontal	Rosário do Pontal	
Residência antiga Estação do Pontal	Rosário do Pontal	
Fazenda Quebra Canoa	Rodovia MG 120 km 18	
Fazenda Santa Cruz	Rodovia MG 120 km 3	
Edificação	Fazenda Vargem Grande	
<b>BEM MÓVEL E INTEGRADO</b>		
Denominação	Localização	Ano de Elaboração do Inventário
Bens Móveis da edificação	Fazenda Vargem Grande	2007
Sino	Igreja Nossa Senhora do Carmo - Chopotó	
Imagem de Nossa Senhora do Carmo	Igreja Nossa Senhora do Carmo - Chopotó	
<b>BEM IMATERIAL</b>		
Denominação	Localização	Ano de Elaboração do Inventário
Festa de Nossa Senhora do Carmo	Chopotó	2007



ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA		
Denominação	Localização	Ano de Elaboração do Inventário
Cemitério dos Escravos	Fazenda da Urtiga – Rosário do Pontal	2008
BEM NATURAL		
Denominação	Localização	Ano de Elaboração do Inventário
Fonte dos Tucanos	Rosário do Pontal	2008
Corredeira do Ribeirão Oratórios	Rosário do Pontal	
Conjunto Bebedouro Natural e Gameleira	Rosário do Pontal	
Ilha da Garça	Rosário do Pontal	
Vale do Chopotó	Chapotó	

**Fonte:** PONTE NOVA (MG). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Ponte Nova.** Belo Horizonte: Rede Cidades, 2015, p. 25.

Observação: Pela lista pode-se perceber que em Ponte Nova o processo de mobilização patrimonial é bem antigo. Anterior às leis de incentivo<sup>303</sup> que ocasionariam verdadeira corrida patrimonial, e, muitas vezes, conduziram ao estabelecimento artificial e forçado do que seria passível de patrimonialização. O ímpeto econômico teria suplantado quaisquer possíveis discussões sociais que poderiam e deveriam estar presentes nesses processos, incitando a sociedade a refletir sobre si mesma.

Na cidade de Ponte Nova, apesar da precoce preocupação patrimonial, percebemos uma não distinção com a maioria das realidades com as quais nos deparamos. A verticalização quanto à escolha dos bens patrimoniais, além de uma preocupação minoritária para com o intangível. Contudo, já há iniciativas no sentido de catalogação e registro da imaterialidade.

<sup>303</sup> Instituídas (CR/1988) as alíquotas legais de redistribuição de impostos (ICMS e IPI) às três esferas de poder (federal, estadual e municipal), caberia a cada ente estadual regulamentar sua esfera de atuação. Em Minas isso se deu pelo Decreto 32.771 (1991). Em 1995 foi criada a Lei 12.040, estabelecendo novas bases de redistribuição do ICMS. A partir daí se mobilizou os municípios na busca protetiva por seus bens culturais identificáveis.

**ANEXO II – Bens inventariados na localidade de Anna Florência.**

MUNICÍPIO DE PONTE NOVA

QUADRO II

EXECUÇÃO DO INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO  
PATRIMÔNIO CULTURAL

EXERCÍCIO 2016

Ano 2014



## 11. FICHA DE INVENTÁRIO

### ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA - EAU 01 CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

1. Município: Ponte Nova	2. Distrito: Ana Florência
--------------------------	----------------------------

3. Designação: Capela Nossa Senhora da Conceição
--

4. Endereço: Rua do Contorno, s/nº. Ana Florência. Ponte Nova MG.
---

5. Propriedade / Situação de Propriedade: Usina Jatiboca Companhia Agrícola Pontenovense
--

6. Responsável: Rita de Cássia dos Santos e José Luiz dos Santos
--

7. Situação de Ocupação: Própria
----------------------------------

8. Uso Atual:	<input type="checkbox"/> Residencial	<input type="checkbox"/> Serviço	<input checked="" type="checkbox"/> Institucional
	<input type="checkbox"/> Comercial	<input type="checkbox"/> Industrial	<input type="checkbox"/> Outros

9. Proteção Legal Existente:	<input type="checkbox"/> Federal	<input type="checkbox"/> Estadual	<input type="checkbox"/> Municipal	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente
------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	---

10. Proteção Legal Proposta:	<input type="checkbox"/> Tombamento Federal	<input type="checkbox"/> Tombamento Estadual
	<input type="checkbox"/> Tombamento Municipal	<input type="checkbox"/> Restrições de uso
	<input type="checkbox"/> Atualização do Inventário	<input checked="" type="checkbox"/> Inventário p/registro documental

#### 11. Análise do Entorno / Situação e Ambiência:



A Capela Nossa Senhora da Conceição foi implantada em terreno plano, um pouco acima do nível da rua. As vias do entorno imediato e adjacentes à edificação recebem pavimentação em asfalto, bloquete de cimento sextavado e outras vias não possuem pavimentação. O tráfego de pedestres e



de veículos no local é leve e as vias não possuem sistema de escoamento pluvial. As edificações do entorno possuem uso residencial, encontram-se implantadas no nível da rua e apresentam volumetria de até dois pavimentos. Grande parte das edificações não apresentam afastamento frontal, mas possuem afastamentos laterais e de fundos com grandes quintais. A região é provida de infra-estrutura urbana básica com iluminação pública e energia elétrica fornecida pela CEMIG e rede de água implantadas pela COPASA. A arborização pública é moderada com vegetação de médio e grande porte. De modo geral o distrito de Ana Florência possui grandes áreas de lotes vagos que, possibilita a construção de novas edificações.

#### Planta Cadastral:



Mapa com a localização do bem e seu entorno

Fonte: Google

Elaborado por: Barocco Arquitetura

#### Documentação Fotográfica:



Vista da fachada frontal e do interior da Capela Nossa Senhora da Conceição

Data: 05/09/2014

Foto: Vilcêia Morais Martins



Vista da fachada lateral direita com o anexo onde funciona atualmente um posto dos correios e vista da fachada lateral esquerda.

Data: 05/09/2014

Foto: Vilcéia Morais Martins

#### 12. Histórico:

A Capela Nossa Senhora da Conceição foi erguida em 1931, no bairro de Ana Florência em Ponte Nova pela Usina Jatiboca, grande produtora de açúcar e álcool na região. Segundo informações prestadas pelas moradoras Sra. Irene Pena e sua irmã Sra. Lúcia Maria Pena, antes da construção da capela, as atividades religiosas aconteciam no depósito da Usina Jatiboca, onde eram celebradas missas e realizadas coroações. A capela foi erguida à frente desses galpões que permanecem no local até os dias atuais. A lado da capela existia uma praça que foi extinta devido a um projeto da Cia Açucareira Vieira Martins que levou à demolição de todas as árvores da praça. Esta companhia foi instalada em Ana Florência antes da Usina de Jatiboca.



Localização da Capela e vista da praça ao lado do bem em meados da década de 1940.

Foto: arquivo da Prefeitura Municipal de Ponte Nova

Em 1972 a capela apresentava problemas no telhado que veio a desabar logo após a saída do grupo de reflexão do local. Com a interdição da capela, o pároco José Antônio pediu à comunidade que escolhesse uma casa onde aconteceriam as celebrações religiosas até que a capela fosse reformada. Havia uma casa da Usina Jatiboca na “rua nova” que estava desocupada, após autorização o Padre



José Antônio fez o traslado do Santíssimo até o novo local, que passou a receber os fiéis que ali se reuniam para rezar o terço e fazerem suas orações todos os dias. No mesmo ano as reformas da capela foram iniciadas, sob a responsabilidade da Usina de Jatiboca, que, segundo conta D. Irene durou cerca de seis meses. Durante a reforma algumas intervenções foram feitas na capela, como o fechamento da varanda que havia junto a fachada frontal, que foi transformada em banheiros e a entrada principal da capela foi transferida para o lado oposto, onde era a fachada posterior. O madeiramento e as telhas da cobertura foram trocados, o forro que era em madeira foi substituído por esteira de taquara. Dona Irene e dona Lúcia contam que elas e as demais crianças brincavam de roda nessa varanda enquanto aguardavam as coordenadoras para o início dos ensaios da coroação e da catequese. Na parte posterior da capela, antes da troca da entrada principal, funcionava um consultório médico e odontológico em um anexo onde atualmente funciona o posto dos correios e próximo a esse anexo havia outro onde funcionava a Escola Primária Ana Florência, por volta dos anos de 1948, onde eram ministradas aulas do primeiro ao quarto ano. As missas na Capela Nossa Senhora da Conceição aconteciam uma vez por mês e eram celebradas pelo Padre José Alvarenga do município de Palmeiras, acontecia também batizados, porém celebração de casamento só eram realizadas em Ponte Nova. Durante a semana a capela era aberta à comunidade para a realização da Cruzada de Maria, Apostolado da Oração, além da reza do terço, praticados pelos moradores. Após o Vaticano II, o local passou a receber os ministros que celebravam missas todos os domingos e, no primeiro domingo do mês a missa era celebrada pelo Padre José Luiz. Importante ressaltar que em meados da década de 60, o altar principal foi substituído por um novo devido a ataques de insetos xilófagos. O novo altar foi confeccionado pelo irmão de dona Irene, o Sr. Elny Pena, que era carpinteiro, modelador e desenhista. A pintura do altar ficou a cargo do Sr. José Batista e seu filho Edson Batista. O novo altar foi feito a pedido do Padre José Alvarenga. Após o término da confecção do altar, segundo conta dona Irene, foi inscrita a data da construção do altar anterior, ao invés de registrarem a data de confecção do altar novo. A última reforma da Capela Nossa Senhora da Conceição aconteceu em agosto de 2014, em que o forro de esteira de taquara foi substituído por outro em PVC. Foi aberta uma porta na fachada lateral esquerda, por exigência do Corpo de Bombeiros e construída uma rampa de acesso a esta porta, além da construção de mais dois novos banheiros e pintura das fachadas e paredes internas. A senhora Irene conta que a Imagem de Nossa Senhora da Conceição foi doada pelo Senhor Alfredo de Souza Rodrigues e possui uma inscrição de 1927. Atualmente além das celebrações, a capela recebe também a Festa do Mês de Maria, que acontece no último domingo do mês de maio. Os fiéis rezam o terço durante o mês de maio, após o terço acontece a coroação, a procissão pelas ruas de Ana Florência, logo após acontece a missa de encerramento celebrada pelo Padre José Luiz e logo após os fiéis se dirigem para a área externa da capela onde são servidos cachorro quente, canjica, tropeiro e doces.



**13. Descrição:**

A Capela Nossa Senhora da Conceição foi construída em um terreno plano, pouco acima do nível da rua, possui partido simples apresentando planta retangular e um anexo junto a fachada posterior onde funcionam a sacristia e banheiros. A edificação possui volumetria de apenas um pavimento e sua implantação encontra-se recuada do alinhamento, apresentando um afastamento frontal em leve aclave, os afastamentos laterais são maiores. Seu sistema construtivo apresenta estrutura com pilar e vigas de concreto e alvenaria em tijolo maciço. Os vãos das janelas possuem enquadramentos de alvenaria, e as janelas apresentam vergas retas e esquadrias em caixilho de madeira e vedação em vidro. A porta de acesso principal ao bem é feita em madeira com a parte inferior almofadada e acima caixilho de vidro, possui sistema de abrir em duas folhas, enquadramento em alvenaria e verga reta.

A porta da fachada lateral esquerda também é feita em madeira com parte inferior almofadada e acima caixilho de vidro possui sistema de abrir, enquadramento em alvenaria e verga reta. Já a porta também localizada na fachada lateral esquerda que dá acesso à sacristia é metálica do tipo sassazaki. O piso da nave principal é feito em cimento queimado no cor amarela, o piso do altar foi revesido em cerâmica assim como o dos banheiros e o piso da sacristia é feito em ladrilho hidráulico, ainda na parte interna, a edificação possui forro em PVC. A cobertura é feita em duas águas com cumieira perpendicular à via. Possui enquadramento em madeira cobertos por telhas cerâmicas do tipo capa e bica, finalizados por beiral. Na parte externa, junto a fachada lateral direita há um pequeno anexo com porta voltada para um pátio lateral, onde funciona um posto dos correios, em frente ao correios há uma outra estrutura abandonada e fechando esse pátio na parte posterior está a edificação da antiga escola de Ana Florência. Essa edificação encontra-se desocupada e com parte do telhado em ruína.

14. Estado de Conservação:	<input type="checkbox"/> Excelente	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Péssimo
----------------------------	------------------------------------	---	----------------------------------	----------------------------------

**15. Análise do Estado de Conservação:**

A edificação não possui danos que comprometem sua integridade física. Apresenta bom estado de conservação da cobertura, do sistema construtivo e das alvenarias.

**16. Fatores de Degradação:**

Os principais fatores de degradação são a ação de intempéries, porém a Capela Nossa Senhora da Conceição está passando por processo de reforma e manutenção desde de agosto deste ano de 2014.

**17. Medidas de Conservação:**

- A edificação deve ser submetida à manutenção constante;
- Inspeccionar constantemente as telhas e calhas, a fim de se evitar goteiras e infiltrações.



principalmente nos períodos chuvosos;

- Não substituir qualquer elemento estrutural sem antes a avaliação de um técnico especializado;
- Inspeccionar constantemente as instalações elétricas para evitar curtos e focos de incêndio e, inspeccionar também as instalações sanitárias.
- Não realizar ligações elétricas improvisadas e, quando necessário, consultar um técnico especializado.

#### 18. Motivação do Inventário:

A Capela Nossa Senhora da Conceição tem grande representatividade histórica e religiosa para a comunidade de Ana Florência e região. Importante ressaltar que sua história está relacionada com a instalação da Usina Jatiboca, importante produtora de álcool e açúcar da região.

#### 19. Intervenções:

Em meados da década de 60, o altar principal foi substituído por um novo devido a ataques de insetos xilófagos. O novo altar foi confeccionado pelo irmão de dona Irene, o Sr. Elny Pena, que era carpinteiro, modelador e desenhista. A pintura do altar ficou a cargo do Sr. José Batista e seu filho Edson Batista. Em 1972 a capela apresentava problemas no telhado que veio a desabar. No mesmo ano as reformas da capela foram iniciadas, sob a responsabilidade da Usina de Jatiboca, que, segundo conta D. Irene durou cerca de seis meses. Durante a reforma algumas intervenções foram feitas na capela, como o fechamento da varanda que havia junto a fachada frontal, que foi transformada em banheiros e a entrada principal da capela foi transferida para o lado oposto, onde era a fachada posterior. O madeiramento e as telhas da cobertura foram trocados, o forro que era em madeira foi substituído por esteira de taquara. A última reforma da Capela Nossa Senhora da Conceição aconteceu em agosto de 2014, em que o forro de esteira de taquara foi substituído por outro em PVC. Foi aberta uma porta na fachada lateral esquerda, por exigência do Corpo de Bombeiros e construída uma rampa de acesso a esta porta, além da construção de mais dois novos banheiros e pintura das fachadas e paredes internas.

#### 20. Referências Bibliográficas e Documentais:

Enciclopédia dos Municípios Mineiros. 1959

VASCONCELOS, Sylvio de. Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

CORONA, Eduardo, LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Dicionário da Arquitetura Brasileira. São Paulo: Artshow Books, 1989.

MARTINS, Ângelo Vieira. Usina Anna Florência – notícia de sua fundação. Est. Graph. Gutenberg, Ponte Nova, 1938.





**Planta Cadastral:**



Mapa da linha que ligava a linha de Caratinga, da Leopoldina, a Pião e à fazenda São João, onde se encontrava a estação de Ana Florência (Mapa desenhado e cedido por Nicholas Burman, em 2005)

**Documentação Fotográfica:**



Vista das ruínas da antiga Estação de Ana Florência  
Data: 05/09/2014  
Foto: Vilcéia Morais Martins



Detalhe da alvenaria da edificação e estrada de acesso ao bem

Data: 05/09/2014

Foto: Vilcélia Morais Martins



Vista do entorno imediato do bem.

Data: 05/09/2014

Foto: Vilcélia Morais Martins

### 13. Histórico:

A estação Ferroviária de Ponte Nova (Estação Leopoldina), foi inaugurada em 1886. Em 1926, a cidade passou a ser também ponto final do ramal da Ponte Nova, da E. F. Central do Brasil, ramal este que vinha da estação de Burnier, na linha-tronco dessa ferrovia. Da estação de Ponte Nova saía também o ramal de Dom Silvério, desde 1886 sendo suprimido em 1973, enquanto o trecho Ponte Nova-Caratinga o foi em 1994; o ramal para Burnier, que saía da estação da Central, nunca foi oficialmente suprimido, mas encontra-se abandonado há anos. Até 1980, ainda desembarcavam ali passageiros que vinham pelos trens mistos vindo tanto de Burnier quanto de Três Rios via Recreio e Ubá, nessa época havia uma linha unindo as duas estações. Em 1973, as operações das duas linhas



havia sido confiadas à mesma regional da RFFSA. A estação de Ana Florência foi inaugurada em 1913 na linha de Caratinga, da E. F. Leopoldina, dela saía uma linha particular para a fazenda São João, passando por Pião. Inicialmente este ramal foi criado para facilitar e agilizar o transporte da cana das lavouras até a Usina de Anna Florência, que começou a ser construída em 1883 no Pião, e foi inaugurada no ano de 1885 com o nome de Usina Anna Florência. A razão social foi alterada algumas vezes, com sócios sendo incluídos, prevalecendo sempre os irmãos Francisco e José Vieira Martins à frente da empresa. Em 1939, a usina se chamava Companhia Açucareira Vieira Martins S. A. As ferrovias internas da usina tinham bitola de 1 m - que era por onde seguiam os vagões da Leopoldina até a usina, enquanto a ferrovia que ligava as fazendas e faziam o serviço do canavial tinha 75 cm de bitola. A decadência, que já começara nos anos 1970, quando foram asfaltadas as estradas próximas, culminou com a desativação da Usina de açúcar de mesmo nome em 1988. Da linha que ligava a estação à Usina, por volta de 3 km, já não há vestígios, e a Estação de Ana Florência encontra-se atualmente em ruínas, abandonada em um canavial. As ferrovias industriais, ou particulares, do Brasil classificadas como sendo ferrovias que não eram de uso público, sendo utilizadas apenas dentro de empresas, indústrias, usinas e outras - foram pouquíssimas estudadas e pesquisadas no Brasil, seu patrimônio se esvaiu há décadas, vendido como sucata em grande maioria, sem que sua memória tenha sido resgatada. "o que foi riqueza por décadas, hoje encontra-se no abandono, na miséria"

### 13. Descrição:

A antiga Estação de Ana Florência foi construída em um terreno plano, em plano de cota superior ao nível da rua sobre uma plataforma estruturada em pedra. Possui partido simples apresentando planta retangular. A edificação possui volumetria de apenas um pavimento e sua implantação encontra-se recuada do alinhamento, espaço esse em que foi destinado à antiga plataforma de embarque. Seu sistema construtivo apresenta estrutura autoportante em tijolo maciço. Os vãos das janelas possuem enquadramentos de alvenaria com vergas retas e não possui janelas nem portas. A edificação está bastante deteriorada, porém, grande parte de sua alvenaria ainda encontra-se íntegra, mas apresenta patologias como manchas causadas pela ação das intempéries, perda do revestimento e da própria alvenaria. Não possui cobertura, e encontra-se abandonada em meio a um canavial coberto por matos.

14. Estado de Conservação:	<input type="checkbox"/> Excelente	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input checked="" type="checkbox"/> Péssimo
----------------------------	------------------------------------	------------------------------	----------------------------------	---

### 15. Análise do Estado de Conservação:

A edificação apresenta péssimo estado de conservação, uma vez que encontra-se abandonada em um canavial, sem cobertura, portas e janelas e em processo de ruína. Apresenta perda da alvenaria e



do revestimento, manchas de umidade pela exposição às ações das intempéries e invasão de vegetação.

**16. Fatores de Degradação:**

Abandono e exposição às ações das intempéries.

**17. Medidas de Conservação:**

- Medidas emergenciais de recuperação da edificação e do seu entorno imediato;
- O bem encontra-se numa área rural, distante das demais edificações, mas necessita de plano de uso e ocupação.
- Após as obras de recuperação deve ser submetida à manutenção constante;

**18. Motivação do Inventário:**

A Estação de Ana Florência tem grande representatividade histórica para a comunidade de Ana Florência e região. Importante ressaltar que sua história está relacionada com a instalação da Usina de mesmo nome, responsável pela formação do povoado rural do município de Ponte Nova.

**19. Intervenções:**

Não foram encontrados relatos de intervenções pelas quais o bem tenha passado após sua construção em 1913.

**20. Referências Bibliográficas e Documentais:**

Enciclopédia dos Municípios Mineiros. 1959

VASCONCELOS, Sylvio de. Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

CORONA, Eduardo, LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Dicionário da Arquitetura Brasileira. São Paulo: Artshow Books, 1989.

MARTINS, Ângelo Vieira. Usina Anna Florência – notícia de sua fundação. Est. Graph. Gutenberg, Ponte Nova, 1938.

**21. Informações Complementares: -**

**22. Ficha Técnica:**

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Ponte Nova, entrevista concedidas pelas moradoras de Ana Florência, Sra. Irene Pena e Sra. Lúcia Maria Pena.

Levantamento (setembro/2014):

Vilcécia Moraes (arquiteta e urbanista) -----





**Planta Cadastral:**



Mapa com a localização do bem e seu entorno

Fonte: Google

Elaborado por: Barocco Arquitetura

**Documentação Fotográfica:**



Vista da fachada frontal da Fazenda dos Oratórios de Baixo.

Data: 24/10/2014

Foto: Vilcêia Morais Martins



Vista da fachada lateral esquerda e parte da fachada posterior e vista da fachada direita e parte da fachada posterior.

Data: 24/10/2014

Foto: Vilcéia Morais Martins



Vista de parte do quintal da fazenda e do interior da edificação apresentando piso e forro em madeira.

Data: 24/10/2014

Foto: Vilcéia Morais Martins

#### 14. Histórico:

A região de Ponte Nova contou com a formação de pequenos aglomerados populacionais às margens dos cursos d'água que, servindo de paragens sazonais, tornou-se apenas trecho de passagem para chegada aos distritos mineradores. Após 1650, com o devido incentivo dos reis de Portugal, há intensificação das incursões no território mineiro a fim de descobrir ouro e pedras preciosas, sem qualquer interesse em se fixar em tais terras. Tão logo a jazida era descoberta, ali se estabelecia um povoado onde aventureiros à procura de riqueza se aglomeravam, e erguiam casas junto às capelas, onde existia também um rancho de tropas para compra de mercadorias de consumo. Segundo Ribeiro Filho (1993), como toda a região foi vasculhada em busca de pedra e metais preciosos, provavelmente a região de Ponte Nova e o rio Piranga passaram pelo crivo de tal



ambição. Com a aglomeração junto aos veios de ouro desvendados nas regiões atuais de Ouro Preto e Mariana, um grande contingente migrou para outras regiões, como Ponte Nova, para formar riquezas com o extrativismo. Distante das principais vilas já conformadas, produtos de primeira necessidade eram escassos, gerando a solicitação de sesmarias para fixar residência e produção de tais produtos, visando abastecer as áreas mineradoras. O período de ocupação de Ponte Nova é considerado, portanto, como ocorrido em meados do século XVIII, quando da concessão da primeira sesmaria a Miguel Antônio do Monte Medeiros. Outros tantos sesmeiros se instalaram na região entre 1755 e 1800, como Antônio Gonçalves Torres, Fazenda Pontal; Sebastião Marques, **Fazenda dos Oratórios de Baixo**; José do Valle Cunha, Fazenda dos Oratórios de Cima; Aleixo Alves Coura, Fazenda do Pombal; Domingos Alves Torres, Fazenda do Engenho. Quando da fundação de Ponte Nova o ouro já escasseava e, sem investimentos para dar seguimento à mineração que era realizada de forma rudimentar e em curto espaço de tempo, os mineiros buscaram outras atividades. Tal mão de obra foi absorvida pela mineração de diamante, lavoura e gado. O povoamento foi intensificado, principalmente nas três décadas finais do século XVIII, com a instalação de mais fazendas, como a das Palmeiras, Quebra Potes, Xopotó, Córrego Grande e Ventania. A produção era diversificada, com a criação de gado e plantio de cereais. O plantio de cana, já em 1785, torna-se comum, e são usadas na fabricação do açúcar mascavo, açúcar de forma e aguardente. Em meados do século XIX, grande maioria das propriedades possuíam engenhos, visto à disseminação dos canaviais, com larga exportação dos produtos. Os engenhos eram movidos por tração animal ou por meio de rodas d'água. A Fazenda Oratórios de Baixo, doada por carta de sesmaria a Sebastião Marques no ano de 1758, aparece posteriormente como propriedade do Capitão Antônio Vieira de Souza. Major José Vieira de Souza Rabello, nascido em local conhecido como 'Minhocas', compra a fazenda com escritura pública datada de 15 de janeiro de 1861, contando com benfeitorias como casa de vivenda, senzala, paiol, casa de engenho, utensílios para moagem de cana para produção de açúcar e aguardente, entre outros José Vieira casou-se com Anna Florência Martins Rabello e, falecido em 03 de agosto de 1863, deixou quatro filhos: Ângelo, Francisca Florência (casada com Manoel Vieira de Souza), e os gêmeos José e Francisco. Durante o inventário dos bens do falecido a listagem contou, além da Fazenda Oratórios de Baixo, com algumas sesmarias e a Fazenda Pião. Anna Florência faleceu no ano de 1881. A Usina Anna Florência, denominação em homenagem à esposa de José Vieira e mãe dos sócios do empreendimento, foi inaugurada no ano de 1885, com capacidade inicial de 240 a 300 arrobas diárias. Para o aumento da produção, novos investimentos foram feitos, além da aquisição de outras fazendas para expansão da lavoura, e construção de ramais da estrada de ferro para facilitar o transporte da cana até a usina. A concorrência com o açúcar de beterraba e com os processos mais eficazes existentes, fez com que os sócios lançassem as vistas para a produção de café e, ainda meios às dificuldades, a sociedade foi dissolvida em quatro partes no ano de 1898. Os irmãos José e



Francisco, com as devidas esposas, ficaram, na divisão, com a Usina Anna Florência e a Fazenda Pombal; Luiz Augusto de Souza e Silva e esposa receberam a Fazenda Oratórios de Baixo; Manoel Vieiras de Souza e esposa, a Fazenda Pontal; e Ângelo Vieira Martins com sua esposa, o sítio da 'Raza', pertencente à lavoura de café recém-plantado. Ângelo sentiu-se prejudicado com tal divisão. (MARTINS, 1938). Atualmente, a fazenda pertence ao senhor Itamar Ferreira da Silva, que a adquiriu em 2010 do senhor João Quintiliano membro da Família Martins. Após essa data a edificação passou apenas por reformas de manutenção, como reforma da varanda e concertos de eventuais vazamentos. Segundo informações prestadas pelo senhor Anísio Ferreira da Silva Filho, irmão do atual proprietário, na fazenda, em tempos passados havia grandes plantações de café e posteriormente de cana. Em um determinado momento em que o senhor Anísio não soube precisar a data específica, funcionou na fazenda um posto dos correios, onde eram separadas as correspondências e enviadas à Usina de Ana Florência. Já em meados de 2004 funcionou no local um hotel fazenda, onde eram fabricados doces e licores. Atualmente possui uso exclusivamente residencial.

### 13. Descrição:

Edificação colonial implantada em terreno plano, e acima no nível da rua. De partido regular com um volume principal e dois anexos na parte posterior, um menor que abriga a escada de acesso ao segundo pavimento e um maior que abriga a cozinha e comodos de apoio à manutenção da fazenda. O volume principal e o volume que abriga a escada possuem volumetria de dois pavimentos, e os volumes posteriores possuem apenas um pavimento. A edificação apresenta afastamentos laterais, frontal e posterior, pois encontra-se implantada no centro do terreno. A edificação apresenta fachada frontal simétrica com uma sequência de oito vãos no primeiro pavimento, sendo sete janelas e uma porta de acesso principal. Os vãos do primeiro pavimento são todos em verga reta e vedados com duas folhas de abrir em madeira e vidro. A Porta de acesso principal é antecedida por uma varanda acessada por meio de quatro degraus. Os vãos do segundo pavimento em verga reta, enquadrados em madeira e vedados com duas folhas de abrir também em madeira e vidro, seguem a sequência das aberturas do primeiro pavimento. O sistema construtivo tem estrutura autônoma em madeira e paredes em pau-a-pique. A cobertura do volume principal possui quatro águas e cumeeira paralela à via, com telha cerâmica do tipo capa e bica e coroamento com cimalha de madeira lisa. Na fachada posterior possui um volume menor com cobertura de três águas, e um volume maior com cobertura também de três águas, telha cerâmica do tipo capa e bica e coroamento com beiral em madeira. No interior do imóvel, a circulação central é feita através de corredor que distribui os demais cômodos. O forro e o piso são em madeira nos cômodos sociais e em cerâmica e cimento queimado na cozinha e áreas de serviço. O quintal possui cobertura vegetal em gramínea, arborização de pequeno médio e grande porte com árvores frutíferas, além de criação de aves.



14. Estado de Conservação:	<input type="checkbox"/> Excelente	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Péssimo
----------------------------	------------------------------------	---	----------------------------------	----------------------------------

**15. Análise do Estado de Conservação:**

A edificação não possui danos que possa comprometer sua integridade física. Apresenta bom estado de conservação do sistema construtivo e das alvenarias. As telhas da cobertura encontram-se manchadas devido a exposição às ações das intempéries.

**16. Fatores de Degradação:**

Os principais fatores de degradação são a ação de intempéries, porém a edificação passa por manutenção constante

**17. Medidas de Conservação:**

- A edificação deve ser submetida à manutenção constante;
  - Inspeccionar constantemente as telhas e calhas, a fim de se evitar goteiras e infiltrações, principalmente nos períodos chuvosos;
  - Não substituir qualquer elemento estrutural sem antes a avaliação de um técnico especializado;
  - Inspeccionar constantemente as instalações elétricas para evitar curtos e focos de incêndio e, inspeccionar também as instalações sanitárias.
- Não realizar ligações elétricas improvisadas e, quando necessário, consultar um técnico especializado.

**18. Motivação do Inventário:**

A Fazenda dos Oratórios de Baixo tem grande representatividade histórica e arquitetônica para o município de Ponte Nova e para a comunidade de Ana Florência, pois, sua história está relacionada à instalação da Usina de Ana Florência, importante produtora de álcool e açúcar da região. A senhora Ana Florência a qual deu o nome tanto para o bairro quanto para a usina, foi moradora da fazenda.

**19. Intervenções:**

Segundo informações prestadas pelo senhor Anísio Ferreira da Silva Filho, irmão do atual proprietário, a edificação passou por uma reforma em 1982, mas não soube precisar o que foi modificado com essa reforma, anterior a essa data não foi possível obter informações e, após a aquisição do imóvel pelo seu irmão o senhor Itamar Ferreira da Silva, foi feita uma reforma na varanda e pequenas obras de manutenção, como consertos de vazamento de água.



**20. Referências Bibliográficas e Documentais:**

Enciclopédia dos Municípios Mineiros. 1959

VASCONCELOS, Sylvio de. Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

CORONA, Eduardo, LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Dicionário da Arquitetura Brasileira. São Paulo: Artshow Books, 1989.

MARTINS, Ângelo Vieira. Usina Anna Florência – notícia de sua fundação. Est. Graph. Gutenberg, Ponte Nova, 1938.

**21. Informações Complementares: -**

**22. Ficha Técnica:**

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Ponte Nova, entrevista concedidas pelas moradoras de Ana Florência, Sra. Irene Pena e Sra. Lúcia Maria Pena.

Levantamento (setembro/2014):

Vilcéia Morais (arquiteta e urbanista) -----

Luiz Gustavo Santos Cota (Assessor de Cultura) -----

Tânia Mara Sasse (Chefe de Seção de Cultura e Turismo) -----

Elaboração (setembro/outubro - 2014): Vilcéia Morais (arquiteta) -----



**ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA - EAU 04  
FAZENDA DA ESPERANÇA**

1. Município: Ponte Nova	2. Distrito: Ana Florência
--------------------------	----------------------------

3. Designação: Fazenda da Esperança
-------------------------------------

4. Endereço: Área rural de Ana Florência.
---

5. Propriedade / Situação de Propriedade: Privada Particular / Marcos Nogueira de Resende.
--

6. Responsável: Marcos Nogueira de Resende.
---

7. Situação de Ocupação: Própria.
-----------------------------------

8. Uso Atual:	<input checked="" type="checkbox"/> Residencial	<input type="checkbox"/> Serviço	<input type="checkbox"/> Institucional
	<input type="checkbox"/> Comercial	<input type="checkbox"/> Industrial	<input type="checkbox"/> Outros

9. Proteção Legal Existente:	<input type="checkbox"/> Federal	<input type="checkbox"/> Estadual	<input type="checkbox"/> Municipal	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente
------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	---

10. Proteção Legal Proposta:	<input type="checkbox"/> Tombamento Federal	<input type="checkbox"/> Tombamento Estadual
	<input type="checkbox"/> Tombamento Municipal	<input type="checkbox"/> Restrições de uso
	<input type="checkbox"/> Atualização do Inventário	<input checked="" type="checkbox"/> Inventário p/registro documental

**11. Análise do Entorno / Situação e Ambiência:**

A Fazenda da Esperança foi implantada em terreno plano de grande extensão, apresentando afastamentos generosos e área onde haviam plantações de café e cana. A área tem baixa densidade de ocupação e algumas fazendas nas redondezas. Predominam em seu entorno áreas com vegetação rasteira e árvores de médio e grande porte, bem como pastos para criação de animais. A região é predominantemente de uso residencial. A configuração espacial do entorno é típica de zona rural com edificações implantadas distantes umas das outras. As vias de acesso à edificação não possuem pavimentação. A região é provida de infra-estrutura urbana básica com iluminação pública e energia elétrica fornecida pela CEMIG e rede de água implantadas pela COPASA. De modo geral o distrito de Ana Florência possui grandes áreas de lotes vagos que, possibilita a construção de novas edificações.



**Planta Cadastral:**



Mapa com a localização do bem e seu entorno

Fonte: Google

Elaborado por: Barocco Arquitetura

**Documentação Fotográfica:**



Vista da fachada frontal da Fazenda da Esperança.

Data: 24/10/2014

Foto: Vilcêia Morais Martins



Vista da fachada lateral esquerda e parte da fachada posterior.

Data: 24/10/2014

Foto: Vilcéia Morais Martins



Vistas do interior da edificação.

Data: 24/10/2014

Foto: Vilcéia Morais Martins

### 15. Histórico:

A região de Ponte Nova contou com a formação de pequenos aglomerados populacionais às margens dos cursos d'água que, servindo de paragens sazonais, tornou-se apenas trecho de passagem para chegada aos distritos mineradores. Após 1650, com o devido incentivo dos reis de Portugal, há intensificação das incursões no território mineiro a fim de descobrir ouro e pedras preciosas, sem qualquer interesse em se fixar em tais terras. Tão logo a jazida era descoberta, ali se estabelecia um povoado onde aventureiros à procura de riqueza se aglomeravam, e erguiam casas junto às capelas, onde existia também um rancho de tropas para compra de mercadorias de consumo. Segundo Ribeiro Filho (1993), como toda a região foi vasculhada em busca de pedra e metais preciosos, provavelmente a região de Ponte Nova e o rio Piranga passaram pelo crivo de tal ambição. Com a aglomeração junto aos veios de ouro desvendados nas regiões atuais de Ouro Preto e Mariana, um grande contingente migrou para outras regiões, como Ponte Nova, para formar



riquezas com o extrativismo. Distantes das principais vilas já conformadas, produtos de primeira necessidade eram escassos, gerando a solicitação de sesmarias para fixar residência e produção de tais produtos, visando abastecer as áreas mineradoras. O período de ocupação de Ponte Nova é considerado, portanto, como ocorrido em meados do século XVIII, quando da concessão da primeira sesmaria a Miguel Antônio do Monte Medeiros. Outros tantos sesmeiros se instalaram na região entre 1755 e 1800, como Antônio Gonçalves Torres, Fazenda Pontal; Sebastião Marques, Fazenda dos Oratórios de Baixo; José do Valle Cunha, Fazenda dos Oratórios de Cima; Aleixo Alves Coura, Fazenda do Pombal; Domingos Alves Torres, Fazenda do Engenho. Quando da fundação de Ponte Nova o ouro já escasseava e, sem investimentos para dar seguimento à mineração que era realizada de forma rudimentar e em curto espaço de tempo, os mineiros buscaram outras atividades. Tal mão de obra foi absorvida pela mineração de diamante, lavoura e gado. O povoamento foi intensificado, principalmente nas três décadas finais do século XVIII, com a instalação de mais fazendas, como a das Palmeiras, Quebra Potes, Xopotó, Córrego Grande, Ventania e Fazenda da Esperança. A produção era diversificada, com a criação de gado e plantio de cereais. O plantio de cana, já em 1785, torna-se comum, e são usadas na fabricação do açúcar mascavo, açúcar de forma e aguardente. Em meados do século XIX, grande maioria das propriedades possuíam engenhos, visto à disseminação dos canaviais, com larga exportação dos produtos. Os engenhos eram movidos por tração animal ou por meio de rodas d'água. A Fazenda Esperança foi construída por Antônio Monteiro de Castro Resende em 1898. Segundo informações prestadas pelo senhor Marcos Nogueira de Resende, atual proprietário e neto do senhor Antônio Monteiro, seu avô chegou em Ana Florença acompanhado de dois funcionários para conhecer as terras da redondeza e, após análise adquiriu as terras onde posteriormente foi implantada a Fazenda Esperança. Após a aquisição do terreno deu início ao plantio do café, o que financiou a construção da fazenda. Segundo o Sr. Marcos mais de cem homens trabalharam na construção da edificação e o café ali produzido era levado para o Rio de Janeiro e de lá exportado para os Estados Unidos. A fazenda foi erguida com sistema estrutural com colunas de Braúnas e paredes em adobe e possui uma área de 2.000m<sup>2</sup> construída. Em 1929 com o craque da bolsa de Nova York as exportações diminuíram e o plantio do café começou a ser substituído pela cana, uma vez que a região possuía grande tradição na produção de açúcar. A fazenda chegou a empregar cerca de trezentos funcionários, que posteriormente foram sendo demitidos, devido à queda da produção e mais tarde com algumas modificações na lei trabalhista e a substituição da mão de obra por máquinas.



### 13. Descrição:

Edificação colonial em dois pavimentos implantada em terreno largo e plano com afastamentos laterais, frontal e posterior. Com partido regular em L, possui acesso frontal e lateral. O sistema construtivo tem estrutura autônoma em madeira com colunas de Braúnas e alvenaria em adobe. No primeiro pavimento em alguns pontos as colunas em madeira foram substituídas por colunas em concreto devido a problemas estruturais. A edificação apresenta fachada frontal simétrica com uma sequência de quatro vãos com vedação em madeira no primeiro pavimento sendo três janelas e duas portas, além de três vãos abertos por onde se tem acesso a entrada principal da edificação. Os vãos do primeiro pavimento são todos em verga reta e vedados com duas folhas de abrir em madeira. A porta de acesso principal é acessada através de uma escada em madeira até o segundo pavimento. Os quatorze vãos do segundo pavimento são janelas em verga reta, enquadrados em madeira e vedados com duas folhas de abrir em madeira e vidro. A fachada posterior apresenta primeiro pavimento com vãos ora vedados com alvenaria, ora abertos com pilares à mostra, já no segundo pavimento possui uma sequência de onze janelas no volume maior e cinco janelas no volume menor, todas apresentando verga reta e vedados com duas folhas de abrir em madeira e vidro. A fachada lateral direita possui apenas cinco janelas no segundo pavimento e duas no primeiro pavimento com as mesmas características das demais já descritas e a fachada lateral esquerda possui dez janelas no segundo pavimento de mesmas características das demais e no primeiro pavimento apresenta uma garagem, um vão com pilares aparentes por onde se tem acesso à cozinha no segundo pavimento através de uma escada em madeira, além de duas portas e duas janelas todas com vergas retas com uma folha de abrir em madeira. A cobertura dos dois volumes que configura o partido em L possui seis águas, com telha cerâmica do tipo capa e bica e coroamento com lambrequim de madeira. No interior do imóvel, a circulação central é feita através de corredor que distribui os demais cômodos que totalizam em 22. O forro, as janelas e portas são em Cedro e o piso em madeira (Ipê Amarelo) nos cômodos sociais e em cerâmica nos banheiros e cozinha. O quintal possui cobertura vegetal em graminea, arborização de pequeno médio e grande porte com árvores frutíferas, além de criação de aves e animais de estimação.

14. Estado de Conservação:	<input type="checkbox"/> Excelente	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Péssimo
----------------------------	------------------------------------	---	----------------------------------	----------------------------------

### 15. Análise do Estado de Conservação:

A edificação não possui danos que possa comprometer sua integridade física. Apresenta bom estado de conservação do sistema construtivo e das alvenarias. As telhas da cobertura encontram-se manchadas devido a exposição às ações das intempéries. As portas e janelas em madeira apresentam desprendimento da pintura em alguns pontos assim como nas fachadas. Mas a edificação recebe manutenção constante.



**16. Fatores de Degradação:**

Os principais fatores de degradação são a ação de intempéries, porém a edificação passa por manutenção constante

**17. Medidas de Conservação:**

- A edificação deve ser submetida à manutenção constante;
  - Inspeccionar constantemente as telhas e calhas, a fim de se evitar goteiras e infiltrações, principalmente nos períodos chuvosos;
  - Não substituir qualquer elemento estrutural sem antes a avaliação de um técnico especializado;
  - Inspeccionar constantemente as instalações elétricas para evitar curtos e focos de incêndio e, inspeccionar também as instalações sanitárias.
- Não realizar ligações elétricas improvisadas e, quando necessário, consultar um técnico especializado.

**18. Motivação do Inventário:**

A Fazenda da Esperança tem grande representatividade histórica e arquitetônica para o município de Ponte Nova e para a comunidade de Ana Florência, além de ter no passado representatividade na exportação de café.

**19. Intervenções:**

Segundo informações prestadas pelo senhor Marcos Nogueira Resende, a edificação passou por reformas na cozinha e banheiro no ano de 1981. Na cozinha foram retirados um fogão a lenha e uma fôrnalha, foi aplicado um piso em cerâmica por cima da madeira e as paredes receberam pintura a base de água. No banheiro todas as peças em louças foram substituídas por novas peças e o piso em cimento queimado foi substituído por cerâmica. Em 2010 houve uma reforma no telhado onde peças em madeira foram trocadas assim como algumas telhas cerâmicas. Outros pequenos reparos de manutenção foram realizados ao longo dos anos, como forma de conservação do bem.

**20. Referências Bibliográficas e Documentais:**

Enciclopédia dos Municípios Mineiros. 1959

VASCONCELOS, Sívio de. Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

CORONA, Eduardo, LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Dicionário da Arquitetura Brasileira. São Paulo: Artshow Books, 1989.

MARTINS, Ângelo Vieira. Usina Anna Florência – notícia de sua fundação. Est. Graph. Gutenberg, Ponte Nova, 1938.



**21. Informações Complementares: -**

**22. Ficha Técnica:**

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Ponte Nova, entrevista concedidas pelas moradoras de Ana Florência, Sra. Irene Pena e Sra. Lúcia Maria Pena.

Levantamento (setembro/2014):


Vilcéia Morais (arquiteta e urbanista) -----

Luiz Gustavo Santos Cota (Assessor de Cultura) -----

Tânia Mara Sasse (Chefe de Seção de Cultura e Turismo) -----

Elaboração (setembro/outubro - 2014): Vilcéia Morais (arquiteta) -----

### SEÇÃO 03 – ANA FLORÊNCIA

Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas – EAU				
Foto	Código	Denominação / Localização	Ano de Invent./ Atualiz.	Bens passíveis de outra forma de proteção
*	EAU 93	Fazenda Vargem Grande Rod. Ernesto Trivelato, km 11 Via Vicinal, km 3 Distrito de Ana Florência	2007	( X ) Tombamento ( ) Inventário para registro documental
	EAU 126	Escritório Central da Usina Ana Florência Rua Principal, 127 Distrito de Ana Florência	2013	( X ) Tombamento ( ) Inventário para registro documental

	EAU 127	Ruínas da Usina de Açúcar Ana Florencia Rua do Contorno, 302 a 518 Distrito de Ana Florência	2013	( X ) Tombamento ( ) Inventário para registro documental
	EAU 128	Fazenda do Peão Distrito de Ana Florência	2013	( X ) Tombamento ( ) Inventário para registro documental
	EAU 129	Capela de Nossa Senhora da Conceição Rua do Contorno, s/n Distrito de Ana Florência	2014	( X ) Tombamento ( X ) Inventário para registro documental
	EAU 130	Ruínas da Estação de Ana Florência Área Rural Distrito de Ana Florência	2014	( X ) Tombamento ( ) Inventário para registro documental
	EAU 131	Fazenda da Esperança Área Rural Distrito Ana Florência	2014	( X ) Tombamento ( ) Inventário para registro documental
	EAU 132	Fazenda dos Oratórios de Baixo Área Rural Distrito de Ana Florência	2014	( X ) Tombamento ( ) Inventário para registro documental

**Bens Móveis e Integrados – BMI**

<b>Foto</b>	<b>Código</b>	<b>Denominação / Localização</b>	<b>Ano de Invent./ Atualiz.</b>	<b>Bens passíveis de outra forma de proteção</b>
*	BMI 12	Conjunto de Móveis de Dormitório Fazenda Vargem Grande Rod. Ernesto Trivelato, km 11 Via Vicinal, km 3 Distrito de Ana Florência	2007	( X ) Tombamento ( ) Inventário para registro documental
*	BMI 14	Imagem de Nossa Senhora da Conceição Distrito de Ana Florência	2015	( X ) Tombamento ( ) Inventário para registro documental
*	BMI 15	Pedra Fundamental da Capela Nossa Senhora da Conceição Distrito de Ana Florência	2015	(X) Tombamento ( ) Inventário para registro documental

**Patrimônio Imaterial – BI**

<b>Foto</b>	<b>Código</b>	<b>Denominação / Localização</b>	<b>Ano de Invent./ Atualiz.</b>	<b>Bens passíveis de outra forma de proteção</b>
*	BI 03	Festa da Padroeira Imaculada Conceição Distrito de Ana Florência	2015	(X ) Registro ( ) Inventário para registro documental

**ANEXO III – Projeto “Construindo saberes, trocando memórias, formando cidadãos”.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E  
CIDADANIA

ALMIRO LUNA XAVIER

**Construindo saberes, trocando memórias, formando cidadãos**

Projeto: Construindo saberes, trocando memórias, formando cidadãos.  
Inserido como parte do desenvolvimento da Dissertação do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção de título de *Magister Scientiae*.

Agosto de 2017

## INTRODUÇÃO

Esse projeto representa a consubstanciação da pesquisa intitulada: “História Local, Memória e Identidade: Educacional Patrimonial e Cidadania a partir da comunidade de Anna Florência, Ponte Nova (MG)”. Não se trata do ápice de elaboração dessa pesquisa, mas da busca pragmática de sua personalidade, ansiando moldá-la a partir de experiências reais da aplicação de uma metodologia por projeto, construída no e pelo coletivo.

Buscamos dirigir o processo até o limite necessário para entendimento e adesão dos demais componentes. Dalí para diante passamos à posição de observação e análise, permitindo que a liberdade de autonomia, conferida a cada sujeito participante em interação com os demais, propiciasse a troca entre os indivíduos. Para sermos coerentes com a nossa proposta de valorização da diversidade, da pro atividade e da autonomia do sujeito em seu processo auto educacional, concebemos não haver melhor opção.

Se quisermos revestir de sentido para o aluno a ação educacional, temos de buscar em suas referências locais e cotidianas os “links” que propiciarão alcançar esse aluno e trazê-lo para a sala de aula não só em corpo, mas em espírito. Ou seja, uma forma de aprendizado significativa por considerar seus próprios conhecimentos prévios e da comunidade na qual ele se insere como forma de dinamizar o processo ensino-aprendizagem, permitindo e incentivando a participação da comunidade na educação dos jovens. Isso permitirá a troca de saberes formais/informais e entre diversas gerações para benefício mútuo e da sociedade. Uma proposta plenamente aplicável a quaisquer outras realidades, pois embasada na necessidade humana de interação social.

## JUSTIFICATIVA

Presenciamos o desenraizando e esfacelamento das tradições em um mundo no qual as noções de tempo e espaço se liquefazem. Na modernidade as certezas e referências do passado cedem espaço ao transitório, ao efêmero e à dúvida.

Nas sociedades tradicionais a mediação do eu e do mundo (social ou natural) se perfaziam por meio do corpo, organicamente.<sup>304</sup> Na modernidade o corpo é banalizado, a mente aprisionada. Não que as sensações e prazeres não mais necessitem do meio corporal,

---

<sup>304</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006, p. 249-251.

mas a forma como o fazem, aí se encontra o problema: na artificialidade e superficialidade imperante na relação entre as pessoas e destas com o meio circundante.

Em tal cenário, dominado pela repetição, torna-se difícil o processo criativo. A miríade de informações e influências entorpecem o corpo pelo bombardeamento de estímulos sensoriais, porém, superficiais, nas relações entre os indivíduos e destes com o mundo de forma tão frenética e fugaz que nublam a visão e desviam a atenção. Passamos a atribuir importância ao que não a possui. Quanto a isso, Zygmunt Bauman poderia dizer que “não é no anseio por coisas já prontas, completas e finalizadas que o amor encontra o seu significado, mas no impulso a participar da transformação dessas coisas, e contribuir para elas”.<sup>305</sup>

Certo é que a presente fragmentação de ideias e manifestações dispõe simultaneamente um viés positivo, por enriquecer o discurso, mas, também, negativo, pois em um ambiente no qual muitas vezes tentam sobressair-se umas às outras e não há um diálogo profícuo, o potencial transformador se vê enfraquecido, beneficiando apenas aqueles detentores dos meios midiáticos e do capital, daí surgirem visões como a de R. Sennett (2006) acerca das mudanças ocorridas na modernidade, como destituídas de força libertadora, concebendo a ideia de modernidade apassivadora<sup>306</sup> para retratar a situação neutralizante na qual foram colocadas as pessoas.

Em uma fase anterior da modernidade, a palavra era privilégio de poucos. O silêncio cumpria um importante papel de resistência a ponto de se falar em “memórias subterrâneas”.<sup>307</sup> Esse espectro assombrava o projeto de um capitalismo perpétuo, aperfeiçoador dos processos de controle. Atualmente, este se perfaz pela sutileza e sortilégios. Parece-nos que ao se tornarem públicas, a “vozes silenciosas”, enfraqueceram seu potencial subversivo exatamente no momento no qual emergem e se vulnerabilizam à ação do capital.

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.<sup>308</sup>

---

<sup>305</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 70.

<sup>306</sup> SENNETT, Richard. Op. Cit., p. 148.

<sup>307</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n° 3, 1989, p. 5.

<sup>308</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira e outros. 3ª ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994, p. 427.

Faz-se urgente o estímulo ao compartilhamento paritário e intersocial entre gerações. Porém, lúcido, de modo a propiciar à sociedade refletir sobre si e agir focada no benefício comum atual e por vir. A Educação Patrimonial, em se utilizando de aporte histórico e memorial locais converge para as diretrizes previstas no PNE e corporifica os PCNs/Temas Transversais/Pluralidade Cultural, em ações aplicáveis e executáveis aptas a contribuir para melhoria do bem estar social mediante incremento e aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. Converte inclusive para o incremento do Plano Municipal Curricular.

### **PÚBLICO ALVO**

Alunos e professores da E.M. Dr. Luiz Augusto, bem como comunidade adjacente (bairro Anna Florência e moradores da zona rural atendida pela escola).

### **PERÍODO DE REALIZAÇÃO**

Junho a Outubro de 2017.

### **LOCAL**

E.M. Dr. Luiz Augusto e comunidade de Anna Florência.

### **OBJETIVO GERAL**

Analisar os usos da cultura e da memória em relações de poder e resistência, bem como os efeitos disso no social. E ainda, como um projeto educacional pode suscitar a crítica e transformação desse fenômeno.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Averiguar se os sujeitos sociais, ou seja, o individual imerso no coletivo da sociedade percebem haver intenções por detrás das narrativas escrita ou oral (documentação histórica; memória; literária...);
- Averiguar se esses sujeitos percebem essas possíveis intenções, uma vez identificadas, como relações de poder e controle social, com ideologias a influenciar a cultura;
- Conduzir os indivíduos a conhecerem, reconhecerem e valorizarem possíveis referenciais culturais como aporte à reflexão e aprimoramento social;
- Estimular uma reflexão dos modos de condução da vida em seu cotidiano, capazes de resguardar traços culturais imperceptíveis, pois inseridos no hábito;

- Uma vez despertados pelo processo educacional autocrítico referente à cultura e mecanismos sociais estabelecidos, averiguar o posicionamento e disposição dos sujeitos à transformação dessa realidade, quanto a possíveis entraves existentes;
- Suscitar não só a reflexão e a crítica, mas a ação empreendedora cidadã, na busca por maior participação nos trâmites decisórios da sociedade na qual se inserem, a partir do que se refere à questão de bens culturais patrimoniáveis.

## **METODOLOGIA**

Iniciaremos as ações com palestras para fundamentação teórica do processo prático em sua sequência, de forma a interagirem para dinamização do ensino/aprendizagem.

Serão momentos para apresentarmos de forma sucinta e adequada ao entendimento pelo receptor, alguns conceitos pertinentes (cultura; memória; patrimônio cultural; bens tangíveis e intangíveis; inventário, registro, tombamento; sustentabilidade; ...), agregando-os à explanação sobre os princípios basilares da proteção patrimonial (proteção; função sociocultural da propriedade; fruição coletiva; prevenção de danos; responsabilização; equilíbrio; participação popular; vinculação dos bens culturais; Educação patrimonial; a solidariedade intergeracional; multiplicidade dos meios protetivos).

Apresentaremos ainda, o que tem sido feito em Ponte Nova pelo Poder Público a respeito do Patrimônio Cultural, bem como a atuação do Conselho, como se procede e o que tem feito, sua importância como oportunidade de participação popular junto às decisões.

A etapa seguinte se trata de encontros para proporcionar o contato entre familiares, alunos e pessoas que residam ou tenham residido e trabalhado na Usina Anna Florência, quando em funcionamento. Dizemos híbrido, pois faremos de início uma apresentação sobre a história oficial e a memória (em especial, escrita) a respeito da localidade. A atuação do Poder Público concernente ao Inventariamento do “Patrimônio Cultural” local. Em seguida, será o momento de ouvir os antigos moradores. Queremos saber a opinião deles sobre o que ouviram. O que apontariam como patrimônio (material e imaterial) mais relevante e representativo de sua história, sob o seu próprio olhar. Será o momento também de falarem um pouco sobre como era a vida no interior da usina, enquanto esteve em atividade. Transmissão de memórias e saberes a fruírem para as novas gerações.

São pessoas submetidas a prévias entrevistas, apontadas pela própria comunidade como os de maior conhecimento sobre a história local e/ou que ainda detenham saberes

manuais/culturais que permeavam o cotidiano da usina em seu fluxo laboral, bem como momento de lazer e celebração. Essas pessoas, nossas fontes orais, serão convidadas a transmitirem seus saberes (sejam narrativo, manuais...) aos alunos, na escola, com supervisão do professor e profissional pedagógico da instituição. Solicitaremos que se tornem parceiras permanentes da escola, inclusive adotando alunos, que denotem maior interesse, como aprendizes para uma transmissão mais duradoura e capaz de incentivar os demais.

Todo o processo de trabalho será registrado, sob anuência dos envolvidos. Inclusive aos alunos será solicitado a produção de um Inventário Participativo, propiciando pesquisa, observação, análise, registro, fixação de conhecimentos. Mas, sobretudo, a aproximação entre os membros da comunidade e sua cultura. Haverá produção de textos, ilustrações, desenhos, confecção de trabalhos manuais, encenação teatral e danças. Essas atividades serão apresentadas na “Mostra Cultural”, conforme calendário escolar.

Dividiremos os alunos em grupos e explicaremos a todos como se procede um inventariamento não-oficial mediante modelos de fichas que lhes serão entregues. Serão orientados a fazerem suas próprias entrevistas junto aos anciãos da família e/ou da comunidade para saber mais sobre a história local e memória desses indivíduos a respeito de sua vida naquele meio social peculiar. Poderão inclusive convidá-los a vir à escola e contar suas histórias a toda turma. As anotações servirão para preenchimento das fichas.

Em sala tivemos os momentos de discussão sobre o que cada um percebeu com relação às tarefas executadas, tanto interna quanto externamente à escola. Apresentaram as fichas e estas foram colocadas em uma pasta. O Inventário Oficial realizado referente à localidade de Anna Florência foi um apoio a essa discussão, analisando-se as duas propostas. Verificando a confluência e discordância. Seria possível que elas se complementassem mutuamente.

Seria viável cada inventariamento oficial, considerando a ampla participação popular, seguir-se de inventariamentos não oficiais contínuos, efetivados pela própria comunidade para retroalimentar a revisão da sociedade por si mesma, por meio da cultura. Isso poderia dinamizar a Educação em simultâneo ao mecanismo do Inventário. Sendo revisitado a cada ano pela sociedade, constituindo-se em trampolim permanente à reflexão e exercício de cidadania.

## CONCLUSÃO

O contínuo estreitamento social e fruição cultural daí imanente são vitais para a manutenção de vínculos entre os seres. Trocas e transmissão de conhecimentos e habilidades se efetuam assim. Também assim se exercita alteridade propiciadora do conhecimento sobre si mesmo, e, quem sabe percebermos nos outros fraquezas semelhantes às nossas, de forma a nos tornámos mais tolerantes uns com os outros.

Aprendermos com as diferenças e buscarmos uma complementação, não um rechaçamento ou irredutibilidade. Percebermos em diversas percepções de mundo a mesma validade, desde que não se perfaçam pelo julgo alheio. Cada perspectiva nada mais é que uma busca por coerência e sentido do mundo em relação ao tempo/espaço sociocultural no qual estamos inseridos, sendo a História um registro dessa dinâmica e a Memória (em sua dialética individual/coletivo), manifestação subjetiva de tal busca.

Aguçar a percepção para a realidade formativa e construída (produto de intenção) dessas instituições sociais é crucial para não nos perdermos em seu labirinto de estímulos e apelos sensoriais. É preciso efetivamente se apoderar do Patrimônio Cultural não por ser herança sagrada de antepassados, mas por seu potencial de suscitar esse aguçamento pela análise crítica e comparativa entre realidades descontínuas, mas que resguardam “links” entre si, ainda que artificiais ou meramente narrativos.

O processo ensino-aprendizagem, em se servindo dos bens ditos culturais para estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas de crítica e posicionamento ativo frente aos desafios e vicissitudes da vida, efetiva a real função educacional. Esta não vem a ser a mera instrução, mas a capacidade proativa e de autodesenvolvimento do indivíduo para promoção tanto singular quanto plural. Um aspecto amplo, referente a um projeto coletivo de sociedade aperfeiçoada em termos de convivência social e de oportunidades de evolução ao indivíduo. Elementos como a cultura e a memória se prestam à função para qual forem invocados. A questão transmuta-se em termos de poder a libertação, segregação a união, conforme quem invoca e com que propósito o faz.

Como não acreditamos que esse trabalho se encerre por aqui, sendo a alcunha de “Conclusão” mera convenção formal, convidamos a uma reflexão: A identidade coletiva seria um estado, e, deste modo, mais duradouro, estável, ideal? ou seria uma situação, e dessa maneira, instável, transitória, frágil, contestável, proveniente da elaboração de uns em detrimento aos demais?

**CRONOGRAMA de ATIVIDADES**  
(em âmbito escolar)

ATIVIDADES	Agosto	
	4º ANO	5º ANO
<b>Disciplina: Arte</b>	<b>Dia 9</b> (7h45 às 8h30): Palestra (Almiro Luna Xavier e Tânia Mara Sasse – Secretaria de Cultura - PN) Tema: Inventário Patrimonial - Usina Anna Florência.	
	<b>Dia 23</b> (7h45 às 8h30): Oficina de memórias e saberes manuais com a Sr. Geraldo da Penha Gomes (antigo morador – mestre balaieiro).	
<b>Disciplina: História</b>	<b>Dia 16</b> (9h40 às 11h10): Palestra (Luiz Gustavo Santos Cota – Professor História - Faculdade Dinâmica de PN) Tema: O que é Patrimônio Cultural?	
	<b>Dia 29</b> (9h40 às 11h10): Palestra (Almiro Luna Xavier) Tema: Memória, História e Cultura na Usina Anna Florência.	
ATIVIDADES	Setembro	
	4º ANO	5º ANO
<b>Disciplina: Arte</b>	<b>Dia 13</b> (7h45 às 8h30): Oficina de memórias e saberes manuais com a Sra. Rita de Cássia Santos (antiga moradora - tecelã)	
	<b>Dia 27</b> (7h45 às 8h30): Sr. José Joel – Oficina de saberes manuais, objetos e brinquedos em bambu e madeira.	
<b>Disciplina: História</b>	<b>Dia 6</b> (9h40 às 11h10): Oficina de memórias e saberes manuais com as Sras. Irene Penna e Lúcia Maria Penna dos Santos (antigas moradoras - bordadeiras)	
	<b>Dia 19</b> (9h40 às 11h10): Oficina de causos e memórias: Almiro Luna Xavier. Plantio de árvores pelo “Dia da árvore” (Jequitibá Rosa e Ipês Amarelos).	
ATIVIDADES	Outubro	
	4º ANO	5º ANO
<b>Dia 11</b> (15 horas às 17 horas): Mostra Cultural <b>Peça Teatral:</b> “Anna Florência – A memória é transformada em História”. <b>Apresentação Boi Laranja</b> – Restabelecendo a Cultura e os saberes Locais.		

## **BIBLIOGRAFIA**

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3ªed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira e outros. 3ª ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989.

## ANEXO IV – Letra da Canção do “Boi Laranja”

Minha gente vem cá, vem cá.  
E reúne Assembleia, vem vê.  
Esse boi Ressurgir, vem vê.

Arreda pra lá, e vem Boi. Esse Boi que é Laranja,  
Vem boi, hei, hei, ha, há

Levanta meu boi,  
Hei boi.  
Ressuscita meu boi,  
Hei boi.

Cumprimenta essa gente, | Bis  
Hei boi. |

Volta cá meu boi, |  
Hei boi. | Bis

Esse boi é Bumbá,  
Hei boi.  
Vamos lá passear,  
Hei boi.

Esse boi é Chitão,  
Hei boi.  
Levanta poeira do chão,  
Hei boi.

Esse boi é Laranja,  
Hei Boi.  
Aplaca essa sanha,  
Hei boi.

Esse boi é Labrega,  
Hei Boi.  
Olha lá que ele pega,  
Hei boi.

Esse boi é marrento,  
Hei Boi.  
Corre feito vento,  
Hei boi.

Volta cá meu boi, |  
Hei boi. | Bis

Esse boi é faceiro,  
Hei boi.  
E renasce no terreiro,  
Hei boi.

Esse boi é feio, mas é bom,  
Com licença do boi passo a mão.  
Esse boi é temente e valente  
Bebeu até água ardente.

ÔOOOA meu boi  
ÔOOOA meu boi

(O boi se deita no chão)

E o quê que a Mariquinha  
tá fazendo?  
Tirando esmola pro boi,  
ó minha gente!

Bis

E pra alimentar esse povo, Mariquinha,  
Que se vai fazer?

Eu mato o boi papai,  
O sangue é meu mamãe.

Bis

E na esbarrada, hei boi, ele cai pra lá, hei boi.  
na porteira do quintár, ei boi!

Agora minha gente, nosso boi vamos retalhar!  
Um pedaço cada um vai levar!

A tripa fina, hei boi,  
É da mulher granfina, ei boi.

A tripa grossa, hei boi,  
É da mulher da roça, ei boi.

O mocotó, hei boi,  
É do Cipó, hei boi.

O rim, hei boi,  
É do Paulin, hei boi.

O coração, hei boi,  
É do Zé João, hei boi.

A orelha, hei boi,  
É da Preta hei boi.

O fígado, hei boi,  
É do Eduardo, hei boi.

Cabeça, hei boi,  
É da Etelvina, hei boi,

O filezinho, hei boi,  
É do Sô Santinho

Ossos, hei boi,  
É do ....., hei boi,

Sebo, hei boi,  
É do ....., hei boi,

E o resto da carne, hei boi,  
É dos convidados, hei boi.

Agora, minha gente, vamos dançar quadrilha,  
Heita boi bão sô!!!!

Obs.: Nas lacunas são incluídos nomes das pessoas do lugar, a cada geração de modo a homenageá-las, reforçar vínculos entre os membros da comunidade e para com os festejos, de modo a torná-los mais envolventes e participativos.

## ANEXO V – Legislação Pertinente

Obs.: Dispomos os pontos mais relevantes de algumas leis locais que versam sobre o Patrimônio Cultural. Grifos nossos.

### ► Lei Municipal nº 1.582/1990

Estabelece a proteção Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova, atendendo ao disposto no artigo 216 da Constituição Federal, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Municipal de Patrimônio Natural e Cultural de Ponte Nova e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam sobre a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais e naturais, de propriedade pública ou particular, existentes no Município que, dotados de valor estético, ético, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público na sua preservação.

Art. 4º - As coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas nem, sem prévia e expressa autorização especial da Prefeitura Municipal, serem reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da obra.

Art. 7º Os bens compreendidos na proteção da presente lei ficam isentos do imposto predial e territorial urbano, enquanto o proprietário zelar pela sua conservação.

### ► Lei Complementar nº 2.685/2003 (Plano Diretor Municipal de Ponte Nova)

Art. 5º - Para o cumprimento da função social, a propriedade deve atender aos critérios de ordenamento territorial e às diretrizes de desenvolvimento territorial e social do Município previstas neste PLEDS e em outras normas legais, observando-se os seguintes requisitos:

III – aproveitamento e utilização adequada aos recursos naturais disponíveis, com a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, artístico e arquitetônico;

Art. 11 - A Estratégia de Uso do Solo disciplina e ordena a ocupação do solo, quanto ao seu parcelamento e à edificação, por meio de instrumentos de política urbana que influem no adensamento e na configuração da paisagem urbana e na distribuição espacial das atividades humanas.

§ 1º A Estratégia de Uso do Solo será aplicada no espaço humano definido nesta lei, obedecendo aos seguintes requisitos:

I – proteção ao patrimônio histórico edificado;

II – proteção ao patrimônio natural;

Art. 30 - O Programa de Proteção do Patrimônio Histórico envolve ações e políticas que permitam:

I - identificar e classificar elementos de valor cultural, individualmente ou em conjunto;

II - estabelecer diretrizes e desenvolver projetos com vistas ao resgate da memória e da identidade cultural do Município, tais como restauração, revitalização e potencialização de áreas significativas;

III - criar ou aperfeiçoar instrumentos normativos para incentivar a preservação do patrimônio histórico e sua integração às mudanças estruturais, econômicas e sociais, evitando sua descaracterização ou destruição.

► **Lei Orgânica do Município de Ponte Nova nº 15/2004**

Art. 4º - Constituem, em cooperação com a União e o Estado, objetivos fundamentais do Município:

IX - preservar a sua identidade social, cultural, política e histórica, adequando as exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, sua tradição e suas peculiaridades.

**CAPÍTULO II  
DA DISCRIMINAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

**Seção I**

**Da competência exclusiva**

Art. 10 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao interesse local, cabendo-lhe, com exclusividade, especialmente:

**V - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;**

**Seção III**

**Da competência comum**

Art. 12 - É de competência comum do Município, do Estado e da União:

I - zelar pela guarda da Constituição, das Leis e das Instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

**III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;**

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

**V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;**

VI - proteger o meio-ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

**X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;**

**Seção II**

**Do domínio Público**

Art. 29 - Os bens imóveis públicos de interesse histórico, artístico, cultural ou paisagístico somente podem ser utilizados por terceiros para fins culturais.

**Art. 69 - Consideram-se funções públicas de interesse comum:**

**VIII - planejamento integrado do desenvolvimento socioeconômico;**

## CAPÍTULO V DA CULTURA

Art. 245 - O Município garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais, para o que incentivará, valorizará e difundirá as manifestações culturais da comunidade ponte-novense, mediante, sobretudo:

I - definição e desenvolvimento de política que articule, integre e divulgue as manifestações culturais;

**II - criação e manutenção de núcleos culturais e de espaços públicos equipados, para formação e difusão das expressões artístico-culturais;**

**III - adoção de medidas adequadas à identificação, proteção, conservação, revalorização e recuperação do patrimônio cultural, natural e científico do Município;**

IV - adoção de incentivos fiscais, que estimulem as empresas privadas a investirem na produção cultural e artística do Município e na preservação de seu patrimônio histórico, artístico e cultural;

V - adoção de ação impeditiva da evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, científico, artístico e cultural;

VI - estímulo às atividades de caráter cultural e artístico, notadamente as de cunho regional e as folclóricas;

VII - ampliação e manutenção da Biblioteca Pública com capacidade para se tornar um Centro Cultural.

Parágrafo único - O Município, com a colaboração da comunidade, prestará apoio para a preservação das manifestações culturais locais, especialmente dos grupos étnicos e bandas musicais.

Art. 246 - O acesso aos bens da cultura e às condições objetivas para produzi-la é direito do cidadão e dos grupos sociais.

§1º - Todo cidadão é um agente cultural, e o poder público incentivará, por meio de política de ação cultural democraticamente elaborada, as diferentes manifestações culturais do Município.

§2º - O Município protegerá as manifestações das culturas populares e dos grupos étnicos participantes do processo civilizatório nacional e promoverá, nas escolas municipais, a educação sobre a história local e a dos povos indígenas e de origem africana.

**Art. 247 - Constituem patrimônio cultural ponte-novense os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, entre os quais se incluem:**

**I - as formas de expressão;**

**II - os modos de criar, fazer e viver;**

**III - as criações científicas, tecnológicas e artísticas;**

**IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais;**

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico.

Art. 248 - O Município, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Parágrafo único - A lei estabelecerá plano permanente para proteção do patrimônio cultural do Município, notadamente dos núcleos urbanos mais significativos.

Art. 249 - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de fatos relevantes para a cultura municipal.

Art. 250 - O Poder Público promoverá a implantação, com a participação cooperação da sociedade civil, de centros culturais nas regiões do Município, para atender às necessidades de desenvolvimento cultural da população.

Parágrafo único – Serão instalados, junto aos centros culturais, bibliotecas e oficinas ou cursos de formação cultural.

► **Lei nº 3.049/2007**

**Institui a forma de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural do Município de Ponte Nova.**

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídas as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural do Município de Ponte Nova.

§ 1º O registro dos bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural ponte-novense será efetuado em quatro livros, a saber:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro de Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º Outros livros de registro poderão ser abertos para inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural ponte-novense e não se enquadrem nos livros definidos no § 1º.

Art. 2º O pedido de instauração do processo de registro de bens culturais de natureza imaterial cabe, além dos órgãos e entidades públicas da área da cultura, a qualquer cidadão, sociedade ou associação civil.

Art. 3º As propostas de registro, instituídas com documentação pertinente, serão dirigidas ao Presidente do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova – COMPCN/PN.

§ 1º O COMPCN/PN, sempre que necessário, orientará os proponentes na montagem do processo.

§ 2º O COMPCN/PN divulgará a proposta de registro através de publicação no órgão oficial do Município, para fins de manifestação dos interessados.

§ 3º Decorridos 30 (trinta) dias da publicação da proposta de registro, o processo entrará em fase de conclusão no COMPCN/PN, que o incluirá na pauta de julgamento da sua próxima reunião.

Art. 4º No caso de decisão favorável do COMPCN/PN, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de “Patrimônio Cultural de Ponte Nova”.

Parágrafo único. Caberá ao COMPCN/PN determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 1º desta Lei.

Art. 5º A decisão do COMPCN/PN será publicada no órgão oficial do Município.

Art. 6º Os processos de registro ficarão sob a guarda do COMPCN/PN, permanecendo disponíveis para consulta.

Art. 7º Os processos relacionados à produção e ao consumo sistemático de bens de natureza imaterial serão comunicados aos organismos municipais, estaduais e federais dos respectivos setores, para pronunciamento no que concerne ao controle de qualidade e certificação de origem.

Art. 8º O COMPCN/PN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada cinco anos, e encaminhará o parecer à publicação no órgão oficial do Município, tendo em vista, sempre, o registro como referência histórica do bem e sua relevância para a memória local e regional e a identidade e formação cultural das comunidades ponte-novenses.

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro como referência cultural de seu tempo.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se disposições contrárias.

► **Lei Complementar Municipal nº 4.029/2016**

Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Integrado e Sustentável – PLEDS do Município de Ponte Nova e dá outras providências.

**Seção VI**

**Das Diretrizes e Ações Estratégicas para Proteção do Patrimônio Cultural**

Art. 53 A Estratégia para Proteção do Patrimônio Cultural objetiva a preservação, valorização, integração e articulação dos bens culturais ao sistema de gestão cultural e ordenação territorial do Município.

**Art. 54 Para proteção do patrimônio cultural, o Poder Público Municipal deverá:**

**I - compatibilizar o ordenamento e o crescimento territorial, econômico e social com a preservação e valorização da identidade histórica e cultural;**

**II - proteger as expressões culturais materiais, tais como valores arquitetônicos, arqueológicos, científicos ou paisagísticos, assim como os imateriais, compostos por manifestações literárias, danças, festas ou comidas que sejam referência da identidade ou memória dos diferentes grupos da sociedade;**

**III - incentivar e valorizar as manifestações culturais e o resgate da cultura popular regional;**

**IV - incentivar a participação social na identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural municipal;**

**V - desenvolver processo de identificação de bens e manifestações culturais objetivando seu registro, valorização e possível proteção a partir de inventários, tombamento e registro do patrimônio cultural ou outros instrumentos pertinentes aprovados pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural;**

**VI - desenvolver projetos de recuperação e valorização de áreas ou territórios representativos da identidade e memória cultural, histórica e urbanística do Município;**

**VII - promover programas e ações de educação patrimonial;**

VIII - inventariar, cadastrar, proteger e tomba áreas e sítios de interesse arqueológico;

**IX - organizar ações de divulgação do patrimônio cultural junto à população, buscando sua valorização.**

Art. 55 Consideram-se ações estratégicas para a proteção do patrimônio cultural:

I - estruturar o setor de proteção do patrimônio cultural e paisagístico junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

**II - elaborar projetos de preservação e revitalização para sítios históricos com potencial turístico, paisagístico, patrimonial e cultural no Município, para que estas áreas cumpram com sua função cultural;**

III - criar roteiros e circuitos culturais, devidamente sinalizados, identificando bens, imóveis e paisagens significativas e áreas protegidas;

**IV - promover a qualificação de espaços públicos e revitalizar áreas abandonadas, garantindo o uso integrado dos equipamentos culturais e sociais;**

**V - estabelecer diretrizes e desenvolver projetos com vistas ao resgate da memória e da identidade cultural do Município, tais como restauração, revitalização e potencialização de áreas significativas e pesquisas de história oral, entre outras iniciativas;**

VI - promover geração de renda local e regional e dinamismo econômico com sustentabilidade socioambiental através do incentivo de grupos culturais independentes, coletivos, cooperativas e pequenos produtores culturais;

**VII - criar instrumentos normativos ou aperfeiçoar os já existentes, a fim de incentivar a preservação do patrimônio cultural e sua equilibrada integração às estruturas econômicas e sociais, evitando sua descaracterização ou destruição, sem prejudicar o desenvolvimento municipal;**

VIII - reestruturar o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova, visando à representatividade de vários setores da sociedade civil, bem como do Poder Público e outras instituições, adequando suas ações às diretrizes fixadas por esta Lei Complementar e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, visando aos incentivos estaduais proporcionados pela Lei Estadual no 12.040/1995 - Lei Robin Hood;

**IX - aperfeiçoar mecanismo de delimitação das áreas de entorno do bem protegido por meio de tombamento ou de outras formas de acautelamento e preservação, justificado devidamente pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova;**

X - fomentar o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural com a finalidade de incrementar as atividades de preservação e manutenção do acervo cultural do Município protegido por lei;

XI - promover ações em parcerias com outras esferas do Poder Público e com a iniciativa privada em geral, de acordo com regulamentação específica a ser elaborada pela Administração Municipal em conjunto com o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural de Ponte Nova.

Parágrafo único. As ações referentes à Proteção do Patrimônio Cultural são complementares às outras estratégias desta Lei Complementar, especialmente quanto às políticas de desenvolvimento e de geração de renda diretamente relacionadas à atividade turística no Município e aos instrumentos de política urbana.

## **Seção VII**

### **Das Diretrizes e Ações Estratégicas para o Ordenamento Territorial**

Art. 56 A estratégia para o ordenamento territorial objetiva o planejamento do espaço articulado com o desenvolvimento socioeconômico equilibrado, a promoção da melhoria da qualidade de vida, a proteção ambiental, a coordenação e cooperação entre os diversos níveis de decisão e a participação popular.

Art. 57 São consideradas diretrizes referentes ao Ordenamento Territorial do Município de Ponte Nova:

**I - respeitar a função social da propriedade, juntamente com a subordinação do parcelamento, uso e ocupação do solo ao interesse coletivo, quanto à preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural, conforme previsto em lei;**

**X - fomentar a proteção, recuperação e valorização dos bens e áreas de valor histórico, cultural e religioso;**

## **Seção V**

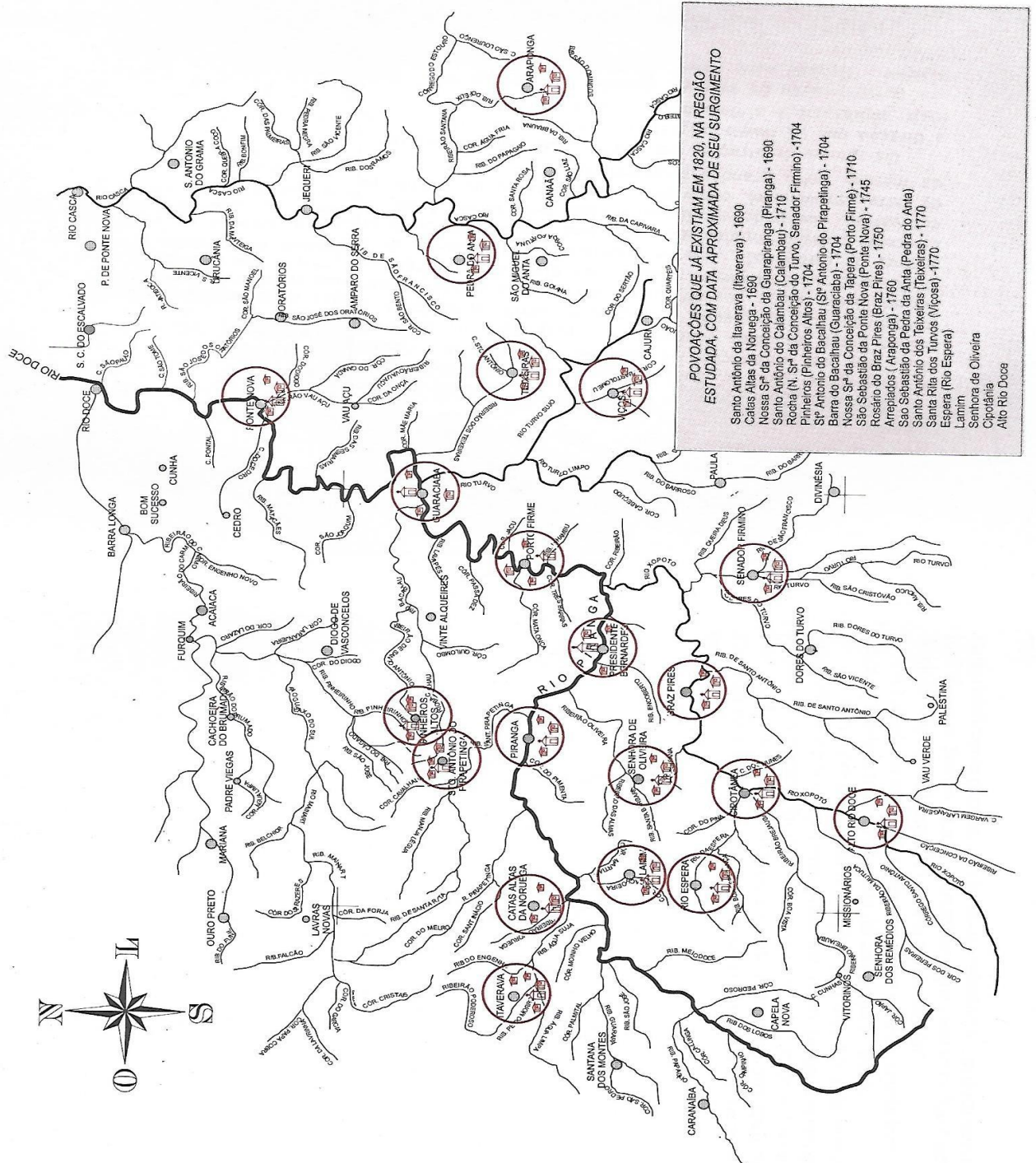
### **Do Tombamento de Imóveis ou de Mobiliário Urbano**

Art. 92 O Município procederá ao tombamento ou registro histórico dos bens que constituem o seu patrimônio histórico, social, cultural, arquitetônico, paisagístico e natural, conforme procedimentos e regulamentos previstos na Lei Municipal nº 1.582/1990, de 26.12.1990, e suas alterações.

## ANEXO VI – IMAGENS

### a) Mapa de Povoamento Zona da Mata Norte.

Expressa-se o gradual avanço rumo ao leste, em direção ao vale do Rio Doce)



Fonte: RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Desbravamento, Caminhos e Povoamento nos Sertões do Leste: uma aventura de pioneiros.** Viçosa (MG): 2004, p. 107-108.

**b- Usina Anna Florência – década de 1940. Destilaria de álcool.**

Apresenta à direita uma edificação alta e estreita, trata-se da desatilaria de álcool



Fonte: Acervo pessoal Sr. Itamar Motta Mayrink. Ponte Nova.

**c- Fundadores da Usina Anna Florência**

José Vieira Martins e Francisco V. Martins, além do irmão, Ângelo V. Martins, e o tio, Luiz Augusto de Souza e Silva – 1886. Suas vestes expressam mensagens, influências, direcionamentos e propósitos.



De pé, da esquerda para a direita aparecem o Dr. Luiz Augusto de Souza e Silva; Dr. José Vieira Martins; Dr. Francisco Vieira Martins; sentado, primeiro da esquerda, o Dr. Ângelo Vieira Martins...

Fonte: Acervo da E.M. Dr. Luiz Augusto. Anna Florência, Ponte Nova.

## Gincana do Centenário

# Sérgio Reis - presença maior na festa de encerramento da Gincana do Centenário

Com a praça de Esportes do E. C. Anna Florência completamente tomada, por funcionários e seus familiares, dirigentes e convidados, aconteceu dia 30 de julho p. passado, o encerramento da "Super-Gincana" em comemoração ao Centenário da Usina Anna Florência.

Esta promoção se constituiu num acontecimento de grande gala na extensa programação levada a cabo pela Superintendência de Relações Públicas e cumpriu totalmente o seu objetivo que foi o congratamento dos funcionários da empresa centenária, em todos os níveis.

Num ambiente contagiante, ordem e entusiasmo contagiantes, cerca de 2000 pessoas aplaudiram e cantaram juntas, com Sérgio Reis, este grande astro de nossa música popular brasileira.

A "Super Gincana do Centenário", foi carinhosamente elaborada pela Superintendência de Relações Públicas, contando com o apoio de vários setores da administração da Usina, destacando-se sobremaneira a atuação do Diretor Sr. Luiz Carlos Soares Martins que acompanhou com grande interesse todo o desenrolar das etapas até a grande final.



A apresentação de Sérgio Reis

Merece destaque especial a atuação dos Srs. Dr. Wilson José de Araújo, gerente administrativo; Edson Lanna Martins, gerente geral e a simpatia e eficiência de Silvana Carvalho Real, assessor social, que não mediram esforços, ajudando em tudo que foi preciso. Realmente foi uma grande equipe de trabalho e o resultado não poderia ser outro, sucesso total, objetivo plenamente alcançado.

A sonorização esteve a cargo de J. C. Som com ótimo trabalho técnico, a

apresentação foi de Luiz Raimundo de Oliveira, que deu um show de bom gosto, criatividade e descontração, valorizando em muito o trabalho da organização. Contamos ainda com um corpo de jurados, composto por pessoas de nossa sociedade, cujo trabalho, levado muito a sério, foi um dos pontos positivos da festa.

As tarefas levadas para o cumprimento das equipes concorrentes em número de seis: EQUI-100, LOUCO AMOR, GANINHA, PRÍNCIPE VERDE, MARIA FUMACA e



Arte, na apresentação de uma trote



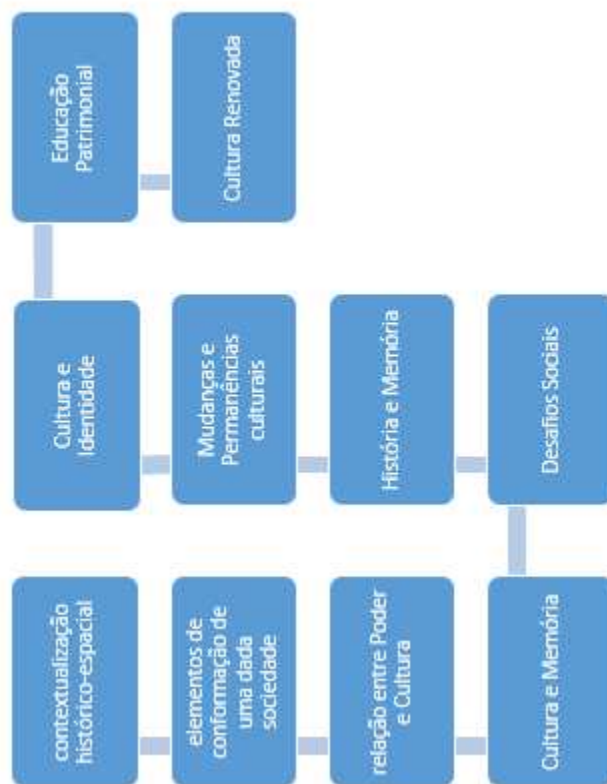
"Parabéns pra você", todos cantaram



Sr. Luiz entregou o prêmio à equipe vencedora

### Esquema Conceitual/Metodológico

e - Para atingir nossos objetivos com esse trabalho ao longo de seu processo foi sendo desenvolvido um quadro conceitual e metodológico adequando-se conforme as exigências da própria análise. O esquema abaixo sintetiza a reflexão promovida:



Divisão Metodológica	Conceitualização	Autores
Introdução, Capítulos 1 e 2	Contextualização histórico-espacial	Angelo Alves Carrara; Camila Pelinsari Silva; Alexandre Mendes Cunha; Maria O. Leite da Silva Dias; Fernando Gaudereto Lamas
	Elementos de conformação de uma dada sociedade	Sidney Chaloub; Angelo Alves Carrara; Priscila Firmiano Valente; Nayara de Oliveira Souza; Camilla Colares; Paul Clavaj
Capítulo 3	Relação entre Poder e Cultura. Oralidade e Narrativas.	Carlo Ginzburg; Roger Chartier; Jacques Le Goff; Paul Ricoeur; Edward Thompson Palmer; ; Janaina Amado
	Cultura e Memória → Memória e Poder	Maurice Halbwachs; Michael Pollak; Paul Ricoeur; Tzvetan Todorov
	Cultura e Identidade.	Manuel Castells; Zygmunt Bauman; Janaina Amado
	Mudanças e Permanências culturais	Pierre Bourdieu; Aletta Biersack; Paul Clavaj;
Capítulo 4	História e Memória	David Lowenthal, Pierre Nora; Jacques Le Goff; Peter Burke
	Desafios Sociais Patrimonialização equivocada, perpetuando mazelas. Educação Patrimonial	Michelle Perrot; François Choay; Tzvetan Todorov; Richard Sennett; David Harvey
	Cultura Renovada	Sônia Rampun Florêncio; Sandra C. A. Pelegrini; Evelina Grunberg; Janaina Amado Ecléa Bosi; Simone West; Le Goff; Denis Cosgrove

## ANEXO VII \* – Orientações para elaboração do currículo intertranscultural

1. Englobar, no conceito de currículo, todas as ações e relações desenvolvidas na escola, incluindo a sua organização democrática, dinâmica e aberta à comunidade escolar.
2. Tornar a escola significativa para a vida dos educandos e de todas as pessoas que nela convivem.
3. Valorizar a escola como espaço de construção individual e coletiva da ação pedagógica e das trocas intertransculturais.
4. Visar à formação permanente de todas as pessoas que participam e atuam direta ou indiretamente na escola, para o exercício da cidadania planetária.
5. Assumir uma postura dialógico-dialética e complexa diante da realidade, abrindo-se para toda manifestação de sensibilidade, expressividade, espiritualidade, do sentimento e do conhecimento humanos.
6. Questionar todo e qualquer discurso, informação, conhecimento e processo de ensino – e – aprendizagem que se autodenomine neutro ou que se apresente numa perspectiva homogeneizadora.
7. Valorizar o intercâmbio e o diálogo entre os grupos culturais e seu mútuo enriquecimento, questionar e buscar a superação de quaisquer manifestações que pretenda, sob qualquer alegação, naturalizar o predomínio de uma cultura sobre a outra.
8. Trabalhar o conhecimento na escola com base nas relações e nas trocas intertransculturais e valorizar os Círculos de Cultura como espaços privilegiados para as mesmas.
9. Promover a superação de toda e qualquer lógica binária e analisar a multidimensionalidade do ser humano.
10. Criar novos contextos educativos para a integração criativa, cooperativa, solidária, emancipadora e humanizadora entre os diferentes sujeitos, grupos de pessoas e comunidades.
11. Posicionar-se frontalmente contra qualquer tipo de manifestação preconceituosa, etnocêntrica, violenta, que promova a desigualdade e a exclusão social.
12. Superar o modelo de controle da exclusão social por um Estado que pilota” as políticas sociais como “tutelador” e não como gestor, alterando as formas de relação entre Estado educador e educação escolar.
13. Trabalhar os processos de reconstrução do conhecimento sempre visando à justiça social e à humanização da educação, estimulando a aprendizagem como forma de intercâmbio e partilha.
14. Respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os princípios da Carta da Terra, bem como todos aqueles já consagrados nas Cartas e nos documentos surgido nas amplas discussões nacionais e internacionais, como demanda dos povos.

\* PADILHA, Paulo Roberto. **Currículo Intertranscultural**: por uma escola curiosa, prazerosa e aprendente. 2003. 347f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: 2003, p. 292-293. Disponível em: <[http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/123456789/59/5/FPF\\_PTPF\\_17\\_0030.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/123456789/59/5/FPF_PTPF_17_0030.pdf)> Acesso: 9 jul. 2018.